

CADERNOS *naui*

CADERNOS NAUI - Núcleo de Pesquisa Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



Universidade Federal de Santa Catarina

Reitor(a): Prof. Dr. Ubaldo Cesar Balthazar

Diretor(a) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Prof. Dra. Miriam Furtado Hartung

Coordenador(a) do PPGAS: Prof. Dra. Viviane Vedana

Editora Chefe: Alicia Norma González de Castells (NAUI-UFSC);

Editores: Dagoberto Bordin (NAUI/UFSC); Paola Luciana Rodriguez Peciar (NAUI/UFSC); Simone Lira (NAUI/UFSC); Vladimir Fernando Stello (IPHAN)

Editores do dossiê: Dagoberto Bordin (NAUI/UFSC); Miriam Santini de Abreu (UFSC)

Comissão editorial: Ana Cristina Rodrigues Guimarães (NAUI/UFSC); Camila Sissa Antunes (UDESC; NAUI/UFSC); Dagoberto Bordin (NAUI/UFSC); Fabricio Rocha da Silva (IFSC; NAUI/UFSC); João Paulo Schwerz (NAUI/UFSC); Nauíra Zanardo Zanin (UFFS; NAUI/UFSC); Paola Luciana Rodriguez Peciar (NAUI/UFSC); Patrícia Martins (IFPR; NAUI/UFSC); Rafael de Oliveira Rodrigues (UFAL; NAUI/UFSC); Simone Lira (NAUI/UFSC)

Diagramação e Formatação: Artur Hugo da Rosa (Ms. Pós Arq./UFSC); Barbara Mendes Lima (Mestranda PPGAS/UFSC); Fernanda Luiza Godinho (Mestranda PPGAS/UFSC); Moema Cristina Parode (Ms. Pós Arq./UFSC); Newan Acacio Oliveira de Souza (Mestrando PPGAS/UFSC);

Imagem de capa: Guilherme Gitahy de Figueiredo

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Publicação indexada em:

DOAJ - Directory of Open Access Journals

GOOGLE ACADÊMICO

SUMARIOS.ORG - Sumários de Revistas Brasileiras

Toda correspondência deve ser dirigida ao correio eletrônico do CADERNOS NAUI

e-mail: cadernosnau@gmail.com



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional

Editorial

Prezados Leitores,

Apresentamos mais um número da revista eletrônica criada e editada pelo Núcleo de Pesquisa Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), publicação semestral que reúne artigos inéditos, resenhas, traduções, entrevistas, dossiês temáticos e ensaios fotográficos. Cadernos NAUI nasce do desejo de compartilhar pesquisas e reflexões sobre antropologia urbana, patrimônio cultural e memória, a partir de uma visão integrada do fenômeno social e das relações de diversos atores sociais.

Neste número, apresentamos o dossiê temático “Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas”, organizado por Dagoberto Bordin e Míriam Santini de Abreu. Sob a temática dos estudos sobre o patrimônio imaterial, o dossiê dá visibilidade e propõe reflexões sobre as questões relativas aos meios alternativos de informação como determinantes de ações sociais, especialmente em contextos urbanos. Os debates giram em torno das experiências, às vezes efêmeras, dos arranjos possíveis para a defesa de interesses não hegemônicos. São estratégias de resistência e de enfrentamento à comunicação comercial. São formas de luta pelo exercício do direito à informação, com vistas à consolidação da cidadania.

Para finalizar, apresentamos entrevista com o Dr. Alejandro Balazote Oliver, antropólogo argentino e professor da Universidade de Buenos Aires, que nos brinda com reflexões sobre o papel da Antropologia frente à realidade social no enfrentamento de problemas centrais da sociedade latino-americana.

Agradecemos aos organizadores do dossiê e a todos os autores e pareceristas que contribuíram com nossa revista. Esperamos que esta publicação estimule a todos para a produção de novos materiais que possam fazer o Cadernos NAUI cada vez mais uma referência na bibliografia sobre patrimônio cultural e dinâmicas urbanas.

Desejamos boa leitura a todos!

Os editores.

Sumário

Dossiê: Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas

Apresentação

Dagoberto Bordin (UFSC); Míriam Santini de Abreu (UFSC)

Utopia: uma rádio e um jornal comunitários na Praia da Pinheira

Dagoberto Bordin

16

A experiência urbana no jornalismo independente: entre conceitos e práticas

Míriam Santini de Abreu

30

Rádios comunitárias: ativismos e resistência nas redes sociais

Maria Inês Amarante

51

Rádio Campeche e a participação popular no Plano Diretor de Florianópolis na perspectiva do jornalismo libertador

Elaine Tavares

68

Narradores do Monte Serrat

Guilherme Ruchaud

82

Comunicação popular e a experiência do “Jornal Comunitário” de São Miguel do Oeste/SC

Claudia Aparecida Weinman; Julia Saggioratto

101

Cruzar o muro para escutar: memórias e pertencimento no Quilombo Flores (Porto Alegre, RS)

Luiza de Britto Dorneles

111

La Cueva del Aullido y los Kantantes

Lenin Enrique Ignacio Vásquez

136

Ativismo e mídia independente em tempos de devastação social: notas da insurreição juvenil na Grande Buenos Aires

Valdeci Reis

145

Tecendo identidades abertas: a experiência do Laboratório de Comunicação Intercultural e suas redes na Panamazônia
Guilherme Gitahy de Figueiredo 170

A questão do crédito no trabalho de arranjos alternativos às corporações de mídia
Dairan Paul 199

Entrevista

De uma Antropologia dos inundados a uma Antropologia dos processos sociais, econômicos e culturais de amplo alcance
Com Alejandro Balazote Oliver
Ana Cristina Rodrigues Guimarães 216

Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas

Dagoberto Bordin

Jornalista, doutor em Antropologia Social (UFSC)

E-mail: dagobertobordin1962@gmail.com.

Míriam Santini de Abreu

Jornalista, doutora em Comunicação Social (UFSC)

E-mail: misabreu@yahoo.com.br.

Este dossiê pretende refletir sobre a importância dos meios alternativos¹ de informação como determinantes das ações sociais, em especial nos centros urbanos. Da comunicação comunitária à cobertura internacional de notícias, estamos num momento de ebulição que desafia a mídia hegemônica e massiva e anuncia a iminente pulverização dela. “O jornalismo alternativo está presente desde os primórdios do que se entende como jornalismo, observando mais atentamente o contexto brasileiro. Atualmente, há um crescimento significativo de iniciativas de jornalismo alternativo”.² A derrocada das grandes agências ocidentais de notícias (France Presse, criada em 1835; Associated Press, 1846; Reuters, 1851; United Press International, 1907) começou na década de 1990 e hoje nos parece irreversível.

No Brasil, a hegemonia midiática representada pela Rede Globo e seus inúmeros tentáculos se iniciou na década de 1960, financiada pelos grupos estadunidenses Time e Life, estruturadores do golpe de 1964. Como ensina a professora Martha Alves D’Azevedo,³ sofremos um controle externo sobre as informações que circulam dentro do País. As manchetes na Globo, na revista Veja, nos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo são essencialmente as mesmas – o que nos faz pensar sobre a qualidade das informações que perpassam nosso dia a dia e sobre a carga ideológica das notícias que nos afetam, que estimulam nossa ação ou nossa apatia, que influenciam nosso voto e moldam nosso modo de pensar e sentir.

Temos, desde sempre, pouca informação sobre a América Latina nas nossas mídias comerciais, a cobertura é muito maior quando se trata dos Estados Unidos e da Europa. O noticiário sobre a América Latina é negativo, desastres climáticos, tráfico, pobreza. As notícias que invadem nosso imaginário agem no conjunto de toda a indústria cultural – as músicas, os filmes, os livros, as revistas em quadrinhos, os artigos acadêmicos. A língua

¹ Alternativos, independentes, não-hegemônicos, contra-hegemônicos, não comerciais, não corporativos. A terminologia é discutida em artigo a cargo da jornalista Míriam Santini de Abreu, em *A experiência urbana no jornalismo independente: entre conceitos e práticas*.

² CARVALHO, Guilherme; BRONOSKY, Marcelo. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. Revista pauta geral estudos em jornalismo 10.5212/RevistaPautaGeral, v. 4. i1. 0002. <file:///C:/Users/ProCrep1/Downloads/Dialnet-JornalismoAlternativoNoBrasil-6124734.pdf>. Acesso em 28 de abril de 2022.

³ D’AZEVEDO Martha Alves (Coord.), O jornal como formador de opinião pública. Coleção: Textos para discussão. Porto Alegre: Ufrgs/1983. D’AZEVEDO, Martha Alves. O controle externo da informação como forma da dominação. (Tese de Mestrado). Porto Alegre: IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 1980.

franca das notícias é o inglês, a versão do mundo que nos é apresentada há mais de um século é anglo-saxã, com muito preconceito com todo o resto do mundo, em especial contra a China e a Rússia, o Sul global, os países periféricos da África, da Ásia e do Oriente Médio.

De maneira geral, as pessoas naturalizaram que é papel exclusivo dos meios de comunicação hegemônicos abastecê-las com notícias. É como abrir uma torneira e encher um copo de água, acender uma lâmpada. Aquelas são as empresas fornecedoras de um produto, a notícia, que está à venda, que gera lucro, cria milionários, uma mistura de jornalismo e publicidade que é difícil de se deslindar. Quase não se questiona a legitimidade destes meios nem o fato de que são financiados principalmente por todas as instâncias dos governos, pelos bancos, pelas indústrias, pelos detentores dos meios de produção. Não se ensina o conceito de que o cidadão tem direito à informação mais verdadeira.

Desta forma, também as manchetes que circulam dentro do Brasil são basicamente as mesmas que circulam no Ocidente inteiro.

Vivenciamos, no entanto, historicamente, e mais ainda depois do surgimento da internet, a possibilidade de quebra destes monopólios. Conforme apontam Iluska Coutinho e Caroline Marino, em “Ambiente digital como possibilidade para o exercício da contra-hegemonia: Jornalistas Livres, transmissões ao vivo e #GreveGeral”,

A internet e o ciberespaço são caracterizados por uma descentralização capaz de multiplicar as fontes de emissão, as interações entre usuários e a disponibilização de diversos tipos de conteúdos, sejam textos, sons ou imagens. (...) uma particularidade desta rede mundial é a variedade de formas de uso e apropriações, permitindo a difusão e produção de experiências informativas de caráter contra-hegemônico.⁴

Já existe vasta bibliografia a respeito das mídias não-hegemônicas. Evandro de Assis, Leonel Camasão, Mariana Rosa Silva e Rogério Christofoleti, em “Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea”, são conclusivos:

Os últimos anos têm permitido a emergência de um grande número de iniciativas jornalísticas que se autointitulam “independentes” ou “alternativas”. Os rótulos não são novos, mas se percebe que a onda atual tem

⁴ <https://www.jornalismoaudiovisual.com/artigos-nja>. Acesso em 28 de abril de 2022.

características próprias que contribuem para uma rediscussão de conceitos como autonomia, independência financeira e editorial. Um arranjo que possibilita também tensionar essa importante categoria – a independência – num cenário pós-industrial, onde é crescente a participação efetiva daqueles que antes chamávamos de públicos e onde o ativismo contraria valores históricos do jornalismo como o da imparcialidade. Os resultados a que chegamos sinalizam um panorama mais dinâmico para a definição da independência e ajustes necessários para as expectativas que essa ideia exige.⁵

A Constituição de 1988 já previa a ilegalidade da concentração dos meios de comunicação, mas a lei nunca foi regulamentada (estamos falando do parágrafo 5º, Capítulo V – Da Comunicação Social Art. 220): “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. A lei ainda não foi regulamentada, mas em compensação entraram em campo a imprensa nanica, as rádios piratas, as rádios comunitárias com extensões on line, web rádios, jornais comunitários veiculados pelo Facebook, em podcasts, com a difusão de notícias pelo Instagram, Twitter, Telegram, WhatsApp. A mídia hegemônica passou a ser pautada por distintas fontes de informação. Hoje, um único “influenciador” pode ter mais audiência que diversos veículos de mídia tradicional juntos. Ao mesmo tempo, em nível global, assistimos à entrada de grandes agências de comunicação não anglo-saxãs, como Al Jazeera, Press TV, Sputnik, RT, Intel Slava, Telesur e Granma – Catar, China, Rússia, Venezuela e Cuba disseminam cada vez mais suas próprias narrativas sobre os mesmos acontecimentos. A mídia hegemônica passou a estar sempre em xeque. Ainda no cenário internacional, é curioso perceber que a dominação no campo da informação se dá também nos países chamados desenvolvidos. O homem comum, o Homer Simpson (o Dino)⁶, é sempre representante da mesma massa considerada de manobra. Enquanto escrevemos esta apresentação, o jornalista Julian Assange, do Wikileaks, está a um passo de ser extraditado da Inglaterra para os Estados Unidos, depois de ter sido arrastado, em 2019, para fora da embaixada do Equador, onde estava asilado, em Londres. Edward Snowden continua refugiado na Rússia pelos mesmos motivos – o exercício de investigação jornalística, isso em países que se dizem democráticos como os Estados Unidos e a Inglaterra (Suécia, Austrália, Alemanha...). Neste mesmo momento, a jornalista palestina

⁵ www.researchgate.net/publication/318292819. Acesso em 28 de abril de 2022;

⁶ Referência ao fato de o jornalista e apresentador William Bonner ter definido o espectador médio de noticiário como Homer Simpson, personagem de uma série televisiva. Dino, personagem de outro programa, é um dinossauro que não abre mão dos programas de televisão.

Shireen Abu Akleh, da rede Al Jazeera, foi assassinada pelo estado terrorista de Israel,⁷ uma avalanche de narrativas a respeito do conflito armado entre Rússia e Ucrânia é despejada pela mídia hegemônica no Ocidente, omitindo as dezenas de invasões estadunidenses e de seus aliados (Israel, por exemplo) mundo afora.

No Brasil, a Mídia Ninja, a TV 247, o The Intercept, o Jornal GGN, Outras Palavras, A Pública, Carta Maior, Opera Mundi, Pragmatismo Político, Portal do José, entre muitos outros, são já inúmeros (cerca de 200, entre os mais relevantes)⁸ os canais independentes, alternativos, contra-hegemônicos, que apresentam notícias e reportagens ausentes na imprensa tradicional/corporativa e desvendam a ideologia dos grupos dominantes de mídia. Cada vez menos pessoas assistem à TV aberta, os jornais impressos estão sendo extintos. Bom lembrar também que a maior reviravolta político-jurídica recente, no Brasil, relacionada à chamada Operação Lava Jato, foi provocada por um *hacker*, numa trama divulgada pelo The Intercept e não pela imprensa tradicional. “Eu era fã. Mas, assim que entendi a manipulação deles, eu me senti enganado. Vi que a Lava-Jato era mais política do que jurídica”, disse Walter Delgatti Neto (o *hacker*), que tirou o ex-presidente Lula da prisão, colocou o juiz Sérgio Moro sob suspeição e alterou radicalmente o destino político do Brasil.⁹

É neste cenário que apresentamos agora este dossiê que teve o objetivo inicial de mostrar os meios alternativos de comunicação como patrimônio, memória tangível e intangível. Trata-se – esta – de uma discussão pública, como pode ser visto na figura a seguir, assunto deste mesmo ano de 2022, com relação à Rádio MEC (“Rádio MEC pode se tornar patrimônio histórico e cultural imaterial – Emissora criada em 1923 é gerida desde 2007 pela EBC”).¹⁰ Mas o conjunto de artigos acabou se consolidando em torno de suas próprias e muitas vezes efêmeras experiências temporais de arranjos comunitários, universitários, de caráter grupal, associativo, de redes de interesse. O propósito inicial do dossiê foi alcançado, num plano secundário.

A comunicação – seja qual for a origem das informações – permeia o dia a dia de todas as pessoas, de diferentes maneiras. Determina a ação ou a inação destes coletivos

⁷ <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/11/jornalista-palestina-e-morta-a-tiros-pelo-exercito-de-israel-durante-cobertura-na-cisjordania>. Acesso em 26 de maio de 2022.

⁸ <https://www.sintrafesc.org.br/midia-alternativa/>. Acesso em 23 de abril de 2022.

⁹ <http://josiasgomes.com.br/a-pa-de-cal-no-cadaver-da-lava-jato/>. Acesso em 23 de abril de 2022.

¹⁰ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/cultura/audio/2022-04/radio-mec-pode-se-tornar-patrimonio-historico-e-cultural-imaterial>. Acesso em 23 de abril de 2022.

no mundo. Os meios de comunicação, portanto, podem ser apropriados pelas populações de determinado bairro, cidade, estado, e atuar neles é um aprendizado diário para os comunicadores que vivem no meio destas populações. Eles interagem como profissionais e, ao mesmo tempo, como protagonistas de alternativas à comunicação hegemônica, porta-voz dos interesses econômicos, dos quais precisa para se manter no poder, um poder que se retroalimenta.

A mudança que se propõe está instalada: o direito à informação deve ser exercido pelos agrupamentos geograficamente localizados ou reunidos a distância. Apesar de a maioria das pessoas ainda estar acostumada a absorver a mesma mídia dominante nos mais recônditos rincões do País, a mídia independente contribui para a construção de novas identidades e o reconhecimento de atores locais – é documentação acerca das notícias veiculadas localmente e inegável sua influência sobre as pessoas que estão sujeitas a esta exposição noticiosa. A realidade midiaticizada, desta maneira, afeta o cotidiano dos cidadãos e sua relação com os espaços urbanos, locais em que estas mídias se disseminam e em que os próprios agentes de comunicação interagem com seus objetos de cobertura. Informação com credibilidade significa tornar possível a ação responsável e, assim, a mídia não hegemônica permite que se busque cada vez mais a consolidação da cidadania.

Figura 1. Cartaz de divulgação de audiência pública no Rio de Janeiro.



Fonte: www.facebook.com/photo/?fbid=2195614093919766&set=a.108138809333982. Acesso: 23 de abril de 2022.

O título do dossiê opta pela expressão “mídia não hegemônica”, mas os conceitos não dão necessariamente conta da pluralidade das práticas e das formas como elas se autodenominam: independente, comunitária, alternativa, popular, coletiva, contra-hegemônica, inovadora. Um quadro bastante elucidativo dessa pluralidade de conceitos e práticas aparece na coletânea “Arranjos jornalísticos alternativos e independentes no Brasil: organização, sustentação e rotinas produtivas”, lançado em 2021 por Roseli Figaro e Cláudia Nonato a partir de uma iniciativa coletiva do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (CPCT-ECA-USP). São arranjos alternativos e independentes, “porque esses e essas jornalistas buscam arranjar-se para cumprir a missão de bem informar, muitas vezes, deixada de lado pela mídia *mainstream*”, e também “porque buscam uma alternativa independente de trabalho que possa trazer dignidade ao fazer cotidiano, sem afrontar a ética profissional (...)” (2021, p. 8).

A mídia não hegemônica, assim como a hegemônica, foi afetada pela pandemia de Covid-19 e suas consequências, agravadas, no Brasil, pelas disputas eleitorais, reformas constitucionais, empobrecimento e superexploração de trabalhadores, entre eles jornalistas, condições que afetam também as dinâmicas urbanas. Nessa perspectiva, o Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina (NAUI/UFSC) promoveu o encontro “Mídia não hegemônica e memória nas dinâmicas urbanas”, em 27 de agosto de 2021, com quatro debatedores, três deles autores de artigos que integram o presente dossiê, que assim se estrutura:

No primeiro artigo, *Utopia: uma rádio e um jornal comunitários na Praia da Pinheira*, Dagoberto Bordin conta sua versão das histórias do jornal *Espinheira* e da Rádio Comunitária Pinheira, dois meios de comunicação comunitária que coexistiram até recentemente numa mesma comunidade litorânea, no município de Palhoça/SC. Em seguida, em *A experiência urbana no jornalismo independente: entre conceitos e práticas*, a jornalista Míriam Santini de Abreu examina como a experiência urbana aparece no jornalismo independente a partir de reflexões da antropologia urbana e da teoria da produção do espaço, com uma análise do portal Floripa Centro, de Florianópolis (SC), e do Sul21, de Porto Alegre (RS). Os dois veículos mostram que, para além da independência econômica, política e/ou ideológica, há a independência do olhar do

jornalista que se embrenha nas brechas do que o jornalismo hegemônico trata como resíduo e não digno de aparecer na pauta noticiosa. Aqui, surge o que o jornalismo hegemônico esconde, tergiversa, indiferencia, invisibiliza, torna indiferente ou simplesmente omite como estratégia editorial, economia de recursos ou falta de tempo no produtivismo que assola as redações, perdendo-se assim o rico potencial dos textos que dão vida à singularidade do cotidiano na vida urbana.

No terceiro, *Rádios comunitárias: ativismos e resistência nas redes sociais*, a cientista social Maria Inês Amarante apresenta a experiência do Movimento Nacional de Rádios Comunitárias, que formou uma rede de 890 rádios durante as eleições de 2018. A autora busca mostrar como grupos de comunicadores inovam suas estratégias de luta e resistência em tempos de convergência midiática. “Para além de uma apropriação das tecnologias digitais, é necessário sensibilizar o público em geral para que atue na construção da democracia, revigorando o direito à comunicação”, explica Maria Inês.

A jornalista Elaine Tavares discute, em *Rádio Campeche e a participação popular no Plano Diretor de Florianópolis na perspectiva do jornalismo libertador*, o papel da rádio comunitária na participação popular no Plano Diretor de Florianópolis e os caminhos para o jornalismo libertador e a democratização da comunicação.

Os textos que se seguem são experiências práticas de exercício de narrativas não hegemônicas, a começar pelo artigo intitulado *Narradores do Monte Serrat*, do arquiteto Guilherme Ruchaud. O ensaio propõe reflexões sobre o campo da narratividade enquanto instância da vida política das cidades a partir de uma pesquisa etnográfica realizada na comunidade do Monte Serrat, em Florianópolis. Guilherme Ruchaud apresenta um artigo em que atribui às narrativas e aos narradores das histórias sobre o bairro Monte Serrat a própria construção simbólica da identidade daquele espaço da cidade, situado numa encruzilhada entre o Centro e a periferia. As diversas narrativas, oportunizadas cada vez mais pelos meios alternativos de comunicação, dão novas identidades tanto aos lugares quanto aos habitantes destes lugares ou às pessoas que transitam por eles, que os vivenciam. O autor discute o gesto de narrar em associação com os modos de produzir o território na cidade, “sempre em um complexo campo de disputas com as representações hegemônicas da cidade sobre suas periferias”.

Claudia Aparecida Weinman e Julia Saggioratto fazem um apanhado histórico do surgimento do “Jornal Comunitário” em São Miguel do Oeste. O artigo *Comunicação*

popular e a experiência do “Jornal Comunitário” de São Miguel do Oeste/SC examina a experiência deste meio de comunicação não hegemônico que existe há 10 anos, na perspectiva da comunicação popular. “É um jornal em que as comunidades empobrecidas e invisibilizadas se reconhecem e têm suas realidades evidenciadas como pauta central”.

A jornalista Luiza de Britto Dorneles, em *Cruzar o muro para escutar: memórias e pertencimento no Quilombo Flores (Porto Alegre, RS)* expõe as lembranças de uma família quilombola em relação com um território confiscado pelo Colégio Marista Assunção que, em 2014, construiu um estacionamento em uma área de usufruto da comunidade.

A propósito, foi justamente em Porto Alegre que ocorreu uma ação inédita às vésperas das eleições de 2018. No dia 27 de outubro, meios de comunicação alternativos dos mais diversos perfis estiveram lado a lado para uma transmissão conjunta, em rede, durante 13 horas, em suas páginas no Facebook. Foram 16 as mídias que construíram essa ação, denominada “Mídias alternativas pela democracia”: Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (Alice), Amigos da Terra Brasil, Anú – Laboratório de Jornalismo Social, Boca de Rua, Brasil de Fato RS, Coletivo Catarse, Comunicação Kuery, Esquerda Online, Jornal JÁ, Jornalismo B, Manifesto POA, Mídia Ninja, Nonada – Jornalismo Travessia, Rádio Comunitária A Voz do Morro, Rede Soberania e TV Nação Preta¹¹.

De volta ao dossiê, *La Cueva del Aullido y los Kantantes* – de Lenin Enrique Ignacio Vásquez – relata uma experiência radiofônica alternativa iniciada na cidade de Oaxaca, no México, que agora já é retransmitida em quase 50 estações de rádio, uma delas a Rádio Campeche, em Florianópolis. Não se trata, neste caso específico, de um artigo acadêmico, mas de um texto ilustrativo de como se idealizou e se realiza este projeto, na voz do diretor do programa.

Doutor em Comunicação, Valdeci Reis nos traz uma experiência recente de Buenos Aires. *Ativismo e mídia independente em tempos de devastação social: notas da insurreição juvenil na Grande Buenos Aires* relata e analisa as táticas de mobilização do movimento La Cámpora, articulação de jovens argentinos de esquerda. Para o autor, faz-se necessário que os movimentos sociais estejam presentes nas redes sociais digitais e

¹¹ www.brasildefato.com.br/2018/11/26/midias-alternativas-unidas-pela-democracia. Acesso: 23 de abril de 2022.

tenham capacidade de estruturar mídias alternativas para dialogar com as massas e ampliar seu trabalho de base nas comunidades periféricas. Conforme o autor, Fernando Calderón e Manuel Castells, ao analisarem as insurreições juvenis recentes ocorridas na América Latina, identificaram quatro elementos decisivos no processo organizativo dos novos movimentos populares: 1) a ação em rede dos movimentos socioculturais com carga subjetiva, que buscam novas formas de existência; 2) as experiências locais e horizontais de tomada de decisão política; 3) a comunicação horizontal de massas que se produz nas redes sociais; 4) a ação comunicativa direta que se produz sobretudo entre líderes carismáticos e sociedade no espaço público informacional. “No objeto problematizado neste artigo – movimento La Cámpora –, adiciono um quinto elemento: a capacidade de articulação com as mídias independentes. A construção da Rede Nacional de Mídia Alternativa é apenas um exemplo da capacidade destes coletivos de promoverem interação dialógica com a sociedade argentina”.

Tecendo identidades abertas: a experiência do Laboratório de Comunicação Intercultural e suas redes na Panamazônia, de Guilherme Gitahy de Figueiredo, faz um histórico do programa de extensão universitária Laboratório de Comunicação Intercultural em Tefé (AM) que, em parceria com o coletivo Centro de Mídia Independente de Tefé, tem o objetivo de promover a comunicação horizontal.

Dairan Paul – que finaliza a coletânea – esmiúça as relações entre a mídia hegemônica e a mídia alternativa, em especial quando a mídia alternativa pauta a mídia comercial, que se apropria de seus conteúdos: *A questão do crédito no trabalho de arranjos alternativos às corporações de mídia*. “A partir de seis casos, discuto como essa problemática estrutura o campo jornalístico e afeta sobretudo as iniciativas que se autodenominam ‘independentes’ ou ‘alternativas’. Os exemplos demonstram que veículos da chamada ‘grande imprensa’ acabam, por vezes, apropriando-se de apurações feitas pelos arranjos e evitam creditá-los, seja por orientação editorial, pela ausência de reconhecimento simbólico ou pelo reforço a uma lógica de mercado que se sobrepõe aos preceitos da ética jornalística”.

O conjunto de artigos deste dossiê orchestra assim pesquisas e experiências de comunicação e jornalismo que, de diferentes modos, têm como horizonte a emancipação humana em todos os sentidos e possibilidades.



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas

V 11 | n 20 | jan-jun 2022

Utopia: uma rádio e um jornal comunitários na Praia da Pinheira

Dagoberto Bordin



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

BORDIN, Dagoberto. Utopia: uma rádio e um jornal comunitários na Praia da Pinheira. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 16-28, jan-jun 2022. Semestral.

© NAUI

Utopia: uma rádio e um jornal comunitários na Praia da Pinheira

Dagoberto Bordin¹

Resumo

O artigo faz um histórico do que foram e no que se transformaram duas das experiências de comunicação comunitária no bairro da Pinheira, sul do município de Palhoça/SC, Brasil. Nesta região balneária, com hoje cerca de 25 mil pessoas que vivem em um grupo de 15 bairros, distante 35 km da sede do município, os moradores locais e os turistas contavam até alguns anos atrás com um jornal impresso mensal (*Espinheira, Espinheira-Santa*, desde 1994) e com uma rádio comunitária (Rádio Pinheira, desde 2014). A luta pela democratização do direito à informação está longe de vingar, mas é isto aconteceu aqui, à revelia dos poderes econômico, político e religioso locais.

Palavras-chave: rádio comunitária, jornal comunitário, comunicação independente.

Abstract

The article presents a history of what two of the experiences of community communication in the neighborhood of Pinheira, south of the municipality of Palhoça/SC, Brazil, were and what they have become. In this seaside region, with today about 25 thousand people who live in a group of 15 neighborhoods, 35 km away from the city center, local residents and tourists relied until a few years ago on a monthly printed newspaper (*Espinheira, Espinheira-Santa*) and with a community radio (Rádio Pinheira). The struggle for the democratization of the right to information is far from successful, but it is possible to react, and this has happened here, in spite of the local economic, political and religious powers.

Keywords: community radio, community newspaper, independent communication.

¹ Jornalista (UFRGS, 1986), doutor em Antropologia Social (UFSC, 2015). Email: dagobertobordin1962@gmail.com.

Um dos organizadores do presente dossiê, depois de atuar mais de 20 anos como jornalista na mídia hegemônica², fixei residência – em 1998 – no litoral de Santa Catarina, sul do município de Palhoça, região conhecida como Baixada do Maciambu. Na Praia da Pinheira, bairro distante 35 km ao sul da sede do município, tive imediato contato com a Escola Estadual Padre Vicente Ferreira Cordeiro, onde atuei por dois anos como professor de Português e Filosofia, antes de ingressar como docente no curso de Comunicação Social na UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina –, em Tubarão e na Pedra Branca, em Palhoça, no ano de 2000. Naquela escola, como não havia professores interessados em lecionar ali, era comum as aulas serem assumidas por ex-alunos que já haviam completado o segundo grau (ensino médio) fora da comunidade. Ainda assim, algumas disciplinas passavam o ano inteiro sem ter professor, pois existia e ainda existe uma demanda por professores, graduados em todas as áreas, no interior de todo o Brasil, incluindo Santa Catarina e a Região Sul, de modo geral. Este contato com jovens e adultos foi oportunidade de me inserir no contexto interno da comunidade, tinha passado alguns verões na Pinheira, antes, mas como turista – foi, então, um contato intenso com as famílias, em especial porque foi o começo do ensino médio no local. Até aquele momento, quem quisesse cursar o ensino médio tinha que sair da Pinheira e ir de ônibus para Palhoça ou outros locais, então a escola naquele momento recebeu uma demanda represada de alunos, pais, mães e filhos, que haviam abandonado os estudos e estavam ansiosos para poder se formar no segundo grau, uma exigência para melhor colocação no mercado de trabalho e oportunidade de finalizar os estudos e tentar um curso superior sem ter que sair da Pinheira, à noite – os ônibus sempre foram um problema porque eram poucos, sucateados, e faziam, lotados, um percurso que ora era de pura poeira ora era de pura lama, um trecho de 12 km, a SC-433, que só foi asfaltado muitos anos depois. A BR-101 não havia ainda sido duplicada e era bem frequente os ônibus quebrarem no caminho.

O jornal comunitário também logo atraiu minha atenção e comecei a publicar nele – na época, o *Espinheira*, que havia sido criado em 1994, tinha quatro páginas em tamanho tabloide, era em preto e branco e sua tiragem era regular. Contribuí como repórter, fotógrafo e redator e, logo, como editor, cargo que ocupei até as edições

² *Zero Hora* (RS), *Diário Catarinense* (SC), *Folha da Tarde*, *Diário Popular*, *Diário do Grande ABC* (SP), Rede Globo, Editora Abril, entre outras editoras.

impressas finais e agora, na versão on line para o Facebook. O *Espinheira* era editado todos os meses, com participação de diversos moradores da comunidade – o coordenador era Vilmar Godinho, o eremita do Vale da Utopia, um jornalista de Porto Alegre que ainda mora numa caverna e virou assunto nacional na ocasião em que o poder público tentou desinstalá-lo de seu refúgio, no Vale da Utopia, em 2016.³

O jornal impresso chegou a ser mensal, colorido, passou a ter 16 páginas e costumava ser muito popular. Seu apogeu foi na década de 90, com até 6 mil exemplares distribuídos de mão em mão pela própria equipe da redação e tendo como assunto os principais acontecimentos comunitários e seus personagens, com três focos específicos: turismo, meio ambiente e comunidade. O jornal impresso era recebido com festa e circulava em toda a Baixada do Maciambu, conjunto de bairros que soma, atualmente, mais ou menos 25 mil pessoas, e também nos municípios de Garopaba, Paulo Lopes e no centro de Palhoça.

Fotografias, textos, ilustrações e diagramação também eram colaborações espontâneas dos próprios moradores, trabalho voluntário, enquanto a impressão era custeada pelo comércio local, nos espaços para os anunciantes. Hoje, o jornal já faz tempo que não sai mais de forma impressa – desde a pandemia de Covid-19 –, mas algumas notícias são distribuídas de maneira episódica (sem edição formal) no endereço do jornal no Facebook: avisos, óbitos, informações de interesse público. Tanto a rádio como o jornal on line, na internet, têm públicos distintos da rádio na FM e do jornal impresso, pois muita gente não tem acesso à internet (40 milhões de pessoas no Brasil) e outros não têm os equipamentos necessários para acessar, embora quase toda a população conte com telefone celular e se informe pelo Whatsapp. Nosso sonho é um dia voltar com o jornal impresso e a rádio na FM, pois a comunidade geograficamente localizada é, a nosso ver, o alvo preferencial deste tipo de comunicação.

Existem algumas coleções inteiras do jornal esparsas entre os moradores e, no nosso entender, elas constituem uma documentação, um patrimônio histórico, uma memória viva, além de o jornal ser também um depositário de patrimônio imaterial, uma vez que

³ <https://mpsc.mp.br/noticias/mpsc-mantem-proposta-para-eremita-do-parque-da-serra-do-tabuleiro>. Acesso em 25 de maio de 2022.

contribuiu para construir a identidade de um lugar (as nossas comunidades) e as identidades das pessoas que nestes lugares conviveram e convivem.

Em nossa comunidade, todos são conhecidos, os jornalistas e os radialistas são pessoas quase públicas. Os moradores ligam ou vão à casa da gente para levar uma foto, uma informação, para fazer uma reclamação. A gente é parada na rua para conversar, pois andamos a pé ou de bicicleta. Existe uma memória indelével, tanto das matérias veiculadas no jornal quanto dos programas de rádio, que também possuem arquivos em áudio e vídeo e contam com as redes sociais. Existem memórias também dos inúmeros eventos promovidos pela rádio.

Figura 1. Capas do jornal *Espinheira* (*Espinheira-Santa*, nas mais recentes edições impressas).



Fonte: Facebook do Espinheira-Santa, 2019.

A Rádio Comunitária Pinheira foi criada em 2001 – fui um de seus fundadores e o primeiro presidente, sempre na diretoria da emissora, ao longo da história – e ela passou a operar em janeiro de 2014, na FM e na internet, simultaneamente. Quando a rádio começou a ser pensada, o Ministério das Comunicações, conforme a lei 9.612, de 19 de

fevereiro de 1998, assinada por Fernando Henrique Cardoso, exigia que se criasse uma associação específica com este objetivo: foi constituída então uma diretoria com CNPJ e passamos a enviar a documentação solicitada para a Anatel, em Brasília. Foram 12 anos extenuantes, pois de tempos em tempos nos pediam mais documentos, diferentes dos anteriores. Um de nossos associados morreu, outros se mudaram daqui, foi um processo oneroso e burocrático ao extremo. É bem desencorajador. Neste sentido, talvez a clandestinidade (as rádios piratas) seja mais eficiente, pois estas rádios são muito mais atuantes do ponto de vista social, enquanto as legais foram, de certa maneira, sendo “domesticadas” – toda programação tem que ser gravada, não se pode buscar anunciantes fora do raio de 1 km, na verdade não se pode ter anunciantes, mas sim algo indefinido como “apoio cultural”. São inúmeras as regras para a manutenção das emissoras e, mesmo assim, ou talvez justamente por causa disso, muitas rádios comunitárias surgem e/ou acabam nas mãos de políticos profissionais, grupos econômicos ou das igrejas.

Nosso processo chegou a ser arquivado, num dado momento, sem que tivéssemos sido avisados, então reabrimos nossa inscrição. No total, nosso pedido ficou em tramitação de 2001 até 2013. Isso em pleno governo do PT. Até que, em 2013, a outorga foi, enfim, concedida. Na hora em que ocorreu a concessão pública, assinada por Renan Calheiros, imediatamente houve um movimento de tentativa de apropriação da emissora. Se a cada dois anos a chapa da diretoria nunca mudava – exceto no caso de mudança ou falecimento de algum dos seus integrantes, na primeira eleição posterior à outorga foi apresentada uma chapa em que se colocava na presidência da diretoria da rádio uma moradora e associada que tinha sido candidata derrotada algumas vezes para o cargo de vereadora por Palhoça, ex-diretora (vitalícia) da escola. Ela contava com o apoio de uma rede de supermercados, principal poder econômico local. A chapa foi recusada, não houve eleição, e a decisão sobre a nova diretoria da rádio foi tomada, dias depois, numa espécie de plebiscito realizado na escola estadual local, com a presença de grande parte da comunidade. Mantivemos, então, a diretoria histórica, pois nunca tínhamos exercido de fato o comando da rádio.

Comprado o equipamento básico – antena, transmissor, microfones, a torre da antena, os cabos – com ajuda de alguns colaboradores, pessoas físicas e donos de comércios locais, foi instalada a antena de FM e alugado um apartamento para o estúdio,

na Praia de Cima, Pinheira. Passamos a transmitir em janeiro de 2014, simultaneamente na FM, 98.3 e na internet. Sem receita, no começo as dívidas e o aluguel foram pagos por membros da diretoria.

Ajustar a programação foi um momento complexo, pois não tínhamos pessoal e nem um programador, mas, aos poucos, foram sendo criados programas de músicas (reggae, gaúchas, eruditas, jazz, samba, sertanejo e diversos programas de entrevistas com os mais variados apresentadores – mulheres, crianças, idosos (aposentados), pessoas com dificuldades (como uma apresentadora com síndrome de down), um aluno angolano do jornalismo na Unisul chamado Camuaso Segundo produzia e apresentava o “Viva Angola”, ele é cego. Tivemos um programa comandado por uma professora de Libras. Houve programas que duraram anos e houve um, de rock progressivo, que existiu por uma única noite. O “Sustentabilidade Agora”, com a professora Hélia Alice dos Santos, do Centro de Triagem da Pinheira, foi um dos programas pioneiros e durou do começo ao fim; o “Aldeia Global”, de entrevistas, era realizado por Magnus Casara, com um total de mais de 200 personalidades locais; houve um programa sobre educação, com a educadora Renata Scaim (o “Bola de Meia”); um sobre plantas alimentícias não convencionais (PANCs), o “Do mato ao prato”; o “Prosa de Cozinha”, com o chef mineiro Gabriel Nassif, com receitas culinárias; um de música gaúcha, que teve duas versões, o “Cantares do Sul”, com Pedro Luiz Barreto, e o “Domingo Campeiro”, com Paulo Pavanello. As pesquisas apontavam que a maioria dos ouvintes preferia ouvir só sertanejo e tivemos vários programas do gênero, em alguns momentos, mas como a maioria das rádios já tinha escolhido este tipo de música e elas (Guararema, Massa, Regional, por exemplo) tocavam só isso o dia inteiro, optamos pela escolha de diferentes gêneros, mais música brasileira, inclusive um programa exclusivo de música latino-americana, o “Nação Latina”, que era semanal e produzido e apresentado por um professor, Adair Bonini, do curso de Letras da UFSC. Avelino Ferreira comandava um programa de jazz e outro de música erudita. Tivemos alguns programas de igrejas evangélicas. A rotatividade de apresentadores e programas era bem intensa.

Sim, havia ouvintes que só ligavam a rádio no horário de suas músicas e programas favoritos. Parte da comunidade, por outro lado, nunca sequer soube da existência da rádio enquanto outra parte era fã, ouvia tudo todo dia, ligava e interagia com a rádio nas redes

sociais e pelo telefone. Parte de nossos apresentadores não ouvia a rádio. A rádio sempre funcionou 24 horas por dia, sete dias por semana.

Desinstalamos a torre da antena e paramos de transmitir pela FM durante a pandemia de Covid-19, em 2019, quando também se tornou impossível continuar pagando o aluguel, em nosso segundo endereço na Praia da Pinheira. A rádio nunca teve uma sede própria. Mantemos atualmente a transmissão apenas na internet, como webrádio (ou rádio web), uma rádio hoje basicamente musical ainda que no Face continuemos a transmitir algumas notícias locais. Agora, pensamos e produzir *podcasts* e aceitar anúncios sonoros apenas para a internet, com a inclusão de comerciais em forma de *banners* gráficos.

Da mesma forma que o jornal, a rádio movimentou o imaginário local, com programas retransmitidos da rádio UDESC (o “Educação Sexual em Debate”), com todos os programas da Rádio Senado, Rádio UFSC, Portal Desacato e a maioria dos programas produzidos localmente (de saúde, meio ambiente, veterinária, gastronomia), dando espaço e voz às das pessoas que moram na região ou frequentam ou passaram pelos nossos balneários.

Comunicação comunitária, um patrimônio?

Como mencionamos na apresentação, parece-nos óbvio que são patrimônio tanto a memória quanto os arquivos físicos da rádio e os do jornal. Podemos digitalizar o jornal e os áudios, mas, comparando os dois meios de comunicação comunitários em questão, o jornal *Espinheira* e a Rádio Pinheira, talvez a rádio tenha tido – contraditoriamente – uma “ressonância” menor que o jornal. Não me parece que tenha sido ou possa a vir ser considerada um patrimônio cultural. Utilizo “ressonância” no sentido atribuído ao termo por Gonçalves⁴ no artigo “Os limites do patrimônio”. Assim, talvez o jornal impresso tenha sido mais apropriado pelas comunidades – de qualquer forma, ninguém mesmo assim se moveu pela sua continuidade ou pela sua preservação enquanto memória. Outros aspectos contribuem, a meu ver, pela pequena popularidade da rádio. O mais evidente é

⁴ <http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Texto%20-%20GON-ALVES.pdf>. Acesso em 23 de abril de 2022.

a concorrência das rádios entre si e entre as rádios e todos os outros meios de comunicação – quase ninguém mais sintoniza uma rádio para ouvir músicas, já que é possível ouvir só as músicas de sua predileção em aplicativos como o Spotify ou Deezer, ou seleções particulares de um repertório baixado da internet ou gravado em casa. Um segundo motivo: é bem possível que tenhamos sofrido preconceito por sermos, quase todos integrantes da rádio, desde o começo, pessoas “de fora”, numa localidade ressentida por ter poucas iniciativas a cargo das “de dentro” – a Pinheira não conta sequer com uma associação de bairro ou um conselho comunitário locais. De fato, a maioria dos voluntários atuantes na Rádio Pinheira no seu auge eram pessoas que vieram do Rio Grande do Sul, em sua maioria, São Paulo e Minas Gerais, Paraná, Angola... entre outros.

Do ponto de vista comercial, tanto o jornal impresso quanto a Rádio Pinheira sempre foram exercidos de maneira muito artesanal, quase improvisada, do ponto de vista financeiro. Não chegamos a nos transformar propriamente em empresas, o jornal nunca teve sequer CNPJ, não tinha nenhum registro legal, além da sua própria existência – baseados na livre circulação de informações e no direito à liberdade de expressão, previstos constitucionalmente. Sempre estivemos tanto no jornal quanto na rádio num limiar: conseguir dinheiro suficiente para pagar as contas. No jornal, estas contas significavam principalmente a impressão, já que todas as outras funções eram executadas por voluntários, nos últimos anos basicamente o coordenador, Vilmar Godinho, e o editor, Dagoberto Bordin, que elaborávamos desde a pauta até a reportagem, a edição de textos e as fotos, vez ou outra a diagramação, até a captação dos anúncios e a sua distribuição. Na rádio, os anúncios sempre foram muito acessíveis (R\$ 100 por mês por dez inserções diárias de um minuto) – pela lei, as rádios comunitárias não podem receber anúncios públicos (de governos ou prefeituras ou órgãos públicos) e, na Baixada do Maciambu, a economia local é bem sazonal, tem um período de vacas gordas, que são os dois meses de verão, a “temporada”, e um longo período de vacas magras, que vai de março até dezembro, já que se trata de bairros litorâneos que têm a atividade econômica centrada no turismo de sol e mar. Na baixa temporada, restaurantes, bares, lojas fecham. Na rádio, dava mal e mal para pagar o aluguel, internet, telefone, luz, taxas da Anatel etc. Tivemos um pequeno período em que alguns dos associados contribuíram com uma mensalidade simbólica, mas a maioria não ajudava com nada, aparentemente não se considerava a

rádio como um serviço, talvez diante da oferta de inúmeras outras rádios em AM, FM, on line – a concorrência sempre foi muito forte, apesar de que a Rádio Pinheira era a única local, com notícias e entrevistas com pessoas da comunidade sobre assuntos como saneamento, transporte público, saúde, meio ambiente, esportes, plano diretor, entre outros.

Outro problema: tratávamos de assuntos espinhosos, tanto na rádio quanto no jornal – embora a maior parte do tempo tenhamos nos concentrado na exploração do turismo, do ecoturismo, das agendas locais das comunidades e do meio ambiente. Nem sempre agradamos a todos e muitas vezes a rádio e seus integrantes foram acusados de comunistas, esquerdistas, ecochatos justamente pelas nossas pautas – índios, negros, trabalhadores, transporte público, posto de saúde, esgoto, invasões e incêndios de terras do Parque do Tabuleiro.

Para muitas pessoas, tanto a rádio quanto o jornal talvez parecessem “bicos”, não trabalho. Equipe mínima, inexperiente do ponto de vista empresarial, nunca houve preocupação com uma reserva financeira para investimentos como uma sede própria, um carro. Era tudo experimental e, mesmo assim, muita gente aprendeu a trabalhar em rádio conosco, houve participação de pessoas que já tinham rádio na web, participação de escolares, pessoas que já tinham trabalhado em outras rádios comunitárias. Foi uma trajetória bem sofrida do ponto de vista financeiro. Já no primeiro mês no ar, chegaram os fiscais da Anatel e tivemos de pagar multas pelo fato de nosso transmissor não ter sido aterrado, pelo fato de a torre da antena não ter os 30m de altura previstos na lei (tinha 28m) – quando sempre considerávamos que o problema era ter mais altura que o previsto e não menos.

Nas últimas eleições para prefeito e vereador, em Palhoça, embora a rádio já estivesse fora do ar na FM e embora ninguém mais trabalhasse presencialmente em função da pandemia, fomos autuados e multados por não transmitir, na web, a propaganda eleitoral gratuita do candidato que acabou se elegendo prefeito. Seus advogados conseguiram a retirada do ar da emissora também na internet, sendo que a propaganda eleitoral não está prevista para as web rádios e a lei das rádios comunitárias foi editada inclusive antes da existência da internet, portanto antes de as comunitárias entrarem no ar on line, fora da FM. Mais um golpe.

Da parte do poder econômico local, acreditamos que havia uma insegurança com relação ao fato de a rádio e o jornal serem tão livres – não dependíamos do poder econômico local, pois nossos anúncios eram pequenos e pulverizados. A mencionada rede de supermercados, por exemplo, jamais anunciou na rádio e havia retirado o seu anúncio do jornal assim que denunciámos o despejo de esgoto de uma pousada da mesma família, que explodiu, um verão, no centro da Pinheira – na verdade foi a publicação da carta de uma leitora.

Manter uma rádio comunitária no ar é um ato de heroísmo. Sabemos de algumas rádios que aumentam a potência de seus transmissores (a lei diz que só se pode ter transmissor de 25 watts, quando uma rádio comercial hoje pode operar com transmissores de mais de 5.000 watts). Outras rádios comunitárias são de propriedade de líderes religiosos ou de políticos – o que é proibido pela lei, mas acontece muito.

Nosso objetivo sempre é a retomada da FM, mas, em 2021, tivemos que devolver R\$ 20 mil conquistados pela Lei Aldir Blanc porque simplesmente não conseguimos em toda a Pinheira um local para reinstalar a torre da antena. É lamentável. Ressuscitamos os radinhos de pilha. Muita gente ouvia a Rádio Pinheira na hora da faxina, na hora de lavar a roupa, nos trajetos de carro, em alguns comércios. Nosso telefone estava sempre a tocar. A rádio era ouvida até a altura do Morro dos Cavalos, na Enseada de Brito, mais de 12 km de distância da torre, em vez dos 1 km previstos na lei, porque só uma onda em direção contrária à nossa é que poderia interromper o nosso sinal.

Os que restaram desta experiência de comunicação comunitária estamos sexagenários, não produzimos descendentes comunicadores e é bem provável que esta experiência não se repita, tão intensa foram as mudanças nos meios de comunicação nos últimos anos. Para quem vivenciou este fenômeno, contudo, foi uma vivência inesquecível. Mostramos que, sim, era possível, e nosso sonho se tornou realidade durante toda a existência tanto do jornal quanto da rádio. A ver, agora, que extensões desta utopia possam ter desdobramentos no futuro, com novos atores e novas tecnologias.

Figuras 2, 3, 4, 5. Imagens de estúdio da Rádio Pinheira e do “Terraço da Fama”, local para onde levávamos as visitas para apreciar a paisagem e registrar sua presença na emissora.





Fonte: Facebook da Rádio Pinheira.

Referências

- AGÊNCIA PÚBLICA.** O mapa do jornalismo independente. **Agência Pública.** 2016. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em 21 nov. 2021.
- CARVALHO,** Guilherme; **BRONOSKY,** Marcelo. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 21-39, Jan/Jun 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/10007-36456-1-PB.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.
- D'AZEVEDO,** Maria Marta Alves (Coord.) O jornal como formador de opinião pública, Coleção: Textos para Discussão 16 – Comunicação. Porto Alegre: Ufrgs/1983.
- GONÇALVES,** José Reginaldo Santos. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios.** www.scielo.br/j/ha/a/wRHHd9BPqsbsDBzSM33NZcG/?lang=pt. Acesso em 25 de maio de 2022.
- GUIMARÃES,** Cátia Corrêa. **Jornalismo e luta de classes:** desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia. Tese apresentada à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.
- KUCINSKI,** Bernardo. **Jornalistas e revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: EdUSP, 2003.
- MAGNANI,** José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, junho/2002. p. 11-29. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1oGX0nj5IZKkFstajNviVvs-pAWTRHS1v/view>. Acesso em: 21 nov. 2021.
- MAGNANI,** José Guilherme Cantor. **Etnografia como prática e experiência.** Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.
- MICK,** Jacques, **CHRISTOFOLETTI** Rogério, **LIMA,** Samuel Pantoja (Orgs.), Jornalismo local a serviço dos públicos: Como práticas de governança social podem oferecer respostas às crises do jornalismo, 1ª ed. – Florianópolis: Insular, 2021, 120p.
- SILVA,** Mariana da Rosa. **Tensões entre o alternativo e o convencional:** organização e financiamento nas novas experiências de jornalismo no Brasil. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185627>. Acesso em: 21 nov. 2021.



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas

V 11 | n 20 | jan-jun 2022

A experiência urbana no jornalismo independente: entre conceitos e práticas

Míriam Santini de Abreu



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

ABREU, Míriam Santini de. A experiência urbana no jornalismo independente: entre conceitos e práticas. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 30-49, jan-jun 2022. Semestral.

© NAUI

A experiência urbana no jornalismo independente: entre conceitos e práticas

Míriam Santini de Abreu¹

Resumo

O artigo examina como a experiência urbana aparece no jornalismo independente a partir de reflexões da antropologia urbana e da teoria da produção do espaço. Analisam-se textos do portal *Floripa Centro*, de Florianópolis (SC), e do *Sul21*, de Porto Alegre (RS). Constata-se que, cada um a seu modo, os dois veículos visibilizam a tensão entre o concebido e o vivido no espaço urbano, na perspectiva do desvendamento da alienação.

Palavras-chave: jornalismo independente; produção do espaço; antropologia urbana

Abstract

The article examines how urban experience appears in independent journalism based on reflections on urban anthropology and the theory of space production. Texts from the website *Floripa Centro*, in Florianópolis (SC), and *Sul21*, in Porto Alegre (RS), are analyzed. It appears that, each in its own way, the two vehicles make visible the tension between the conceived and the perceived in the urban space, from the perspective of the unveiling of alienation.

Keywords: independent journalism; production of space; urban anthropology.

¹ Jornalista e doutora em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2019). Tem mestrado em Geografia pela UFSC (2003), especialização em Educação e Meio Ambiente pela UDESC (2001) e graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS, 1994). Autora do livro “Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável” (EdUFSC, 2006) e organizadora do livro “A rebelião do vivido no jornalismo independente de Florianópolis” (Letra Editorial; Pobres & Nojentas, 2020). E-mail: misabreu@yahoo.com.br.

Introdução

O artigo examina como a experiência urbana aparece no jornalismo na perspectiva da produção do espaço. Analisam-se textos do portal *Floripa Centro*, de Florianópolis (SC), e o *Sul21*, de Porto Alegre (RS). Ambos se enquadram no que tem sido chamado de novos *arranjos jornalísticos* ou novas *experiências de jornalismo* e se configuram como nativos digitais, ou seja, já nasceram tendo como suporte o meio digital².

Do ponto de vista do jornalismo, este artigo toma o papel da imprensa tradicional/hegemônica como o de manutenção da ordem social e, em contrapartida, o da imprensa independente/alternativa/contra-hegemônica como o de crítica a esta ordem para a construção de outro modo de organização social.

Como se verá mais adiante, porém, as formas de nomear os novos arranjos ou experiências de jornalismo são inúmeras e as pesquisas mostram que a imprensa independente/alternativa/contra-hegemônica pode, muitas vezes, reproduzir rotinas de trabalho e de fazer jornalísticos muito semelhantes às da imprensa tradicional/hegemônica. Mas toma-se como pressuposto que a imprensa independente/alternativa/contra-hegemônica tem mais potencial do que a tradicional/hegemônica para, pelo jornalismo, produzir conhecimento capaz de elucidar criticamente a experiência vivida no espaço.

É nesta perspectiva que o artigo adota, doravante, a expressão *jornalismo independente*. Do ponto de vista da antropologia, o artigo traz reflexões nascidas no âmbito da antropologia urbana, entre elas a de experiência urbana (MAGNANI, 2002; 2009), aqui pensada a partir do marco teórico de produção do espaço.

A produção do espaço

A vida cotidiana, na perspectiva de H. Lefebvre³, é um produto histórico e social. Mesmo os acontecimentos mais triviais aparecem sob um duplo aspecto: 1) fatos pequenos, individuais, acidentais; 2) fatos sociais infinitamente complexos e mais ricos que as essências múltiplas que contêm e encobrem. Essa dupla perspectiva relaciona-se com a produção do espaço e, para o

² Referências teóricas deste artigo compõem parte da tese de doutorado intitulada “Espaço e cotidiano no jornalismo: crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis”, orientada pela Profa. Dra. Gislene Silva e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2019.

³ As traduções foram feitas pela autora do artigo.

autor, o espaço (social) é um produto (social). Cada sociedade produz seu espaço no processo histórico da produção social e, assim, o espaço e o tempo são históricos. O espaço é a inscrição no mundo de um tempo (LEFEBVRE, 1978, p. 211). Ele serve tanto de instrumento do pensamento como da ação e, simultaneamente, constitui um meio de produção, um meio de controle e, em consequência, um meio de dominação e de poder (LEFEBVRE, 2013, p. 86). Na obra de Lefebvre, a explicação de como o espaço é produzido se dá pela interconexão de três dimensões ou três níveis do real: o *percebido*, o *concebido* e o *vivido*, articulados, respectivamente, às *práticas espaciais*, às *representações do espaço* e aos *espaços de representação*. A concepção tríade de Lefebvre abarca o conflito social pela apropriação do espaço urbano, onde o homem, no espaço vivido, busca subverter e reinventar o cotidiano.

Para melhor explicar os três momentos do espaço, Lefebvre afirma que a prática social supõe um uso do corpo: “[...] o emprego das mãos, dos membros, dos órgãos sensoriais e dos gestos do trabalho e das atividades alheias a este. Trata-se da esfera do *percebido* (base prática da percepção do mundo exterior, no sentido psicológico)” (LEFEBVRE, 2013, p. 99, com grifo no original).

As representações do espaço, por sua vez, estariam penetradas de um saber, mescla de conhecimento e ideologia, sempre relativo e em transformação. Esse, afirma Lefebvre, é o espaço dos planejadores, dos tecnocratas, dos urbanistas, dos arquitetos, dos administradores. É ou quer ser o espaço dominante, cujo objetivo é hegemonizar os espaços percebidos e vividos mediante aquilo que Lefebvre chama “sistemas de signos elaborados intelectualmente”, isto é, mediante discursos (descrições, teorias, mapas, fotos, plantas...).

Já o espaço de representação é penetrado pelo imaginário e o simbolismo, espaço que se vive e se fala: “Contém os lugares da paixão e da ação, o das situações vividas e, por consequência, implica imediatamente o tempo” (LEFEBVRE, 2013, p. 100). Nos espaços de representação, afirma Lefebvre, podemos encontrar expressões de submissão a códigos impostos a partir dos poderes, mas também expressões do lado clandestino ou subterrâneo da vida social. É o espaço qualitativo das submissões às representações dominantes do espaço, mas também onde se bebem e se inspiram as deserções e desobediências. Certamente há uma tensão constante entre estes três espaços, com os experts do espaço concebido continuamente buscando domar o espaço vivido do cotidiano.

O corpo e o elemento lúdico são centrais na obra de Lefebvre. Ao abordar a ideia da insurreição do uso na obra do pensador francês, Seabra afirma que, no processo de

desenvolvimento da forma da mercadoria, tanto os elementos de ordem material existentes no mundo quanto o próprio homem entram no processo de valorização, mas a energia vital, o homem como espontaneidade, mesmo tendendo a recuar à proporção que cresce a artificialidade do mundo, não desaparece, e sim se reelabora (SEABRA, 1996, p. 74). E é no vivido, segundo a autora, que a natureza aparece e transparece como corpo, como uso: “É nesse nível que o prazer, o sonho, o desejo se debatem, e que os sentidos da existência propriamente humana, não se deixando aniquilar, podem se insurgir” (SEABRA, 1996, p. 75).

Quando escreveu sua obra mais conhecida, *O direito à cidade*, em 1968, Lefebvre afirmou que a vida urbana, de fato, em sua complexidade potencial de Obra, e não Produto, ainda não havia começado⁴. Para isso, era preciso o esforço na direção de uma nova práxis e de um novo homem, o homem da sociedade urbana, “(...) polivalente, polissensorial, capaz de relações complexas e transparentes com o mundo (o meio e ele mesmo)” (LEFEBVRE, 1991, p. 106). O urbanismo, constata o autor, como conhecimento e ideologia, deteriorou ou destruiu o elemento lúdico inerente à vida social espontânea, estancando assim a imaginação criadora (LEFEBVRE, 1978, p. 182). O caminho oposto, aponta, é o da construção de uma vida urbana como Obra coletiva.

Nesta direção, e para concretizá-la, Lefebvre faz uma distinção importante entre *apropriação* e *dominação*, ou *espaços apropriados* e *espaços dominados*. O espaço dominado pode ser exemplificado por espaços naturais transformados por uma técnica ou uma prática, como as auto-estradas, a arquitetura militar, os trabalhos de diques e de irrigação: “O espaço dominado é geralmente fechado, esterilizado, vazio. Seu conceito só adquire sentido ao ser contrastado com o conceito oposto e inseparável de apropriação” (LEFEBVRE, 2013, p. 213). As forças armadas, a guerra, o Estado e o poder político, diz o autor, têm importante papel no aumento da dominação. Já o espaço apropriado é aquele modificado para servir às necessidades e às possibilidades de um grupo:

Um espaço *apropriado* assemelha-se a uma obra de arte, que não é o mesmo que dizer que seja um simulacro. Frequentemente, trata-se de uma construção, de um monumento ou de uma edificação, mas nem sempre é assim: um sítio, uma praça ou uma rua podem ser perfeitamente considerados como espaços “apropriados”. Tais espaços abundam certamente, mas nem sempre é fácil estimar em que sentido, como

⁴ Lefebvre assinala que o conceito de obra foi elaborado entre os filósofos. Em Marx, “(...) o conceito central de produção se desdobra em produção do homem social por si mesmo (obras) e produção econômica propriamente dita (produtos)” (LEFEBVRE, 1969, p. 135).

e para quem foram “apropriados” (LEFEBVRE, 2013, p. 213-4). [Com grifo no original]

Segundo Lefebvre, a oposição “dominado-apropriado” não se limita a um contraste discursivo. Ela implica um conflito que se desenvolve até a vitória de um dos termos em luta: a dominação subjugando a apropriação, mas não o suficiente para que a última desapareça: “Ao contrário: a prática e o pensamento teórico proclamam sua importância e reclamam sua restituição” (LEFEBVRE, 2013, p. 214). Para Lefebvre, o campo desta disputa é o cotidiano, espaço-tempo onde, diante das coerções do espaço concebido, o espaço dos tecnocratas, pode se dar a “rebelião do vivido” (LEFEBVRE, 1999, p. 164).

A teoria lefebvriana aqui sucintamente resumida fornece o quadro teórico para compreender e transformar esse espaço social complexo, realidade carregada de conflitos que o jornalismo capta e pode ou não iluminar a complexidade da experiência urbana.

Nomeando o jornalismo

De modo geral, quando aqui se menciona a imprensa/jornalismo tradicional, também chamada de convencional, faz-se referência a esse conjunto, no Brasil, de 50 meios de comunicação de quatro segmentos (tevê, rádio, impressos e portais na internet) com a seguinte propriedade: 9 do Grupo Globo, 5 do Grupo Bandeirantes, 5 da família Macedo (considerando o Grupo Record e os veículos da Igreja Universal do Reino de Deus, ambos do mesmo dono), 4 da RBS e 3 do Grupo Folha (MOM Brasil, 2017).

A referência aos veículos operários e populares e à imprensa/jornalismo independente, por sua vez, tem contornos mais complexos, não só pela variada nomenclatura e conceitos a eles associados como também pelo grande número de veículos que proliferam no País sob distintas formas de organização e financiamento, principalmente no suporte digital⁵. Usa-se também o termo mídia/imprensa/jornalismo alternativo, mas sobre ele Peruzzo faz considerações relevantes:

Com o passar do tempo, a uso do termo “alternativo” para qualificar uma modalidade de comunicação foi se tornando mais complicado, porque seu significado, diante das

⁵ Há inúmeras pesquisas que investigam o tema, sendo uma delas o trabalho de Silva (2017), que mapeia 30 iniciativas criadas entre 2013 e 2015 no Brasil, por ela denominadas *novas experiências de jornalismo*. Segundo a autora, as expressões geralmente aplicadas a esse tipo de iniciativa – jornalismo independente, jornalismo alternativo, mídia radical, mídia contra-hegemônica – não dão conta de toda a variedade de propostas que compõem esse quadro atualmente.

diferentes práticas que foram surgindo, não é unívoco. Ele tanto pode se referir a jornais e outros canais comunicativos independentes – orgânicos ou não a movimentos sociais e organizações congêneres – como a publicações alternativas elaboradas por segmentos da pequena burguesia e vendidas em bancas, ou à comunicação popular e comunitária, propriamente dita, e ainda àquela produzida por segmentos combativos da oposição sindical (PERUZZO, 2009, p. 132-3).

A autora distingue especificidades, como as da *comunicação* alternativa e da *imprensa* alternativa, esta, em relação àquela, reunindo processos de comunicação basicamente jornalísticos. Pelas características de alguns segmentos da imprensa alternativa, a autora os agrupa em: jornalismo popular alternativo (ou de base popular); jornalismo alternativo colaborativo (de informação geral ou especializada); jornalismo alternativo autônomo; jornalismo político-partidário; jornalismo sindical (PERUZZO, 2009, p. 140-1). Carvalho e Bronosky (2017) consideram como alternativo, em um sentido mais amplo, toda a produção noticiosa que não tem o lucro como primeiro objetivo, devendo ser orientada pelo profissionalismo, com temáticas, fontes, abordagens e conteúdos diferentes dos de veículos convencionais e ligados à cultura popular.

No Brasil, mostra pesquisa de Kucinski (2003), a denominação *imprensa alternativa* ou *imprensa nanica* é historicamente associada aos cerca de 150 periódicos que circularam entre 1964 e 1980 no País, tendo como traço comum a oposição ao regime militar e ao discurso oficial. O radical *alternativa* continha quatro significados essenciais dessa imprensa: não estar ligada a políticas dominantes; ser uma opção entre duas coisas excludentes; o de ser única saída para uma situação difícil; o de protagonizar as transformações sociais que as gerações dos anos 1960/70 pregavam (KUCINSKI, 2003, p. 13).

Em anos mais recentes, outros conceitos foram desenvolvidos, em especial o de mídia/jornalismo contra-hegemônico em oposição ao jornalismo hegemônico (tradicional), proposto a partir da discussão da hegemonia de A. Gramsci. Na tradição marxista, a expressão *contra-hegemonia* é usada para se referir à hegemonia da classe trabalhadora ou, mais precisamente, ao processo de combate à hegemonia burguesa (GUIMARÃES, 2015, p. 218). O conceito aparece em diversas passagens da obra do autor italiano e uma das definições é a seguinte:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação de força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações —, os

quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2007, p. 95).

Na obra de Gramsci, a imprensa é tomada como um aparelho privado de hegemonia, assim como sindicatos e associações, partidos políticos, escolas e igreja, todos eles tendo como característica atuar fora do espaço reconhecido publicamente como do Estado, mas ainda assim parte integrante das relações de poder de uma determinada sociedade.

É a partir da perspectiva gramsciana que Guimarães (2015) critica o jornalismo hegemônico e aponta caminhos para o contra-hegemônico. A tese desta autora traz uma discussão profunda, erodindo as bases de sustentação do moderno jornalismo para mostrar como o jornalismo contra-hegemônico pode constituir uma prática efetivamente a serviço da emancipação humana. Para o enfrentamento da hegemonia no campo da imprensa, Guimarães sugere ao jornalismo que se pretende contra-hegemônico um deslocamento necessário na *função* do jornalismo: 1) do esclarecimento para a construção da *consciência*, e 2) da mudança do *sujeito* para quem essa prática deve se voltar, movendo-se do *indivíduo* para a *classe* (2015, p. 231). A autora estabelece diferenças entre iniciativas jornalísticas ditas alternativas e práticas efetivamente contra-hegemônicas:

(...) insistimos na importância de se distinguirem – nas práticas e nas instituições, no discurso e na organicidade – os projetos e iniciativas que se arvoram na disputa de hegemonia daqueles que se encerram nos limites críticos da imprensa pequeno-burguesa, que apesar de “alternativa” ao discurso único produzido pelos grandes meios massivos, e a despeito do importante trabalho de contrainformação que pode promover em alguns momentos, está presa no seu próprio horizonte de classe (GUIMARÃES, 2015, p. 323).

A tese de Guimarães apresenta uma série de elementos que caracterizariam um jornalismo efetivamente contra-hegemônico, construído organicamente pela e para a classe trabalhadora⁶, indicando como função primordial dele pensar a realidade em sua totalidade, no esforço “(...)

⁶ A discussão sobre classe na perspectiva de Marx é devidamente circunscrita pela autora: “Ao falarmos de pertencimento de classe, sob nenhuma hipótese estamos pensando na construção de veículos e de uma prática jornalística que sejam voltados apenas para aqueles que compartilham um mesmo ‘referencial teórico e político’. Não se trata, portanto, de pensar a classe apenas como público, mas sim como fenômeno objetivo – anterior e independente de qualquer tática ou estratégia no campo da comunicação – e como horizonte de construção coletiva. Em outras palavras, significa, primeiro, orientar a ação prática a partir de uma concepção teórica que reconhece que a sociedade atual, capitalista, é fundada e sobrevive sob uma divisão estrutural entre dois ‘grupos’ fundamentais: os que detêm os meios de produção e os que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver. Esse é o ponto de partida. Já o ‘horizonte’ de chegada é o autorreconhecimento desse coletivo de trabalhadores que, embora seja *objetivamente* uma classe, está na maior parte do tempo impedido de *agir conscientemente* como classe” (GUIMARÃES, 2015, p. 230). [Com grifos no original]

de *desideologização*, de *desvelamento*, daquilo que, de outro lado, no contexto do capitalismo, encontra-se nublado e invertido” (GUIMARÃES, 2015, p. 23, com grifos no original). A crítica da autora centra-se no conjunto de princípios, técnicas e orientações éticas que conformaram o modo de se fazer jornalismo legitimado como prática social e profissional. Na base deste fazer estão a concepção de objetividade e a ideia de atualidade, que Guimarães explora criticamente com uma análise documental de manuais técnicos publicados pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). A partir do estudo da obra de Gramsci, a autora mostra que ao jornalismo contra-hegemônico cabe dar unidade e coerência ao que, no jornalismo hegemônico, aparece fragmentado e caótico, enfrentando assim a heterogeneidade própria do cotidiano. Como desdobramentos práticos, deve haver um esforço para desnaturalizar a categorização do que é noticiado e dos temas tratados, “(...) entendendo que a inserção em editoriais, por exemplo, muito mais do que uma classificação técnica, é já uma primeira chave de organização e direção do conteúdo do jornal” (GUIMARÃES, 2015, p. 313). Outro desdobramento é assim explicado:

A segunda questão de ordem prática que a necessidade de unidade e coerência interna ao jornal suscita é sobre o que se compreende como expressão das lutas sociais concretas nas páginas de cada veículo. De forma clara, um jornal que se coloca na luta de hegemonia, no sentido gramsciano, tem papel ativo de mediador e organizador, de modo que não pode se conformar como uma simples reunião de matérias produzidas pelos diversos movimentos e instituições que o apoiam, sem que isso componha um desenho editorial unitário, selecionado, organizado e editado por um órgão centralizador. Assim, a orientação de Gramsci que aqui estamos discutindo parece ser, inclusive, a principal diferença entre um veículo que se proponha a ser um *projeto contra-hegemônico* e o espaço de crítica, por exemplo, das redes sociais – que é múltiplo, informativo, rico e democrático, mas ‘passivo’ em relação ao caráter fragmentário tanto do cotidiano reificado quanto das lutas que se travam na realidade concreta (GUIMARÃES, 2015, p. 313-14). [Com grifos no original]

Da densa pesquisa de Guimarães, o que principalmente se retém é o entendimento de que a função contra-hegemônica possível de ser exercida por uma imprensa que se quer alternativa é o esforço de fazer aflorarem as contradições, desvelar a ideologia, expor aquilo que, de outro lado, no contexto do capitalismo, encontra-se nublado e invertido, contribuindo assim para a desalienação do (no) cotidiano, não se limitando à denúncia da manipulação promovida pelo jornalismo hegemônico. O homem total, afirma Lefebvre, é o homem desalienado, e o fim da alienação humana será a volta do homem a si mesmo, a unidade de todos os elementos do humano (LEFEBVRE, 1971, p. 179). É esse o caminho que aponta o desvelamento da ideologia e que deve guiar uma imprensa efetivamente contra-hegemônica.

É nessa direção que caminha a obra de Adelmo Genro Filho, que propôs, nos anos 1980, uma teoria marxista do jornalismo e para quem esse é o papel do jornalismo, hegemônico ou contra-hegemônico, quando esse fazer, impregnado de sua potencialidade, está direcionado para a consumação da liberdade humana. Genro Filho afirma que, para pensar e atuar efetivamente como sujeito individual e social no interior do gênero humano, tornar-se uma “pessoa”, conforme a acepção dada por G. Lukács, “(...) o homem precisa viver amplamente, e não apenas através das mediações particulares e universais da arte e da ciência, a totalidade do mundo humano pelas determinações significativas do singular” (GENRO FILHO, 1989, p. 221). E o repositório do singular (aqui pensado como o único, o irrepetível), onde se cristaliza a forma de conhecimento característica do jornalismo na teoria adelmiana, é o cotidiano.

Nessa perspectiva, é possível perceber um fazer jornalístico hegemônico dentro de um veículo não hegemônico e, também, um fazer jornalístico contra-hegemônico dentro de um veículo hegemônico, no escasso, afirma Genro Filho, porém significativo espaço individual dos repórteres e redatores em relação às editorias e das redações no seu conjunto frente a diretores e proprietários. Mesmo veículos que não se apresentam como contra-hegemônicos, e sim como alternativos e/ou independentes, também podem, em maior ou menor grau, fazer aflorarem as contradições da experiência urbana.

Em Santa Catarina, a pesquisa mais recente sobre os denominados arranjos econômicos de jornalismo alternativos às grandes corporações de mídia revela que, dos 20 arranjos pesquisados, 19 se autodeclararam produtores de jornalismo e 1 como mídia livre, e 30% consideram-se coletivos de jornalismo (KIKUTI et al., 2021, p. 14). Treze dos 20 arranjos (65%) mencionam algum termo associado à independência em suas autodefinições, seja como “jornalismo independente” ou “mídia independente” (KIKUTI et al., 2021, p. 21). A análise dos 20 arranjos permite dividi-los em três tipos ideais correspondentes a três concepções distintas de jornalismo que coexistem na sociedade e no grupo profissional:

como negócio (associado às finalidades de prestar serviço ou infotimento, por exemplo), como apoio a causa ou estratégia (cumprindo os papéis de agente cívico ou leal-facilitador) e como serviço público (tanto como fiscal dos poderosos quanto como discurso imparcial). (KIKUTI et al., 2021, p. 30).

No Rio Grande do Sul, levantamento de Martinez e Bonito (2019) localizou cinco iniciativas de jornalismo independente, especificamente em Porto Alegre, usando como base a

pesquisa feita pela Agência Pública, estando entre eles o *Sul21*⁷. A partir dessas considerações é que serão analisados a seguir o *Floripa Centro*, de Florianópolis (SC) e o *Sul21*, de Porto Alegre (RS).

Portal de Notícias *Floripa Centro*

Criado em 15 de maio de 2019, o Portal de Notícias *Floripa Centro* apresenta-se como “um portal especializado em resgatar a memória de Florianópolis e abordar assuntos do cotidiano da região central da Capital” (APOIE... 2021). A apresentação aparece em uma notícia sobre o início de campanha de financiamento coletivo do portal por meio de plataforma virtual. No link “Quem somos” no site, o jornalista responsável pelo portal, Billy Culleton, apresenta uma breve biografia de quatro linhas e, ao final do texto, o seguinte: “Apaixonado pelo Centro da cidade, onde vive há mais de 20 anos, está realizando o sonho de disponibilizar um portal com as novidades do bairro” (QUEM... 2021). Não há, portanto, auto-definição no site que enquadre o portal em designações como alternativo ou independente⁸. Sem se ater a um conceito para expressar o trabalho que faz, o *Floripa Centro* é um portal de notícias singular em Santa Catarina pelo enlace entre memória e cotidiano para abordar a experiência urbana.

A notícia sobre a campanha de financiamento coletivo informa que, em dois anos, “(...) já foram publicadas mais de 800 matérias jornalísticas, sendo 100 delas, reportagens históricas, que podem ser acessadas na seção ‘Histórias do Centro’” (APOIE... 2021). Esse conjunto de matérias levou o jornalista a lançar o projeto “Histórias inéditas da Florianópolis antiga”, que “busca resgatar a memória da capital catarinense, por meio de reportagens jornalísticas” (QUATRO..., 2020). A série é composta por quatro e-books, com cinco histórias cada um, divididos por época: 1800-1900, 1900-1920, 1920-1940 e 1940-1960:

As obras contam com o apoio da Fundação Catarinense de Cultura e estão disponíveis para ler e serem baixadas.

⁷ A Agência Pública criou um mapa interativo do que nomeou jornalismo independente brasileiro, chegando a reunir cerca de 100 veículos, com base nos seguintes critérios: 1) Organizações que produzem primordialmente conteúdo jornalístico; 2) Organizações que nasceram na rede; 3) Projetos coletivos, que não se resumem a blogs; 4) Sites não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas (Agência Pública, 2016).

⁸ Na pesquisa sobre os denominados arranjos econômicos de jornalismo alternativos às grandes corporações de mídia no estado de Santa Catarina, consta que, no questionário específico aplicado para a pesquisa, o jornalista Billy Culleton definiu o portal como “jornalismo alternativo”.

Os textos, que foram publicados originalmente no *Portal Floripa Centro*, mostram fatos que marcaram a Capital, seja pela sua relevância histórica mais formal ou pelo significado cultural e folclórico para os florianopolitanos.

São fatos chamativos que estão guardados apenas na lembrança das pessoas que os vivenciaram, ou em jornais antigos e livros de História, e que correm o risco de serem condenados ao esquecimento por falta de divulgação. (QUATRO..., 2020). [Com grifo no original]

Cita-se um exemplo de texto divulgado no portal e posteriormente em e-book, neste caso o de número 4, que abrange o período de 1940 a 1960, intitulado “A história do comércio contada pelos bancos da Praça XV – Conheça cada estabelecimento”.

Esse texto traz três elementos importantes: 1) a forma de limpeza adotada pela prefeitura está apagando as inscrições nos bancos; 2) moradores conhecidos na cidade auxiliaram o jornalista a contar a história de cada estabelecimento cujo nome está inscrito nos bancos; 3) a história dos estabelecimentos liga-se a moradores ou práticas do cotidiano da cidade.

A escrita enlaça as informações de um modo que faz daqueles bancos palimpsestos de uma cidade que muda e “apaga” os vestígios do passado ainda vívido entre os que conheciam os antigos comércios:

Parte da história de Florianópolis nas décadas de 1950 e 1960 está ao alcance da população, no coração da cidade: na Praça XV de Novembro.

Os 35 bancos de granito do entorno da velha figueira trazem os nomes dos comércios mais tradicionais da cidade, naquela época.

A grande maioria não resistiu à modernidade e fechou as portas há mais de 40 anos.

As letras foram se apagando lentamente com o passar dos anos.

Mas, nos últimos tempos, estão desaparecendo com mais rapidez por causa da limpeza com hidrojato, feita periodicamente pela prefeitura municipal.

A variedade de estabelecimentos é grande: desde instituições financeiras e concessionárias de veículos até padarias e lojas de roupas.

Com a ajuda de tradicionais florianopolitanos como Nivaldo Machado, Esperidião Amin, Rodolfo Cerny e Manoel Timóteo de Oliveira, além de pesquisa na internet e livros, o *Floripa Centro* conseguiu resgatar a história de cada um dos estabelecimentos, eternizados nos bancos existentes na mais famosa praça da Capital. [...]

Galeria das Sedas: comércio de roupas femininas, na Rua Trajano, 9, pertencente ao casal Benta Cherem Barbato e Jorge Barbato, este último um dos mais tradicionais ‘senadores’ do Senadinho, confraria que se reunia na esquina das ruas Felipe Schmidt e Trajano. (A HISTÓRIA..., 15 mai. 2020).

Além do texto impresso, acompanhado de fotografias de cada banco, o jornalista também produziu um vídeo no qual filma cada banco informando o nome nele escrito, contornando toda a praça. Cabe destacar que Billy se locomove de bicicleta pelas ruas de Florianópolis atrás de pautas que irão gerar as notícias e reportagens do portal. É uma expressão, no fazer jornalístico,

que evoca a experiência etnográfica de primeira impressão descrita por MAGNANI (2009) em artigo sobre a etnografia como prática e experiência.

É importante ressaltar uma característica do portal: os textos são curtos, de 4, 5 parágrafos de 3, 4 linhas, muitas vezes com trechos de jornais impressos na época à qual o fato se refere. Não há notícias e reportagens longas, de mais de 10, 15 parágrafos. A marca do jornalista do *Floripa Centro* é o olhar, é perceber, no cotidiano do Centro de Florianópolis, rotinas, ritmos, momentos, pessoas que não compõem o rol de interesse da cobertura jornalística de outros veículos.

É um fazer que acolhe, no jornalismo, o “leque das experiências urbanas”, no dizer de Magnani (2002, p. 16), em artigo no qual o autor analisa o método etnográfico sobre a cidade e sua dinâmica, propondo resgatar um olhar de “perto e de dentro”, capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques que o autor qualifica como “de fora e de longe” (2002, p. 17).

Um indicador do rico acervo do *Floripa Centro* sobre a experiência urbana em Florianópolis aparece, por exemplo, no resultado de busca da palavra “rua”: são 419 resultados encontrados em 24 de outubro de 2021, lembrando que o site foi lançado em maio de 2019. Uma delas, por exemplo, postada em 21 de outubro de 2020, tem o seguinte título: “Em Florianópolis – Primeira rua calçada de Santa Catarina completa 175 anos” (EM FLORIANÓPOLIS..., 21 out. 2020). Outra, postada em 12 de outubro de 2021, intitulada “Relíquias – Salvem os últimos dois ‘orelhões’ da região central de Florianópolis”, aborda o desaparecimento progressivo dos telefones públicos: “Com o passar do tempo, os (antigamente) queridos ‘orelhões’, que foram imprescindíveis desde 1970 até o final da década de 1990, sumiram da paisagem urbana” (RELÍQUIAS..., 12 out. 2021).

Outro destaque do portal são os chamados “Personagens do Centro”, textos que abordam a vida de pessoas conhecidas na região. Um exemplo, publicado em 20 de agosto de 2019, é intitulado “Personagens do Centro – Filho do ‘homem da cobra’ está há três décadas vendendo chás nas ruas da cidade”.

O texto, com 12 parágrafos curtos, abre assim:

Por quase 20 anos o Centro de Florianópolis contou com uma figura que despertava a curiosidade de quem passava pela Praça Fernando Machado: o famoso “homem da cobra”.

Entre 1985 e 2002, as performances do paraibano Pedro de Souza, que demoravam duas horas, mantinham a atenção do público com a promessa de mostrar alguns dos

bichos que ele guardava em caixas: duas cobras (uma jiboia e uma cascavel), um peixe-elétrico e um lagarto.

Enquanto contava histórias fantásticas e ameaçava apresentar os animais (o que efetivamente fazia no fim do ‘show’), o artista fazia propaganda de ervas e chás do Amazonas, que curariam todo tipo de doença.

E quem o acompanhava, e vendia os produtos, era o filho Sérgio.

Quando o “homem da cobra” morreu de infarto em 2002, aos 54 anos, Sérgio Mendonça Guedes decidiu seguir os passos do pai e continuou vendendo ervas e chás nas ruas do Centro, mas sem contar com a atração das cobras.

“Foi proibido pelos órgãos ambientais”, justifica ele, conhecido como Sérgio do Chá. (CULLETON, 20 ago. 2019).

O trecho enlaça a experiência urbana do filho vendedor de ervas e chás com a memória dos fazeres do pai, que usava animais para atrair a freguesia, prática não mais aceita pelas instituições com a consolidação, no País, das leis ambientais. Há nele, assim como em outros textos do portal, a tensão entre o vivido e o concebido, em que os corpos e seus fazeres e desejos experimentam momentos de apropriação da cidade ou precisam se submeter ao que planejam os grupos que querem dominá-la. Pode-se afirmar que o conjunto de textos do *Floripa Centro* traz o vivido na cidade através do percebido pelo próprio jornalista e pelas pessoas por ele escutadas, compondo um complexo mosaico atravessado também pelo concebido – a mescla de conhecimento e ideologia que busca hegemonizar os espaços e seus usos. Nesse sentido, o hidrojato da prefeitura apagando as inscrições nos bancos da praça é uma rica metáfora.

Sul 21

Lançado em 2010 e com sede em Porto Alegre (RS), o *Sul21* apresenta-se como “um site de notícias independente” com o objetivo de “produzir reportagens aprofundadas sobre temas relevantes e que nem sempre recebem espaço na mídia hegemônica”:

(...) procuramos fazer uma comunicação independente, de qualidade, não atrelada aos interesses de grandes grupos econômicos, dirigida à produção de pautas voltadas às comunidades locais, à defesa de seus direitos, aos empreendimentos de economia solidária e com responsabilidade ambiental, às lutas da sociedade em defesa da diversidade, dos direitos e liberdades, da proteção ambiental. (SOBRE, 2021)

As editorias do site são divididas em Notícias (Cultura, Economia, Educação, Entrevistas, Geral, Internacional, Meio Ambiente, Política e Saúde, com um link específico para notícias sobre o Coronavírus), Opinião e Especiais, além da Colméia, nome da rede de podcasts do *Sul21*. Na seção “Quem somos” aparecem nove profissionais. Para refletir sobre a relação entre a cidade e a experiência urbana no jornalismo do *Sul21*, o destaque são os chamados Especiais,

compostos até agora pela abordagem de cinco temas: Caminhos do Lixo, Cortes na Educação, Fim da Linha (sobre os problemas no transporte coletivo de Porto Alegre), Gentrificação e Que Porto é esse?, composto por reportagens que debatem as transformações em andamento na capital do estado.

O presente artigo analisa mais detidamente o conjunto de textos chamado de Gentrificação, formado por cinco reportagens publicadas em agosto de 2017 que abordam o processo histórico de expulsão das camadas mais vulneráveis para longe das áreas centrais de Porto Alegre. Esse contexto, que envolve o envio dos mais pobres a uma periferia cada vez mais distante, foi contado por pessoas que vivem a luta diária pelo pertencimento à cidade, constituindo o primeiro projeto editorial especial do *Sul21*.

No primeiro texto da série, intitulado “‘Extirparam o câncer’: o olhar de quem não se vê no direito de pertencer à cidade”, a relação entre o espaço percebido, o concebido e o vivido aparece na memória do cotidiano arrancado dos moradores quando, em 1965, houve a remoção forçada de um lugar para outro na cidade (do antigo bairro Ilhota para a hoje chamada Restinga, a 22 quilômetros do centro da capital), aquele um lugar pleno de experiências urbanas e de vizinhança, esse um deserto de barro vermelho:

A região do barro vermelho era exatamente o que o nome vendia: barro vermelho. Nem luz, nem água, nem comércio, nem hortas, nem indústria – nem trabalho. Não era uma vila, uma granja ou um loteamento. Era um deserto. (...) A Restinga, em sua primeira década, não tinha coisa alguma. Tinha gente, e malocas. Os porto-alegrenses chamavam de “Favela da Ilhota”. Havia acabado a vantagem da condução fácil, da proximidade do centro. Acabada a vantagem do comércio camarada da zona, que fiava por semana e até por quinzena. Acabou a novela ouvida no rádio do vizinho, a consulta à Santa Casa, as visitas à feira. Água? Só de oito em oito dias nos primeiros anos, fornecida por caminhões-tanques que enchiam as pipas públicas. Em desespero, muitos moradores tentaram perfurar poços por conta própria. Falharam; só encontraram barro. (FLECK, 14 ago. 2017)

Em outro trecho, a memória de infância faz relação direta entre a casa e a rua, relativizando a miséria do cotidiano em face da possibilidade de encontrar, nas proximidades da moradia, os serviços públicos (problemas de saúde resolvidos no posto da vizinhança, inexistente no lugar onde foram forçados a morar):

“A vila era tida como maldita”, lembra Jairo. Ele fala de sua infância, das manhãs jogando futebol de meia com os vizinhos e das tardes descendo a Ipiranga – que ainda tinha seus solavancos horizontais – com carrinhos de rolimã construídos com caixas velhas. “E não tinha violência”. Ele olha os prédios em volta. 60 anos antes, a rua asfaltada e com pelo menos um condomínio cercado por quadra abrigava pelo menos

295 pessoas em 87 casas. Na Vila Ilhota (dentro do Complexo Ilhota), Jairo costumava sempre sair com os sapatos em baixo do braço para trabalhar ou ir à escola. “Sapato era caro; tinha que poupar do barral”. A casa em que morava com os três irmãos e a mãe permanecia içada por placas de madeira alguns centímetros do chão. A água ficava ali embaixo o ano todo. Ele e mais dois irmãos tiveram tuberculose. “Mas tinha o posto de saúde perto, então sempre ficava tudo bem”, conta. (FLECK, 14 ago. 2017)

O texto “Dique e Nazaré: ‘A ideia é expulsar e esconder. Por que temos que morar na periferia da periferia?’” aborda a mudança na vida dos moradores quando foi anunciado que Porto Alegre seria uma das cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014⁹. Para ampliar a pista do aeroporto e possibilitar mais obras, as famílias da Vila Dique e da Vila Nazaré foram removidas para lugares distantes de onde moravam. O espaço concebido pelos órgãos públicos, no caso a Prefeitura e a Infraero, ignorou o vivido – os usos e os percursos cotidianos dos moradores nas avenidas da cidade, fazendo da experiência urbana do deslocamento mais uma fonte de atrasos e precariedade. Mas o vivido se impôs, com as famílias abrindo uma passagem no muro que as confinou à comunidade para se reapropriar do acesso fechado:

O legado da Prefeitura e da Infraero: um muro de isolamento

A partir das primeiras remoções, a Infraero construiu um muro na área, bloqueando a passagem da Dique para a avenida Sertório. Sheila relata que isso também prejudicou muito a comunidade, obrigando as famílias a buscarem alternativas que lembram situações vividas nos territórios palestinos ocupados por Israel. “Ficamos sem acesso a Sertório, que era o nosso principal deslocamento, que vai para a Assis Brasil e pela qual íamos para o posto de saúde Floresta. Nestes últimos cinco anos, nós estamos sem posto de saúde e o poder público nem quer saber. Agora, para acessar o posto de saúde, o pessoal abriu um buraco no muro, por onde a gente passa. Primeiro passa o filho, depois passa a mãe, passa o pai, o cachorro, o papagaio, todo mundo passando por debaixo do muro pra acessar o posto. Caso contrário, temos que caminhar 10 quilômetros. O muro do aeroporto terminou com o nosso acesso. Esse é o legado que a Prefeitura e a Infraero nos deixaram”. (WEISSHEIMER, 14 ago. 2017)

A relação entre o espaço concebido e o espaço vivido também aparece no texto “‘Deserto de Torres’: como se vive e o que acontece quando a cidade se fecha em muros”, que relata as soluções que os moradores dão para a falta de serviços no entorno de um mega conjunto residencial em Porto Alegre, o Terra Nova Nature, onde residem 4,3 mil pessoas:

⁹ O *Sul21* retoma o assunto em reportagem publicada no dia 20 de julho de 2021 intitulada “Nazaré: a história da comunidade que foi removida para a periferia da periferia”, em <https://sul21.com.br/especiais/nazare-a-historia-da-comunidade-que-foi-removida-para-a-periferia-da-periferia/>.

É tanta gente vivendo no local que, entre os muros do Terra Nova, desenvolveu-se um verdadeiro sistema de comércio – oficial e extraoficial. Entre os serviços oferecidos pelo condomínio, além de piscina e quadra esportiva para crianças, está uma academia. Porém, diferente da maioria das salas de exercícios regulares, presentes em muitos outros edifícios, na academia do Terra Nova opera uma empresa contratada, por meio de licitação, que coloca à disposição *personal trainers* durante todo o período de funcionamento do espaço.

Informalmente, porém, há um sistema ainda maior e mais pujante. São prestadores de serviço que se oferecem para fazer reparos na rede elétrica ou pintura, doceiras, pessoas que consertam computadores, dão aulas de música, de reforço escolar. Nos sábados, salões de festas se transformam em verdadeiras feirinhas, com venda de roupas usadas, móveis que estão sendo deixados para trás por pessoas de mudança do condomínio, produtos artesanais e muitos outros. Todo esse comércio é alimentado por um grupo no Facebook, que conta com mais de 1,6 mil participantes. (GOMES, 14 ago. 2017)

A reportagem traz uma série de entrevistas para elucidar as consequências de uma cidade murada para dar a sensação de mais segurança, mas que se torna pobre de experiências urbanas, levando os moradores a buscarem os serviços do cotidiano dentro dos próprios condomínios.

Considerações finais

Os veículos *Floripa Centro* e o *Sul21*, autodeclarados alternativo e independente, cada um a seu modo, abordam a experiência urbana. O *Floripa Centro* reconstitui no texto, ainda que sem aprofundamento, lugares perdidos no alisamento do espaço, ressignificando objetos, situações e vivências. Mesmo que constituídos por fragmentos, os textos se destacam do conteúdo empobrecido das notícias da mídia tradicional de Santa Catarina. Já o *Sul21* aprofunda a interpretação sobre como se alisam os lugares para a valorização a serviço do mercado e mostra os sujeitos em luta no conflito entre apropriação e dominação, no caminho do jornalismo desalienador.

A experiência subjetiva da memória e a descoberta urbana, no *Floripa Centro*, são o resultado do fazer solitário de um jornalista. No *Sul21*, o trabalho em equipe, ainda que enxuta, possibilita um trabalho de interpretação das resistências coletivas – a tensão entre o concebido e o vivido no espaço urbano –, em que os sujeitos tentam se apropriar ou reapropriar dos lugares, transformando-os para novas vivências.

Os dois veículos mostram que, para além da independência econômica, política e/ou ideológica, há a independência do olhar do jornalista que se embrenha nas brechas do que o jornalismo hegemônico trata como resíduo e não digno de aparecer na pauta noticiosa. Neles

aparece o que o jornalismo hegemônico esconde, tergiversa, indiferencia, invisibiliza, torna indiferente ou simplesmente omite como estratégia editorial, economia de recursos ou falta de tempo no produtivismo que assola as redações, perdendo-se assim o rico potencial dos textos que dão vida à singularidade do cotidiano na vida urbana.

O *Floripa Centro* e o *Sul21*, cada um a seu modo, ressignificam espaços e vidas invisibilizadas na cidade-mercadoria. São duas luzes que mostram a potencialidade do jornalismo de fazer as pessoas se reconhecerem em um espaço que, na maioria das vezes, lhes é estranho, ainda que todo o dia o percorram em suas superfícies. É um jornalismo que, usando a expressão de Magnani, olha de “perto e de dentro” para de algum modo reencantar o mundo pela linguagem.

Referências

A HISTÓRIA do comércio da Capital contada pelos bancos da Praça XV – Conheça detalhes de cada estabelecimento. **Floripa Centro**. Florianópolis (SC), 15 mai. 2020. Disponível em: <https://floripacentro.com.br/a-historia-do-comercio-de-florianopolis-contada-pelos-bancos-da-praca-xv-conheca-detalhes-de-cada-estabelecimento/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

AGÊNCIA PÚBLICA. O mapa do jornalismo independente. **Agência Pública**. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em 21 nov. 2021.

APOIE o Floripa Centro – Portal inicia campanha de financiamento coletivo pelo Catarse. **Floripa Centro**. Florianópolis (SC), 20 jul. 2021. Disponível em <https://floripacentro.com.br/apoie-o-floripa-centro-portal-inicia-campanha-de-financiamento-coletivo-pelo-catarse/?fbclid=IwAR0mYw0bDTNbR0TYph38S1nwGYrOEqNrIizuQ8Jew4P208YsndaEEe8fyuc>. Acesso em: 21 nov. 2021.

CARVALHO, Guilherme; BRONOSKY, Marcelo. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 21-39, Jan/Jun 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/10007-36456-1-PB.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

CULLETON, Billy. Personagens do Centro – Filho do “homem da cobra” está há três décadas vendendo chás nas ruas da cidade. **Floripa Centro**. Florianópolis (SC), 20 ago. 2019. Disponível em <https://floripacentro.com.br/personagens-do-centro-filho-do-homem-da-cobra-esta-ha-tres-decadas-vendendo-chas-nas-ruas-da-cidade/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

DEL VECCHIO DE LIMA, Myrian; DE PAULA, Everton Luiz Renaud; PIRES, Guilherme de Paula; Artur Oliari, LIRA. Possibilidades, limites e fragilidades de um nativo digital: o jornal Plural (Curitiba, PR). **Anais. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia (GO) – Novembro de 2019**. Disponível em <http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2019/paper/viewFile/2056/1015>. Acesso em: 21 nov. 2021.

EM FLORIANÓPOLIS – Primeira rua calçada de Santa Catarina completa 175 anos. **Floripa Centro**. Florianópolis (SC), 21 out. 2020. Disponível em <https://floripacentro.com.br/em-florianopolis-primeira-rua-calcada-de-santa-atarina-completa-175-anos-hoje/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

FLECK, Giovana. ‘Extirparam o câncer’: o olhar de quem não se vê no direito de pertencer à cidade. Especial Gentrificação. **Sul21**. Porto Alegre (RS). 14 ago. 2017. Disponível em: <https://especiais.sul21.com.br/gentrificacao/extirparam-o-cancer-o-olhar-de-quem-nao-tem-o-direito-de-pertencer-a-cidade/>. Acesso em 21 nov. 2021.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo, Porto Alegre: Tchê, 1989.

GOMES, Luis. ‘Deserto de Torres’: como se vive e o que acontece quando a cidade se fecha em muros. Especial Gentrificação. **Sul21**. Porto Alegre (RS). 14 ago. 2017. Disponível em: <https://especiais.sul21.com.br/gentrificacao/deserto-de-torres-como-se-vive-e-o-que-acontece-quando-a-cidade-se-fecha-em-muros/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Cátia Corrêa. **Jornalismo e luta de classes**: desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia. Tese apresentada à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

KIKUTI DANCOSKY, A.; MICK, J.; PAUL, D. M.; LUZ, S. C. C. da; COSTA RAMOS, A. N.; SOUSA, J. AT THE SERVICE OF THE COMMUNITY, CAUSE OR CAPITAL: alternative journalistic arrangements to the major media corporations in Santa Catarina. **Brazilian Journalism Research**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 336–375, 2021. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1382>. Acesso em: 21 nov. 2021.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: EdUSP, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **Posição**: contra os tecnocratas. São Paulo: Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **El materialismo dialectico**. Buenos Aires: Editorial La Pleyade, 1971.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Espanha: Capitán Swing, 2013.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, junho/2002. p. 11-29. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1oGX0nj5IZKkFstajNviVvs-pAWTRHS1v/view>. Acesso em: 21 nov. 2021.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MARTINEZ, Gabriel A. P.; BONITO, Marco. Mapa Exploratório do Jornalismo Digital Independente no Brasil. **Intercom**. Anais [...] XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Porto Alegre (RS). 20 a 22/6/2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sul2019/resumos/R65-0700-1.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

MOM BRASIL. **Media Ownership Monitor Brasil**. 2017. Reporters Without Borders (RSF) & Intervozes. Disponível em <http://brazil.mom-rsf.org/fileadmin/rogmom/output/brazil.mom-rsf.org/brazil.mom-rsf.org-pt.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

PERUZZO, Círcia Khroling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Galáxia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. n. 17, set. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/2108/1247>. Acesso em: 21 nov. 2021.

QUATRO e-books – Floripa Centro lança série “Histórias inéditas da Florianópolis antiga: 1800-1960”. **Floripa Centro**. Florianópolis (SC), 5 set. 2020. Disponível em

<https://floripacentro.com.br/confira-o-segundo-e-book-da-serie-historias-ineditas-da-florianopolis-antiga-1900-1920/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

QUEM somos. **Floripa Centro**. Florianópolis (SC). Disponível em <https://floripacentro.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

RELÍQUIAS – Salvem os últimos dois ‘orelhões’ da região central de Florianópolis. **Floripa Centro**. Florianópolis (SC), 12 out. 2021. Disponível em <https://floripacentro.com.br/reliquias-salvem-os-ultimos-dois-orelhoes-da-regiao-central-de-florianopolis/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 71 a 86.

SILVA, Mariana da Rosa. **Tensões entre o alternativo e o convencional: organização e financiamento nas novas experiências de jornalismo no Brasil**. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185627>. Acesso em: 21 nov. 2021.

SOBRE. **Sul 21**. Porto Alegre (RS). Disponível em <https://sul21.com.br/sobre/>. Acesso em 21 nov. 2021.

SUL21. Especial Gentrificação. **Sul21**. Porto Alegre (RS). 4 ago. 2017. Disponível em: https://especiais.sul21.com.br/?_ga=2.98355615.1866480721.1637501740-796926963.1637501740. Acesso em: 21 nov. 2021.

WEISSHEIMER, Marco. Dique e Nazaré: ‘A ideia é expulsar e esconder. Por que temos que morar na periferia da periferia?’. Especial Gentrificação. **Sul21**. Porto Alegre (RS). 14 ago. 2017. Disponível em: <https://especiais.sul21.com.br/gentrificacao/dique-e-nazare-a-ideia-e-expulsar-e-esconder-por-que-temos-que-morar-na-periferia-da-periferia/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

Recebido em 10 de fevereiro de 2022 | Aceito em 17 de fevereiro de 2022



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas

V 11 | n 20 | jan-jun 2022

Rádios comunitárias: ativismos e resistência nas redes sociais

Maria Inês Amarante



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

AMARANTE, Maria Inês. Rádios comunitárias: ativismos e resistência nas redes sociais. Cadernos Nauti: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 51-66, jan-jun 2022. Semestral.

© NAUI

Rádios comunitárias: ativismos e resistência nas redes sociais

Maria Inês Amarante¹

Resumo

A proposta deste trabalho é apresentar a experiência do Movimento Nacional de Rádios Comunitárias, que formou uma rede de 890 rádios durante as eleições de 2018. Para tanto, trazemos reflexões sobre essas transmissões pelas mídias sociais, buscando mostrar como grupos de comunicadores inovam suas estratégias de luta e resistência em tempos de convergência midiática. A pesquisa realizada é bibliográfica, documental e se complementa com relatos de participantes destas redes. A lei que regulamentou as rádios comunitárias no Brasil restringiu a formação de redes de transmissão. No entanto, ativistas adotaram a estratégia de associar a luta dos softwares livres com a das rádios alternativas, trazendo um “espaço da autonomia”, num salto do analógico para o virtual que rompeu barreiras e expandiu experiências comunitárias. Conclui-se que, para além de uma apropriação das tecnologias digitais, é necessário sensibilizar o público em geral para que atue na construção da democracia, revigorando o direito à comunicação.

Palavras-chave: rádio comunitária; redes; comunidades virtuais; cultura.

Abstract

The purpose of this paper is to present the experience of the National Community Radio Movement that formed a network of 890 radios during the 2018 elections. To do so, we

¹ A autora é pós-doutora em Ciências Sociais (Antropologia); doutora em Comunicação e Semiótica; mestre e especialista em Comunicação Social. Atuou como professora e pesquisadora da UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana junto ao ILAACH e no Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (IELA). Autora das obras: “Guerrilheiras da Palavra: rádio, mulheres e resistência” (Appris, 2021); “Rádio Comunitária na escola: adolescentes, dramaturgia e participação cidadã” (Intermeios, 2012); e co-organizadora do livro “África, múltiplos olhares sobre a comunicação” (Intercom, 2013). Publicou diversos artigos científicos e socioculturais em revistas e livros nacionais e internacionais. E-mail: inesamarante@gmail.com.

bring reflections on these transmissions by social media, seeking to show how groups of communicators innovate their strategies of struggle and resistance in times of media convergence. The research is bibliographic, documental, and is complemented by reports from participants of these networks. The law that regulated community radio in Brazil restricted the formation of broadcast networks. However, activists adopted the strategy of associating the struggle of free software with that of alternative radios, bringing a “space of autonomy” in a leap from analog to virtual that broke barriers and expanded community experiences. We conclude that, in addition to an appropriation of digital technologies, it is necessary to sensitize the general public to act in the construction of democracy, reinvigorating the right to communication.

Keywords: community radios; networks; virtual communities; culture.

I. Introdução

Ao abordar a resistência e as rádios alternativas e comunitárias, gostaria inicialmente de trazer algumas reflexões a respeito da presença histórica e significativa dessas rádios nas sociedades latino-americanas. Em seguida, mostrar a transformação havida nessas rádios na era da convergência e as novas possibilidades de ação em rede dos movimentos sociais, bem como a apropriação desse “espaço sonoro” de fala de inúmeras comunidades.

O oligopólio dos meios de comunicação privados, de concessão pública, constitui um paradoxo e uma realidade em nosso continente. Desde o final dos anos 1940, porém, conhecemos as mais significativas experiências radiofônicas que buscaram a conquista da cidadania atuando na contracorrente desse domínio.

Em seu livro *Emergência das Rádios Comunitárias no Paraguai*, Brunetti (1997) lembra que, em toda a América Latina, existe uma semelhança entre os governos e os povos no que diz respeito à instalação e desenvolvimento de grandes meios comerciais de propagação e alcance massivo: a de postergar sua finalidade social.

Há que se ressaltar que, desde que surgiram, as rádios comunitárias se configuraram como instrumento de resistência de movimentos populares envolvendo atores sociais enquanto sujeitos da comunicação – não mais como receptores passivos e sem voz diante dos poderosos conglomerados dominantes.

No entanto, a história registra que, mesmo em ambientes ditos democráticos, estas emissoras seguem sendo alvo de perseguições e criminalização por parte do Estado e

sobrevivem sem usufruir de políticas públicas específicas e inclusivas com o rechaço das grandes empresas de comunicação, realidade que compromete sua função de democratização da palavra e meios de resistência!

As primeiras experiências de rádios alternativas e comunitárias que marcaram as lutas em prol da justiça social e da mobilização cidadã no continente latino-americano, formando redes, fizeram história na década de 1950 e se espelharam nas rádios mineiras da Bolívia, quando os trabalhadores das minas descobriram que as ondas hertzianas convocavam mais que os “panfletos”. Estas rádios pioneiras foram meios de mobilização populares e promoveram um grande impacto social. A partir delas se formou uma rede de rádios composta por 33 emissoras, com emissões em quéchua e aymara, línguas dos povos originários. Uma das primeiras redes da qual se tem registro naquele país foi a ERBOL – que defendia o direito dos trabalhadores das minas e reunia as rádios Vanguardia – La voz del minero; Radio Pío XII; Radio Nacional de Huanuni e Radio Animas, entre outras. Elas se profissionalizaram e foram severamente reprimidas em tempos de ditadura. Os mineiros eram trabalhadores muito importantes na realidade econômica e política da Bolívia e, nos anos 1970, ainda conseguiam manter 26 emissoras em funcionamento, quase todas elas nos distritos mineiros da região do altiplano andino (AMARANTE, 2010).

O rádio foi fundamental nos diversos processos revolucionários e de resistência conhecidos na América Latina, sob o comando de grupos políticos guerrilheiros como a Rádio Rebelde em Cuba, protagonizada por Ernesto Che Guevara, a Rádio “Sandino” da Nicarágua, ou a “Rádio Venceremos”, em El Salvador, que durante onze anos difundiu a luta do povo salvadorenho antes de ser legalizada, em 1991. Muitas dessas emissoras foram chamadas de “clandestinas” ou “piratas”, em campanhas sensacionalistas dos meios hegemônicos. No entanto, o rádio segue representando uma forma de comunicação sonora específica – que usa sons diversos (da natureza, de vozes, de música) e o silêncio que encarna, há mais de 70 anos, os princípios da democracia comunicacional tão bem elaborados e estudados pelos mestres Kaplún, Diaz Bordenave, Beltrán e outros de igual importância que se aproximaram da comunicação dos setores populares nas sociedades latino-americanas, idealizando formas de ação participativa.

As rádios comunitárias na era da convergência

No Brasil, a Lei 9612/98, que regulamenta as rádios comunitárias, aprovada graças às diversas frentes de luta reunidas em movimentos para o desenvolvimento da comunicação dialógica e popular, teve como objetivo romper o bloqueio da mídia tradicional que destrói a verdade, legitima as mentiras e negligencia as culturas locais em favor de uma cultura massificada. No entanto, ela é restritiva em vários aspectos, impedindo as emissoras comunitárias de formar redes de transmissão. Não houve qualquer avanço regulatório desde que a internet avançou e abriu espaços de difusão e intercâmbio de narrativas contra-hegemônicas possibilitando a inserção de pautas éticas, educativas e cidadãs nas redes sociais. A repressão a esses veículos é uma realidade, criando ainda mais barreiras para uma participação ativa da população.

Com as novas tecnologias, houve uma reconfiguração paulatina das características do meio rádio, sobretudo a partir do ano 2000. Esta transformação, denominada por estudiosos como Prata (2009) de “radiomorfose”, uma vez que o rádio se torna, além de veículo específico de emissões sonoras, algo diferente que ganha um site², – com textos, hipertextos, imagens, podcasts, publicidades, chega às redes sociais e cria outros vínculos no ciberespaço, além dos elos sonoros tradicionais que mantinha com seus ouvintes e colaboradores – agora vistos como “internautas”.

Nos últimos vinte anos, a revolução informática adquiriu muita velocidade, impulsionando a convergência tecnológica, eliminando as fronteiras entre os meios tradicionais de comunicação e criando oportunidades interativas entre os agentes midiáticos. Mas, sem dúvida, a mais importante mudança no panorama vem ocorrendo pelo avanço da digitalização, gerando novíssimos meios e articulando-os simultaneamente com os velhos transmissores de conteúdo.

Embora o rádio digital não seja uma realidade no Brasil, houve um salto do analógico, que ainda sobrevive, para o virtual, sendo que o rádio ultrapassou o campo eletromagnético e transbordou para as mídias sociais. O curtir – comentar – compartilhar já é uma realidade dita de “interatividade” dos ouvintes em aplicativos radiofônicos.

² Rádios online são rádios presentes nas ondas hertzianas e na internet e rádios web ou web rádios têm presença exclusiva na internet.

Na era digital, encontramos um novo espaço repleto de novas possibilidades e também de exceções. No Brasil, enquanto existem inúmeros canais sendo abertos, o acesso à tecnologia é limitado e desigual e transpassa todas as questões sociais que servem como balizadores de direito, como são as questões de classe, raça e gênero por exemplo, configurando então mais um espaço para comportar esta luta por direitos. Pelo Plano Nacional de Banda Larga, 60% dos municípios não têm acesso à internet e apenas 15% das residências rurais têm internet.³

Quanto às políticas públicas em relação à atribuição dos meios de comunicação analógicos, nada foi alterado... A pesquisa “Quem Controla a Mídia no Brasil”⁴, um projeto da ONG Repórteres Sem Fronteiras realizado em dez países, analisou 50 veículos, e o critério de escolha foi a audiência. Dos 50 veículos, nove são ligados a grupos religiosos e nove, ao Grupo Globo. Isto mostra as duas forças competidoras concentrando a mídia no País, o que traz um grande prejuízo para a democracia devido à concentração e a facilidade de divulgação de um pensamento único em prejuízo da diversidade. Há autores que apontam para uma concentração cultural, se formos pensar em termos de penetração social. De nada serve criticar a realidade: o que deve ser feito é olhar com um pouco mais de cuidado para o que significa essa concentração midiática no Brasil e refletir de que modo os grupos de poder midiático puderam crescer e chegar a esse ponto. Inúmeros estudos apontam para a pouca regulação e a falta de fiscalização do que tem sido veiculado, se estão respeitando o princípio da responsabilidade social e a programação educativa prevista por lei (ORTRIWANO, 1986).

Foi nesse processo de convergência das mídias que o rádio como mídia tradicional, dita de massa, foi se adequando às transformações, transmutando-se no que se denomina rádio hipermidiático – ou rádio expandido –, criando mudanças políticas, rituais, sociais e econômicas nas emissoras e nos modos de escuta e participação dos ouvintes (MORALES, 2018).

Se formos pensar de modo otimista, foi essa revolução cibernética e das máquinas a responsável pela interlocução simultânea de múltiplos sujeitos, como lembra o professor

³. Informações obtidas no portal www.redeslivres.org.br, apresentadas pelo Coletivo Intervezes em Seminário organizado pela Amarc-Brasil: “O futuro das rádios comunitárias em tempos digitais”, Campinas, 31/3 a 1/4/2016.

⁴ <https://portal.comunique-se.com.br/quem-controla-midia-no-brasil/>. Consulta realizada em 10/11/2017.

Marques de Melo. No entanto, há quem aponte para um empobrecimento de conteúdos – uma vez que qualquer um pode dizer sem comprovar, abrindo espaço para uma profusão de “fake news”.

Segundo Castells (2012) a “Sociedade em Rede” representa um complexo fenômeno tecnológico que assinala uma nova forma de organização social. A emergência da rede como novo meio de comunicação social mostra os novos padrões de interação e a formação de comunidades virtuais. Barbero (2014) afirma que dois processos estão transformando radicalmente o lugar da cultura em nossas sociedades: a revitalização das identidades e a revolução das tecnicidades. Nós convivemos com esta realidade e não nos é mais possível prescindir da tecnologia. Os avanços tecnológicos “colocam à disposição dos usuários interfaces cada vez mais acessíveis e intuitivas, [...] permitindo que o público se integre de maneira intensa no processo de produção da informação” (LOPEZ *apud* LOPEZ e QUADROS, 2014, p. 6).

Tudo se altera com o surgimento de um novo tipo de usuário dentro do atual processo de convergência midiática, de um novo ouvinte de rádio, o internauta. Os sites das chamadas “redes sociais” se popularizaram e foram também apropriados por emissoras de rádio, configurando-se como uma nova plataforma de comunicação entre ouvinte e comunicador.

A mediação pelo computador [...] gerou outras formas de estabelecimento de relações sociais. As pessoas adaptaram-se aos novos tempos, utilizando a rede para formar novos padrões de interação e criando novas formas de sociabilidade e novas organizações sociais, lembra Recuero (2011, p. 88). Mas a rádio em rede também promoveu individualizações! Surgem avatares, perfis individualizados e uma atomização do “ouvinte” transformado em “internauta” – em comunidades virtuais, onde o próprio meio passa a servir de mediador, mais do que o “líder de opinião” ou a liderança comunitária dos espaços físicos de residência.

As redes, de acordo com a pesquisa, são utilizadas por uma série de razões, entre elas a “atualização de notícias e acontecimentos”. No tocante à produção, transmissão e consumo de informações, surgiram novidades: – Fala-se em algoritmos – que é o controle das massas navegantes; – Evidencia-se a propagação de fake news – que sempre existiram, mas agora são compartilhadas por nós e em larga escala por robôs; – Formam-

se comunidades relacionadas a emissoras comerciais. A conquista de uma audiência cidadã passa então por novas dinâmicas de participação com o ouvinte-internauta.

Surgem novas possibilidades de ação em rede, com a apropriação de um “espaço sonoro” de fala de inúmeras comunidades. As rádios alternativas, que se tornaram multiplataformas móveis, sobretudo pelo celular, seguem tendo uma função social a cumprir, mas precisam contornar as dificuldades que se apresentam.

O celular – mais do que um objeto de consumo concentrador de mídias –, representa hoje o acesso a um espaço privilegiado para consumo de bens simbólicos. Além dele, há novos suportes de participação, como o e-mail, fóruns de discussão, sistemas de mensagens instantâneas etc. Sendo assim, é difícil conceber a ideia de que ainda persiste a dificuldade de se construir uma comunicação mais democrática e plural. As redes virtuais existem desde o ano 2000, quando tem início o Fórum Social Mundial (FSM), vencendo o bloqueio midiático no setor da radiofonia.

Em Porto Alegre, em espaço montado para jornalistas, radialistas e comunicadores de todo o mundo, foi possível o exercício da liberdade democrático-comunicativa no FSM, quando todas e todos ocupavam computadores e divulgavam as discussões e matérias sobre o fórum para o mundo. Uma experiência inigualável e muito estimulante de participação.

Várias organizações intercontinentais de rádios comunitárias, como a AMARC – Associação Mundial de Rádios Comunitárias, promoveram encontros e debates de comunicadores e espaços para se divulgar entrevistas com lideranças intercontinentais, ajudando a pensar “Outro mundo possível.”

O que o Fórum Social Mundial trouxe de novo, além de debates sobre os oligopólios e as TICs (tecnologias de informação e comunicação), foi o estímulo a novos protagonismos que foram surgindo desde então. A mídia promotora do desenvolvimento humano no mundo globalizado, as mídias livres, a existência de uma rede rizomática – que apareceu recentemente no México, permitindo o uso de celulares comunitários, o ativismo de jovens, a ascensão de uma nova esquerda que queria revisar as políticas de comunicação... A Mídia Ninja – que usa aplicativo que permite a qualquer um interagir em rede...

Surgiram experiências de redes como O Jornal dos Trabalhadores que, com o apoio da CUT, sobreviveu até 2014, ajudando a constituir uma rede de rádios comunitárias

nacional e uma emissora de TV. Com o golpe de 2016, ficou mais difícil a relação entre as rádios comunitárias porque muitas não tinham essa organização. Porém a união de várias lutas foi fundamental, entre elas a do Movimento Nacional de Rádios Comunitárias (MNRC), que existe há mais de 20 anos; o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC); o Coletivo Intervezes, reunindo acadêmicos e que ganhou muita representatividade no setor; ONGs como a Artigo 19; Repórteres Sem Fronteiras; coletivos de rádios livres, todos foram ganhando espaço na perspectiva da defesa do rádio como meio estratégico para a consolidação da democracia brasileira e latino-americana.

O Portal Radiotube no Brasil e a Radioteca que, desde Quito, no Equador, emite em software livre em suas múltiplas editorias, permitem ao internauta escolher os conteúdos que deseja salvar e são dois exemplos estratégicos de comunicação partilhada, como o Sound Cloud – plataforma gratuita que facilita inserção de programas e arquivos sonoros.

Gostaríamos de particularizar a experiência da Rede de Rádios pela Democracia que, em 2018, ano eleitoral, por meio de plataforma digital, enviou instruções de acesso pelo whatsapp, conseguiu reunir 890 rádios comunitárias de diversas regiões do Brasil em redes sociais e já foi várias vezes formada depois desse período. A Rádio Democracia, como é chamada, também disponibilizou conteúdos de imagens, gravações e programas no Facebook e outras plataformas para acesso de todos os ouvintes e internautas.

A história dessa Rede está ligada à do Movimento Nacional de Rádios Comunitárias – MNRC, que surge de uma constatação sobre a representatividade das rádios comunitárias e de como o movimento deve se comportar diante do grande oligopólio da comunicação. Desde o surgimento das rádios livres (MACHADO et al., 1986), o debate é semelhante ao da propriedade da terra, trazido pelo MST: – uma briga contra o latifúndio –, e procura mostrar qual é o papel do inimigo neste processo, lembra Jerry de Oliveira (2019).⁵

Os comunicadores reunidos querem o fim da propriedade privada do latifúndio do ar, tendo em vista a proporção que ela tem. Para o entrevistado, começou-se a perceber que a luta institucional se dá com um movimento forte, por detrás da sustentação dessa

⁵ Jerry de Oliveira é sindicalista, comunicador e diretor da Rádio Noroeste, uma rádio pública de Campinas, Estado de São Paulo. Entrevista realizada em 21/7/2019, via whatsapp.

luta, que não é apenas institucional, que sempre acaba travando pelo lado burocrático e os interesses dos representantes da mídia hegemônica. Porque o papel político de um movimento vai além da discussão da lei e outros debates. O MST mostra bem isso, que movimentos são feitos por gente e não por dirigentes de associações.

Não somos um exército de cinco mil rádios, somos um exército de combatentes. E nosso primeiro debate foi mais ou menos isso: não se faz movimento com dirigentes. Ele tem que ter a base. É mais importante do que ter CNPJ. É importante ter pessoas, um grande exército de locutores, produtores, técnicos etc. Não queremos reuniões com ar condicionado. Para dar sustentação a um movimento maior precisa de um exército que junte a academia, gente da prática também. E aí pelo histórico dos trinta mil ativistas que foram criminalizados, a gente percebe que o Estado – ou a institucionalidade é uma enganação. O Estado reprimiu a mando daqueles que monopolizam a comunicação. O enfrentamento direto a este monopólio nos fez criar e instituir o Movimento Nacional de Rádios Comunitárias. Entidades sentam à mesa e não se preocupam com o fortalecimento do movimento – o fim da propriedade privada dos meios, a libertação das rádios da Anatel, do canal único que nos impuseram. Ficam apenas apagando incêndio, o que não resolve. Para enfrentar esse poder, a gente quer mais... Tem que ter a crise da radiodifusão com a desobediência civil e é por isso que quando a gente chama a este debate, a gente foge da institucionalidade e é por isso que muitas entidades não querem debater o fim da propriedade privada dos meios de comunicação. Somos milhões e não apenas cinco mil rádios como muitos pensam que somos (JERRY, 2019).

Os empresários da comunicação há muito perceberam que as rádios integradas na busca de uma organização maior em redes – que estavam surgindo no final dos anos 1990, poderiam prejudicar o papel hegemônico que exercem. Assim, uma das censuras que foram impostas pela Lei 9.612/98 foi a de não permitir redes de rádios comunitárias em FM pelo canal único que lhes foi atribuído, deixando essa possibilidade de articulação para a mídia tradicional manter seu poder de articular, dominar.

No entanto, desde o início, vários movimentos compreenderam que entrar em rede era fundamental, pois isso significa interligar, juntar pessoas em torno de uma outra comunicação inclusiva, com envolvimento social, assunto pautado nos Fóruns Sociais Mundiais de Porto Alegre, em 2002 e 2005, que teve como tema: “outra comunicação é possível”.

Quando se fala em rede, porém, sobretudo na comunicação, se pensa numa rede centralizada, verticalizada, segundo Jerry de Oliveira (2019). Do ponto de vista histórico, a primeira vez que as rádios comunitárias transmitiram em rede nacional foi em 2001, no 1º Fórum Social Mundial – FSM. Segundo o comunicador, a Rádio Noroeste emprestou

o equipamento transmissor para a Rádio Muda, uma rádio livre e cidadã que funcionava na caixa d'água do campus Barão Geraldo da Unicamp. Depois disso, o José Guilherme e o professor Emersom Amorim construíram na Faculdade de Educação da UFMG a Rádio FAI. Era o primeiro provedor que foi criado para a formação de rede, lembra Jerry:

Na época, a internet era discada, a banda era pequena e a rádio FAI foi o primeiro distribuidor de conteúdos que tivemos. Foi importante porque a gente fazia a rede de forma horizontal. Não tinha uma cabeça de rede, mas várias. Naquele período, qualquer rádio poderia formar rede via internet. Aí a gente começou uma luta aqui em Campinas. A gente chegou a juntar 96 rádios; criamos uma pauta, demos uma cutucada no monopólio da comunicação de Campinas, e depois a gente cobriu o Fórum Mundial da Educação. Cobrimos greve, entramos em rede com o MST, numa marcha, e o pessoal carregando, colocamos transmissor num caminhão (JERRY, 2019).

Há que se lembrar que uma rede só é possível quando se discute o papel dela, porque ela não é vertical, onde apenas uma pessoa fala e muitos escutam. No grande debate sobre redes se discute a horizontalidade. O funcionamento é democrático: qualquer emissora de rádio comunitária pode ser cabeça de rede, desde que o princípio que a norteia seja a capilaridade da horizontalidade.

Na Rádio Democracia, que é como se denominou a rede, buscou-se garantir este princípio, para que qualquer um que envie o seu áudio, seja na condição de ouvinte, correspondente, na condição de “gente militante”⁶, tenha o direito de opinião e de expressão, com respeito à causa comum a todos. Existe seletividade, por exemplo, porque não tem esse direito uma pessoa que queira defender a pena de morte. A denominação de Rádio Democracia serviu justamente para valorizar os direitos humanos, valorizar as mulheres, valorizar a comunidade LGBT. Essa é a grande ideia da democracia, que difere de outros segmentos em que há uma rede de rádios vertical, sob o comando de empresas que têm fins de lucro e são dominantes neste grande “mercado” que são os meios de comunicação privados. Um bom exemplo é a CBN – Central Brasileira de Notícias, de propriedade da Globo, ou a Jovem Pan, que hoje pertence ao multimilionário Pastor Edir Macedo.

A Rede Rádio Democracia é horizontal, tanto pode ser feita na Amazônia, no estúdio da Rádio Noroeste em Campinas, no Rio Grande do Sul, a qualquer momento, a

⁶ Termo utilizado pelo entrevistado.

qualquer hora, como já foi feito em diversas ocasiões⁷. A Rádio Democracia não é fake, nem coisa de extraterrestres. É uma rede de comunicação que se espalha contra os abusos do Poder Judiciário e um movimento social que quer debater e construir outra comunicação para o Brasil em ambiente político inóspito, quando as barreiras impostas são mais concretas.

Segundo Jerry de Oliveira, na Rádio Democracia se trava uma guerra na comunicação brasileira que se acirra a cada momento quando o golpe avança sobre a sociedade. Assim, ao se lançar na disputa contra a narrativa do julgamento de Lula, em 2018, a rede Rádio Democracia conseguiu ir muito além do que se esperava. Houve 600 rádios conectadas no Brasil, 400 mil acessos nos sites e aplicativos e, além disso, foi possível tirar a invisibilidade das rádios comunitárias e livres junto aos movimentos sociais:

Florestam Fernandes aponta uma questão importante neste processo: a espontaneidade pode ser um grande instrumento do capital para atingir seus objetivos, porém a organização com corte de classes pode ser um baita instrumento para mudar a ordem estabelecida. Sem um programa efetivo para as rádios comunitárias, não alteramos a ordem, muito pelo contrário, legitimamos o instrumento de dominação. Durante o golpe, vivenciei milhares de rádios apoiando o golpe, e muitas inclusive seguindo a narrativa golpista. O MNRC – Movimento Nacional de Rádios Comunitárias, que se reuniu em maio de 2017 em Brasília, entendeu a necessidade de olhar para isso com atenção. Olhamos com muito cuidado e resolvemos interagir com rádios comunitárias em seu conceito máximo, que são emissoras cujo objetivo é ser um instrumento de humanização da sociedade. Acho que conseguimos separar o joio do trigo neste processo. Agora precisamos nestas relações construir de forma horizontal um programa efetivo para colocar nosso movimento em marcha contínua (JERRY, 2019).

O próximo passo que está sendo discutido é fazer a rede pelo celular. Para Jerry de Oliveira (2019), estas são ações estratégicas de movimento, em momentos específicos, em tempos de golpe de estado. A Rádio Democracia criou o grupo “rádios democráticas” no whatsapp, reunindo rádios comunitárias, rádios livres, rádios da Amazônia, rádios indígenas, professores e pesquisadores da área, partindo do princípio de que um verdadeiro programa para a radiodifusão livre no Brasil tem que abordar todos os aspectos, sobretudo as diferenças regionais, as etnias, as questões de gênero e de classe.

⁷ A rede Rádio Democracia transmitiu nacionalmente quando foi promulgada a sentença da Lava Jato contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva – e também durante a campanha das eleições presidenciais de 2018, chegando a unir 890 rádios de várias regiões do Brasil.

Há uma incerteza de se poder dar continuidade porque os provedores podem “desligar a Rádio Democracia da tomada” a qualquer momento, na expressão do entrevistado. Por isso, estão se buscando novas estratégias com provedores próprios. Os avanços já foram muitos, pois já se conseguiu comunicação com movimentos do Brasil e do mundo sem passar pelo filtro desses provedores.

O mais importante é que sempre haja uma emissora que possa ser cabeça de rede, em uma determinada emissão. Para participar, as pessoas podem mandar o áudio por whatsapp, aplicativos e até por e-mail. A pauta é bem clara: se for sobre greve geral, vai-se falar de greve geral; se é sobre reforma da previdência, se fala sobre isso. A seleção das contribuições é feita desta forma. Já para vídeo é diferente porque há aplicativos e provedores próprios:

A gente tem uma lista de rádios e planeja a pauta. Por exemplo: no caso do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, a gente formou rede. As rádios funcionam em sintonia com os acontecimentos da comunidade. E podemos fazer isso em qualquer lugar do mundo. Isso é bem rápido. Quanto à seleção de conteúdos, só nos preocupa o tempo disponível em rede e não a linguagem da pessoa que faz acontecer o debate. Pode ser acadêmica ou não. O importante é o papel organizativo, informativo e opinativo no áudio, uma vez que o papel é educativo e o objetivo é ajudar o povo a ter uma visão das coisas. Pensar em Paulo Freire: – ver, pensar e agir (JERRY, 2019).

Apesar de persistir o domínio de grandes grupos hegemônicos como fontes de informação nas redes sociais, o ouvinte-internauta raramente pergunta qual é a fonte noticiosa, mas associa fonte a suporte da informação. “Facebook não é fonte noticiosa, nem podcast é notícia em tempo real, lembra Marcelo Kischinhevsky em seu livro Rádio e Mídias Sociais” (2016).

Este dado mostra que não basta participar de uma comunidade virtual se isso não se reflete numa comunidade real.

Indagações trazidas por Barbero antes do final do século XX ainda não foram respondidas em diversos países: – Até que ponto os novos espaços midiáticos (tv, internet/rádios/blog) estão traduzindo e canalizando realmente as manifestações cidadãs? – Até onde estão inventando e facilitando as novas formas de participação? Novos modelos de comportamentos cidadãos?

As ações comunicativas e o ativismo da rede Rádio Democracia atuam neste sentido de inclusão e estímulo da participação cidadã.

Considerações finais

É preciso deixar de ver o rádio comunitário como mídia e pensar o meio como movimento social que envolve “múltiplos atores”, como comunicação dialógica, lembrando o mestre Paulo Freire, onde o compartilhamento seja a partilha de fatos, ideias e ideais.

O rádio também pode ser compreendido como um “lugar de fala” – um espaço privilegiado de apropriação do discurso dos ouvintes – de uma nova produção de sentidos – reverberando nas mídias sociais onde se faz presente. E se as portas forem fechadas na internet, que as ondas hertzianas gratuitas sejam realmente públicas e não funcionem como propriedade privada.

Hoje, na era da conexão virtual, a internet desempenha um papel fundamental na compreensão da massificação dos movimentos sociais, uma vez que a facilidade de disseminação das informações fornecidas pela rede é imediata, permite uma autonomia daqueles que enviam as mensagens (o seu conteúdo, a quem são dirigidos e todos aqueles pequenos pontos e detalhes que a mídia e a política não permitem que se espalhem) de quem os recebe. Os movimentos que surgirem materializarão sua indignação, afirma Castells (2012) e suas propostas de movimentos para além das redes sociais por meio das quais estabeleceram sua comunicação posterior e, assim, reivindicarão para si um espaço público que ocuparão para mostrar seu descontentamento. Então, os indignados estruturados pela rede precisam tornar visíveis suas demandas e é por isso que ocupam espaços físicos como as principais praças da cidade, as ruas. O medo é superado e vai da indignação à esperança, compartilhando a revolução e vivendo mais tangivelmente com outros essas experiências revolucionárias.

Agora, novas tecnologias permitem retransmitir os movimentos que surgem com suas atividades a todos aqueles que não participam dessas atividades acompanharem em tempo real. Essas autotransmissões em massa podem evitar um possível bloqueio por parte da mídia hegemônica que, apesar de suas afinidades e vínculos com o poder estabelecido, deve se submeter à evidência dos fatos e fazer uma cobertura especial do que está acontecendo.

A era da rede abre um mundo de possibilidades para promover a mudança social. Por meio dela, o movimento é moldado, a tecnologia é traduzida e incorporada na

realidade humana. A rede distribuída sem hierarquia ou centro dá origem a uma revolução diferente, sem líderes. A velocidade da voz e a difusão da internet também se traduzem em pesquisas puras, mutáveis, participativas e inclusivas, que escapam às classificações para usar e preferem não definir ou articular um programa clássico de reivindicações concretas.

Castells (2012) valoriza as contradições, as claras-escuras das revoluções através da rede. É difícil pensar como as coisas podem mudar através de um movimento sem líderes visíveis e que, ao mesmo tempo, se reconheça o princípio da democracia representativa, não queira fazer parte das instituições que, hoje, são os únicos canais que nos permitem transformar essencialmente a realidade. Ele também afirma que se os movimentos sociais se tornarem um partido político, isso levaria a que tais movimentos deixassem de existir como tais. Desse modo é de se pensar que se esses movimentos tiverem adesão é porque conseguiram mudar a mentalidade dos cidadãos, em contraponto ao poder vigente que negligencia tratar dos temas como a desigualdade e a pobreza, colocando-os no centro do debate social.

É possível que surja um pacto entre o ativismo social e o reformismo político, porque a mudança cultural que os movimentos sociais causaram terá que ser ouvida e apropriada, de alguma forma, pelas partes que concretizarão em seus programas novas medidas sociais. Os contratos sociais, a partir de agora, serão tecidos de várias maneiras, já que os meios modernos de conexão nos levarão a pautar tudo isso. “O legado dos movimentos sociais nas redes será uma nova forma de democracia” (CASTELLS, 2012).

A partir destas reflexões, podemos afirmar que há um elo que vem crescendo entre o ciberespaço e o espaço urbano, que é um híbrido que o autor se refere como “espaço de autonomia” (CASTELLS, 2012, p. 213). Este “espaço da autonomia é evidentemente a nova forma espacial dos movimentos das redes sociais” (*id.*). Com apenas um clique, a informação local se expande e pode aumentar a conscientização da população e fortalecer a participação nos movimentos, fazendo com que as pessoas reflitam sobre suas vidas e seus países, estimulando a capacidade de tomada de decisões em relação à classe política (*id.*, p. 226).

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, Maria Inês. Rádios Comunitárias e transformações sociais na América Latina. São Paulo: USP/meio digital – Extraprensa – Cultura e Comunicação na América Latina, v. 1, p. 511 – 524, 2010. Disponível em: www.usp.br/celacc/ojs/index.php/extraprensa/article/viewArticle/84. Acesso em 12 de abril de 2022.
- AMARC ALC y ALER. El bit de la cuestión. La radio popular y comunitaria em la era digital. Buenos Aires: AMARC-AL, 2010.
- BARBERO, Jesus Martin. Diversidade em convergência. In: Revista Matrizes, São Paulo: USP, v. 8, n. 2, jul/dez. 2014, p. 15-33.
- BORDENAVE, Juan Díaz. Participación. Asunción: Paraguay: Editorial Arandurã, abril 2016.
- BRUNETTI, Vicente. Emergência de las Radios Comunitarias em Paraguay, 1ª ed., San Lorenzo: Fac. Politécnica de la Universidad Nacional de Asunción; Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia (CIPAE) y Asociación Mundial de Radios Comunitarias (AMARC), Quito, Ecuador, 1997.
- CASTELLS, M. Redes de indignación y esperanza: los movimientos sociales en la era de internet. Hernández, M. Trad. Madrid: Alianza Editorial, 2012.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de et al. (Orgs). Reinvenções do rádio: tecnologia, educação e participação. Embu-SP: Alexa Cultural, 2018.
- KISCHINHEVSKY, Marcelo. Rádio e Mídias Sociais: Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- LOPEZ, Debora Cristina; QUADROS, Mirian Redin de. Rádio e redes sociais: novas ferramentas para velhos usos? Revista Intexto, Porto Alegre: UFRGS, n. 30, jul. 2014, p. 166-183.
- MACHADO, A. *et al.* Rádios Livres: a reforma agrária no ar. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAGNONI, Antonio Francisco; CARVALHO, Juliano M. de. (Org.). O novo rádio: cenários da radiodifusão na era digital. São Paulo: Ed. Senac, 2010.
- MEDITSCH, Eduardo. A informação sonora na webemergência: sobre as possibilidades de um radiojornalismo digital na mídia e pós-mídia. In: MAGNONI, Antônio Francisco; CARVALHO, Juliano Maurício de (Orgs.). O novo rádio: cenários da radiodifusão na era digital. SP: Ed. Senac-SP, 2010.
- MORALES, Elena Nava. Rádio Totopo: a configuração das redes na comunidade. In: Reinvenções do rádio: tecnologia, educação e participação – Guilherme Gitahy de Figueiredo, Leni Rodrigues Coelho e Núbia Litaiff Moriz Schwamborn, Alexa Cultural: São Paulo, 2018.
- ORTRIWANO, Gisela. A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus Editorial, 1985.
- PRATA, Nair. Webradio: novos gêneros, novas formas de interação. Florianópolis: Insular, 2009.

RECUERO, Raquel da Cunha. Comunidades em Redes Sociais na internet: Proposta de Tipologia baseada no Fotolog.com. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e comunic. Programa de pós-graduação em comunicação e informação 2006, 334p.

VILLAMAYOR, Claudia. Tramas de la comunicación: 60 años de história de Comunicación Radiofónica en América Latina. 23 de Mayo del 2007.

ZUCOLOTTO, Valci et al (Org.). 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom. São Paulo: Intercom, 2016 (Coleção GPS; grupos de pesquisa; v. 22).

Recebido em 10 de fevereiro de 2022 | Aceito em 17 de fevereiro de 2022



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas

V 11 | n 20 | jan-jun 2022

Rádio Campeche e a participação popular no Plano Diretor de Florianópolis na perspectiva do jornalismo libertador

Elaine Tavares



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

TAVARES, Eliane. Rádio Campeche e a participação popular no Plano Diretor de Florianópolis na perspectiva do jornalismo libertador. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 68-80, jan-jun 2022. Semestral.

© NAUI

Rádio Campeche e a participação popular no Plano Diretor de Florianópolis na perspectiva do jornalismo libertador

Elaine Tavares¹

Resumo

O artigo discute o papel da Rádio Campeche na participação popular no Plano Diretor de Florianópolis e os caminhos para o jornalismo libertador, superando a posição de mera resistência delimitada pela democratização da comunicação e avançando na constituição de outra práxis.

Palavras-chave: jornalismo libertador; Rádio Campeche, plano diretor.

Abstract

The article discusses the role of Campeche Radio in popular participation in the Florianópolis Urban Master Plan and the paths for liberating journalism, overcoming the position of mere resistance delimited by the democratization of communication and advancing to the constitution of another praxis.

Keywords: liberating journalism; Campeche Radio, city master plan.

¹ Jornalista, doutora em Serviço Social (UFSC, 2019) e mestre em Comunicação Social (PUC/RS, 2001). Atua como jornalista e pesquisadora no Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA/UFSC). Alimenta o blog *Palavras Insurgentes* e escreveu, entre outros, os livros “Jornalismo nas margens – uma reflexão sobre comunicação em comunidades empobrecidas” (2004) e “Em busca da utopia – os caminhos da reportagem no Brasil dos anos 50 aos anos 90” (2008). E-mail: eteia8@gmail.com.

O trabalho de um comunicador ou de um jornalista é noticiar. Falar de tal forma que toda a gente entenda, saindo do particularismo de um fato qualquer e garantindo àquele que lê, escuta ou vê a condição de compreender a universalidade do fato, como bem ensinou Adelmo Genro Filho, o teórico gaúcho que ilumina as reflexões neste artigo. Narrar de tal forma que a pessoa compreenda a atmosfera na qual se deu o fato. As causas, as consequências, as forças envolvidas, os detalhes, o pano de fundo. Como se a notícia fosse uma espécie de análise de conjuntura em miniatura. A trincheira é a palavra criadora. Não adianta fazer comunicação/jornalismo usando as mesmas fórmulas alienantes que tanto criticamos, porque a crítica não é apenas pela posição política da mídia hegemônica diante dos fatos². A própria forma de narrar é um elemento importante da política no sentido de garantir a possibilidade de compreensão de um processo por inteiro. E não se trata aqui da fórmula liberal alardeada pela ideia de “mostrar os dois lados”. Nenhum fato tem dois lados. Existem muitos lados e há que narrá-los, percorrendo os fios da realidade e constituindo a comunicação libertadora, perspectiva que será desenvolvida como espaço que se abre à participação popular para a transformação social.

A mídia hegemônica não mostra nem mostrará a cidade real, essa cidade dos desvalidos, dos condenados, dos sem casa, dos sem esgoto, dos sem lazer. Não tem interesse nisso, porque, ao apresentar a realidade, expõe as contradições do sistema. Assim, quando a cidade aparece na mídia hegemônica, é sempre de maneira ritual e fragmentada. Notícias sobre buracos de rua, sobre problemas estruturais são dadas como se fossem pequenos furúnculos num corpo sadio. Os repórteres fazem a denúncia e depois mostram o poder público dizendo que vai consertar o defeito, dando o problema como resolvido.

Já com relação aos que enfrentam o sistema, a mídia hegemônica aprofunda a pedagogia do medo. Tudo é feito para amedrontar as pessoas e para criar os estereótipos do que vem a ser o inimigo da “ordem” e do “progresso”. Noticiários policiais, que são vistos em todos os estados do País, são usinas do medo. Mortes, assassinatos, crimes horríveis sendo praticadas por quem? Por pessoas pobres, pretas, desempregadas,

² A designação de mídia hegemônica, tradicional, convencional ou comercial faz referência aos grupos e empresas controladores do setor, no Brasil e no exterior.

moradoras de favelas e comunidades empobrecidas. Raramente aparece um crime de gente rica, branca, bem alimentada. Quando aparece, soa como algo quase inusitado. Logo, para a maioria alfabetizada pelo medo, o pobre, o trabalhador, o que luta, “é tudo bandido”, sendo completamente diferente o tratamento dado aos crimes de colarinho branco.

A mídia hegemônica mostra quando as populações se levantam em luta. Mas essas lutas igualmente aparecem como uma parte doente de um corpo saudável, reforçando o preconceito instalado pela pedagogia do medo. São pessoas que “incomodam”. E sobre elas já estão manufaturados os conceitos necessários para fazer com que a sociedade encare esses movimentos como coisas ruins. São os “baderneiros”, os “contra tudo”, os “ecochatos”, os “vagabundos” que querem mordomia sem trabalhar, que querem casa sem pagar por ela. Ou seja, tudo de ruim. Gente ruim. Isso não é por acaso. É preciso fortalecer essa ideia para que a sociedade os veja como seus inimigos também. Então, a pedagogia do medo já fez o seu trabalho e o jornalismo que pratica não permite a reflexão crítica.

A mídia hegemônica mostra como inimigos de todos aqueles que são apenas os inimigos do capital, da classe dominante, ou seja, da pequena parcela da humanidade que domina o mundo e que produz tanta dor, destruição e desgraça. É importante frisar que o ódio de classe é bom e necessário. Só que o capital faz com que o ódio fique entre a classe trabalhadora, sem envolver a classe dominante. Odeia-se o índio e não o sistema que rouba suas terras (os ricos, os latifundiários, os grileiros). Odeia-se o negro e não o sistema escravocrata que o aprisionou, odeia-se o pobre e não o sistema que o produz. Odeia-se o gay, o trans, o anarquista, o sem-teto, o sem-terra, o comunista, porque eles desestabilizam a “paz”. Uma paz que não existe, mas que as pessoas acreditam que exista, porque bombardeadas com toda a maquinaria ideológica do capital que também se reproduz na família, na escola, na igreja e na mídia. O jornalismo praticado na mídia hegemônica reforça isso.

O dramático desse processo é que ao fim e ao cabo a luta dos empobrecidos pelo direito à cidade sempre se volta contra eles. Quando ocupam um vazio urbano, por exemplo, na batalha por moradia, estão abrindo caminhos para que se expresse a renda da terra, já muito bem explicada por Marx. As famílias ocupam, sofrem a ação da polícia

e, quando finalmente conquistam a terra e a estrutura necessária para viverem, acabam por valorizar os espaços. E os endinheirados olham para o que era um vazio sem estrutura e querem tomá-lo para si. Porque já está ocupado, já conquistou a estrutura, se valorizou. Então, os empobrecidos voltam a sofrer a pressão do capital querendo tomar suas terras. Vivemos isso todos os dias na nossa cidade, nas praias e nos morros. Então, se há uma ocupação na luta por moradia, na ótica do jornalismo libertador, que adotamos, há que contextualizar de tal maneira que quem está na ocupação entenda sua posição dentro da realidade, e quem está de fora perceba que a responsabilidade daquela situação não é só do prefeito de plantão, mas de um sistema que se organiza para que a realidade seja assim, um sistema global do qual o prefeito é só um braço.

Partilho da ideia de que ainda é muito preciosa a formação cara a cara, a comunicação interpessoal, e ainda aposto nos meios impressos. As pessoas querem saber das coisas, elas têm fome de informação, porque hoje a informação é uma necessidade social. Mas elas também estão mergulhadas num redemoinho de palavras que lhes chegam nos telefones celulares e computadores, fragmentadas e sem amarração totalizante. Então temos dois caminhos:

- 1) Tentar responder à enxurrada de ideologia, mentiras e omissões que são divulgadas pela mídia hegemônica e pelas redes sociais, algo que não conseguimos, porque não temos o controle dos grandes meios.
- 2) Enfrentar com criatividade, fugindo do modelo hegemônico e dando vida ao jornalismo libertador na senda aberta pela teoria marxista do jornalismo de Adelmo Genro Filho.

A loucura do roubo do tempo nos é imposta pelo capital. O sistema quer nos ver enredados nessas ditas novidades informativas que desinformam e roubam o tempo para que não pensemos. E entramos na lógica da competição com o tempo do capital. Isso constitui um esforço inútil e ineficaz. A melhor saída é seguir trabalhando com nossos veículos alternativos/populares/comunitários na resistência, mas dispostos a dar o salto

maior, de transformação da sociedade³. É nesse sentido que abordo aqui a experiência da Rádio Comunitária Campeche, que, em sua prática cotidiana, faz valer essa perspectiva, buscando fomentar a consciência crítica.

Nas entranhas da luta de um bairro

A Rádio Comunitária Campeche, no distrito de mesmo nome localizado no Sul da Ilha de Santa Catarina, não é uma rádio qualquer, nascida para ser mais um empreendimento comunicacional. Ela é fruto de sangue, suor e trabalho de uma comunidade viva. Quando, nos anos 1980, a luta pelo Plano Diretor começava em Florianópolis, reunindo centenas de pessoas na construção de uma proposta de vida para o bairro, os moradores já pensavam uma forma eficaz de se comunicar. Ao longo dos anos, acabaram criando um jornal, o *Fala Campeche*, que cumpriu de maneira muito positiva as demandas da comunicação. Produzido de forma coletiva e colaborativa, o jornal circulava de casa em casa, nas padarias, nas vendas, e foi alavancando o debate que acontecia nas reuniões comunitárias. O Campeche foi pioneiro nesse processo de plano diretor.

Quando os anos 1990 apontaram no horizonte, o bairro já disputava as propostas vindas da Prefeitura. Mas nada acontecia no âmbito do poder público. Foi no decorrer dessa década que os diversos grupos de luta no Campeche decidiram que era preciso avançar na comunicação. Aí nasceu a ideia de uma rádio comunitária. E, do esforço de um pequeno grupo de voluntários, tendo à frente o jornalista Lucio Haeser, ela foi tomando corpo até que se fez.

O importante nesse processo foi que ela nasceu das entranhas da luta. Uma necessidade comunitária diante do domínio completo dos meios de comunicação por parte de uma única empresa, à época a RBS, grupo gaúcho de comunicação que surgiu em Santa Catarina em 1986 e que, depois de monopolizar todas as rádios, mídia impressa e televisiva, vendeu suas operações em 2016. Sem espaço para ali dizer sua palavra ou contar da profunda organização que vibrava no interior do bairro, ter uma rádio que

³ No livro *Jornalismo nas Margens – uma reflexão sobre comunicação em comunidades empobrecidas* (TAVARES, 2004), a partir de vários autores, discuto os conceitos de comunicação popular, comunitária e alternativa.

pudesse chegar à casa de todos os moradores era fundamental. Assim, a primeira transmissão, em 7 de novembro de 1998, com a emissora já totalmente regularizada, foi um marco na vida do Campeche. Nascia a rádio, espaço e voz das gentes em luta.

Assim, com algumas horas de programação, contendo músicas e notícias, a rádio foi caminhando, criando vias pelo ar, chegando a todo o bairro. Foi uma revolução. No ano de 2004, a Rádio Campeche já conseguia estar no ar 24 horas sem interrupção. Tinha então uma nova sede, construída pelas mãos dos associados, no terreno do Sinergia, o Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e Região, cedido em comodato.

Em 2006, a rádio teve seu primeiro programa de notícias ao vivo, o “Campo de Peixe”, que segue firme até hoje, repercutindo a vida da cidade e do País. Depois, outros programadores foram chegando e novos programas passaram a compor a grade. E, na primeira década dos anos 2000, a rádio cumpriu importante papel aglutinador da comunidade em mais uma etapa da luta pelo Plano Diretor, então chamado de participativo pelo poder público. Era pelo microfone da rádio comunitária que todas as vozes do bairro e da luta por uma cidade melhor se expressavam.

Foi na comunitária que a comunidade viva do Campeche discutiu e defendeu um dos mais simbólicos patrimônios imateriais do bairro, o Bar do Chico. Pelos microfones da rádio, muitas vezes a comunidade foi chamada para impedir a derrubada do bar, e naquelas horas os moradores sempre atendiam ao pedido de ajuda. A importância da rádio foi tanta que ela até virou personagem do documentário do realizador canadense Todd Southgate, intitulado “Desculpe pelo transtorno”, que conta a história da luta pelo bar do Chico.

Em 2014, o Plano Diretor foi aprovado no apagar das luzes, no final do ano, de forma totalmente ilegal. A rádio seguiu denunciando e abrindo espaço para as vozes populares. Novas lutas foram travadas em 2015, sempre com os microfones da rádio abertos para o debate dos temas de interesse da cidade: o Plano Diretor, a luta pela preservação da Ponta do Coral, pelo parque do Pântano do Sul, as lutas sindicais, a arte, a cultura.

No final de 2019, o novo estúdio finalmente ficou pronto e a rádio seguiu cumprindo com seu papel estratégico de ser um espaço comunitário real para a vida que se expressa e luta nesse mítico bairro do sul de Florianópolis. Hoje – e sempre – tocada

por um grupo cheio de vontade de realizar e construir, ela continua centrada na necessidade concreta do movimento popular comunitário e se mantém como a antena do Campeche, informando sobre tudo o que acontece no bairro, discutindo as lutas cotidianas por um lugar melhor para se viver, dando notícias sobre as batalhas que se travam na cidade no campo dos trabalhadores e das lutas populares.

Cada dia que passa, a rádio vai se fortalecendo, apresentando programas que fogem do lugar comum das rádios comerciais. No dial da Comunitária, hoje 98.3 FM – com transmissão também por aplicativo de celular e pelo site <http://radiocampeche.com.br> – podem ser escutadas as vozes dos pescadores, das rendeiras, dos ambulantes da praia, dos moradores, dos comerciantes, dos contadores de história, das figuras históricas do bairro, os cineastas locais, os cantores, os artesãos, os sindicalistas, os professores, os compositores, os trabalhadores de vários fazeres, enfim, qualquer um que tenha algo a dizer, sempre a partir de uma abordagem crítica. Além dos programas que apresentam a melhor música local, nacional e do mundo (fora do circuito comercial), há os programas de interesse comunitário. A vaga de emprego, os horários dos médicos e dentistas no posto de saúde, as reuniões do Plano Diretor. Então, ao ligar na frequência 98.3 FM, os moradores encontram a boa música do interior, encontram poesia, cultura, jornalismo, análise, rock, hip hop, dicas de saúde, sabem das propostas alternativas no campo da ecologia e do cuidado com a terra. É um mosaico de temas e sons, comunitário e popular, tudo pensado e feito com o amor de quem mora e vive no Campeche.

O grupo que toca a rádio, bem como seus programadores, sabe que sozinho não muda o mundo, mas toda a gente envolvida está disposta a ser parte do processo de transformação geral, pactuando com a visão anticapitalista, anticolonialista e de pensamento crítico.

Pensando o jornalismo

A perspectiva que move a experiência narrada é a teoria marxista do jornalismo proposta por Genro Filho (1987), que parte das categorias filosóficas do singular, particular e universal para mostrar que existe uma relação dialética entre as três categorias. Cada um dos conceitos expressa as diferentes dimensões que compõem a

realidade e, ao mesmo tempo, compreende em si as demais. Nos fatos jornalísticos, como em qualquer outro fenômeno, afirma o autor, coexistem essas três dimensões da realidade articuladas no contexto de uma determinada lógica. A ideia é que não há e nem pode haver universalidade se não houver, primeiro, singularidade. O conceito de universalidade, tão falado, discutido e controvertido, na verdade não pode ser totalizante. Ele só se concretiza a partir do singular. “É na face aguda do singular e nas feições pálidas do particular que o universal se mostra como alusões e imagens que se dissolvem antes de se formarem” (GENRO FILHO, 1987, p. 140). Ele, assim, propõe um jornalismo que parta do singular e é neste atalho que buscamos caminhar, transitando para o particular e o universal, abarcando o contexto do fato.

Além de Adelmo Genro Filho, outro teórico que deve ter a atenção de jornalistas e comunicadores sociais é Ludovico Silva (1977), um venezuelano que compreendeu muito bem como a televisão – e os meios em geral – agem na cabeça das pessoas. Ele percebeu que os meios são responsáveis por produzir o que ele chama de mais-valia ideológica. Se o trabalho mal remunerado e a superexploração tira de nós o que Marx chamou de mais-valia (que seria, ao fim, o lucro do patrão em cima do nosso esforço, o nosso trabalho excedente não remunerado), os meios de comunicação de massa, em especial a televisão, tiram a mais-valia ideológica. Assim, Ludovico Silva ultrapassa o conceito de indústria cultural, trazido pela Escola de Frankfurt, e avança para o que define como indústria ideológica. Ele mostra que a pessoa que está em casa, sentada diante da televisão, supostamente fora do mundo do trabalho, descansando, na verdade segue enredada no mesmo processo de produção que já lhe extrai mais-valia. Diante da TV, bombardeada por anúncios de produtos, por programas que ditam moda e comportamento, a pessoa está colocada diante de uma consciência ideológica, portanto falsa, completamente ligada aos interesses do capital, permanecendo assim, de certa forma, escrava ideológica da burguesia e do capital. Logo, a indústria do grande capital não produz cultura, e sim ideologia. E a televisão explora o homem como ser humano mesmo, e não como um produtor de força de trabalho.

A leitura de Ludovico Silva é fundamental para consolidar o entendimento da realidade daquilo que é produzido pela indústria ideológica, na qual os meios de comunicação hegemônicos ocupam papel importante. Compreendendo como essa

indústria atua, nosso trabalho é desconstruir esse “monstro” para que os trabalhadores, os oprimidos, possam também entendê-lo e, desde aí, se colocar diante do que Marx chamou de consciência de classe. Ou seja, compreender o seu lugar no mundo do capital para mudá-lo. Marx definiu muito bem o que é ideologia. Ela é o falseamento da realidade, ela esconde o real. Cabe a nós essa dura tarefa de tirar o véu, desvelar, revelar. Mas só poderemos fazer isso se também compreendermos todo esse processo. A partir daí, cada ação nossa será feita com intenção, no plano da consciência crítica, e não no âmbito da consciência ingênua, que é aquela que move as pessoas na abstrata intenção de “fazer o bem”, “ajudar os pobres”, “dar voz aos sem voz”. Cada ação nossa será para desvelar a realidade e anunciar o mundo novo, atuando na lógica da pedagogia da beleza, mostrando que um mundo em equilíbrio com a natureza, com as riquezas repartidas, trabalho coletivo e fim da exploração é possível de existir e que cabe a todos nós construí-lo.

Partilho, nesse sentido, da concepção filosófica de Enrique Dussel, criador da Filosofia da Libertação, que inspirou minha proposta de jornalismo libertador, conceito explicitado no já citado livro *Jornalismo nas Margens – uma reflexão sobre comunicação em comunidades empobrecidas* (TAVARES, 2004), pelo qual o foco do jornalismo volta-se para a comunidade das vítimas do sistema. A narrativa cristaliza-se no singular, evocando o universal, mas priorizando dar visibilidade à vida do oprimido, na concepção de Dussel, saindo assim de uma forma de praticar jornalismo que se alimenta apenas ou prioritariamente de fontes oficiais. Nesse sentido, é fundamental que se entenda que o jornalismo é serviço público. Assim, é bom que seja dito que só podem existir dois tipos de jornalismo. O que serve a uma minoria dominante (moral de dominação) e o que serve aos oprimidos (ética da libertação). Quando falamos em servir à maioria, estamos falando em conspiração (respirar juntos) com as comunidades oprimidas e dominadas.

Esse é o pressuposto do jornalismo libertador que se pratica em comunidades empobrecidas, aquele que cons-pira, que caminha junto, que se torna instrumento de transcendência, que dá visibilidade ao oprimido, não como marginal (bandido), mas como o pobre, real e capaz de superar a sua condição. Na verdade, jornalismo é sempre jornalismo. O que muda é o local em que o fazemos e os meios com que o praticamos. O jornalismo libertador não é uma proposta para se colocar em prática unicamente nos veículos alternativos/populares/comunitários. Ele pode se fazer também nos grandes

meios. O que está em jogo não é o local onde o praticamos, mas a forma de olhar o mundo (TAVARES, 2004, p. 24).

Assim, nossa luta não deve se reduzir a apenas democratizar que aí está, na lógica de lutar por mais espaços estreitos na mídia hegemônica, e sim avançar na ideia da soberania comunicacional, dentro de um estado também soberano e destituído das amarras do capital. A comunicação alternativa/popular/comunitária precisa superar a posição de resistência que ocupa na sociedade capitalista, sempre minoritária. Há que avançar para o novo, ser capaz de pavimentar outra práxis que caminhe para uma transformação geral da sociedade, na qual os meios serão dos trabalhadores. Vejamos: qual é o alcance dos nossos veículos populares na relação com a mídia hegemônica, a qual, em 30 segundos no jornal das 19 horas, na emissora de tevê local, consegue fazer a cabeça de milhões de pessoas em um mesmo instante. É um número que não atingimos com nossos espaços de comunicação e jornalismo. E ainda que fiquemos por dias e meses falando sobre um tema em nossos veículos, o nosso discurso é quebrado pelos meios massivos nos mesmos 30 segundos.

A mídia hegemônica, assim como as instituições de justiça, é um instrumento da classe dominante e se ampara em duas pedagogias fundamentais: a Pedagogia da Sedução e a Pedagogia do Medo. Uma olhada no seu conteúdo e pode-se perceber que ora estão voltados para seduzir, ora para amedrontar. Na sedução: o capitalismo é bom, compre isso, compre aquilo, seja bonito vestindo tal roupa, seja feliz comendo tal margarina, veja como os empresários da novela são bonzinhos. O sistema capitalista, para se consolidar e seguir poderoso, precisa desse braço armado, sedutor, por onde divulga suas ideias, expressa a cultura do sistema, trabalha a pedagogia da sedução e define os inimigos que precisam ser combatidos. Ele pode fazer uma ou outra concessão para se dizer democrático, mas, na essência, continuará mentindo e seduzindo.

Por isso, o trabalho que fazemos precisa dar um salto de qualidade, com uma proposta radical e diferente da que vemos na mídia hegemônica. Outra lógica, outra episteme. Pavimento para outro mundo, outra sociedade. Nossa luta, como comunicadores e jornalistas, só tem sentido se visarmos à queda dos oligopólios de mídia, caminhando para a conquista desses meios massivos, em uma luta mais articulada e mais arriscada. Porque, às vezes, é cômodo permanecer na periferia do problema, fazendo

jornal, rádio ou vídeo, mas não é suficiente. A meta é garantir uma comunicação dos trabalhadores, da maioria oprimida.

Não se trata de defender a comunicação como estandarte da revolução, e sim pensar a comunicação alternativa/popular/comunitária a partir de concepções ousadas no enfrentamento das lutas gerais, indo além do trabalho de resistência, agindo no coletivo e envolvendo também sindicatos e movimentos sociais para começar a dialogar de verdade com a população, com o compromisso político com as lutas gerais, com a proposta de mudança, com a revolução. Pois, afinal, só uma viragem total muda esse mundo.

Considerações finais

Como apontamos ao longo do texto, estamos seguros de que a comunicação alternativa/popular/comunitária sozinha não faz a revolução e não é o motor da mudança. Ela é parte de um projeto maior. Hoje, é apenas resistência. Mas já passamos do tempo da resistência. É preciso avançar e construir o processo da revolução brasileira. Garantir o País para os trabalhadores, os empobrecidos, os oprimidos. Garantir uma cidade para quem a constrói cotidianamente. Para isso o caminho das nossas mídias é ir além da resistência, formando profissionais e leitores/espectadores e ouvintes críticos, em parceria com partidos políticos que estejam igualmente forjando o novo, com sindicatos que formam seus trabalhadores para a transformação, com movimentos sociais que saiam de seus particularismos. Da mesma forma, os comunicadores alternativos/populares/comunitários precisam estudar, forjar vanguardas políticas e intelectuais que façam seu trabalho de pensar em profundidade, totalizar os desejos e concretizar em propostas as demandas populares. O trabalho tem de ser conjunto, constituído coletivamente com as forças de luta. Só assim deixaremos de ser apenas a insustentável resistência e passaremos a forjar a sociedade nova, fora do capitalismo.

Finalmente, deixo como uma questão para se pensar coletivamente a seguinte afirmação: não é possível democratizar a comunicação no capitalismo. Isso nunca vai acontecer. Há que destruir o capitalismo como modo de produção, como maneira de viver.

Um novo modo de produção, uma nova cosmovivência apontará também uma nova comunicação, na qual os meios de informação de massa estejam nas mãos dos trabalhadores, da maioria da população. Assim, avançaremos. Essa é, portanto, nossa hora histórica. Que saibamos dar o passo rumo a uma comunicação soberana, dos trabalhadores.

Referências

DESCULPE o Transtorno: O Bar do Chico. Direção de Todd Southgate. Florianópolis, 2012. (80 min e 35 s). Disponível em: <https://vimeo.com/34535528>. Acesso em: 24 ago. 2021.

DUSSEL, E. D. **Filosofia na América Latina**: filosofia da libertação. São Paulo: Loyola, 1977.

DUSSEL, E. D. **Filosofia da libertação**: crítica à ideologia da exclusão. São Paulo: Paulus, 2005.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo, Porto Alegre: Tchê, 1987.

SILVA, Ludovico. **La plus valia ideológica**. Universidad Central da Venezuela: Caracas, 1977.

TAVARES, Elaine. **Jornalismo nas margens**: uma reflexão sobre a comunicação em comunidades empobrecidas. Florianópolis: Companhia dos Loucos, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134561/merged.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 ago. 2021.

Recebido em 16 de agosto de 2021 | Aceito em 23 de agosto de 2021



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas

V 11 | n 20 | jan-jun 2022

Narradores do Monte Serrat

Guilherme Ruchaud



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

RUCHAUD, Guilherme. Narradores do Monte Serrat. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 82-99, jan-jun 2022. Semestral.

© NAUI

Narradores do Monte Serrat

Guilherme Ruchaud¹

Resumo

Este ensaio propõe reflexões sobre o campo da narratividade enquanto instância da vida política das cidades a partir de uma pesquisa etnográfica realizada na comunidade do Monte Serrat, em Florianópolis. A partir da leitura e interpretação de narrativas produzidas e compartilhadas por pessoas e entidades com papel de mediação na comunidade, procuro discutir o gesto de narrar em associação com os modos de produzir o próprio território na cidade, sempre em um complexo campo de disputas com as representações hegemônicas da cidade sobre suas periferias.

Palavras-chave: Monte Serrat; narrativa; cidade.

Abstract

This essay proposes thoughts on the field of narrativity as an instance of the political life of the cities, based on ethnographic research carried out in the community of Monte Serrat, in Florianópolis, Brazil. Through the interpretation of narratives produced and told by people and groups which play a mediation role in the community, I try to discuss the very gesture of narrating associated with the ways of producing the very territories of the city, in complex disputes with the hegemonic representations of the city on its peripheries.

Keywords: Monte Serrat; narrative; city.

¹ Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFSC (2016), mestre em Antropologia pela UFPel (2019) e doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela UFSC. Email: guiruchaud@gmail.com.

Introdução

Seu Teco, Dona Uda, Padre Vilson. Nomes que são familiares para qualquer pessoa que viva ou tenha, em algum momento nas últimas décadas, estado na comunidade do Monte Serrat, no Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis. Mas pode ser que, mesmo não tendo estado no morro, você, leitor/a, possa ter tido contato com algum desses nomes através de um dos muitos trabalhos acadêmicos ou matérias jornalísticas que se referem à comunidade. Essas pessoas, entre outras que também são eventualmente citadas, vêm historicamente tendo protagonismo na produção das narrativas do Monte Serrat, notadamente a partir da oralidade, embora também tenham autoria ou coautoria em publicações. Este ensaio busca lidar com parte dessas narrativas a partir de algumas perspectivas teóricas, tensionando o próprio conceito de narrativa – associado ou não à oralidade – e algumas noções epistemológicas sobre a construção do território. Ainda, este ensaio é mais um discreto gesto, entre tantos outros existentes, de remeter à memória de Seu Teco, que nos deixou no difícil ano de 2020.

Fronteiras, igualdade e diferença

A leitura desses trabalhos acadêmicos a que me referi no parágrafo introdutório, bem como de matérias jornalísticas², normalmente nos conduz a histórias contadas por esses e outros importantes atores locais, que se referem às formas de produzir e habitar o território do Monte Serrat. Tendo ouvido em primeira mão algumas dessas histórias – da parte de Seu Teco três ou quatro vezes em diferentes ocasiões – posso relatar quase de memória algumas delas, que podem ser confirmadas através das referidas leituras.

Seu Teco cumpriu à risca sua promessa de nunca deixar o morro onde nasceu nos anos 1950 – “só saio daqui quando encontrar meu umbigo” (Diário de Campo, 2015) – e ao longo dessas décadas teve participação ativa na própria produção do território, seja pelo envolvimento nos mutirões de construção de casas de vizinhas/os e no calçamento das ruas do morro ou pela participação na vida política e simbólica local, através de

² Araújo (2006) fez pesquisa documental em três jornais que circulavam em Florianópolis nos anos 1950 e 1960 (O Estado, A Gazeta e A Verdade); Ruchaud (2019) fez pesquisa em três jornais em Florianópolis entre 2014 e 2018 (Hora de SC, Notícias do Dia e NSC Total).

entidades como o Conselho Comunitário e a Embaixada Copa Lord³. Parte desses mutirões, aliás, deveu-se à participação ativa do Padre Vilson Groh, que, no contexto das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), mudou-se para o Monte Serrat nos anos 1980, desde então tendo tido protagonismo em conquistas políticas da comunidade junto à cidade formal. Boa parte dessas conquistas, por outro lado, tiveram como figura central Dona Uda, ex-presidenta da Copa Lord e matriarca da educação no morro, por meio do envolvimento na construção de muitas escolas (inclusive como professora) até a conquista da construção de um equipamento escolar estadual no alto do morro⁴, caso raro nas periferias florianopolitanas. Em quase todos os casos, as conquistas históricas relatadas são revestidas de valores como luta e resistência de uma comunidade marcada pela identidade negra, pela pobreza, mas também pela solidariedade e união, e se traduzem na materialidade (RUCHAUD, 2019).

O protagonismo da materialidade é importante na medida em que o Monte Serrat se coloca, pela mediação dessas narrativas, como parte da cidade de Florianópolis, em oposição aos discursos oficiais que, desde o início de sua ocupação nos anos 1920, situa as periferias e territórios negros como problemas a serem sanados pela ordem urbana (FONTOURA TEIXEIRA, 2009; SANTOS, 2009). Jornais dos anos 1960 referiam-se às comunidades do morro como “a mais viva expressão do nosso atraso urbanístico” (ARAÚJO, 2006), e antes disso o geógrafo Wilmar Dias, um dos responsáveis pelo Plano Diretor de 1950, referia-se a “essas favelas, na sua maior parte ocupadas pelo elemento negro que, dadas as condições de extremo pauperismo em que vive, não mais podem manter-se na área peninsular supervalorizada da cidade” (DIAS *apud* SANTOS, 2009).

Nesse sentido, esse *colocar-se como parte da cidade* é revestido de táticas (CERTEAU, 2002) que tensionam a própria ideia de diferença, como a ressitua-la no campo discursivo: sim, o Monte Serrat é diferente do Centro da cidade; mas o Monte Serrat tem o direito a ser diferente, e existe valor nessa diferença. Entendo esse

³ A Sociedade Recreativa Cultural e Samba (SRCS) Embaixada Copa Lord é a segunda Escola de Samba mais antiga da cidade, fundada em 1955, desde então tendo sido muito bem sucedida nos concursos de desfiles anuais nos carnavais, e é um dos principais elementos que representam o Monte Serrat perante a cidade (RUCHAUD, 2019).

⁴ A atual Escola Lucia do Livramento Mayvorne foi administrada pelo Estado de Santa Catarina até meados da década de 2000, quando, sob ameaça de fechamento, passou a ser gerida pelos Irmãos Maristas, que mantêm sua gratuidade e laicidade e promovem métodos de ensino associados à cultura e territorialidade locais (RUCHAUD, 2019).

movimento associado à ideia de tática presente em Certeau, como “movimento dentro do campo de visão do inimigo (...) e no espaço por ele controlado” (2002, p. 100), no sentido próprio de apropriação de fronteiras criadas pela institucionalidade que nega a legitimidade da existência de lugares como o Monte Serrat. Esse jogo complexo entre igualdade e diferença está sendo pincelado e será abordado mais adiante.

Entendo que é nesse jogo que se pode compreender a presença marcante das histórias dos calçados sujos de barro até os anos 1980, quando a comunidade pavimentou a rua em mutirão após a conquista dos materiais de construção junto à prefeitura; da configuração atual da igreja, também reformada em regime de mutirão naquele período (MACHADO, 1999); e mesmo dos ônibus, que, embora não sejam efetivamente os mesmos, seguem carregando sobre suas rodas e lataria o símbolo de uma conquista histórica, que foi a existência das linhas de ônibus dos morros – o primeiro ônibus a subir uma comunidade do Maciço do Morro da Cruz foi o do Monte Serrat, configurando um momento histórico (ANJOS, 2016).

Esses movimentos de transformação da materialidade do Monte Serrat são normalmente narrados como eventos situados no tempo, com início, meio e fim. Eles são, por sua vez, quase todos concentrados em um mesmo período histórico, um período pode-se dizer “heróico” (o termo sou eu que estou propondo), de transformações e conquistas que reverberam até hoje e ajudam a consolidar os papéis de lideranças (formais ou informais, a depender do contexto) de pessoas como Seu Teco, Dona Uda e Padre Vilson. Esse período, fim dos anos 1980 e início dos 1990, por sua vez, pode ser associado a um momento histórico mais abrangente que se refere à macropolítica brasileira e mesmo global, em que, com a redemocratização na política institucional brasileira, muitos municípios experimentaram gestões chamadas de “populares”, associadas ao campo progressista, identificadas com as pautas das periferias, e que tiveram um papel importante na condução de processos como os mutirões (FELTRAN, 2010). Essa discussão não é o objetivo deste ensaio; o que pretendo aqui é pensar no lugar que essas narrativas desse período “heróico” ocupam no cotidiano do Monte Serrat, para além de eventuais consequências práticas e materiais desses eventos.

Proponho que os eventos narrados não são casuais, como tampouco o são as formas pelas quais esses eventos são narrados. Essas histórias possuem um papel importante na construção simbólica dos sentidos do que é ser o Monte Serrat, do que é o Monte Serrat

com relação à cidade – uma comunidade formada por um povo negro guerreiro, trabalhador, por famílias com laços que remontam a décadas e que formam uma rede de solidariedade através da qual se conquistaram direitos que antes eram inacessíveis ao morro. O lugar da diferença aparece em uma fala do Padre Wilson, que tive a oportunidade de ouvir em campo, em que, mirando o Centro a partir da escadaria da Igreja do Monte Serrat, o pároco local opunha aquela “cidade branca, verticalizada, inodora” ao “labirinto de cores e de cheiros” onde estávamos. A marcação da diferença também aparece nos eventos não narrados: se a pavimentação da rua com lajotas nos anos 1980 é um evento contado e recontado, por outro lado não consegui descobrir quando ou como foi feito o asfaltamento das principais ruas do Monte Serrat.

A partir dessa relação entre presença e ausência, quero pensar essas histórias no contexto da ideia de *narrativa* a partir da perspectiva de Sonia Maluf (1999), como ordenamento das ideias para produção de sentido que se dá no momento da interlocução, “(...) desse ‘encontro com o outro’, onde se busca, além de olhar, ver; além de ouvir, escutar; além dos fatos, sentido” (MALUF, 1999, p. 70). Assim, a partir daqui, pretendo situar essas histórias no campo da narratividade, associando-as a esse movimento de produção de sentido por seu ordenamento, a partir da interlocução com o outro e pensando-as no contexto mais abrangente das táticas em relação à cidade.

A missa do Dia de Reis

Antes de prosseguir pelas ruas (agora asfaltadas) do morro, quero remeter a uma missa do Padre Wilson para pensar esse sentido de narrativa e associar com os eventos narrados e não narrados. Em um 6 de janeiro, Dia de Reis, o padre contou sobre a crucificação de Cristo para a igreja lotada. Segundo ele, o objetivo dos romanos não era só matar Jesus Cristo, mas matar suas ideias e as memórias a seu respeito, e se Jesus vive até hoje é porque sua história permanece sendo contada. Nessa toada foi que ouvi pela primeira vez a frase que ouviria em outras situações, “quem não tem memória não faz história” (Diário de Campo, 2018). Nas palavras do pároco e líder comunitário, a referência constante às memórias da comunidade é fundante para que o Monte Serrat siga em busca de suas conquistas frente à cidade, e mesmo a Paixão de Cristo pode nos lembrar dessa urgência.

O interesse especial que tenho no enunciado dessa missa está em suas múltiplas possibilidades no campo do estudo das narrativas. Podemos interpretar essa fala do padre como uma *performance* de *ordenamento* da história bíblica como forma de “busca de sentido”, nos termos de Maluf (1999, p. 70). Mas o sentido próprio que o padre está buscando nesse ordenamento é o da necessidade própria de narrar como forma de cultivar a memória e, assim, fazer história. O que se coloca aqui é o campo da narratividade associado ao campo das táticas (CERTEAU, 2002) no sentido de apropriação e disputa das linguagens que conformam as narrativas oficiais sobre a cidade e legitimam determinadas relações e formas de produzir e habitar, em detrimento de outras. Nesse sentido, a preservação da memória das lutas das/os antepassadas/os pela construção das ruas, da escola e da própria cultura do Monte Serrat é colocada pelo Padre Vilson como condição para que a comunidade possa afirmar seu valor perante a cidade, colocar seu direito a existir, conquistar seus direitos – “fazer história”.

Quando associo a forma como o Monte Serrat vem produzindo suas próprias narrativas e as colocando frente à cidade em uma disputa por legitimidade (RUCHAUD, 2019) às táticas de Certeau (2002), refiro-me a um tipo de “ação calculada” (CERTEAU, 2002, p. 100) que só existe em relação ao outro, e mais especificamente às regras colocadas por um outro que impõe um terreno. O ato de disputar narrativas, proponho, parte da compreensão de que uma parte importante dos mecanismos de deslegitimação das populações periféricas (e aqui, como em tantas outras periferias, negras) está na forma como se narra a cidade, por meio do aparato legal, dos jornais, da universidade e de outras instâncias mediadoras das narrativas oficiais. Aqui penso em mediadores como instâncias que “traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculem” (LATOUR, 2012, p. 65).

Não é por acaso, nesse contexto, que, a partir do início dos anos 1990, o Monte Serrat passou a aparecer em trabalhos acadêmicos (o primeiro deles a monografia de graduação em geografia de um morador local, em 1992)⁵ e matérias jornalísticas como um lugar marcado por longevidade, tradição e solidariedade (RUCHAUD, 2019) em oposição à ideia dominante sobre as periferias nesses espaços, que marcava a presença da

⁵ SOUZA, Eronildo Crispim de. **Estudo da estrutura interna e das relações sócio-espaciais da comunidade do “Mont Serrat” - Florianópolis-SC**. 1992. 71 f. TCC (Graduação) – Curso de Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

comunidade nas décadas anteriores (ARAÚJO, 2006). Um exame dos veículos de mídia de maior circulação na cidade (*Diário Catarinense*, *Hora de SC* e *Notícias do Dia*), na última década, revela não só uma transformação no tratamento que o Monte Serrat vem recebendo como uma diferença entre o Monte Serrat e outras localidades consideradas periféricas, que ainda são retratadas quase sempre por notícias que as associam à violência e à ocupação desordenada.

Esta pesquisa nos principais meios de comunicação pode indicar um aparente sucesso localizado, em que a comunidade organizada do Monte Serrat consegue se colocar perante a grande mídia como um lugar com valores positivos, sendo retratada por aspectos como longevidade, solidariedade e “consciência negra”, em evidente contraste com o tratamento recebido por outras comunidades periféricas da cidade (RUCHAUD, 2019)⁶. Por outro lado, a mídia alternativa, formada por veículos não hegemônicos e sem vinculação com as grandes empresas de comunicação, tem se revelado um importante suporte para essa disputa no campo discursivo, produzindo, em uma linguagem jornalística, alternativas às narrativas predominantes sobre as periferias da cidade. Nesse contexto, é possível encontrar matérias em veículos como Portal Catarinas, Portal Desacato, Maruim e Floripa Centro, em que o Monte Serrat tem visibilizados eventos cotidianos como a inauguração da Praça da Caixa d’Água, iniciativas de empreendedorismo locais, reivindicações sobre a qualidade do transporte coletivo e inclusive o falecimento de Seu Teco. Esses veículos também relacionam constantemente o Monte Serrat a sentidos de tradição, longevidade e lutas da comunidade negra, enfatizando essa disputa narrativa sobre a história de Florianópolis.⁷

⁶ Essas informações se referem a uma pesquisa documental realizada para a dissertação de mestrado do autor no ano de 2018 e a matérias publicadas nos veículos citados no período entre 2013 e 2018. As matérias específicas são referenciadas por Ruchaud (2019, p. 127-131).

⁷ Monte Serrat e o transporte público: sobre corpos deteriorados pelo cansaço. Catarinas, 26/4/2017. Morro do Centro com caixa d’água desde 1910, e que só teve água encanada 70 anos depois, ganha primeira praça. Floripa Centro, 6/8/2019.

Monte Serrat se despede do Seu Teco, um dos fundadores do Centro Cultural Escrava Anastácia. Desacato, 3/8/2020.

Turismo nos morros do Centro – Comunidade oferecerá visitas guiadas a mirantes, parques e locais históricos. Floripa Centro, 19/7/2021.

Encruzilhadas

A apropriação da linguagem e regras do jogo do grupo dominante é um elemento importante para se compreender como têm se dado as disputas no espaço social urbano nas últimas décadas, por meio de um enfrentamento que não é o combate direto (que oporia forças evidentemente díspares, inclusive em termos físico-materiais), mas sim uma apropriação e ressignificação das próprias ferramentas do grupo dominante.

Proponho situar essas táticas do Monte Serrat, ligadas à disputa de narrativas nos campos de mediação, em um terreno mais abrangente de uma epistemologia própria dos grupos periféricos, ou das *encruzilhadas*, nos termos de Leda Martins (1997). Em *Afrografias da Memória*, a autora elabora, a partir do mito fundacional da devoção a Nossa Senhora do Rosário, importantes reflexões sobre as variações desse mito possíveis significados em termos de ordenamento do mundo e produção de sentido, em que “(...) a transcrição da fábula pelos congadeiros funda-se num ato criador textual coletivo que produz uma teia discursiva, em movimento contínuo” (MARTINS, 1997, p. 49). Entre os três elementos identificados pela autora como constantemente repetidos nas diferentes versões desse mito, quero direcionar nossa atenção “à instauração de uma hierarquia e de outro poder fundados pelo arcabouço mítico” (MARTINS, 1997, p. 56). Em todas as versões, Leda Martins identifica formas pelas quais as pessoas negras, diante de quem a figura de Nossa Senhora do Rosário apareceu na água, operam gestos ambíguos de reconhecimento da posição hierárquica dos senhores brancos para encontrar meios, passagens, espaços simbólicos, para trazer a santa para a terra, seja pedindo autorização dos senhores para invocá-la por meio dos tambores (e permitindo que eles também operassem seus próprios ritos por meio da música), seja fazendo-o no meio da madrugada sem que eles pudessem ver (MARTINS, 1997). Em todos os casos, essas pessoas não enfrentaram diretamente seus opressores, mas operaram de forma a fazê-los crer que respeitavam seu lugar hierárquico, mesmo entendendo que era para elas que Nossa Senhora do Rosário havia aparecido. Não se trata de reconhecer ou de não reconhecer; de respeitar ou de não respeitar; mas, sim, de um *lugar terceiro*, configurado pela ideia de encruzilhada.

A encruzilhada, *locus* tangencial, é aqui assinalada como instância simbólica e metonímica, da qual se processam vias diversas de elaborações discursivas, motivadas pelos próprios discursos que a coabitam. Da esfera do rito e,

portanto, da *performance*, é lugar radial de centramento e descentramento, intersecções e desvios, texto e traduções, confluências e alterações, influências e divergências, fusões e rupturas, multiplicidade e convergência, unidade e pluralidade, origem e disseminação. Operadora de linguagens e de discursos, a encruzilhada, como um lugar terceiro, é geratriz de produção sgnica diversificada e, portanto, de sentidos (MARTINS, 1997, p. 28).

Nessa perspectiva, proponho situar as *narrativas* do Monte Serrat nesse lugar da *encruzilhada*, colocando o Monte Serrat como esse lugar que não é cidade mas não é periferia, que não é conciliação mas não é enfrentamento, um lugar terceiro, construído a partir de uma epistemologia operada pela população negra que constrói o território em termos materiais e simbólicos (sem querer incorrer em uma nova dicotomia), por meio da inserção em seu cotidiano das histórias de seu passado de lutas e solidariedade.

Passado e presente, memória e narrativa, evento e ordinário

O papel atribuído ao passado no presente da comunidade me parece profundamente incorporado nas narrativas a que tive acesso em minha incursão a campo. Com frequência, os episódios passados narrados vinham acompanhados de valorações morais sobre as pessoas envolvidas – não raro também com uma desqualificação da situação presente, em que supostamente as pessoas não teriam mais interesse em ajudar umas às outras (RUCHAUD, 2019). Essa valoração aparece nas histórias de Seu Teco, sobre as quais vou me debruçar em breve, na missa do Padre Vilson, mas também em narrativas praticadas no cotidiano do morro, em histórias contadas por pessoas que não necessariamente ocupam espaços de representatividade, como quando moradores da Nova Descoberta comentavam entre si em um bar sobre o “trabalho de formiguinha” que exerceram no passado para construir a escadaria que conforma a servidão (Diário de Campo, 2018). É lógico que há que situar esse discurso pela minha própria presença – aqui há a necessidade de se fazer “o exame da situação de enunciação ou de *performance*” (MALUF, 1999, p. 75). Mas, mesmo nessa situação, observo tratar-se de uma “necessidade de contar” como “ato interpretativo, onde o indivíduo reflete sobre sua própria história e lhe dá um sentido” (MALUF, 1999, p. 76).

A partir dessa reflexão, quero pensar o lugar desses “eventos” de mutirão contados e recontados por figuras que vão desde Seu Teco até o anônimo na mesa do bar,

particularmente sobre a posição desses eventos no cotidiano. Para esta sessão, pretendo pensar sobre “(...) o modo como o evento se prende, com seus tentáculos, à vida cotidiana e penetra os recessos do ordinário” (DAS, 2020, p. 22). De fato, esses não são apenas eventos do passado que são lembrados com carinho e algum saudosismo, mas são presenças marcantes no cotidiano de uma comunidade, inclusive de uma juventude que não presenciou esses momentos, mas que cresceu entendendo que seu valor como sujeitos tem profunda relação com os eventos narrados. São eventos que, assim, prendem-se ao cotidiano e agenciam em diversos graus as práticas ordinárias, associadas à própria compreensão que as pessoas têm sobre a comunidade a que pertencem e, portanto, a expectativas e potencialidades de suas práticas. Veena Das (2020, p. 29) pensa no evento “como instância sempre ligada ao ordinário, como se houvesse tentáculos que se deslocam do cotidiano e prendem a si o evento de alguns modos específicos”.

Esses eventos narrados são uma presença no cotidiano e desempenham importante papel no sentido da produção de sentidos. Isso pode causar uma confusão com o termo “memória”, operado pelo Padre Vilson em sua narrativa da Paixão de Cristo. A ideia de ordenamento para a busca de sentido pode levar a questionamentos sobre o que de fato aconteceu nos eventos a que se referem às pessoas (os mutirões de calçamento da rua, por exemplo) e o que é contado como forma de valorizar aqueles momentos. Paul Ricoeur propõe uma organização dessa confusão:

A passagem da memória à narrativa impõe-se assim: lembrar-se, de forma privada assim como de forma pública, e declarar que ‘eu estava lá’. O testemunho diz: ‘eu estava lá’. E esse caráter declarativo da memória vai se inscrever nos testemunhos, nas atestações, mas também numa narrativa pela qual eu digo aos outros o que eu vivi (RICOEUR, 1998, p. 44).

A partir da contribuição do autor, proponho que não existe um elemento *indexador*, um evento objetivamente colocado a partir do qual as narrativas foram sendo produzidas; mas que os eventos foram vividos pelas pessoas de tão diversas maneiras quanto podem ser diversas suas interpretações, as referências das pessoas que as vivenciam, os contextos de enunciação. Quero pensar aqui nesses eventos não como eventos passados, fixados na memória, a partir dos quais se constituem as narrativas; quero pensar nos eventos e, portanto, em suas narrativas, como presenças que, por si só, produzem o território, constroem significados, agenciam a construção do morro no cotidiano – ou, nas palavras

do Padre Wilson, “fazem história”. Aqui pego emprestada a ideia “confabulação”, nos termos de Vânia Cardoso:

Compreender o modo como esse contar de estórias não apenas descreve o mundo, mas produz novas formas de conhecimento acerca do mundo é o que me leva a pensar nestas performances narrativas como confabulações. Isso significa pensá-las como práticas narrativas que configuram um mundo vivenciado pelos sujeitos e que dão forma a um imaginário que afeta o cotidiano, produzindo práticas e sentimentos acerca do mundo (CARDOSO, 2013, p. 56).

Situadas essas compreensões sobre essas narrativas, e brevemente conceituadas as ideias de táticas, encruzilhadas e confabulações caras a este trabalho, quero enfim compartilhar um pouco do que tive a oportunidade de ouvir de Seu Teco, “confabulações” que narram uma parte importante da história do Monte Serrat e que seguem profundamente presentes no cotidiano da comunidade.

Zé Gago

A primeira ocasião em que tive a oportunidade de ouvir as histórias de Seu Teco foi em 2015, quando o professor Lino Peres, antes de imaginar que se tornaria meu orientador de TCC, conduziu uma visita guiada com a turma de Teoria Urbana III do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC, saindo do campus universitário, subindo pela comunidade da Serrinha e descendo pelo Monte Serrat em direção ao Centro. Era uma caminhada que o professor conduzia semestralmente e que atraía estudantes não necessariamente matriculadas/os à disciplina – eu chegaria a refazê-la em outras duas ocasiões. Mas essa situação em 2015 foi a primeira vez em que tive a oportunidade de conhecer o Monte Serrat. Fazia um calor tremendo e, embora a altitude do Morro da Cruz amenizasse a temperatura, o percurso de descida foi feito já próximo do meio-dia, de modo que o momento de parar em frente àquela casa foi, primeiro, um momento de alívio do cansaço que havia se acumulado ao longo daquela manhã. De fato, o professor Lino falava sobre a experiência corporal da cidade como um dos elementos centrais daquela caminhada.

A casa em frente à qual paramos, situada na parte alta da Rua General Vieira da Rosa, era visivelmente maior do que as do entorno, e com implantação também pouco

usual, com um grande recuo com relação à rua. Havia sido construída poucos anos antes e estava em permanente reforma, como eu aprenderia dali a um ano, em uma nova visita. Era a casa de Seu Teco, que parou em frente ao portão com sua característica boina e bigode cinzas e pacientemente esperou até que toda a turma se amontoasse naquele trecho estreito da rua principal do morro. Dali em diante meu cansaço seria totalmente esquecido e minha atenção seria totalmente capturada pela ambiência criada por Seu Teco em sua contação de histórias sobre o Monte Serrat.

Aproximadamente um ano depois, eu já fazia meu TCC tendo o Monte Serrat como temática, sob orientação do mesmo professor Lino. Um colega comentou comigo no Restaurante Universitário (RU) da UFSC que estava produzindo um documentário sobre o grande tema da autoconstrução (nunca soube se foi concluído) e me perguntou se eu podia indicar alguém para entrevistar. Imediatamente me lembrei de Seu Teco e, com esse meu colega, voltei àquela casa, dessa vez com muito mais tempo disponível e com menos gente, e assim pudemos conhecer todo o interior da casa. A história gravada pela câmera de meu colega foi a mesmíssima que eu havia ouvido naquela primeira ocasião, embora com particularidades provocadas pela dinâmica da entrevista. Essa mesma história eu encontraria depois transcrita em materiais que usei como referências bibliográficas para meu mestrado, como a tese de doutorado em Geografia de André Luiz Santos (2009) o TCC de Jornalismo de Priscila dos Anjos (2016). Vou recontar aqui, mas infelizmente a/o leitor/a não terá o deleite de conhecê-la contada nas palavras de Seu Teco.

A mais conhecida dessas narrativas é aquela sobre o mutirão de pavimentação das ruas principais do Monte Serrat, a General Vieira da Rosa, na década de 1980. De acordo com Seu Teco, até então as ruas de terra recebiam manutenção anual no mês de setembro, em função da festa da padroeira da comunidade. “Eles mandavam o pessoal da comunidade arrumar o caminho. Aí nós arrumava as valas e colocava terra. E vinha a procissão. Se chovesse, se desse aqueles temporais... daí a vala não aguentava. E ficava desse jeito até o ano seguinte”. Tudo mudou em 1983, quando a Prefeitura Municipal cedeu materiais e equipamentos para que a população fizesse a pavimentação das vias principais – “Vamos dar um jeito pra arrumar nosso caminho. A turma que trabalhava à tarde vinha de manhã, a que trabalhava de manhã vinha à tarde. Fizemos a rua até a igreja. Ficou a parte de cima por fazer, vamos falar com o prefeito”.

Seu Teco se referia também a um engenheiro, cedido pelo poder público municipal, que ofereceria assistência técnica e que, segundo o narrador, reconhecia a autonomia da comunidade – “Quem mora aí são vocês”. Outros personagens importantes são o mestre de obras Zé Gago e o operador da retroescavadeira. “A prefeitura cedeu a retroescavadeira e o operador morava lá em cima da rua. O sacana morava aqui... e a gente tinha que dar um dinheiro pra ele”. E então a história prossegue com uma envolvente riqueza de detalhes. “Começamos com vinte e oito homens. Depois, mulheres e crianças. Começamos na base da picareta. (...) E ali todo mundo trabalhava. Aqui tinha pedreiro, mestre de obras, carpinteiro, cada um ajudava como podia. Todo mundo dava coisas, comida, vinho. Cada um dava sua contribuição, né?”. Pelas narrativas de Seu Teco, a ajuda coletiva não era exercida somente na forma da execução da obra em si, mas por diversos gestos de solidariedade. “No domingo era até o meio-dia. E a gente sempre sentava todo mundo pra discutir. De sábado e domingo. (...) Era mulher, era criança, todo mundo ajudava. Formiga carregadeira”.

Um dos elementos a que Seu Teco mais dedicava tempo e atenção era a anedota de como Zé Gago coordenou a ordem de calçamento da via. “Eu dizia: ‘nós vamos começar de baixo pra cima’. Aí o Zé dizia ‘ca-ca-cala tua bo-bo-boca, que tu-tu-tu só sabe beber cachaça’”. O recurso da imitação da gagueira do amigo está presente em transcrições e era sempre acionado por Seu Teco em meio a risadas controladas do próprio narrador, que parecia se divertir particularmente com esse momento. “Eu achava que tinha que ser de baixo pra cima, pra não ter que subir material. Mas respeitei porque ele era o encarregado. Então começamos a calçar a rua de cima pra baixo. Depois ele veio me dizer. ‘Ta-tas vendo o-o-o que ta a-a-acontecendo?’ Vou dizer por quê. Quem tava em cima só ia querer fazer o calçamento até a sua casa. Tu achas que eu ia continuar subindo o morro? E assim a gente começou de cima pra baixo, que quem mora lá tinha que ajudar e quem mora aqui embaixo também”.

Antes de continuar as histórias de Seu Teco, quero me debruçar um pouco sobre essas anedotas como narrativas produtoras de sentido. Para isso, convido para a conversa

o antropólogo Renato Rosaldo⁸, que em sua interpretação de narrativas dos Ilongot das Filipinas trouxe importantes reflexões sobre as interpretações de relatos etnográficos.

Em vez de ver as atividades humanas se desdobrarem por meio de sequências programadas como a rodada diária, o ciclo anual, ou o ciclo de vida, as narrativas dos romancistas muitas vezes jogam com a duração temporal para criar uma sensação carregada de suspense da ação significativa no mundo. Ao passar de uma versão de realismo para outro, de ver a ação humana guiada por expectativas culturalmente apropriadas, para o contar de histórias fascinantes sobre encontros com o inesperado, tentarei mostrar como a narrativa pode fornecer uma fonte particularmente rica de conhecimento sobre o sentido que as pessoas encontram em suas vidas cotidianas. Essas narrativas muitas vezes são mais sobre o que pode fazer a vida valer a pena do que sobre como ela é rotineiramente vivida (ROSALDO, 1986, p. 98).

As análises propostas por Rosaldo (1986) também podem orientar a leitura de elementos específicos presentes nessas narrativas tão distantes daquelas dos Ilongots, a partir desse direcionamento do olhar às formas de contar. O que estou propondo aqui é que as escolhas de ritmos, palavras e tons de Seu Teco não são por acaso. As longas pausas em que o narrador fitava a paisagem do morro, o tom de suspense sobre as razões pelas quais Zé Gago indicava calçar o morro de cima para baixo, e mesmo a zombaria mútua entre ele e seu amigo, todos esses elementos têm um papel nas narrativas que essas histórias ajudam a construir. Ocorre um efeito similar com a escolha do Padre Wilson pelas adjetivações – “cidade verticalizada, branca, inodora, labirinto de cores e de cheiros”. Esses narradores estão compondo uma ambiência, uma imersão que, ao mesmo tempo, seleciona atributos e qualifica os ambientes sem precisar dizer que o estão fazendo.

A particularidade desse evento de pavimentação da via dialoga também com aspectos da forma de vida da comunidade, em que a solidariedade das/os vizinhas/os e o engajamento na causa coletiva aparecem como elementos centrais, embora diluídos nos detalhes às vezes técnicos do mutirão. Mesmo o tom jocoso com que Seu Teco imitava Zé Gago, e com que Zé Gago chamava Seu Teco de cachaceiro, pode indicar a construção cuidadosa de personagens que são visivelmente pessoas humildes, simples, mas que acabam por atribuir uma importante valoração à sabedoria popular, à agência das pessoas

⁸ Tradução do original em inglês feita coletivamente, com participação deste autor, para a disciplina de Antropologia e Narrativa, ministrada pela professora Vânia Zikan Cardoso, ofertada no primeiro semestre letivo de 2021 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), não publicada.

comuns no sentido de produzir seu território. A *performance* narrativa e seu conteúdo em termos de ordenamento simbólico estão profundamente associados. Como propõe Cardoso (2013, p. 43), “Essas estórias são como traços do passado que se insinuam no presente através das performances do narrar. Tais estórias não estão enquadradas como eventos de performance de um narrador, e a poética local resiste à sua textualização enquanto estórias dissociadas da socialidade da performance narrativa”.

É importante observar como essas histórias de Seu Teco quase sempre entrelaçavam-se com outras narrativas sobre o Monte Serrat, como a compor uma totalidade. Na ocasião mencionada em que fui com meu colega a sua casa para filmar um documentário (na verdade ele foi filmar, e eu fui colher relatos para meu TCC), Seu Teco começou dizendo que “aqui era uma família, se precisasse de alguma coisa...”, e que “de setenta pra cá começou a mudar”. Invocou a figura das lavadeiras, quase sempre presentes nas narrativas de origem do Monte Serrat, e a bica como lugar de sociabilidade – “Na bica a gente ficava sabendo de tudo. Se alguém tava com a unha doendo, vamos lá visitar. Hoje tá cada um na sua casa”. As referências às transformações da cultura local sempre se intrometiam nas histórias – “Sempre o povo se uniu. Hoje ninguém quer mais sujar o sapato”. Com esse tom nostálgico, Seu Teco narrava também a construção das casas de madeira em mutirão, em que toda a vizinhança se envolvia, e explicava que atualmente cada um faz sua casa individualmente, situação também carregada de valores morais, como quando o narrador contou de um vizinho que teria feito uma oferta de compra da casa que ele construiu. “‘E o senhor vende a casa?’. [Silêncio]. ‘Meu filho, algum dia tu construísse? Não? Então. Não tem casa pra vender’. Hoje as pessoas que constroem só põem o dinheiro. E acham que é assim. Que nem assim, ó. ‘Ah, eu sou Copa Lord’. Aí eu pergunto. ‘Sabes onde a Copa Lord nasceu? Perdesse noite de sono pra construir a sede? Não? Então não és Copa Lord’”.

É interessante observar como as narrativas carregadas de valor sobre o gesto de produzir a materialidade – seja da rua, das casas ou da sede da Copa Lord – permanecem presentes mesmo entre uma juventude que não vivenciou esse período que chamei de “heróico”, indicando essa intromissão dos eventos no cotidiano a que se refere Das (2020) e a produção de um sentido identitário a partir do ordenamento desses eventos. O complexo jogo entre o reconhecimento de valor dessa forma de produzir o território e o envolvimento em outras formas de produção – seja pela contratação da construção de sua

própria casa, pela construção de imóveis para aluguel, ou pela luta política para que o Estado construa infraestrutura – não parece implicar em uma contradição, embora possa “colocar em intriga” as narrativas que ajudam a construir a identidade local, nos termos que Ricoeur (1998) entende como a “refiguração”, parte essencial dos processos que constituem as narrativas para o autor. Entendo, por outro lado, que não se trata de construir de um ou de outro jeito (em mutirão, por conta própria, pela reivindicação política), mas sim um construir situado na encruzilhada a que me referi com a companhia de Leda Martins (1997), um conjunto de processos ao mesmo tempo autônomos e relacionais, coletivos e individuais, em que é menos a forma precisa de construir a materialidade e mais essa associação de formas com seu ordenamento simbólico que produz a ideia do morro sobre si e em relação ao outro. As narrativas sobre a construção produzem fundamentalmente a própria comunidade, “um contar de estórias disperso no cotidiano composto e recomposto em grande parte pela socialidade desse contar” (CARDOSO, 2013, p. 44).

Considerações finais

Equilibrando-me entre o debate envolvente e o risco de me estender demais, busquei abordar de forma introdutória alguns aspectos pelos quais minha experiência etnográfica no Monte Serrat como ouvinte de narradores locais pode ser revestida de sentido a partir do diálogo com autoras/es que trabalham o próprio conceito de narratividade. Busquei lidar com um sentido político da narrativa, associada à própria produção do território, e com olhares mais direcionados às *performances* das/os narradoras/es, e principalmente compreender como estas *performances* fazem parte de uma dinâmica mais abrangente de disputa pelas formas de fazer cidade. Entendo as narrativas do Monte Serrat, indissociáveis de suas *performances* narrativas, como parte fundamental da produção de seu território, em uma dinâmica relacional sutil e complexa com o restante da cidade, entre reconhecimento, deslocamento e reconstrução permanente das ideias de fronteira e diferença.

Referências

- ANJOS, Priscila dos. **Próxima Parada: Monte Serrat**. 2016. 4 v. TCC (Graduação) – Curso de Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://readymag.com/jorufsc/proximaparadamonteserrat/>. Acesso em: 7 jun. 2018.
- ARAÚJO, Camilo Buss. **Os pobres em disputa: Urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d'Água, Florianópolis – anos 1950 e 1960**. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- CARDOSO, Vânia. Contar o passado, confabular o presente: performances narrativas, poéticas e as construções da história. In: RAPOSO, Paulo. et al. **A terra do não-lugar: diálogos entre antropologia e performance**. Florianópolis: EdUFSC, 2013.
- CERTEAU, Michel de. Culturas populares. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3a. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Cap. 2. p. 75-108.
- DAS, Veena. **Vida e Palavras: A Violência e sua Descida ao Ordinário**. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020.
- FELTRAN, Gabriel. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**, v. 53, n. 2, p. 565-610, 2010.
- FONTOURA TEIXEIRA, Luiz Eduardo. **Arquitetura e cidade: A modernidade (possível) em Florianópolis, Santa Catarina, 1930-1960**. 2009. 377 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.
- MACHADO, Marta Magda Antunes. **Palavra feminina na periferia da igreja: A participação das mulheres na organização da Comunidade “Mont Serrat”, Morro da Caixa d'Água, em Florianópolis/SC**. 1999. 321 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
- MALUF, Sonia. Antropologia, narrativas e a busca de sentido. **Horizontes Antropológicos**, v. 5, n. 12, p. 69-82, 1999.
- MARTINS, Leda. **Afrografias da memória**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1997.
- RICOEUR, Paul. Arquitetura e narratividade. In: **Urbanisme**, n. 303, nov/dez., p. 44-51, 1998.
- ROSALDO, Renato. Ilongot Hunting as Story and Experience. In: TURNER, V. e BRUNER, E. (Org.). **The Anthropology of Experience**. Illinois: University of Illinois Press. p. 97-138, 1986.
- RUCHAUD, Guilherme Galdo. **Entre as lajotas do Monte Serrat: narrativas e materialidades na construção da cidade em Florianópolis**, 2019, 217 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.
- SANTOS, André Luiz. **Do mar ao morro: A geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. 2009. 658 f. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

Recebido em 01 de setembro de 2021 | Aceito em 08 de setembro de 2021



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas

V 11 | n 20 | jan-jun 2022

Comunicação popular e a experiência do “Jornal Comunitário” de São Miguel do Oeste/SC

Claudia Aparecida Weinman; Julia Saggioratto



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nau.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

SAGGIORATTO, Julia; WEINMAN, Claudia Aparecida. Comunicação popular e a experiência do “Jornal Comunitário” de São Miguel do Oeste/SC. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 101-109, jan-jun 2022. Semestral.

© NAUI

Comunicação popular e a experiência do “Jornal Comunitário” de São Miguel do Oeste/SC

Claudia Aparecida Weinman¹
Julia Saggioratto²

Resumo

O artigo examina a experiência do Jornal Comunitário, de São Miguel do Oeste (SC), que existe há 10 anos, na perspectiva da comunicação popular. É um jornal em que as comunidades empobrecidas e diariamente invisibilizadas se reconhecem e têm suas realidades evidenciadas como pauta central, além do acesso a textos reflexivos a partir da realidade regional, estadual, nacional e internacional.

Palavras-chave: jornalismo independente; jornalismo comunitário; comunicação popular.

Abstract

The article examines the experience of Jornal Comunitário, from São Miguel do Oeste (SC), which has existed for 10 years, from the perspective of popular communication. It is a newspaper where impoverished and daily invisible communities recognize themselves and have their realities highlighted as a central agenda, in addition to access to reflective texts from the regional, state, national and international reality.

Keywords: independent journalism; community journalism; popular communication.

¹ Militante da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), jornalista graduada pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, feminista classista. Moradora do interior catarinense, na fronteira de lutas, sonhos e esperanças. E-mail: claudiaweinmanpjmp@gmail.com.

² Julia Mara Saggioratto, jornalista graduada pela Universidade Federal de Santa Maria, campus Frederico Westphalen, militante do coletivo da Pastoral da Juventude do Meio Popular e Pastoral da Juventude Rural, feminista classista e artesã. E-mail: julia.saggiorato@gmail.com.

Introdução

O “Jornal Comunitário” é um trabalho de comunicação popular construído por jovens da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e Pastoral da Juventude Rural (PJR) do Extremo Oeste catarinense. Em São Miguel do Oeste/SC, tornou-se, há mais de uma década, uma importante ferramenta de sensibilização comunitária sobre as realidades de comunidades empobrecidas e que, muitas vezes, não aparecem na pauta da mídia tradicional por falta de interesse. É um jornal em que as comunidades empobrecidas e diariamente invisibilizadas se reconhecem e têm suas realidades evidenciadas como pauta central, além do acesso a textos reflexivos a partir da realidade regional, estadual, nacional e internacional.

No interior de Santa Catarina, o “Jornal Comunitário”, desde o primeiro exemplar, quando ainda era produzido como informativo, impresso em folha de ofício simples, é entregue nas casas das pessoas que moram na roça e também na cidade, especialmente bairros e favelas, tendo como público as juventudes dessas realidades. Por sua postura política de classe, pautas questionadoras da estrutura e do sistema capitalista de produção, já despertou bastante ódio da burguesia local do município de São Miguel do Oeste. De outro lado, serviu de material pedagógico nas comunidades e teve crianças em processo de alfabetização que pegaram o jornal só para ver as fotografias, muito interessadas pelas imagens que apontavam para o lugar em que vivem.

Pedro Alves Pinheiro, militante da Pastoral da Juventude do Meio Popular, há mais de 20 anos contribui com o coletivo PJMP e PJR nas tarefas de assessoria, animação, trabalho de base e, em relação ao “Jornal Comunitário”, ajudou na construção inicial, na diagramação, inclusive, e explicou, em entrevista para um documentário produzido sobre o “Jornal Comunitário” denominado “O jornal vai às ruas” (2022), sobre como esse projeto de comunicação tornou-se um instrumento importante para o trabalho com os/as jovens:

A gente se reuniu enquanto coletivo das Pastorais da Juventude do Meio Popular e Rural e, a partir dali, elaboramos um informativo que pudesse ser utilizado nos trabalhos de base e pudesse contribuir com os grupos de base. Então, a gente fazia uma vez por mês um informativo da PJR e da PJMP, com texto pequeno, informando o que a gente havia feito naquele mês, trazia algumas dinâmicas. [...] ele nada mais era do que uma folha de ofício, impressa dos dois lados. Esteticamente, a gente utilizava aquela folha de papel reciclável para que ele tivesse aquele contexto mais “jornalístico”, se assim posso dizer. (PINHEIRO, 2022).

As décadas de 70 e 80, foram marcadas pelas primeiras discussões sobre o direito à comunicação e à informação na América Latina, apesar de no Brasil essas discussões não terem tido tanta força quanto em outros países latino-americanos. No entanto, a Escola Latino-Americana de Comunicação fez diversas críticas à comunicação de massa, assim como questionamentos à assimetria da informação, além da discussão sobre a “ascensão das classes subalternas como sujeitos produtores de comunicação popular e alternativa em resposta à produção da Indústria Cultural” (BERGER; SCHWAAB, 2014, p. 207-208).

O “Jornal Comunitário” passou a existir porque várias realidades conversaram e ainda dialogam entre si. Relações históricas unem o fazer da cultura, da educação e da comunicação popular em um processo constante de formação para o avanço na consciência de classe. O periódico é construído por meio dessa prática de aproximação com o povo empobrecido, como explica Jociani Fátima Alves Pinheiro Hammes, assessora da Pastoral da Juventude Rural e do Meio Popular, também em entrevista veiculada em documentário sobre o Comunitário.

Muito mais que todos os estudos, a educação popular começa com o ir ao encontro. Você só constrói a educação popular com o outro, com a outra. Então é preciso, é necessário ir ao encontro. Quando você vai até a área da casa de um jovem, de uma jovem da periferia e ali você senta e os pais desse jovem te oferecem um chimarrão e também eles partilham a vida, e dizem que não tá fácil, nesse momento da vida a política não está boa, nesse momento a educação popular está acontecendo. (HAMMES, 2022).

A construção a partir da base

O “Jornal Comunitário” começou como uma “brincadeira” durante o curso de formação política denominado Realidade Brasileira que, em uma de suas edições, foi construído junto da Universidade Federal da Fronteira Sul campus de Chapecó/SC e os movimentos e organizações populares, pastorais, sindicatos e outras frentes de luta, no ano de 2010. Depois, tornou-se um informativo e deu asas à informação na prática da educação popular. Ele não nasceu porque as organizações de juventudes desejavam construir um jornal, mas é entendido como a soma de processos de lutas, das relações historicamente construídas com as organizações populares, com a Pastoral da Juventude do Meio Popular, Pastoral da Juventude Rural, a Associação Paulo Freire de Educação e Cultura Popular (Apafec), os movimentos camponeses e urbanos. Sempre

foi um canal de encontro entre a roça e a cidade, desde as primeiras palavras e expressões até hoje.

Muito antes do Jornal Comunitário ser esse jornal, de ele ser apenas um informativo, a gente brincava com ele, mas uma brincadeira séria. [...] as primeiras diagramações fui eu quem fiz de modo mais lúdico. Foi com a entrada das meninas jornalistas que o jornal comunitário passou a ter uma seriedade mais profissional. [...] (PINHEIRO, 2022).

No Brasil, os movimentos populares sempre utilizaram de meios próprios para produzir comunicação, esses meios ficaram conhecidos como comunitários, alternativos ou participativos. A autora Cicilia Peruzzo destaca que a busca pela independência nos processos comunicativos se dá a partir da necessidade de diálogo e expressão da classe trabalhadora fora dos meios tradicionais de comunicação, já que estes, historicamente, distorcem ou marginalizam as narrativas sobre organizações que fazem contraponto à estrutura capitalista de sociedade na qual vivemos.

Do panfleto ao jornalzinho e dele ao blog e ao website na internet, do megafone ao alto-falante e dele à rádio comunitária, do slide ao vídeo e dele à TV Livre e ao Canal Comunitário da televisão a cabo, são evidências do exercício concreto do direito à comunicação como mecanismo facilitador das lutas pela conquista ou ampliação dos direitos de cidadania, incluindo o de comunicar (PERUZZO, 2013, p. 166).

As formas de produzir informação são variadas e sempre estão presentes nos processos de articulação realizados pelos movimentos sociais e populares, pastorais e sindicatos, assim como pela PJMP e pela PJR. Essa ação de comunicação produzida pela classe trabalhadora carrega a característica de servir ao interesse público, uma forma de exercer o direito à comunicação, de construir processos de comunicação desde a base, de porta em porta. De acordo com Peruzzo, é a construção de uma forma “de educação informal e não-formal de adolescentes e jovens; de autopromoção de mulheres; de organização de trabalhadores rurais etc. e a criar meios (canais) de comunicação” (2013, p. 168).

Liberdade de expressão e acesso à informação são questões importantes presentes na discussão sobre o direito humano à comunicação, além da violência cometida pela mídia hegemônica contra as minorias sociais e aos direitos humanos. Cicilia Peruzzo também ressalta a luta de cidadãos/ãs e organizações populares pelo direito à cultura e para que possam ter

acesso a meios de comunicação e sejam protagonistas destes espaços, como ressalta Pedro Alves Pinheiro.

O jornal comunitário tem uma função social importante, que aí ele mantém o que se fazia antes, de fazer com que as pessoas que recebessem ele se enxergassem no jornal. [...] Ele é um comunitário não só no nome, que assume uma posição de classe, perante a sociedade e perante aqueles jornais que se dizem imparciais, isso não existe, ninguém é imparcial, a vida não é imparcial e o jornal comunitário é um pedaço da vida, não é imparcial. (PINHEIRO, 2022).

A comunicação popular tem como objetivo contribuir na transformação de um sistema opressor que produz condições desumanas para a população empobrecida que precisa, neste contexto, sobreviver. Neste sentido, para a construção da consciência de classe, que possa gerar o questionamento e o confronto com o capital, é necessário que a classe trabalhadora seja protagonista da comunicação popular. Neste contexto, Peruzzo identifica os meios que produzem comunicação popular como “instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador” (KAPLÚN, 1985, p. 17 *apud* PERUZZO, 2006, p. 3).

Eduardo Meditsch recorre a Paulo Freire, que, apesar de não elaborar pesquisas específicas sobre a mídia, realizou estudos que tiveram influência sobre a percepção do contexto da comunicação popular. Meditsch destaca que Freire conceitua a comunicação como diálogo, não como transferência de saberes, mas como um encontro de sujeitos. Além disso, ainda fazendo referência às discussões realizadas por Paulo Freire, Meditsch destaca que nossas ações relacionadas à transformação da sociedade e os processos de produção e reprodução de conhecimento, por serem processos sociais, não são neutros, já que todas as nossas ações e intervenções afetam a realidade. Segundo ele, o fato de assumir um compromisso com a mudança social nos confere parcialidade.

Para Freire, a neutralidade frente ao mundo revela o medo deste compromisso. E a simples denúncia também: para Freire, a denúncia de uma situação requer sempre o anúncio do que pode ou deve substituí-la: o primeiro passo para transformar o mundo é saber que ele pode ser transformado, e que é possível fazê-lo. (MEDITSCH, 2016, p. 142).

Respeito aos processos

Depois de circular ludicamente entre as juventudes da PJMP e PJR, o “Jornal Comunitário”, que ainda não tinha essa denominação, passou por alterações no seu formato e processo de construção. Em 2011, com a inserção de uma das militantes da PJMP no curso de jornalismo, é elaborado o primeiro “esqueleto” de um periódico, contendo editoriais, aumento do número de páginas, editorial e uma preocupação maior em abranger pautas de lutas de outras organizações que dialogam também com os anseios e necessidades das juventudes. Estrutura-se, a partir disso, um primeiro formato muito diferente do que existia antes, mas que carregava todas as características do seu processo inicial. A partir dessa experiência, com a contribuição de outra militante da PJMP, também jornalista, a estética e a diagramação passam por alterações, não melhores, nem piores, mas diferentes, em respeito à cultura popular, ao fazer de cada pessoa que carrega uma identidade e a partir dela ajudou historicamente na construção do que hoje conhecemos como “Jornal Comunitário”:

Quando o jornal começa a também a levar um pouco da história da comunidade, porque a gente sabe que as mídias, elas estão muito avançadas, nós temos acesso a muita coisa e a juventude especialmente [...] Mas a dona Maria e o seu João por exemplo, lá na Pedreira, quando ainda eram vivos, levar pra eles, aquele jornal impresso, escrito, quando eles viam a imagem deles, ali, impressa, isso é pertença, isso é vida pra eles, isso é valorização, é o jornal comunitário dando visibilidade aos invisíveis, que ninguém quer saber, nenhuma rede social, nenhum programinha desses de vídeo, não querem saber da história sofrida da dona Maria e do seu João, dos tantos filhos, do trabalho pesado na pedreira, mas eles queriam se ver ali, e o jornal ia se multiplicando, porque outras pessoas iam vendo na comunidade e vendo que aquela história era semelhante à deles. [...] E essa é a memória que nós temos. Nós temos arquivado a memória do jornal comunitário a partir das pessoas, a partir da comunidade, que vivem o dia a dia, que são pessoas que têm vida. [...] O jornal comunitário levou até as comunidades um pouco da história invisibilizada pelo sistema, pelas mídias sociais e pelo conjunto que oprime. (HAMMES, 2022).

O interior de Santa Catarina tem no “Jornal Comunitário” a possibilidade de construir redes de mobilização para as lutas organizadas. Ele tem se tornado, ao longo de mais de uma década, um instrumento de comunicação que mexe, incomoda e mobiliza, que traz os povos camponeses e urbanos para a conversa. São caboclos e caboclas, negros e negras, gente de pele branca e de sangue misturado nessa Latino-América, são indígenas de toda idade que foram aparecendo em cada edição. E tem, também, quem é perseguido por quem não respeita a diversidade, tem LGBTQIA+, tem povo. A história dessa gente aparece no “Jornal Comunitário”. Por isso, ele continua indo às ruas, com dificuldade financeira, especialmente,

sendo impresso apenas quando há recursos, mas ele vai pelas mãos de meninas e meninos teimosos/as que lutam por justiça todos os dias (figura 1).

Figura 1 – Capa das edições 9, 11 e 12 do “Jornal Comunitário”.



Fonte: Equipe do Jornal Comunitário

Armand Mattelart, um dos integrantes da Escola Latino-Americana de Comunicação, destaca a falta de acúmulo histórico sobre pesquisas e experiências em comunicação popular na América Latina. No entanto, ele menciona que existe um movimento crescente na América Latina no que diz respeito à construção da comunicação popular como estratégia na luta de classes.

[...] estamos subentendendo que existe outro sistema de comunicação, desejável, que realize a felicidade do homem, que realize tudo que está contido na utopia revolucionária. [...] O que eu insisto é na importância de abordar os temas da comunicação popular, mas que a única maneira de fazê-lo, de maneira consequente, é interrogando de um novo modo as formas de funcionamento dos aparatos do poder. (MATTELART, 1982, p. 99).

Em um momento histórico de aumento da perseguição aos projetos populares no Brasil, reflexo do golpe de 2016, construir o “Jornal Comunitário” em Santa Catarina, um dos estados mais conservadores do País, é fundamental para a garantia da vida, memória e justiça dos/as

empobrecidos, para que não haja um apagamento ainda mais expressivo das denúncias e de tudo que a classe trabalhadora explorada precisa falar.

Referências

BERGER, Christa; SCHWAAB, Reges. Escola Latino-americana de comunicação. In: CITELLI, Adilson et al. **Dicionário de comunicação**. São Paulo: Contexto, 2014, pp. 200-209.

MATTELART, Armand. Comunicação, hegemonia e novas tecnologias na América Latina. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org.). **Comunicação, hegemonia e contra-informação**. São Paulo: Cortez, 1982, p. 98-105.

MEDITSCH, Eduardo. Paulo Freire nas práticas emancipadoras da comunicação: Ainda hoje, um método subutilizado no Brasil. **Revista Latinomaericana de Ciencias de La Comunicación**, [s. i.], v. 13, n. 25, p.132-143, jul./dez. 2016.

O JORNAL vai às ruas. São Miguel do Oeste, SC: Coletivo PJMP/PJR, 2022. Disponível em: www.facebook.com/JornalComunitario/videos/1014132079456835. Acesso em: 23 fev. 2022.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação nos movimentos sociais: O exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea: Comunicação e cultura**, [s. i.], v. 11, n. 1, p.161-181, jan./abr. 2013.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29, 2006, [s. i.]. **Anais...** [s. i.]: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006, p. 1-17.

Recebido em 24 de fevereiro de 2022 | Aceito em 04 de março de 2022



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas

V 11 | n 20 | jan-jun 2022

Cruzar o muro para escutar: memórias e pertencimento no Quilombo Flores (Porto Alegre, RS)

Luiza de Britto Dorneles



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

DORNELES, Luiza de Britto. Cruzar o muro para escutar: memórias e pertencimento no Quilombo Flores (Porto Alegre, RS). Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 111-134, jan-jun 2022. Semestral.

© NAUI

Cruzar o muro para escutar: memórias e pertencimento no Quilombo Flores (Porto Alegre, RS)¹

Luiza de Britto Dorneles²

Resumo

Nessa pesquisa, os quilombolas Ana Paula Flores Vasconcelos (28 anos), João Batista da Costa Vasconcelos (52 anos), Geneci Lourdes Flores da Silva (43 anos) e Nara Maria de Mello Vasconcelos (59 anos) – do Quilombo Flores (Porto Alegre, RS) – expõem memórias de sua relação com o território. A família sofreu um ataque do Colégio Marista Assunção que, em 2014, construiu um estacionamento em uma área de usufruto da comunidade. A partir de um estudo acerca de quilombo, expansão urbana e memória, identifiquei categorias de pertencimento ao espaço habitado, zonas de conflito e elementos comuns à identidade quilombola.

Palavras-chave: quilombo; Quilombo Flores; memória; cidade.

Abstract

In this research, the quilombolas Ana Paula Flores Vasconcelos (28 years old), João Batista da Costa Vasconcelos (52), Geneci Lourdes Flores da Silva (43) and Nara Maria de Mello Vasconcelos (59) – from Quilombo Flores (Porto Alegre, RS) – expose memories of their relationship with the territory. The family was attacked by Colégio Marista Assunção, which, in 2014, built a parking lot in an area used by the community. Based on a study about the quilombo, urban expansion and memory, I identify categories of belonging to the inhabited space, conflict zones and common elements to the quilombola identity.

Key-words: quilombo; Quilombo Flores; memory; city.

¹ O presente artigo é fruto da pesquisa elaborada pela autora para seu Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que recebe esse mesmo título. A pesquisa completa pode ser verificada em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/229895>. Acesso em 5 de outubro de 2021.

² Hoje autodeclarada pessoa trans não-binária e gênero fluido, Luz Dorneles é jornalista formada pela UFRGS, poetisa, musicista, sonhador e defensora da vida e dos povos oprimidos pelo sistema capitalista.

Aquilombamento. Essa foi uma das formas mais efetivas de sobreviver e resistir à escravização no Brasil (MAESTRI, 2000). Fugindo das amarras da violência e subserviência desumanas, negros e negras refugiavam-se nas matas, preferencialmente detrás das colinas para dificultar o trabalho dos capitães-do-mato. A naturalização e banalização da violência eram tamanhas que perseguir e entregar negros e negras considerados “fujões” era uma ocupação remunerada pelo Estado. Hoje, esses quilombos ainda existem. Muitos estão emergindo a partir da disseminação das informações acerca do que é, de fato, um quilombo. Assim foi com Geneci Flores, liderança do Quilombo Flores. Depois de o território sofrer um ataque de esbulho possessório, Geneci percebe que a história de sua família é muito similar à de outras também negras vivendo em solo urbano que se reivindicam quilombolas. A partir daí, ela inicia a busca por sua ancestralidade, recuperando a trajetória de sua família para preservar sua história e se proteger de uma expansão do território urbano de Porto Alegre que, desde seus primórdios, empurra negros e negras para as periferias da cidade.

Se a máquina da cidade opera desde o centro para construir muros e empreendimentos e expulsar pessoas para suas margens, produzindo relações cada vez mais individuais, a formação das comunidades e do senso de “comum unidade” é em si um contraponto ao modo de ser e pensar individuais criados por essa máquina. “Todo mundo comia, aqui era assim”, afirma Batista, em entrevista realizada para esta pesquisa. Se algumas pessoas que estão no poder concentram a renda que têm, no quilombo as pessoas dividem a menor quantidade de comida que há para que, assim, todos possam comer. “Minha filha, isso aqui é um quilombo!” – respondeu uma mulher na fila de um almoço no Quilombo Lemos quando perguntei se a comida era para todos. “A comida de um é a comida de todos. Aqui é assim”.

É preciso pontuar que a violência causada e sofrida por nossos ancestrais reverbera até hoje em nossos respectivos espíritos e corpos e, conseqüentemente, nas estruturas que criamos, sustentamos e transformamos coletivamente em nossas sociedades (psíquicas, políticas, espirituais etc. – não há separação). As famílias negras que consolidaram sua cultura em território brasileiro cocriam, até hoje, múltiplas formas de resistir às conseqüências destrutivas da escravização – e o aquilombamento, embora repaginado,

reconstruído diante do cenário contemporâneo, segue sendo uma forma efetiva de recuperar ou manter o sentimento de pertencimento que aponta a natureza social da identidade (CARLOS, 2007). A violência brutal escravocrata fruto da ilusão, dessa invenção violenta, de uma suposta superioridade de uma raça diante da outra, é o que constitui o cerne do racismo e a causa raiz do movimento de fugas e formação de quilombos. Eles surgem com uma potência oposta: a do amor, do acolhimento, do afeto.

Quilombo, do bantu, *ki-lombo*

A palavra quilombo é originária dos povos de línguas bantu: *ki-lombo*, aportuguesado quilombo (MUNANGA, 2001) e, de acordo com Côrrea (2010, p. 4), significa “acampamento guerreiro ou fortaleza na floresta”. Palavra de língua *umbundu*, sua construção enquanto organização vai além de sua origem etimológica, sendo resultado de uma longa história de conflitos, migrações, cisões entre grupos. De acordo com Anjos (2006, p. 53 *apud* FELIPE, 2018, p. 78), o conceito de comunidade quilombola surge a partir de povos de matriz africana que ocuparam uma terra para obter autonomia política e econômica. Os quilombos são, portanto, resultado de uma busca por liberdade, e a própria liberdade exercida naquele ambiente seguro constituía uma forma particular de organização social, política e econômica. O movimento de fuga, por si só, era uma negação da sociedade “oficial” opressora que eliminava dos africanos suas línguas, suas religiões, seus estilos de vida, suas possibilidades de ser.

Se a palavra quilombo já era reconhecida inclusive por meios oficiais pelo menos desde o século XVIII, o termo quilombo contemporâneo (ou urbano) surgiu mais tarde, e não há uma única definição acerca do que seja um quilombo urbano. O que se mantém é o espírito de preservação do território étnico “capaz de se organizar e reproduzir no espaço geográfico de condições adversas, ao longo do tempo, sua forma particular de viver” (ANJOS, 2006 *apud* FELIPE, 2018, p. 78). Da pouca bibliografia que se encontra com o termo “quilombo urbano”, a maior parte define sua formação a partir do êxodo rural de quilombolas em direção aos centros urbanos. Em um processo de desterritorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2016), ao chegar e se adaptar ao novo espaço, os e as quilombolas seguiram o movimento de preservação da sua cultura –

agora já transformada, de alguma forma, pelo contato com outros povos em solo brasileiro, alguns indígenas acolhidos por certos quilombos ou os próprios homens brancos.

Na origem de um quilombo urbano, algumas vezes a situação de escravidão se dava mediante a concessão de “posse” de um branco dono de um lote na cidade para as famílias negras viverem e, para isso, essas deveriam prestar serviços à família branca sem remuneração, mantendo-se assim uma relação de poder e propriedade dos brancos sobre os negros que pode ser reconhecida, atualmente, como escravidão contemporânea. Alguns desses territórios seguem ocupados pelas famílias quilombolas até hoje – de acordo com os quilombolas da família Flores, esse é o caso do Quilombo Flores. Como não houve praticamente nenhuma reparação histórica para os negros, negras e indígenas em relação ao período escravocrata e de colonização em nosso País, a maior parte dos lotes de terra onde estão os quilombolas e indígenas são considerados ocupações.

A principal luta que une as mais de três mil comunidades quilombolas distribuídas por todo o País, portanto, é aquela por titulação de seus territórios, ou seja, pela garantia constitucional com proteção legal da posse desses espaços. A questão agrária segue sendo tema de muita disputa política e a história pouco se transformou em termos de redistribuição de terras e renda desde o que conhecemos como regime de sesmarias ou capitâneas hereditárias. Inúmeras foram (e são) as políticas que favoreceram (e favorecem) a concentração fundiária e os interesses dos então sesmeiros cujas terras pertencem, em sua grande maioria, aos seus bisnetos, tataranetos e assim por diante. Enquanto isso, quilombolas urbanos organizam-se em movimentos sociais para defender seus pedaços de terra antes que sejam tomados por construtoras e até mesmo escolas.

Quilombo Flores – o ataque dos maristas

Em uma manhã de 2014, as famílias que moram no Quilombo Flores foram surpreendidas por homens que chegaram com máquinas para derrubar o que conseguissem derrubar – árvores, casas, tudo. Ana Paula Flores Vasconcelos estava sozinha em casa com um filho criança e o outro ainda bebê e enfrentou aqueles homens como pôde. “[...] Daí eles já tavam ali na parede da minha casa, vindo com as máquinas,

foi quando eu saí pra rua com as duas crianças e enfrentei eles sozinha”, ela contou, em uma entrevista realizada para essa pesquisa no dia 23 de fevereiro de 2021, no Quilombo Flores. Os homens em questão estavam, a princípio, trabalhando para o Colégio Marista Assunção e seu objetivo era “limpar” a área para a construção de um estacionamento que, hoje, já está lá. Limpar ou matar porque antes de aquele espaço se tornar concreto para abrigar carros, ali corria a vida. Árvores nativas e frutíferas e um já saudoso campo de futebol – o Caveirinha, como é carinhosamente chamado pela comunidade que ali viveu inúmeros momentos de lazer e prazer que tantos carregam consigo na memória.

Nesse colégio, cuja ação violou os Flores Vasconcellos, estudei dos seis aos quatorze anos. Me lembro de pequenina e curiosa me esticar para enxergar, de dentro do colégio, onde havia uma cancha de futebol de grama sintética, o que havia do outro lado do muro. Era o Caveirinha, o espaço público e aberto em que as famílias se reuniam para brincar, conversar e celebrar a vida. Hoje, é um estacionamento. Para sua construção, foi tomada uma área de cerca de dois terços do território total que antes era de usufruto da comunidade – e não somente da comunidade quilombola, como de tantos vizinhos, vizinhas e pessoas que vinham de longe para jogar uma partida de futebol no Caveirinha. Por isso esse trabalho intitula-se: Cruzar o muro para escutar. Depois que cresci, atravessei o muro, a separação entre os dois mundos, para descobrir que por trás de toda a educação (excelente, diga-se de passagem), com discursos de amor e paz, a mesma instituição que a promove também age de forma extremamente violenta com o quilombo vizinho, colocando as questões comerciais acima das humanas – como diria Lefebvre, o valor de troca acima do valor de uso.

Conversei com o diretor do Colégio Marista Assunção David Hatsek no dia primeiro de abril de 2021 por telefone. Em uma ligação que durou cerca de dez minutos, ele falou que o processo a respeito do conflito envolvendo o colégio e o quilombo corre em sigilo no Superior Tribunal Federal (STF) e que, em função disso, foi orientado pelo jurídico da instituição a não fornecer informações. Como ser humano, reconhecendo também sua humanidade de alguém que agora ocupa um cargo institucional, contei a ele o que vi lá dentro do Quilombo, me posicionei dizendo que sabemos que as pessoas com menos poder aquisitivo acabam também tendo mais dificuldades de acessar os poderes jurídicos e as formas de se defender dignamente. Ele concordou. Parecia um pouco

nervoso na voz, mas senti que ele me escutou, e eu também pude escutá-lo, foi um diálogo. Mesmo assim, não consegui uma resposta formal a respeito de como o Colégio Marista Assunção se posiciona em relação ao fato de ter construído um estacionamento em uma área que era viva, de usufruto de uma comunidade. Nem sequer se os educadores ali presentes, que prestam um excelente serviço educacional e pedagógico, sabem da dor e dos traumas que essa instituição causou a essas famílias.

Objetivos da pesquisa

Essa pesquisa foi realizada com a finalidade profunda de resgatar e registrar, como forma de preservar, parte da história oral dessas famílias que moram na Manduca Rodrigues, 283, bairro Glória, Porto Alegre (RS). Para isso, utilizei a entrevista aberta em profundidade, realizada com quatro pessoas da família: Ana Paula Flores Vasconcelos (28 anos), João Batista da Costa Vasconcelos (52 anos), Geneci Lourdes Flores da Silva (43 anos) e Nara Maria de Mello Vasconcelos (59 anos). Nessas entrevistas, observo como percebem sua relação com o território onde viveram (e ainda vivem) boa parte de suas vidas. Busquei, nas entrevistas, facilitar o ato de lembrar, através do qual eles nos presenteiam com memórias de suas vivências em diferentes fases de suas vidas no quilombo.

O objetivo geral da pesquisa foi conhecer as percepções dos remanescentes de quilombolas do Quilombo Flores a respeito de seu território, presentes em suas memórias acionadas pelas entrevistas. Os objetivos específicos foram: identificar, nos depoimentos, categorias de pertencimento ao espaço habitado, apontar zonas de conflito na memória acionada sobre o quilombo e sistematizar, nas entrevistas, elementos comuns à identidade quilombola.

Referencial teórico utilizado

Contextualizo aqui praticamente todas as referências utilizadas na íntegra da pesquisa. Para situar a dimensão do outro e da alteridade na pesquisa (e na vida), autores como Geertz (1926), Foster (1996), Augé (1992), Strauss (1965, 1987), Hall (2006, 2013) e alguns estudiosos desses teóricos como Klinger (2006) e Moriconi (1994) nos auxiliam.

Enquanto referencial teórico para compreender o conceito de lugar, espaço e território, dialogamos com Bourdieu (1997), Haesbaert (2004), Carlos (2007), quem traz à tona ideias de Lefebvre, críticas ao capitalismo, nas quais o autor destaca a vitória do valor de troca (do espaço) sobre o valor de uso. A partir da compreensão do corpo como o primeiro local ao qual pertencemos, bem como o responsável por mediar toda a nossa experiência do mundo, e a casa (ou mesmo as casas, no caso de um quilombo) enquanto nosso segundo local de pertencimento, Tuan (1930) traz à tona o conceito de espaço íntimo, espaço esse berço de memórias. Raquel Rolnik (1995) e Ana Carlos (2007) nos ajudam na compreensão da relação dos sujeitos com a cidade e da cidade com os sujeitos em uma época de constante aceleração, do tempo do fluxo das mercadorias e da dimensão que já tomou o discurso desenvolvimentista.

Para delimitar os conceitos de memória, somos auxiliados por Ecléa Bosi (1997, 2004), autora da área da psicologia social e estudiosa das doutrinas de Bergson (1959) e Halbwachs (1925, 1956, 1964). Finalmente, para pensar e realizar a teoria e a prática da entrevista no trabalho de campo, Medina (1989), Barthes (1982), Duarte (2005) e Bourdieu (1997) auxiliam na construção da dimensão da escuta, da presença e do abrir-se ao outro que se apresenta. Diversos outros autores e autoras também cruzam o caminho desse trabalho que foi construído com vários intervalos de tempo e digressão em uma pandemia. O presente artigo, no entanto, não aprofunda nas reflexões teóricas construídas. Recomenda-se a leitura do trabalho e das entrevistas na íntegra.

As entrevistas

Quando cheguei, em uma tarde de terça-feira, para entrevistar a Ana, a Nara, a Geneci e o Baptista, já fazia pelo menos dois anos que eu frequentava o Quilombo Flores. Não era uma pesquisadora ou repórter qualquer se aproximando da família. Já havíamos criado laços de confiança e ela foi fundamental pra que as conversas fluíssem da melhor forma possível – sem medo. Diante de uma necessidade construída pela antropologia do exercício constante da vigilância epistemológica, ali havíamos estabelecido um espaço de tranquilidade para ser, escutar a intuição, deixar fluir o diálogo, inclusive nos possíveis erros que poderiam surgir durante o caminho – o que nos torna, afinal, fundamentalmente

humanos por causa e apesar das nossas diferenças. No processo de escuta, seria muito simplista, aliás, reduzir o outro à sua diferença.

O outro é um universo com suas complexidades, singularidades, subjetividades e é justamente no reconhecimento da humanidade do outro que também me reconheço. Em uma humanidade que nos coloca em pé de igualdade a ponto de não haver sentimentos de inferioridade ou superioridade por nenhuma das partes envolvidas em uma troca interativa ou “diálogo possível” (MEDINA, 1989), apenas um olhar e uma escuta abertos a sentir quem se apresenta independentemente de quem for. Sem desconsiderarmos, é claro, os marcadores sociais cuja ação, por sinal, fica explícita em tantas respostas presentes nas entrevistas. Por isso, mesmo que haja real e verdadeira intenção de, em uma entrevista, ambas as partes estarem lado a lado, partilhando um momento de troca – fala e escuta mútuas – sobre determinado tema, não estamos livres dos recortes sociais que nos levaram a caminhar distintos percursos pela vida até chegar aqui-agora ao momento da entrevista, tornando a estrutura da relação entrevistador-entrevistado, portanto, necessariamente assimétrica. Por mais aparentemente paradoxal que seja, senti que o fato de nos conhecermos e reconhecermos havia cerca de dois anos transformou o momento de entrevista em algo íntimo e tranquilo e busquei exercer, aqui, uma escuta possível.

Cheguei no quilombo dia 23 de fevereiro, quando entrevistei Geneci, e voltei no dia seguinte para continuar as entrevistas com a Ana Paula, a Nara e o Batista. Entrei com uma máscara em respeito às medidas de segurança impostas pelo coronavírus. Como só eu estava de máscara, tive uma sensação esquisita de distanciamento, de uma leve barreira na intimidade, mas relevei e segui adiante. Em minhas mãos segurava um caderno, uma caneta, a câmera fotográfica e algumas mudas de boldo e pitanga. No bolso, o celular que serviu de gravador. Só. Na folha do caderno estavam algumas poucas anotações – o título do trabalho e a data, o objetivo da pesquisa, a pergunta geradora e algumas palavras-chave para retomar o foco caso a narrativa fugisse muito do objetivo da pesquisa: espaço, território, corpo, memória, lembrança. Fui recebida – como sempre sou – pela Geneci, com quem mantenho contato. Conversamos brevemente sobre a vida e o momento de pandemia, pegamos algumas cadeiras e já fomos nos direcionando para os fundos, debaixo de uma árvore enorme que abraça parte do território com sua sombra.

Uma árvore grande e anciã que guarda o Quilombo Flores há dezenas, talvez centenas de anos. Um espaço mais do que propício para contar histórias...

Diante do emaranhado de tantas histórias compartilhadas, precisei recortar algumas. A análise a respeito do conteúdo das falas é breve, permitindo que o destaque seja as próprias falas de Geneci, Nara, Batista e Ana Paula durante o processo de entrevista. Nos trechos que se encontram em recuo, destaco algumas frases em negrito de falas que retomo (ou não) logo em seguida, no momento de análise. Aqui, todas as inserções que aparecem entre parênteses nas falas em recuo são grifos e sinalizações minhas.

Os relatos estão distribuídos entre cada respectiva categoria de pertencimento ao território elencada. São elas:

- a) Ancestralidade: memórias de pai e mãe;
- b) Infância em natureza: brincadeiras no verde da mata;
- c) Bairro que cresce: a pequena cidade na cidade;
- d) Destruição, conflitos e solidariedade: do incêndio no território ao conflito com os maristas;
- e) Ser quilombola: o resgate da história pela autoidentificação

Figura 1 – Quilombo Flores reúne a família para celebrar o dia da mulher em 8 de março de 2020.



Fonte: a autora (2020).

Ancestralidade: memórias de pai e mãe

A ancestralidade nos remete a toda uma herança cultural e genética, de memórias inclusive celulares que carregamos enquanto seres humanos que, só para estarmos aqui agora, dependemos do trabalho de muitos e muitas avós. Quando o povo africano reconhece os idosos como bibliotecas, tradicionalmente honra e respeita muito os mais velhos. Na árvore genealógica da família Flores, Geneci, Nara e Batista saíram do mesmo ventre – o de Dona Rosa. Já seu Adão, apesar de geneticamente não ser pai de Nara e Batista, é considerado e chamado por todos eles de pai. Para resgatar alguns legados, perguntei a eles suas memórias das relações com pai e mãe – e a ancestralidade está presente em praticamente todas as suas respostas, para além das perguntas sobre pai e mãe, algo que ficará evidente a seguir. Há também, nas falas, para além das relações

vividas com seus ancestrais, uma consciência a respeito das heranças de dor e acolhimento deixadas por seus bisavós e tataravós escravizados.

Eu acho que são coisas que já vêm dessa ancestralidade, o povo preto, o povo escravo sempre foi um povo acolhedor né, então isso já tá no sangue, né, já tá no sangue, na verdade. Se tu for na periferia lá, tu vê a dificuldade das pessoas, as pessoas dividindo o pouco que têm com outras, já é um, já vem já, isso daí é coisa que já vem já. Já vem porque o preto quando era escravo um dependia do outro, um precisava do outro entendeu? Um lutava pelo outro. Então, são coisas que já vêm, já é da ancestralidade, já é sua história, já é sua resistência, entendeu?³

Geneci comenta que dona Rosa adoeceu gravemente depois do ataque dos maristas e da construção do muro. Ela precisou parar de trabalhar, se aposentou, ficou de cama, precisou receber comida na boca, usar fraldas. Conta Geneci que ela se abalou tanto que não queria mais viver. – “Na cabeça dela, ela ia ter que ir pra rua com os filhos. Por isso que ela se deprimiu” (SILVA, 2021). Para além de seus momentos finais da vida – que, por sinal, se encerrou durante a realização dessa pesquisa – dona Rosa é lembrada por seus filhos Batista, Geneci e Nara de diferentes formas. Ela trabalhou a vida toda com serviços gerais no posto de saúde do bairro Glória, casou duas vezes, criou oito filhos, frequentou terreiro, frequentou igreja e viveu grande parte da sua vida no Quilombo Flores.

Minha mãe nunca fez trabalho social, mas minha mãe se tinha uma pessoa precisando de alguma coisa que ela tinha, um quilo de arroz, ela dividia meio pacote de arroz praquela pessoa pra ficar com meio. Então ela nunca se envolveu com trabalho social assim fora aqui do Quilombo, mas esse tipo de coisa que ela via lá no postinho que tinha uma mulher triste, sem roupa, sem isso, aquilo, o que ela pudesse largar o serviço dela e vim aqui, pegar uma roupa dela pra levar pra uma pessoa que tava no postinho, ela fazia isso (informação verbal).

Quanto a Adão, assim é lembrado pelos filhos: um bom pai, curandeiro, plantador, batuqueiro (de umbanda), engraxate, trabalhador. Baixinho e gordinho, como diz Batista, Adão tinha uma deficiência em uma das pernas que puxava para caminhar. Nara e Batista, os mais velhos, têm maiores lembranças do pai que faleceu quando Geneci tinha três anos

³ SILVA, Geneci Lourdes Flores da. **Entrevista I**. [fev. 2021]. Entrevistadora: Luiza de Britto Dorneles. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo mp3 (68 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo B desta monografia.

e que Ana Paula nem chegou a conhecer. A história narrada por Geneci, portanto, vem do acúmulo da oralidade, do resgate do passado que ela mesma iniciou na comunidade. Quando a questioneei de onde eles vinham, ela resumiu boa parte da história do Quilombo que, abaixo, consta somente em parte.

G: Bom, a minha mãe vem do Quilombo dos Alpes, meu pai vem de Bom Retiro do Sul, meu pai era curandeiro, né, se instalou nas bacias ali da Cidade Baixa. Primeira moradia dele, junto dos quilombos que tinham entre ali, que são um povo acolhedor, são povos que abrem as portas pros nossos irmãos que precisam. Que jamais vira as costas pros nossos irmãos quando precisam. Primeiro casamento dele, conheceu a primeira mulher ali mesmo, na Cidade Baixa, que ela ia nos terreiros lá, ela gostava de acompanhar lá os terreiros, as lutas, a capoeira, tudo que a nossa cultura oferece.

G: Tempo se passou, ele se espalhou porque ele era engraxate e ele gostava de engraxar na Praça XV, a raiz dele ali do centro, pessoal que ele conhecia, apesar de ele ter vindo da Cidade Baixa ali onde tinha quilombo, ficou ali porque quando ele saiu de Bom Retiro do Sul foi o primeiro lugar que acolheu ele, né. Então ele teve, ele sentiu que ali tava firme, ele sentiu que lá tinha irmãos de cor, irmãos de luta, então ele não largou o centro assim. Foi trabalhar na Cidade Baixa, engraxar sapato na Praça XV, trabalhou anos e anos lá e no meio tempo ele trabalhava pros Azambuja aqui. Dona Diva faleceu e ele continuou a mesma rotina dele, tocava na Casa de Umbanda da Gruta ali, né, viveu a vida dele, trabalhava de engraxate, se virava como ele podia né, como todo povo brasileiro se vira de uma maneira ou outra. E ali ele conheceu minha mãe, que minha mãe frequentava o terreiro, que minha mãe era amiga da prima dele. Minha mãe veio do Quilombo dos Alpes, frequentava a casa, ele batia tambor ali né, fazia as ervas dele, que ele dava banho de erva.⁴

Estão destacadas, em negrito, algumas informações que manifestam o sentimento de pertencimento ao espaço, seja ao Quilombo em si, seja aos demais espaços que Adão, Diva e Rosa frequentavam. Como o fato de, segundo Geneci, Adão sempre voltar à Praça XV onde “ele sentiu que ali tava firme, ele sentiu que lá tinha irmãos de cor, irmãos de luta, então ele não largou o centro assim”⁵. A autoidentificação com seus companheiros, seus irmãos de cor, como diz Geneci, é, portanto, um dos fatores que o fazem se sentir pertencente dali. Essa identificação também passa pelo sentimento de acolhimento, considerando que Adão tinha recém-vindo sozinho do interior para a capital.

⁴ SILVA, Geneci Lourdes Flores da. **Entrevista I** [fev. 2021]. Entrevistadora: Luiza de Britto Dorneles. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo mp3 (68 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo B desta monografia.

⁵ *Op. cit.*

Logo adiante, Geneci comenta que a primeira mulher de seu pai, Diva, “ia nos terreiros lá, ela gostava de acompanhar lá os terreiros, as lutas, a capoeira, tudo que a nossa cultura oferece”. Essa fala também traz à tona os atos culturais mais evidentes e tradicionais da cultura africana que a faziam se sentir parte – os encontros tinham a finalidade de realizar trabalhos espirituais. Adão encontrou e foi encontrado por suas duas esposas, Diva e Rosa, em casas de umbanda. Isso também nos mostra que as raízes do Quilombo Flores estão intimamente ligadas às casas de religião afro. Foi a partir desses encontros nos terreiros que nasceram os filhos, os filhos dos filhos, os filhos dos filhos dos filhos, que hoje dão continuidade a essa história.

Infância na natureza: brincadeiras no verde da mata

Alguns anos atrás, quando Geneci, Batista e Nara eram crianças, a infância no Quilombo era vivida na natureza. O Caveirinha, campo de futebol onde se reuniam para jogar, brincar de pega-pega e esconde-esconde, subir em árvores para colher frutas, hoje virou um estacionamento: as árvores foram todas derrubadas. O arroio Taquara, ao qual se tem acesso pelos fundos do quilombo, onde as crianças brincavam de cipó – se penduravam no cipó e balançavam de um lado para o outro do arroio –, hoje está poluído, cheio de lixo jogado, não é mais frequentado. As crianças de hoje no Quilombo ficam, como quase todas as crianças que estão crescendo nessa geração, bastante tempo atrás das telas de led, jogando jogos no celular ou no computador. As memórias registradas aqui são uma forma de manter vivos os espaços onde costumava circular a vida, as crianças correndo, as risadas altas, os jogos e brincadeiras. No trecho a seguir, Geneci relembra a surpresa e a alegria das outras crianças da rua, que ela recorda como “as crianças brancas”, com as formas de brincar dos pequenos quilombolas.

G: [...] os vizinhos brancos, né, os meus amigos também que eram brancos né, como eu tinha te falado, tinha bastante gente branca aqui na rua, depois que as pessoas pretas foram embora, foram mandado pra outro lugar bem longe, bem distante, os vizinhos vinham aqui pra brincar e ficavam surpreendidos com o cipó, ficavam surpreendidos com nossas brincadeiras né, brincadeira de bolita, que é o cipó no riacho cascata, ficavam surpreendidos com a brincadeira do tabuco. Que a gente pegava taquara, botava bolinha e fazia uns tabuquinhos. Então eles ficavam surpreendido com esse tipo de brincadeira.

[...] Pra eles era diferente a nossa brincadeira, entendeu? Porque a gente não tinha brinquedo, a gente não tinha boneca, a gente não tinha videogame, a gente não tinha *skate*, a gente não tinha nada disso que eles tiveram, entendeu? Era brincadeira simples, mas eram brincadeiras gostosas, sadias. Como te falei, esse tabuco, as latas aquelas, a gente pegava as latas de Nescau, botava cordinha, fazia corrida com a lata de Nescau. Bolinha de sabão, que a gente pegava as folhinhas de bananeira ali, pegava a bolinha. Enquanto eles tavam pegando canudo, bababá, a gente não, a gente pegava na natureza. Então pra eles também, eles gostavam de brincar aqui por causa disso, era tudo original (informação verbal, grifos meus).⁶

No trecho acima, Geneci traz à tona a diferença sentida e vivida por sua geração de crianças negras da Rua Manduca Rodrigues, no bairro Glória, no final da década de 70 e início de 80. Diferença expressa principalmente na cor da pele e no tipo de brincadeiras realizadas de acordo com os acessos que se tinha (ou não) a brinquedos – expresso na criatividade dos pequenos ao inventar, cocriar formas de brincar junto da natureza. “Bolinha de sabão, que a gente pegava as folhinha de bananeira ali, pegava a bolinha. Enquanto eles tavam pegando canudo, *bababá*, a gente não, a gente pegava na natureza”. Para Carlos (2007), os lugares podem ser analisados “enquanto espaço material onde se inscrevem os atos de gerações e onde o processo de apropriação aparece como condição necessária à vida que se realiza no e através do uso”. Aqui notamos que o espaço foi bem apropriado por estas gerações. Ana Paula, que é mais nova das entrevistadas, nascida nos anos 90, integrou a última geração de crianças que ainda conheceu o arroio limpo e o Caveirinha antes de virar um estacionamento.

A: [...] Ali onde eles cortaram o muro, pra lá, o que eu vivi lá brincando com meus irmão, meus primo, meus filho já não curtiram. O arroio ali embaixo onde a gente tomava banho, andava de cipó e coisa meus filho já não curtiram, fico triste por isso né. A nossa infância aqui era boa. Depois, né, vieram aí, derrubaram tudo, e os filhos da gente não curtiram nada que a gente curtiu. Não é fácil.

A transformação do espaço marca a presença da nostalgia, quando Ana olha para o local onde suas memórias se construíram, vê que agora já não está mais lá e sente que seus filhos não terão as mesmas oportunidades de construir suas próprias memórias em

⁶ SILVA, Geneci Lourdes Flores da. **Entrevista I** [fev. 2021]. Entrevistadora: Luiza de Britto Dorneles. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo mp3 (68 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo B desta monografia.

um espaço aberto, comunitário e com natureza preservada. Para Bosi (2003), a nostalgia revela a crítica da sociedade atual e um desejo de que o momento presente e o futuro devolvam algo precioso que foi perdido. É como se a própria memória de alguma forma morresse diante da ausência do espaço em que nasceu. Essas transformações vividas pelas diferentes gerações são mudanças em toda a geografia do bairro que reflete (e também é reflexo de) uma mudança de valores e paradigmas.

Bairro que cresce – a pequena cidade na cidade

O bairro é esse lugar tecido por memórias coletivas, no sentido de que não se trata do lar individual e reservado típico da burguesia, mas sim de um espaço compartilhado e construído em uma dimensão mais pública do que privada, como são alguns lares da periferia. Ao mesmo tempo, esse bairro é também formado pela união de tantos lares, refúgios, lugares de acolhimento e familiaridade. Lares que às vezes são prédios, condomínios... Os bairros urbanos vêm historicamente sendo alvo de intensas transformações em sua arquitetura que agora tapa o sol e rouba o horizonte. “O que ainda resta na metrópole explodida, aqui e ali, são pequenos movimentos em torno da manutenção de pequenas áreas dos bairros”, afirmou Carlos (2008, p. 46). Nas memórias de Batista e Geneci sobre o bairro, é possível perceber bem o recorte de classe na forma de viver e sentir o espaço das ruas “fora de casa” – Batista ia pedir comida nas casas vizinhas quando faltava na sua, Geneci ia visitar sua prima no morro e se sentia mais pertencente lá do que no bairro Glória.

B: Aí tá, ele (meu irmão Chico) teve ontem aqui. Eu andava com ele, nós brincava, eu brinquei também. Nós passava fome, pedia pão nas casas, nos apartamentos aqui de cima, esqueci o nome daqueles apartamento ali. Nós batia de casa em casa pra pegar comida.

L: O pombal?

B: É, pombal, aquele ali. Nós batia até em apartamento, guria, pra pegar comida, que nós não tinha.

L: Quando isso?

B: Quando eu tinha uns 15, 16 anos. Eu amanhecia na rua, eu com meu irmão, ficava no posto 27, engraxava sapato dos taxistas (informação verbal, grifos meus).⁷

Foi na entrevista com Batista que percebi nossas referências em comum do bairro – eu cresci no bairro vizinho, o Teresópolis, justamente na rua onde fica o prédio conhecido na região como pombal. Morei em uma casa fechada, da qual saía para ir ao colégio e do colégio voltava para a casa. Como não tinha “vizinhos de prédio”, eu ia caminhando até o pombal para encontrar outras crianças e brincar, jogar bola, tudo dentro do condomínio – que, na época, já era gradeado. Alguns anos antes de eu nascer, Batista também frequentava o pombal e caminhava pelas mesmas ruas. Como ele mesmo disse, “Nós batia até em apartamento, guria, pra pegar comida, que nós não tinha”. Naquela época, ainda não havia grades ao redor dos prédios, não havia porteiro ou zelador, e talvez – ousaria dizer – não houvesse tanto medo.

O espaço vivido, no entanto, era completamente outro. E isso se deve principalmente aos marcadores sociais que também nos diferenciam, como a classe e a raça. Batista ainda fala que ele amanhecia na rua com o irmão, quando engraxavam os sapatos dos taxistas. Nesse trecho, o pertencimento aparece novamente em relação à tradição, à ancestralidade e à classe – o pai era engraxate, a classe trabalhadora.

Para Nara, as transformações do bairro acompanham as mudanças de vizinhos que dali partiram ou ali chegaram.

L: Tu te lembra em que momento que começou a mudar, assim, a... a cara do bairro?

N: Ah, quando os pessoal mais velho começou a morrer, né. Começou a vir gente nova, começou a morrer pessoa, o pessoal mais velho se mudaram, e aí terminou. Aqui da frente mesmo, os vizinhos daqui da frente, uns morreram, outros foram embora, ali, venderam. Lá da esquina também não é os mesmos, são outras pessoas diferentes. Tudo pessoa diferente. Aí muda né. Começou a ficar mais vazio o bairro. Não era aquela alegria toda que tinha. Tinha festa de dia de São João, tinha festa, tinha fogueira aí pra baixo, que o pessoal fazia. Juntava todo mundo também. Agora terminou tudo. Vai mudando né. Naquela

⁷ VASCONCELOS, João Batista da Costa. **Entrevista IV** [fev. 2021]. Entrevistadora: Luiza de Britto Dorneles. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo mp3 (44 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo E desta monografia.

rua de cima que vai pro Maccari ali também, tudo pessoas novas, tinha era tudo pessoas antigas (informação verbal, grifos meus).⁸

As transformações mais sentidas no bairro, e também aquelas das quais os entrevistados mais parecem sentir falta, são as que indicam uma mudança na prioridade da dimensão do público para o privado. Os espaços compartilhados, como a mencionada festa de São João, que acontecia na rua, e o próprio Caveirinha como o campo de futebol em que todos se encontravam, começam a dar lugar para uma experiência de bairro cada vez mais privada, com menos indivíduos compartilhando a vida, em espaços cada vez mais fechados – com grades, cerca elétrica etc.

Destruição. conflitos e solidariedade: do incêndio no território ao conflito com os maristas

A história do povo quilombola, como vimos brevemente, é marcada por sofrimentos, fugas, acolhimentos, alegria, força, luta, muita cocriação coletiva para que cada aquilombamento seja uma comunidade autônoma. No Quilombo Flores, em específico, há uma tragédia que alguns entrevistados mencionam – um incêndio que ocorreu na casa de Adão na década de 1980, em que foram perdidas quase todas as fotografias dos ancestrais. Praticamente tudo que era material de registro da família foi levado pelo fogo naquele dia. Depois do incêndio, houve uma onda de solidariedade dos vizinhos que se uniram para doar materiais de construção e roupas.

N: [...] Inclusive nós tinha, teve um acidente com nós também. Pegou fogo na casa, queimou toda a casa. Os vizinho tudo ajudaram. Cada um deu uma madeira, cada um deu telha, todo mundo ajudava.

N: (no ano de) 83 pra 84. E foi bem antes de ele falecer. E aí como ele comprava, tinha o botijão de gás cheio, isso ajudou mais, sabe? Porque daí começou a queimar, estourou o botijão, e aí queimou tudo. Ficamos sem nada, nada, nada. Mas no mesmo dia, foi de tardezinha, no mesmo dia o vizinho já trouxe uma barraca, outro dia o outro já trouxe uma tábuas, o outro já trouxe uma telha, quando tu viu, uma semana a casa tava pronta. Todo mundo ajudou,

⁸ VASCONCELOS, Nara Maria de Mello. **Entrevista II** [fev. 2021]. Entrevistadora: Luiza de Britto Dorneles. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo mp3 (38 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo C desta monografia.

todo mundo. Então por isso que eu digo, agora mudou tudo, uns morreram, outros foram embora, mas antigamente a gente tinha vizinhos bons aqui. Muito bom. Até os vizinhos do mercado ali também. Também, aqueles ali sempre ajudaram. Sempre, sempre. É assim (informação verbal, grifo meu).⁹

Se, por um lado, acontecem alguns desastres, por outro, sempre há mãos vizinhas dispostas a ajudar na hora do aperto. Como contou Nara, em uma semana de doações e trabalho, já havia uma nova casa. Batista ainda lembra que, se não fosse um vizinho, seu pai Adão poderia ter morrido nesse incêndio. “O véio tinha problema na perna, era baixinho, né (...). Um vizinho mesmo que ajudou a tirar ele de casa”, comenta Batista. Em determinado momento, perguntei a Batista se ele tinha fotos do pai para mostrar. Ele respondeu que não, que “tinha tudo ali, mas pegou fogo tudo. Foi tudo”. O incêndio aparece aqui como esse elemento fogo descontrolado que também destrói algumas memórias materializadas e cria outras vividas.

Já no conflito com os maristas, a solidariedade entre os quilombolas ficou ainda mais evidente para os Flores. Foi justamente entre 2014 e 2015 que os Flores começaram a reunir a documentação com sua história para então solicitar a certidão de autodefinição à Fundação Cultural Palmares (FCP). Essa certidão foi concedida em 15 de agosto de 2017 pela então diretora do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro, Carolina Conceição Nascimento. Ainda antes de receberem a certidão, os quilombolas começaram a se organizar politicamente com a Frente Quilombola RS, que hoje reúne os oito quilombos de Porto Alegre em reuniões, assembleias, mobilizações populares pela defesa e preservação de cada território.

Eu sei que eu tava com meus dois filhos deitada quando a gente começou a escutar barulho de quebrando um monte de coisa, derrubando, a gente foi ver e eram as máquinas. Daí eles já tavam ali na parede da minha casa, vindo com as máquinas, foi onde eu saí pra rua com as duas crianças e enfrentei eles sozinha. Eu falei que ali não. Até então eles não fizeram nada, mas daí de noite foi a pior coisa, né, eles ficaram ali tocando pedra, o segurança deles ameaçando nós, né. Daí a gente achou que tinha passado, que eles iam parar, e depois de uma semana eles foram descendo metade ali do muro. Foi onde meu pai viu, que eu não tinha visto porque tava fazendo minha nenê dormir, meu

⁹ VASCONCELOS, Nara Maria de Mello. **Entrevista II** [fev. 2021]. Entrevistadora: Luiza de Britto Dorneles. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo mp3 (38 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo C desta monografia.

pai viu, foi onde eu vim correndo, botei o pé e derrubei tudo. Daí eu falei que ali eles não iam mexer, foi onde eles não mexeram, mas o resto eles botaram muro em tudo. Destruíram a infância dos filhos da gente, na real (informação verbal).¹⁰

Por trás da saudade que aparece na fala de Ana Paula, Geneci, Nara e Batista sobre o tempo que não volta mais, da nostalgia de algo perdido na eternidade, está a brutalidade das relações do capital na cidade – essa chegada dos homens com máquinas, ferramentas, agressividade e ausência de diálogo. Junto à chegada da violência, vem também a solidariedade que ameniza os conflitos duros. Os então sete quilombos de Porto Alegre se solidarizam ao Flores, unem forças com outras entidades e organizações para, inclusive atualmente, organizar a distribuição de cestas básicas durante a pandemia, campanhas permanentes de arrecadação para os quilombos, criação de hortas, entre outros projetos coletivos, cocriados entre parceiros. O sentimento de “ser invadido”, porém, permanece.

Ser quilombola: o resgate da história pela autoidentificação

O movimento de conscientização política da família Flores se deu a partir do momento em que Geneci decidiu, entre 2013 e 2014, que iria atrás da história de sua família para poder resgatar e preservar algumas memórias e experiências e, a partir delas, solicitar a certificação de autodefinição enquanto quilombo à Fundação Cultural Palmares. Dos integrantes da família que entrevistei, quase todos já tinham escutado a palavra “quilombo” em telenovelas, mas nunca haviam se identificado com ela. O que aconteceu depois da entrada das palavras quilombola e quilombo na vida das mais de 40 pessoas cadastradas como integrantes do Quilombo Flores (que não necessariamente moram no território, mas fazem parte de sua história) foi uma transformação profunda na sua identidade.

L: E quando vocês se autorreferenciaram quilombola aqui, né, o território sendo um quilombo. Tu já conhecia esse termo, já tinha alguma relação?

¹⁰ VASCONCELOS, Ana Paula do Nascimento. **Entrevista III** [fev. 2021]. Entrevistadora: Luiza de Britto Dorneles. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo mp3 (21 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo D desta monografia.

N: Eu via nas novela, né, na televisão que tem nas novelas, os escravos geralmente moram nos quilombo né. Então sempre tinha essa base das novela que eu via, dos filme, mas muita gente aqui ficou admirada, porque não sabiam né. Aí a maioria das pessoas não sabiam que existia. E eu via mais nos filme, nas novela. E eu não sei, eu tenho... eu tenho aquele probleminha que quando tu te machuca tu não cicatriza. Isso aqui eu vi muito, geralmente os escravos têm isso. Eu tenho até aqui também ó (*mostra queleide por baixo da camiseta*). Essa marca, quando os senhores queimavam os escravos, eles ficavam com essa marca aqui. E eu tenho essa marca. Eu acho que eu sou neta de escravo ou bisneta de escravo. E não tem jeito porque eu já fiz três plástica aqui e o médico disse “a senhora vai fazer três plástica e não vai adiantar porque isso aí é da tua pele mesmo”. [...] E aí é um sinal que eu vi (informação verbal).¹¹

A palavra quilombola, para Nara, remete diretamente à escravidão. Foi a partir dessa identificação da família enquanto quilombola e dos movimentos de aceitação de quem eles são, como negros e negras, que Nara olhou com mais carinho para sua cicatriz, para o queleide. Antes, queria remover, fazer cirurgia, ficava incomodada com a marca em seu corpo. Hoje, ela olha e diz que gosta, que isso mostra sua ancestralidade. Só um pequeno exemplo de como a autoidentificação como quilombola e a honra à ancestralidade africana transformam os sentimentos deles sobre eles mesmos. Já Geneci traz a importância do reconhecimento enquanto pretos e quilombolas para saber como se defender diante de situações de racismo.

Tu, querendo ou não, o preto querendo ou não se autodeclarar, querendo ou não ouvir, vai se obrigar a ouvir porque são coisas que a gente tamo botando no jornal, tamo botando na televisão, tamo botando no rádio, entendeu? Tentar pelo menos se conscientizar um pouco, né. E conscientizar, e não só conscientizar, quem não quer lutar pelos seus direitos, quem não quer se reconhecer, que dê uma oportunidade pro seu filho, pro seu neto, né. Que dê uma oportunidade pra eles dizer “não, mãe e vó, eu quero me autorreconhecer mesmo, porque eu sou preto mesmo” [...]. É uma oportunidade que eles tão tendo de se autodeclarar, de reconhecer sua história verdadeira, né.¹²

¹¹ VASCONCELOS, Nara Maria de Mello. **Entrevista II** [fev. 2021]. Entrevistadora: Luiza de Britto Dorneles. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo mp3 (38 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo C desta monografia.

¹² SILVA, Geneci Lourdes Flores da. **Entrevista I** [fev. 2021]. Entrevistadora: Luiza de Britto Dorneles. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo mp3 (68 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo B desta monografia.

Também podemos notar aqui a importância dada aos meios de comunicação de massa enquanto difusores de informação à população – “o preto querendo ou não se autodeclarar, querendo ou não ouvir, vai se obrigar a ouvir porque são coisas que a gente tamo botando no jornal, tamo botando na televisão, tamo botando no rádio”. O desejo de Geneci a partir do seu autorreconhecimento e de sua família é, em uma crescente, facilitar a experiência do reconhecimento para que cada vez mais pessoas negras possam se reconhecer, viver esse processo de aceitação de si e de honra de sua ancestralidade. Esse resgate das memórias, no entanto, não foi simples e fácil, já que implicava também relembra a dor sofrida por seus antepassados escravizados.

Por ser um povo sofrido, por minha mãe ter sofrido, por minhas tias terem sofrido, por isso eles não se autodeclaravam né, porque eles não queriam voltar tudo de novo. A partir do momento em que eu resgatei a minha história, e eu botei pra eles, coloquei pra eles, eles se autodeclararam, sabe, eles se reconheceram como isto. Porque é realmente isto. Daí eles decidiram. Bah, que tinha uma pessoa que, pra lutar pelos seus direitos, entendeu. Daí foi bom por causa disso. As minhas primas que não tinham essa visão começaram a ter essa visão, começaram a passar pras filhas delas, então é legal. É legal tu ser a fonte disso, entendeu. Tu poder ajudar por se autodeclarar quilombola, poder dar apoio, né, pros parente.¹³

Considerações finais

O percurso de estudo apresentado nessa pesquisa nos permite aferir que estamos há anos vivendo sob o paradigma da separação simbolizado pelo muro – de um lado o colégio marista, do outro o quilombo; de um lado brancos, de outro negros; de um lado a classe trabalhadora, do outro a burguesia. Para que possamos romper os paradigmas de separação rumo à construção da união, no entanto, é preciso coragem para ver a verdade da humanidade com suas luzes e sombras em ambos (ou múltiplos) lados dos muros que invariavelmente criamos em nossas vidas – dentro e fora de nossos corpos.

Ao identificar os valores que nos fazem pertencer aos espaços que habitamos, também percebemos que toda ação praticada na ausência de diálogo corre o risco de se tornar autoritária. É preciso aprender na prática dos quilombolas aquilo que ensinam em

¹³ *Op. cit.*

sala de aula no Colégio Marista: compartilhar, por menor que seja a fatia, o pão entre todos.

Em uma dimensão antropológica e social, verificamos que todas as diferenças inscritas nos marcadores sociais que nos constituem necessariamente nos fazem ter experiências completamente distintas de cidade e de vida em uma cidade que cresce violenta. Isso acontece justamente porque a expansão é baseada em valores mercantis e não em valores humanos e de uso do espaço. A maior evidência é o Caveirinha ter sido substituído por um estacionamento.

Identificamos também que o sentimento de pertencimento dos quilombolas ao espaço habitado está completamente associado à sua ancestralidade, o que nos leva à importância do acionamento e da preservação de memórias em uma época de instantaneidade e volatilidade da informação. Se hoje há uma aparente urgência na criação de uma nova sociedade, um novo mundo na era da informação, os quilombolas urbanos nos lembram que há muita riqueza de informação nas experiências passadas e que muitas respostas para as perguntas que colocamos no horizonte do futuro estão ancoradas no passado, na calma no passo dos anciões que já viveram muito e compreendem a necessidade de se caminhar devagar.

Referências

- AUGÉ, Marc (1992). Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Lisboa: Letra Livre, 2016.
- BARTHES, Roland (1982). O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BERGSON, Henri. Matéria e memória. São Paulo: Martins Fontes, 1939. 1ª. ed.
- BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. 4ª. ed.
- DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005, p. 62-83.
- FELIPE, Márcia Leyla de Freitas Macêdo. O protagonismo feminino: Comunidade Quilombola Sítio Arruda em Araripe – Ceará. Unisinos, 2018.
- FIABINI, Adelmir. Os quilombos no Rio Grande do Sul: resistência e negação à ordem escravista. In: Anais Eletrônicos – IV Encontro Internacional de História Colonial, Mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades. UNEB. Salvador: Eduneb, 2017.
- GEERTZ, C. (1926). A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HAESBAERT, Rogério (Org.). Escritos sobre espaço e história. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, cap. 1, p. 27-54.
- HAESBAERT, Rogério (2004). O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. 10ª. ed.
- HALL, Stuart. (1992) A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 11ª. ed.
- HALL, Stuart. Cultura e Representação. Rio de Janeiro: PUC RIO, 2016.
- MAESTRI, Mario. Pampa negro: Quilombos no Rio Grande do Sul. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 290-331.
- MALINOWSKI, Bronislaw (1922). Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MEDINA, Cremilda. Entrevista: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 1986.
- TUAN, Yi-Fu. (1930). Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

Recebido em 23 de outubro de 2021 | Aceito em 01 de novembro de 2021



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas

V 11 | n 20 | jan-jun 2022

La Cueva del Aullido y los Kantantes

Lenin Enrique Ignacio Vásquez



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

VÁSQUEZ, Lenin Enrique Ignacio. La Cueva del Aullido y los Kantantes. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 136-143, jan-jun 2022. Semestral.

© NAUI

La Cueva del Aullido y los Kantantes

Lenin Enrique Ignacio Vásquez¹

Resumen

El artículo relata la experiencia del programa “La Cueva del Aullido y los Kantantes”, de Oaxaca, México, que está en 46 estaciones de radio en estado de Oaxaca, cuatro en el interior del país, en dos estados de la Unión Americana y ahora en Brasil, con Rádio Campeche (Florianópolis, Santa Catarina).

Palavras-chave: radio; revista musical; Oaxaca.

Abstract

The article reports the experience of the program “La Cueva del Aullido y los Kantantes”, from Oaxaca, Mexico, which is on 46 radio stations in the state of Oaxaca, four in the interior of the country, in two states of the American Union and now in Brazil, with Radio Campeche (Florianópolis, state of Santa Catarina).

Keywords: radio; music magazine; Oaxaca.

¹ Graduando em Psicologia. Director general de proyecto. E-mail: lacuevadelaullido.1@gmail.com.

Introducción

El artículo relata la experiencia del programa “La Cueva del Aullido y los Kantantes”, de Oaxaca, México, que está en 46 estaciones de radio en el estado de Oaxaca, cuatro en el interior del país, en dos estados de la Unión Americana y ahora en Brasil, con Radio Campeche (Florianópolis, estado de Santa Catarina). Vale la pena mencionar como antecedente que este proyecto comenzó como una reunión entre amigos de frecuencia semanal para conversar y cantar en karaoke los días miércoles por la tarde para desestresarse y hacer más llevadero el hecho de estar distantes de casa y de la familia por nuestro trabajo en la sierra de Oaxaca.

Origen

Surge la iniciativa de nuestro líder, al darle un giro a la acostumbrada reunión semanal, con la propuesta de desasociar el karaoke del alcohol; situación que no fue tan difícil al enfocar la mirada en el contenido de la charla, ya que la gran mayoría de participantes nos desempeñamos en el ámbito de la salud, en la sierra norte de Oaxaca, lugar donde trabajamos, lo que de manera natural hizo que nuestro enfoque fuera a temas como la educación, los valores y la sana convivencia, todo esto combinado con el canto en karaoke y o la ejecución de algún instrumento.

Las reuniones se desarrollaban en cualquier espacio que nos permitieran, pero mayormente en el pequeño departamento de alguno de los integrantes del grupo, de ahí derivó el nombre de “la cueva” porque en un pequeño espacio nos reuníamos a cantar... unos mejor que otros, claro, de ahí que los vecinos y los mismos integrantes lo denomináramos la cueva del aullido. Participantes hubo muchos que iniciaron con nosotros y por motivos de trabajo, cambios de residencia etc., tuvieron que separarse del grupo, pero a quienes agradecemos mucho y llevamos siempre en el corazón por haberse unido a esta actividad y hacerla crecer hasta que se convirtiera en lo que es hoy.

Por seis años continuamos con esta actividad que fue tomando más forma de una charla amena, con propuestas y proyectos en favor de la salud básicamente, con canciones y menos alcohol, con el objetivo de impactar en nuestra comunidad, permeando conciencias, involucrando a los jefes de familia en el hecho de prestar más atención a los temas de salud,

invitándolos a la toma de decisiones informadas, al mismo tiempo, esta reunión de los miércoles ya se iba haciendo conocida en la localidad, y los vecinos ya ponían atención en los kantantes, incluso hacían peticiones de canciones y al hablarles de salud ya no se portaban tan renuentes, justamente ahí nos percatamos del potencial que tenía esta fórmula para lograr nuestro objetivo de impactar en la comunidad, esta sencilla idea se volvió proyecto andante para fomentar los valores, la educación para la salud mezclada con el entretenimiento sano, y engrandeciendo más esta acción se determinó que fuera una actividad altruista.

Fue tomando mayor fuerza el deseo de colaborar con la sociedad en la mejora de la calidad de vida y mejoras en su salud de todas las formas posibles y a nuestro alcance, para nuestro bien, sin que nos diéramos cuenta nuestro director ya había concebido la idea de esta reunión llevarla a la radio y poder compartirla con más personas y ofrecer un espacio de entretenimiento familiar dándonos la oportunidad a todos de motivar a la audiencia a sentir mayor compromiso con el autocuidado de la salud y también apoyar desde este flanco al sistema de salud mexicano.

El 25 de julio de 2018 nos reunimos para grabar un programa piloto que sería puesto a consideración de la estación de una radio local, La Morenita 88.1 FM, misma que al escucharlo dio su aprobación saliendo al aire esa misma semana con mucho éxito.

Nayely, Alberto, Veronica y Lenin actualmente son los que continúan de los fundadores de La Cueva del Aullido y los Kantantes, y junto con grandes amigos e invitados iniciaron la gran aventura, volviéndose desde entonces una grata costumbre para los radioescuchas el establecer una cita semanal todos los miércoles de 19:00 a 22:00 horas con repetición los días sábados al medio día, durante ese tiempo se realizaron transmisiones en vivo por redes sociales y así fue dándose a conocer poco a poco este programa.

Expansión

Pronto se empezó a hablar de La Cueva del Aullido y los Kantantes en otras ciudades, el alcance y los buenos comentarios por el programa crecieron sustancialmente, lo cual motivó a nuestro líder a tocar puertas en estaciones de radios comunitarias buscando la oportunidad de ser transmitido en más lugares, es así como se inició la expansión del programa, pronto llegó la oportunidad de la segunda estación, luego otra, y otra, posteriormente tres más, luego cinco, luego más y así hasta el día de hoy que son 47 estaciones de radio que transmiten nuestro

programa en el estado de Oaxaca, cuatro más en el interior del país, en dos estados de la Unión Americana y ahora en Brasil (Rádio Campeche, 98.3 FM, Florianópolis, Santa Catarina).

Entre las satisfacciones que podemos contar es poder sumarnos al trabajo esmerado y tenaz de nuestros radialistas de aquí y de allá en dar programas de contenido y ser una propuesta de entretenimiento familiar, motivar a los comercios o prestadores de servicio a anunciarse en la radio y buscamos apoyar de este modo a revivir la economía.

La Cueva del Aullido y los Kantantes busca además dar la oportunidad a toda persona que tenga el sueño de vivir la experiencia de que su voz sea escuchada en la radio, en ser la oportunidad para aquellos cantantes aficionados que incansablemente buscan pasar al profesionalismo y hacer que ellos mismos sean protagonistas de sus propias historias de éxito. También abre la puerta a agrupaciones o cantantes profesionales para mantenerlos vigentes y cercanos a su público mientras que da a los aficionados la experiencia de compartir programa al lado de artistas afamados.

El único requisito para entrar al programa es querer participar cantando cualquier tipo de canción de cualquier género siempre y cuando sea afín a los ejes rectores del programa (salud, educación, valores y sana convivencia), utilizando los medios que estén a su alcance y enviando su material desde su dispositivo móvil desde donde estén y sin gastar dinero, esto es, apoyados con algún reproductor de música, utilizar su propio teléfono celular como grabadora, y ahí mismo del propio teléfono se envía la canción vía WhatsApp, haciendo esta vía el modo más fácil, rápido y económico para ser parte del programa.

Como en toda actividad existen reglas y cierta disciplina que también es formación para quien quiere mejorar y trascender, a cambio podemos dar cuenta del crecimiento de cada uno de los kantantes que han ido logrando hacer realidad algunos de sus sueños y eso nos da la certeza que estamos en el camino correcto (Imágenes 1, 2, 3, 4 e 5).

Imagen 1: Logo del programa



Fuente: Equipo del programa.

Imagen 2: Transmisión en Facebook Live – (izquierda) Alberto Martínez Manuel; (centro) Nayely Regino Cruz; (derecha) Lenin Enrique Ignacio Vásquez.



Fuente: Equipo del programa.

Imagen 3: Grabación en estudio “L” – (izquierda) Verónica Martínez Gómez; (detrás) Nicolas Morgan López; (derecha) Alberto Martínez Manuel.



Fuente: Equipo del programa.

Imagen 4: (derecha a izquierda) – Francisco Toledo Herrera, Nayely Regino Cruz, Alberto Martínez Manuel, Verónica Martínez Gómez, Lenin Ignacio Vásquez, Nicolas Morgan López.



Fuente: Equipo del programa.

Imagen 5: Los inicios – Lenin Ignacio Vásquez, creador de La Cueva del Aullido y los Kantantes.



Fuente: Equipo del programa.

Conclusión – Hoy por hoy

La Cueva del Aullido sigue siendo esa reunión de amigos donde nos reunimos a pasarla bien, en un ámbito de respeto, buenos modales a conversar de temas relevantes y compartir con nuestra audiencia la alegría de vivir, lo que lo hace un programa de revista musical simple, sencillo y hecho con todo el corazón.

Particularmente en esta pandemia buscamos incansablemente incidir en la voluntad de los radioescuchas respecto a la situación sanitaria y sus complicaciones promoviendo las medidas de bioseguridad, al ser personal de salud deseamos que todas personas nos sumemos a los esfuerzos del sistema de salud y autoridades por evitar los contagios, la propagación, contener y frenar esta pandemia.

Hoy por hoy este grupo de valiosas personas que viven esta aventura, como conductores, son: Nayely Regino Cruz, Nicolas Morgan Lopez, Francisco Toledo Herrera dirigidos por Lenin Ignacio Vásquez, y las colaboraciones a distancia de Cruz Morena y Jorge Rangel (locutora y médico), bajo la coordinación artística del maestro Alberto Martínez Manuel y la coordinación ejecutiva de Verónica Martínez Gómez y su director general Lenin Ignacio Vásquez. Somos una importante vitrina por donde se podrán dar a conocer los participantes en

muchas latitudes, abriendo puertas y conociendo más personas soñadoras e inspiradoras, haciendo posible el sueño de muchos y, lo que no creíamos que podía suceder, hacer de una intención una realidad que nos ha permitido conocer personas de gran nobleza y que han compartido de una u otra manera la misma intención que nos mueve y que hoy nos llena de satisfacción haciendo el éxito logrado de nuestros Kantantes nuestra propia victoria.

Recebido em 15 de fevereiro de 2022 | Aceito em 25 de fevereiro de 2022



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas

V 11 | n 20 | jan-jun 2022

Ativismo e mídia independente em tempos de devastação social: notas da insurreição juvenil na Grande Buenos Aires

Valdeci Reis



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

REIS, Valdeci. Ativismo e mídia independente em tempos de devastação social: notas da insurreição juvenil na Grande Buenos Aires. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 145-168, jan-jun 2022. Semestral.

© NAUI

Ativismo e mídia independente em tempos de devastação social: notas da insurreição juvenil na Grande Buenos Aires

Valdeci Reis¹

Resumo

Estudo etnográfico, com revisão de literatura sobre a construção social do peronismo, no qual o objetivo é relatar e analisar as táticas de mobilização do movimento *La Cámpora*, uma articulação de jovens argentinos de esquerda. Tendo por base a teoria dos movimentos sociais de Alain Touraine, destaco, nas notas etnográficas, as mobilizações protagonizadas por este coletivo na Grande Buenos Aires e sua articulação com a mídia independente para denunciar as medidas de austeridade que o Governo de Mauricio Macri (2015-2019) tentou aprovar junto ao parlamento daquele país. A partir da análise dos dados etnográficos, aponto que, diante do mal-estar social, político e sanitário, faz-se necessário que os movimentos sociais estejam presentes nas redes sociais digitais, tenham capacidade de estruturar mídias alternativas para dialogar com as massas, bem como ampliem o trabalho de base nas comunidades periféricas.

Palavras-chave: Juventude; Peronismo; Participação social; Etnografia; Argentina.

Activism and independent media in times of social devastation: notes from the youth uprising in Greater Buenos Aires

Abstract

Ethnographic study, with a literature review on the social construction of Peronism, in which I aim to report and analyze the mobilization tactics of the *La Cámpora* Movement, an articulation of young left-wing Argentines. Based on Alain Touraine's theory of social movements, I highlight, in the ethnographic notes, the mobilizations carried out by this collective in Greater Buenos Aires and its articulation with the independent media to inform against the austerity measures that the Government of Mauricio Macri (2015-

¹ Doutor em Educação. Servidor do Instituto Federal de Santa Catarina. E-mail: pedagovaldeci@gmail.com.

2019) tried to pass it in the parliament of that country. From the analysis of ethnographic data, in the face of social, political and health malaise, I point out that it is necessary for social movements to be present in digital social networks, to have the ability to structure alternative media to dialogue with the masses, as well as to expand groundwork in peripheral communities.

Keywords: Youth. Peronism; Social participation; Ethnography; Argentina.

As bases epistemológicas do estudo etnográfico

Tendo por base as reflexões da antropóloga Mariza Peirano, reconheço que, atualmente, há um profundo debate no campo das ciências sociais sobre as diversas concepções acadêmicas que fundamentam a pesquisa etnográfica. Corroboro a provocação da pesquisadora de que “etnografia não é método”. Tal perspectiva vai muito além do que uma simples técnica de pesquisa qualitativa: “toda etnografia é também teoria” (PEIRANO, 2014, p. 386). Nesse sentido, entendo os estudos etnográficos como um campo epistemológico em evolução.

Como muito bem sintetizou Malinowski (1975), a finalidade da etnografia é oferecer uma descrição detalhada e objetiva da situação observada. Espera-se que o etnógrafo seja capaz, a partir da situação vivenciada, de relacionar a problemática central de sua pesquisa, os referenciais que sustentam as bases epistemológicas do seu projeto com as percepções do grupo observado em relação ao fenômeno estudado/problematizado.

Um dos protocolos etnográficos mais significativos na etnografia malinowskiana era o diário de campo. O autor prezava pelos detalhes. Sua escrita tinha como propósito fazer o leitor se sentir no locus etnografado. Nos esclarecimentos apresentados no capítulo que abre o livro *Os argonautas do Pacífico Ocidental*, o autor esclarece que, em algumas situações, a prática etnográfica exige deixar de lado gravador, máquina fotográfica, lápis e caderno, para, junto com os sujeitos pesquisados, participar de uma situação que esteja acontecendo no campo.

Na narrativa do autor, é possível identificar vários momentos em que ele deixa em segundo plano os protocolos de registro. Em alguns episódios, ele sentiu necessidade de

participar do ritual indígena, sendo uma forma de criar uma situação de confiança com o grupo que vinha acompanhando. Em outras ocasiões, a câmera ou o gravador poderia intimidar o sujeito com quem ele estava interagindo. Transcorrido o momento de observação no campo, então, o etnógrafo passava a escrever em seu bloco de notas todas as suas percepções acerca da experiência vivenciada.

A partir dos fundamentos de tal perspectiva antropológica, me proponho, neste artigo, a analisar as novas formas de ativismo e militância política que emergiram recentemente na província de Buenos Aires. Para tanto, priorizo dois elementos etnográficos: I) elucidação – contextualizando o locus observado e seu entorno (o protagonismo do *movimento La Cámpora* nas manifestações de rua e intervenções nas periferias); II) transformação de maneira clara, objetiva e fluida da situação vivenciada pelo pesquisador em texto escrito (o artigo parte de cenas registradas no diário etnográfico, para problematizar as percepções do grupo observado, articulando a problemática de pesquisa e o referencial teórico do fenômeno pesquisado).

Uma das inquietações que me conduziu a analisar este coletivo juvenil diz respeito à crise que os movimentos sociais populares vêm enfrentando diante das novas configurações e estrutura das redes sociais com o advento do big data, engenharia robótica capaz de analisar grandes volumes de interações nas redes em questão de segundos. Tal sofisticação tecnológica tem sido utilizada para monitorar tendências comportamentais da população, bem como desestabilizar campanhas eleitorais.

É fato que, no meio acadêmico, já existe uma vasta produção sobre o disparo de notícias falsas em massa, ajustadas de acordo com o perfil de cada internauta. Grande parte dessas discussões, no entanto, ficou restrita ao plebiscito que ocorreu no Reino Unido (*Brexit*) em 2016, assim como a inesperada vitória de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos. Todavia, um ano antes, uma espécie de laboratório foi desenvolvida na América Latina. A desinformação em massa via redes sociais digitais foi um dos fatores que contribuíram para que Maurício Macri vencesse o candidato peronista, Daniel Scioli, por uma margem apertada – 51,4% x 48,6% – no segundo turno das eleições presidenciais de 2015 (LIEBERMAN *et al.*, 2017; VIRDEE; MCGEEVER, 2017; REIS *et al.*, 2020; MELO, 2020).

Empossado em dezembro de 2015, o novo mandatário, tutelado pelo Fundo Monetário Internacional, tentou colocar em curso um complexo ajuste econômico que, se

efetivado, colocaria em risco toda a política de seguridade social existente no país. Em meio ao amplo debate que ocorreu na sociedade argentina sobre a eficácia de tal ajuste, um grupo se destacou nas ações e estratégias de diálogo e mobilizações das massas. O movimento *La Cámpora*. Trata-se de uma articulação de jovens de esquerda que nasceu no interior da agremiação partidária peronista. Integram o coletivo: Jovens Feministas da Argentina, Ação Kolina, Movimiento Evita, Juventude Peronista Revolucionária, Unidos e Organizados, Frente Transversal Trabajadora e Martín Fierro.

Embora atuante nas redes sociais digitais, a principal característica do movimento está nas intervenções – solidárias, artísticas e educativas – desenvolvidas nas periferias da Grande Buenos Aires. Conforme o leitor poderá conferir nos próximos tópicos, tal articulação foi um dos principais pilares de oposição ao governo de Maurício Macri, que tentou a reeleição em 2019, sendo derrotado em primeiro turno pela chapa peronista – Alberto Fernández (professor da UBA², foi chefe de gabinete de Nestor Kirchner) e Cristina Fernández de Kirchner (sucessora de Nestor, presidiu a nação por dois mandatos consecutivos).

Depois da inesperada vitória da direita nas eleições presidenciais da Argentina, em 2015, os integrantes do movimento *La Cámpora* acreditavam que um amplo trabalho de base seria essencial para combater as ondas de desinformação difundidas por meio de aplicativos digitais e monitoradas pelo big data. Diante do exposto, algumas ações colocadas em curso foram: aulas públicas de história em praças e centros comunitários (todo domingo pela manhã), sempre exaltando o legado de Eva e Perón; articulação com sindicatos e outras instituições da sociedade civil organizada para promover ações solidárias, cujo objetivo foi assistir as pessoas em situação de vulnerabilidade social; profundo diálogo e atuação conjunta com outros movimentos sociais organizados do país, como, por exemplo, as Mães e as Avós de Maio (cujos filhos e netos desapareceram durante a ditadura militar).

Outra estratégia decisiva para o sucesso desta agremiação juvenil que arrastava milhares de pessoas às ruas de Buenos Aires foi a articulação destes coletivos com a mídia independente. Como muito bem enfatiza Bernardo Kucinski (2003), a mídia contra hegemônica não é algo que surgiu com a internet, seus primórdios nos remetem às

² Universidade de Buenos Aires.

ditaduras que assolaram os países do Cone Sul. Na Argentina, essa articulação foi fundamental, pois a mídia tradicional do país havia sido cooptada pelo governo de Mauricio Macri.

Jornais e TVs que haviam passado anos criticando a gestão kirchnerista, apontando casos de corrupção e sendo pressionados e perseguidos pelo governo, ficaram tão felizes com a chegada de Macri que abandonaram o senso crítico. Falharam, intencionalmente ou não, no modo de transmitir as vias pelas quais o país estava se perdendo. A trégua a Macri acabou sendo muito mais generosa do que o devido. Este, para devolver esses afagos, retirou entraves à atividade jornalística que o kirchnerismo tinha imposto: a Lei dos Meios, que obrigava empresas de comunicação a desinvestir, para evitar os monopólios (COLOMBO, 2021, p. 166-167).

Inspirada no “zapatismo 2.0” (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 177), a insurreição juvenil peronista tentava driblar o conchavo entre a mídia tradicional e Casa Rosada, além da vigilância ubíqua do big data, utilizada atualmente em excesso por governos dos mais variados espectros políticos, agências de inteligência e corporações do oligopólio financeiro. A complexidade da nova arquitetura da rede mundial de computadores tem instigado muitos debates acadêmicos. Neste estudo, recorro às reflexões da filósofa Shoshana Zuboff, professora emérita da Universidade de Harvard, para introduzir o conceito desta sofisticação tecnológica.

O big data é constituído pela captura de *small data*, das ações e discursos, mediados por computador, de indivíduos no desenrolar da vida prática. Nada é trivial ou efêmero em excesso para essa colheita: as ‘curtidas’ do Facebook, as buscas no Google, e-mails, textos, fotos, músicas e vídeos, localizações, padrões de comunicação, redes, compras, movimentos, todos os cliques, palavras com erros ortográficos, visualizações de páginas e muito mais. Esses dados são adquiridos, tornados abstratos, agregados, analisados, embalados, vendidos, analisados mais e mais e vendidos novamente (ZUBOFF, 2018, p. 31-32).

No atual estágio do desenvolvimento das redes, o grande ‘Leviatã’ que tudo captura é o algoritmo³, nada mais escapa à sua forma perversa de monitoramento ubíquo. Mais

³ De acordo com Dora Kaufman, “algoritmo é um conjunto de instruções matemáticas, uma sequência de tarefas para alcançar um resultado esperado em um tempo limitado. Os algoritmos antecedem os computadores – o termo remonta ao século IX, ligado ao matemático Al-Khwārismi, cujo livro ensinava técnicas matemáticas a serem equacionadas manualmente. “Algorismus” era originalmente o processo de calcular numerais hindo-arábicos” (2019, p. 34-35). Na cultura digital, trata-se de uma sequência lógica que permite comandos autônomos de processos informatizados.

do que espaços de interações e diálogos, a infosfera vem se transformando em um sofisticado projeto de controle e vigilância social (SANTAELLA, 2016).

Um espectro ronda a Grande Buenos Aires. Trata-se do espectro de ‘Santa Evita’: notas sobre a efervescência do peronismo no imaginário da sociedade argentina

O dia amanheceu fresco e ensolarado. Certamente, as condições climáticas estavam favoráveis para arrastar mais uma multidão à *Plaza de Mayo*. Pelas ondas da rádio *FM La Tribu*⁴, ouvia-se o debate acalorado entre os líderes dos diversos coletivos juvenis que integram o movimento *La Cámpora*. Nos canais do Grupo Clarín, o foco da narrativa jornalística era o pacote de medidas econômicas que Macri havia enviado para o parlamento. Segundo as análises veiculadas pela mídia tradicional, a austeridade era fundamental para que o país resgatasse sua credibilidade junto aos mercados e voltasse a receber a *chuva de investimentos estrangeiros*, umas das principais promessas de campanha do mandatário. O ato convocado pelos coletivos juvenis, com o apoio das centrais sindicais, seria apenas mais um contra as propostas que Mauricio Macri tentava aprovar no parlamento.

De acordo com as múltiplas narrativas que tentavam analisar a fúria que se formava na cidade portenha naqueles primeiros meses de 2019, todas as manifestações ocorridas nas proximidades da sede do parlamento ou da presidência da república tinham superado a incrível marca de 300 mil pessoas – uma massa indignada contra os cortes na educação, saúde e seguridade social, anunciados pelo então mandatário da nação. Ressalta-se que as manifestações nas ruas de Buenos Aires (ocorriam às quintas-feiras, a cada 15 dias) e painéis (diariamente, às 20 horas) eram totalmente ignorados pela mídia tradicional, sendo destaque somente na mídia independente. Aproveitei as próximas horas vagas que teria naquela manhã para organizar um conjunto de anedotas que havia escrito em meu diário etnográfico, enquanto lia diversos registros históricos na tentativa de compreender como se constituiu o movimento peronista.

⁴ Rádio Comunitária sediada em Buenos Aires, opera na estação 88,7 FM desde 1989. É ouvida pela população do interior por meio da internet e dispositivos móveis. É um dos veículos de comunicação independente mais respeitados do país. Sua programação jornalística prioriza pautas relacionadas aos direitos humanos, movimentos sociais, cultura popular e programas musicais. A rádio permanece no ar 24 horas, podendo ser sintonizada de qualquer ponto da capital argentina. Site: <https://fmlatribu.com/>. Acesso em: 6/6/2021.

Na pesquisa que havia colocado em curso nos últimos dias, privilegiava registros das memórias dos sindicalistas, líderes comunitários, escritores que problematizavam a cultura argentina, bem como pesquisadores peronistas e antiperonistas consagrados pela academia. Na cultura argentina, poucas palavras são utilizadas para referenciar um estado de coisas tão amplo como o substantivo *peronismo*.

Os argentinos invocam essa palavra quando desejam caracterizar um movimento de massas insurgido na década de 40 do século XX, liderado pelo então coronel Juan Domingo Perón. Serve para categorizar a primeira década em que Perón comandou a nação (1946-1955). Também é utilizada para referenciar uma das principais agremiações políticas do país, fundada por Perón, logo após sua vitória nas eleições de 1946. Desde então, os candidatos peronistas venceram 10 das 12 eleições presidenciais ocorridas no país.

Em três oportunidades – 1946, 1952, 1973 – Perón foi candidato e saiu vitorioso das urnas para comandar a nação. As diversas narrativas historiográficas existentes para descrever o que foi esse agitado período político do país nos fornecem algumas pistas de como o substantivo *peronismo* é capaz de desencadear uma explosão de amor ou ódio: *movimento popular revolucionário, ditador bonapartista sul-americano, a mais extraordinária experiência nacional-popular da América Latina, populismo autoritário* são algumas das caricaturas utilizadas para explicar esta efervescência política.

O único consenso entre os intelectuais – sejam eles simpáticos ou críticos a Perón – trata-se do levante das massas, insurgido nas periferias dos centros urbanos e no interior agrícola das províncias, que, aos poucos, foi ganhando a simpatia dos sindicatos, setores ligados à igreja católica e à parte do exército argentino. No processo de *peronização* da sociedade argentina, Evita foi uma protagonista essencial. Atriz experiente no processo de dialogar com o povo por meio dos meios de comunicação de massa, soube, como poucos, usar a mídia a favor dos seus interesses políticos.

Arturo Jauretche (1959), ao analisar o surgimento do fenômeno peronista, bem como as causas que o transformaram em um movimento político de massas, ressalta a importância do ‘casamento ideológico’ que irá sustentar a fundação da agremiação partidária: Eva Duarte (focada na promoção de assistência social aos descamisados) e Juan Perón (comprometido com a implantação de uma agenda trabalhista que trouxesse

o mínimo de dignidade aos desvalidos da sorte que viviam à margem da burguesia boêmia de Buenos Aires).

Com toda a certeza, essa vertente política não teria sobrevivido a mais de sete décadas se não fosse o papel da juventude e dos intelectuais na reinvenção do movimento. Nas três fases que a sociedade argentina atravessou desde que Perón chegou ao poder pela primeira vez – **peronização** (período em que Evita foi primeira-dama), **desperonização** (ditadura militar), **reperonização** (processo de redemocratização do país) –, uma quantidade significativa de seminários, livros e artigos foi produzida e colocada à luz da reflexão crítica, na tentativa de desvendar o que é o peronismo. É preciso ressaltar que o intelectual argentino tem características muito peculiares, diferentes do que se entende por intelectual no Brasil.

Se na cultura brasileira a ideia de intelectual está associada a um acadêmico universitário, que, do seu laboratório de pesquisa, estuda, teoriza e publica suas análises em prestigiadas revistas internacionais sobre determinado assunto, no país vizinho, o intelectual sempre esteve historicamente associado às massas. Um dos princípios básicos da sociologia argentina é: se uma teoria não serve para conduzir o povo à reflexão, o trabalho intelectual não serve para nada e, por consequência, deve ser jogado na lata do lixo.

A partir do momento em que um pesquisador argentino formula determinadas hipóteses, elas são disponibilizadas ao público por meio de ‘livretos’ ou ‘folhetins’, um tipo de publicação editado para ser difundido entre as massas. Os seminários argentinos também têm especificidades muito peculiares em comparação com o Brasil; não se trata de uma reunião elitizada e, sim, de uma oportunidade de dialogar com o povo – multidões, para ser mais preciso – sobre determinado fenômeno social. Na atualidade, por exemplo, os seminários do movimento *La Cámpora* ocorrem em estádios de futebol.

O professor emérito da UBA Carlos Fayt, titular da cátedra de Direito Político na época em que Perón comandou a nação pela primeira vez, esteve à frente de uma ampla pesquisa em que se propunha a desvendar *la naturaleza del peronismo*. Ao contrário de Jauretche, que participou da fundação do movimento peronista e integrou o primeiro governo de Juan Perón, distanciando-se nos anos seguintes pelos excessos cometidos pelo militar, Fayt sempre se posicionou de forma crítica a Perón. Dizia-se simpático às causas socialistas, mas horrorizado com excessos autoritários da então denominada ‘ditadura do

proletariado'. As ambivalências que aparecem nas suas análises na tentativa de compreender as razões para a insurgência do movimento nos fornecem algumas pistas da complexidade que paira sobre este fenômeno político:

1) El peronismo es una forma de autoritarismo basada en el poder de las masas [...]; 2) El peronismo ideológicamente es el enemigo del liberalismo [...]; 3) Sus dos brazos son la justicia social (Perón) y la asistencia social (Eva) y con ellos tiene la intención de unir al pueblo en un abrazo de justicia y amor [...]; 4) El peronismo no hubiera existido sin el apoyo del ejército, la iglesia, la clase obrera, ni sin el hecho de que las masas populares argentinas estaban completamente desamparadas [...]; 5) Se asemeja al fascismo [y] muestra similitudes con el bonapartismo [...]; 6) El proletariado apegado al peronismo no es antidemocrático [...], sino que permanece en una actitud de pasividad profunda, hecha de nostalgia y espera, acostumbrada a recibir todo del poder, sin esfuerzo y sin futuro (FAYT, 1967, p. 155-158).

Uma anedota curiosa sobre esses dois intelectuais argentinos é que, enquanto Arturo Jauretche, após passar pelo Ministério da Economia do primeiro Governo Perón, distanciou-se da cena política para se refugiar no universo das letras, onde permaneceu escrevendo importantes ensaios analisando Perón, Eva, Isabelita e os sindicatos argentinos e mantendo certo distanciamento das ruas e das reuniões partidárias, o professor universitário Carlos Fayt fez o movimento contrário: participou intensamente da vida política de Buenos Aires, caminho que o conduziu à Suprema Corte, sendo que foi o mais longo ministro do STF argentino. Faleceu em 2016, aos 98 anos, reafirmando sua simpatia com as causas socialistas, todavia, um crítico ferrenho sobre o que considerava a perversão da 'grande utopia do século XX, bem como [d]os excessos cometidos em nome de um nacionalismo contraditório e uma suposta Pátria Grande'. Dos 35 livros que escreveu, três tiveram como objetivo central analisar o surgimento do fenômeno peronista.

Enquanto lia aquelas diferentes narrativas sobre o surgimento do movimento político peronista, meu inconsciente resgatava a primeira lição que havia aprendido na graduação sobre os fundamentos da antropologia: ciência que procura desvendar as contradições sociais. Ao ler os numerosos registros, fica evidente que, ao longo dessas sete décadas, a história do partido se confunde com a história recente da nação argentina. Trata-se de um movimento que agrega polêmicas e dissensos, bem como diversas correntes ideológicas, algumas conflitantes. Nos últimos anos, por exemplo, surgiram

pequenas correntes minoritárias no interior do partido que se autoproclamam ‘peronistas de direita’ e ‘peronistas liberais’.

A partir de 1950, o peronismo foi um tema tão central nas discussões sociológicas e antropológicas da Argentina, que qualquer intelectual que se propunha a analisar a realidade social e cultural do país, para ser ouvido ou lido, necessitava obrigatoriamente invocar as origens do movimento. Diante do exposto, corroboro a análise do antropólogo Federico Neiburg (1997), na qual o peronismo é uma invenção social e os intelectuais jamais estiveram à margem desse processo, ao contrário, ao lado de lideranças políticas carismáticas participaram ativamente de sua fabricação.

Enquanto folheava meu diário etnográfico, deparei-me com uma cena registrada dias antes, enquanto caminhava pelo bairro de Palermo. Batendo pernas há mais de três horas, estupefato com a arquitetura e com a projeção urbanística das praças e jardins, incrivelmente limpos e organizados mesmo em tempos de austeridade econômica, resolvi adentrar uma livraria especializada em literatura argentina. Sentado em uma estilosa poltrona, lendo um dos tomos da trilogia de Martín Caparrós: *La voluntad: Una historia de la militancia revolucionaria en la Argentina*, percebi que a loja estava defronte a um monumento histórico nacional: o *Museo Evita*.

Passei no caixa, paguei pelos livros escolhidos e atravessei a rua. A arquitetura do mausoléu chamava atenção de todos os turistas que passeavam pelo bairro. Dedicado a apresentar a historiografia de uma das personalidades mais emblemáticas da história política daquele país, o acervo, distribuído em três andares, proporcionava aos visitantes fotos, objetos pessoais e diversas filmagens de discursos proferidos pela então primeira dama. O artefato cultural, sob a curadoria do *Instituto Nacional de Investigaciones Históricas Eva Perón*, também dispunha de ambientes onde eram projetadas algumas filmografias de momentos enigmáticos como, por exemplo, o funeral de Evita, que durou 15 dias no parlamento argentino. Uma seleção de fotografias acompanhada por frases de impacto como “Yo sé que ustedes recogerán mi nombre y lo llevarán como bandera a la victoria” tentava retratar a grande ‘musa’ da memória peronista que, com sua delicadeza e habilidade política, acabaria imortalizada pela classe operária daquele país.

Comentei com a historiadora do museu que, na noite anterior, voltando para o hotel, havia encontrado alguns manifestantes que protestavam próximo à Casa Rosada. E um jovem, após me relatar a situação econômica dramática em que se encontrava o país,

finalizara seu diagnóstico com a seguinte expressão: “E se Evita soubesse!”. A historiadora, com os olhos marejados, admirando um retrato imenso de Evita que ocupava toda a parede do ambiente principal do museu, declamou: *Ayer, una mujer que con su inteligencia, corazón, pasión y encanto transformo la Argentina. Hoy, una inspiración para las nuevas generaciones del mundo.*

Naquele momento, constatava que Evita era muito mais que uma importante personalidade da história política argentina; tratava-se de uma entidade, um fantasma que ‘vigia ubiquamente’ a cidade de Buenos Aires. Perambulando pelas ruas, não conseguia caminhar duas quadras sem esbarrar em um painel, estátua ou artefato cultural referenciando ‘Santa Evita’, a líder espiritual dos ‘desprovidos da sorte’.

No Uber, a caminho do bairro San Telmo, fora informado da mais nova agitação da cidade: um movimento que reivindicava a beatificação de Evita. Eu, achando se tratar de uma piada, caí no riso, mas o jovem motorista rapidamente sintonizou na rádio FM La Tribu; sim, um debate caloroso era transmitido pelas ondas da emissora radiofônica. Roberto, que afirmou ter aderido ao movimento por influência da sua avó, acredita que, agora que “Bergoglio” está no Vaticano, o processo será rápido: *Ele é argentino, conoce o legado dela, tem consciência da esperança que Santa Evita ainda representa para o povo da periferia.*

Enquanto o carro seguia pelas avenidas largas do Bairro Recoleta, o motorista me questionava se já havia visitado o túmulo de Evita. Antes que eu pudesse responder, me informara, com entusiasmo, apontando à esquerda, onde está localizado o cemitério, que o local é um dos pontos turísticos mais visitados na cidade e que não poderia retornar ao Brasil sem visitar a sepultura: *Vir a Buenos Aires e não levar flores a ela é como se você não conhecesse a cidade.*

Surpreso com o que acabara de escutar, me questionava se o motorista estaria bem de suas faculdades mentais. Mas, antes mesmo de concluir qualquer diagnóstico, o motorista passou a relatar histórias póstumas da ex-primeira dama. A mais enigmática foi o roubo do seu corpo embalsamado. Segundo relatos que sua avó conta desde a infância, em 1955, a ditadura que derrubou Perón ordenou o sequestro do cadáver, até então exposto na Central Sindical CGT, sendo levado para a Agência de Inteligência da Nação: *Você que gosta de livros, pode conferir todos os detalhes nos escritos do historiador Felipe Pigna, relatou, olhando para os três livros que estavam no meu colo. Ressaltou o*

meu bom gosto para a escolha de literatura e comentou que não poderia deixar de ler o romance de Rodolfo Rabanal, *El desierto amarillo y el mundo flotante*, autor que considera o grande expoente das letras na atualidade.

Roberto é um típico argentino, fala incessantemente, de forma enérgica, independentemente de o interlocutor corresponder à conversa. Seguíamos pela avenida 9 de julho e o motorista continuava com o seu falatório, me contando, em detalhes, como o corpo embalsamado de Evita retornou ao cemitério da Recoleta. A quantidade de dados e fatos históricos minuciosamente narrada na língua local era tanta que minha mente não conseguia processar tudo que escutava. Peguei o celular e acionei o gravador de voz. Posteriormente, em um ambiente mais tranquilo, poderia analisar com mais detalhes tudo que aquele jovem me relatara com tanto entusiasmo.

Después del secuestro del cadáver, resultado de una invasión militar en el Centro de Trabajadores, decidieron ocultarlo en la Oficina del Secretario de Inteligencia Nacional. Pero no se quedó allí mucho tiempo, porque el lunático, cuando se emborrachaba en los bares de San Telmo, se jactaba de tener su cuerpo expuesto frente a su escritorio y ser el único militar que podía admirar tal belleza todos los días. Pronto la historia se filtró, generando indignación popular.

Por razones estratégicas de seguridad nacional, transportaron el cuerpo a la casa del oficial Antonio Arandía, quien, un día, cuando llegó a casa borracho y se enfrentó a Evita en la sala de su residencia, fue despedido gritando por las calles de la ciudad. Estaba convencido de que el líder peronista había regresado del infierno para asesinar a su esposa. Este episodio, presenciado por varios porteños y algunos periodistas opuestos al régimen militar, causó pánico entre el alto mando de las fuerzas armadas.

La cumbre militar, aterrorizada por la insurgencia que se formó en las afueras de Buenos Aires – en la periferia – temiendo que la nación se refiera a Evita como una deidad mitológica, optó por contrabandear el cuerpo a un cementerio en Milán, donde permaneció hasta 1971. Volvió al Cementerio de la Recoleta durante el Gobierno de Isabelita, la tercera esposa de Perón, quien vino a presidir la nación durante dos años (DIÁRIO DE CAMPO, março de 2019).

O falatório cessou na Avenida San Juan, na altura do Museu de Arte Moderna de Buenos Aires. Já estávamos próximos ao Bairro San Telmo, quando uma manifestação contra o Governo Macri sob a organização da classe artística fechara o trânsito. Informei ao jovem motorista que conhecia o caminho e seguiria a pé. Ele me advertiu: *ao visitares o túmulo de Evita, leve 'flor de ceibo', ela era encantada por essa flor.*

Caminhando em direção ao Mercado Público de San Telmo, observei que uma grande faixa azul – com os dizeres ‘*Si Evita lo supiera!*’ (E se Evita soubesse) – aglutinava a multidão. Ficava evidente que o peronismo ainda é uma força política consistente,

permanece efervescente na consciência de parte significativa da sociedade argentina. Os doze anos dos governos *kirchneristas*⁵ de alguma forma contribuíram para reativar esse mito. Ao analisar como os aparelhos de hegemonia do estado argentino contam a história de Evita, percebe-se que as narrativas historiográficas se esforçam para caracterizar a ex-primeira dama como a única voz retumbante que realmente sensibilizou o coração dos pobres e dos trabalhadores argentinos. A história, todavia, relativiza, talvez de forma intencional, que o governo do general Juan Domingo Perón foi extremamente autoritário, cercado de contradições.

Para um estrangeiro, a frase “E se Evita soubesse!” pode soar nostálgica, porém, diante da instabilidade política e econômica que caracterizava a Argentina naquele momento, o bordão encontrava adeptos, era um combustível para arrastar multidões às ruas de Buenos Aires. *Tudo que Perón e Eva fizeram por essa nação, para acabarmos assim, de joelhos para o FMI* foi o desabafo que consegui captar de uma senhora de aproximadamente 50 anos, no Mercado Público de San Telmo, enquanto observávamos a multidão atravessar o centro histórico rumo à *Plaza de Mayo*.

Em meio a kamanchaka, as estratégias do movimento La Cámpora são ‘feixes de luz’ para resistirmos ao obscurantismo que assola a América Latina

Os estudos marxistas consolidaram, na América Latina, o entendimento de que os movimentos sociais são ações coletivas de caráter revolucionário contra as injustiças colocadas em curso pelo sistema capitalista. Nas últimas décadas, todavia, novos coletivos têm insurgido, rompendo com as formas clássicas de estrutura e organização – barricadas, carro de som: lideranças discursam e os demais manifestantes seguem a passeata invocando palavras de ordem. Observa-se que os “novíssimos movimentos sociais” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 20) tentam colocar em curso outras formas de organização, como, por exemplo, o associativismo civil de coletivos, tornando a

⁵ Tal afirmação tem por base vasta pesquisa bibliográfica analisada nas livrarias e acervos de Buenos Aires. Leitores interessados na temática podem observar o livro de memórias escrito por Cristina Fernández de Kirchner (2019). Nesta obra, a ex-presidenta, que atualmente acumula os cargos de vice-presidenta da República e presidenta do Congresso Nacional, traz à tona detalhes de como as políticas públicas na área de cultura foram planejadas e executadas no período de 2003-2015. Na narrativa, fica evidente a admiração pela capacidade de articulação política de Eva Duarte Perón, bem como a necessidade de preservar o ‘legado de Evita’. Sobre a história do peronismo, conferir livro de Di Marco e Palomino (2004).

análise sociológica e antropológica deste fenômeno extremamente complexa. As ações de resistência deixaram o chão de fábrica para ocupar os centros urbanos com pautas difusas e heterogêneas.

Na literatura sociológica, existem boas análises sobre a complexidade dos movimentos sociais atuais (MELUCCI, 2001; GOHN, 2004; SCHERER-WARREN, 2006; ARRUDA, 2011; SANTAELLA, 2016; GOHN, 2019). Neste artigo, a concepção teórica formulada por Alain Touraine (2006) é a escolha que adoto para analisar o objeto deste estudo: o movimento *La Cámpora*.

A teoria dos movimentos sociais contemporâneos, formulada pelo sociólogo francês, nos ensina que os novos coletivos expressam as contradições do atual sistema de dominação:

En primer lugar – y es el esencial – defino los movimientos sociales como unas conductas socialmente conflictivas pero también culturalmente orientadas y no como la manifestación de contradicciones objetivas de un sistema de dominación. No concibo el movimiento obrero solamente como un levantamiento de los proletariados pero si como un contramodelo a la sociedad industrial inclinada por los trabajadores poseedores de la fuerza de trabajo.

En segundo lugar, la acción de los movimientos sociales no está dirigida fundamentalmente frente al Estado y no puede ser identificada con una acción política por la conquista del poder; al contrario, es una acción de clases, dirigida contra un adversario propiamente social. Puede haber convergencia o alianza, jamás unificación entre un movimiento social y una acción de transformación del poder del estado.

(...) un movimiento social no puede ser el creador de una sociedad más moderna o avanzada que aquella que combate; él defiende, dentro de un campo cultural e histórico dado, otra sociedad. Es necesario remplazar el tema de la superación por el de la alternativa, dado que contradice las ideas evolucionistas que han liderado el pensamiento clásico social (TOURAINÉ, 2006, p. 258).

O alargamento da concepção e do conceito de movimento social formulado pelo autor, indo além da luta de classes, oferece-nos algumas pistas para tentarmos desvendar os movimentos sociais contemporâneos insurgidos na periferia do capitalismo, como, por exemplo, o movimento *La Cámpora*. Sua análise teórica teve como objeto de estudo o *Ejército Zapatista de Liberación Nacional*, levante armado, formado por camponeses e indígenas que assumiram o controle das principais cidades no entorno da Floresta *Lacandon*, no Estado de Chiapas, região sul do México, em 1994. Algo pouco problematizado pelas análises acadêmicas foi a participação da juventude hackerativista na produção de conteúdos específicos para serem distribuídos na rede mundial de computadores, especialmente em plataformas hospedadas em servidores fora do México.

Sobre este último aspecto, importante análise é realizada pelo sociólogo do Departamento de Relações Sociais da Universidade Autônoma Metropolitana de Xochimilco, José Alberto Sánchez Martínez (2017). Ressalta o pesquisador que, em 1994, os jovens hackers que se envolveram na causa zapatista, transmitindo ao mundo o que ocorria na selva tropical, utilizaram um gerador de energia à base de células solares, uma tecnologia cara e sofisticada, impensável para aquela região geográfica. Ocasão em que poucos órgãos do governo estavam informatizados, a internet não estava difundida nas escolas de educação básica ou universidades, e poucos mexicanos tinham acesso à rede mundial de computadores em seus domicílios.

Escrita logo após o conflito ocorrido no México, a perspectiva teórica de Alain Touraine continua sendo utilizada para analisar os movimentos sociais autônomos contemporâneos como as marchas antiglobalização ocorridas em Seattle e Praga⁶, as revoltas no Egito (2010), os conflitos de Londres (2011)⁷, os protestos que atravessaram parte do Oriente Médio – Tunísia, Iêmen, Líbia, Bahrein, Síria, Marrocos (2010-2012), a revolução rizomática dos Indignados na Espanha (2011-2012), o *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos (2011-2012), bem como as Jornadas de Junho (2013). É preciso ressaltar que, no meio acadêmico, ainda existem muitas narrativas em disputas sobre acontecimentos ocorridos no atípico inverno brasileiro de 2013. Leitores interessados nestas análises que adotam outro referencial para estudar o fenômeno podem conferir os trabalhos de Zizek (2013); Bucci (2016) e Fernandes (2019).

Indo na contramão das formulações teóricas marxistas clássicas, Alain Touraine opta por substituir o conceito de ‘superação’ de uma sociedade opressora pela ‘construção’ de uma sociedade alternativa. O alargamento da concepção e do conceito de movimento social formulado pelo autor, além da luta de classes, nos oferece alguns subsídios para analisar os movimentos sociais autônomos contemporâneos.

Un movimiento social no interviene solo y no está jamás separado completamente de reivindicaciones y de presiones, de crisis y de rupturas que dan nacimiento a unos tipos diferentes de luchas. Yo llamo luchas a todas las formas de acción conflictivas organizadas y conducidas por un actor colectivo

⁶ Movimento antiglobalização organizado sob o lema “Outro mundo é possível”. Milhares de centenas de pessoas, a maioria estudantes, tomaram as ruas nos dias em que ocorria a Reunião da Organização Mundial do Comércio (SANCHO, 2018).

⁷ Onda de violência e saques protagonizada por jovens de classe média em protesto à polícia britânica por ter assassinado um morador de rua. As redes sociais *Twitter* e *Facebook* foram utilizadas intensamente para mobilizar a juventude britânica para os atos.

contra un adversario por el control de un campo social. Un movimiento social es el tipo particular de lucha más importante. Una lucha sólo puede ser reconocida como tal si responde a tres condiciones principales. En primera instancia, ésta debe ser conducida en nombre de una población particular. Existen unas luchas obreras o campesinas pero también unas luchas de consumidores o de habitantes de un barrio. Unos movimientos de ideas o de opiniones, un movimiento religioso o unos movimientos de tolerancia, aunque todos importantes, no pueden servir directamente de objeto para nuestra reflexión. En segundo lugar, estas luchas deben estar organizadas y no pueden existir solamente al nivel de la opinión, puesto que es necesario que exista cierta organización para que el conflicto se precise y para que el movimiento alcance cierta integración. En tercer lugar, se debe combatir un adversario que pueda estar representado por un grupo social, aun si – como a menudo sucede –, el adversario es definido en términos más abstractos: el capitalismo o el Estado (TOURAINÉ, 2006, p. 262).

La Cámpora, nome do coletivo juvenil analisado neste estudo, é uma referência ao ex-presidente argentino Héctor Cámpora (1909-1980), referenciado na memória peronista como o companheiro mais leal de Juan Domingo Perón. No período em que Perón esteve exilado na Europa, Héctor seguiu as instruções de seu mentor, conseguiu unificar as diferentes correntes dentro do partido, ganhou apoio de todos os sindicatos da Argentina, estratégias que o conduziram à Casa Rosada. Assim que assumiu a presidência, Perón retornou do exílio. Com o líder supremo da agremiação peronista em solo argentino, Cámpora renuncia após 48 dias de sua posse e convoca novas eleições gerais. Perón candidata-se, sendo eleito para o terceiro mandato, tendo como vice sua terceira esposa: Isabelita Perón.

O movimento *La Cámpora* agrega vários coletivos juvenis de espectro ideológico à esquerda. Surgiu em meados de 2004, quando a nação ainda era comandada por Nestor Kirchner. Mas foi com a chegada de Maurício Macri ao poder que o movimento ganhou notoriedade na imprensa latino-americana. Um dos aspectos que mais me impressionaram ao acompanhar suas ações foi a capilaridade deste movimento em comunidades em situação de vulnerabilidade social e risco. Em termos de influência, é possível relacioná-lo com a atuação do movimento religioso neopentecostal em territórios vulneráveis no Brasil⁸. Diante da devastação social em curso, protagonizada por governos neoliberais,

⁸ É importante ressaltar que, como pesquisador, não estou fazendo juízo de valor da atuação no movimento neopentecostal nas periferias brasileiras, mas leitores interessados na temática podem conferir pesquisa etnográfica realizada em municípios da Baixada Fluminense por Magalhães (2016). O pesquisador ressalta que, na última década, nenhum candidato a prefeito da região conseguiu se eleger sem ‘as bênçãos’ dos pastores neopentecostais. Outro estudo recente, também realizado no Estado do Rio de Janeiro, aponta a articulação das igrejas evangélicas, sua forte atuação via programas televisivos e

tanto a igreja como o movimento *La Cámpora* acabaram atuando como redes de proteção social.

O kirchnerismo promoveu uma renovação em suas bases de apoio. Enquanto o peronismo mais tradicional sempre teve relação com os sindicatos – uma das chaves de sucesso do governo de Juan Domingo Perón –, o kirchnerismo preferiu aliar-se a uma juventude engajada que surgia naqueles anos 2000 (COLOMBO, 2021, p. 141).

Forjaram as bases do movimento alguns descendentes de desaparecidos durante o regime militar. Com o passar dos anos, o movimento acabou tendo profundo impacto na subjetividade do jovem argentino, sobretudo dos que habitavam as áreas mais vulneráveis nos arredores da Província de Buenos Aires. Em meados de 2011, militar em agremiações como *La Cámpora* ou Juventude Peronista Revolucionária havia virado um *habitus*, no sentido sociológico proposto por Bourdieu (2003). Criou-se uma forma específica de falar, vestir e analisar a realidade. Reunidos em praças, parques ou estádios, os militantes entoavam um *hit* muito peculiar que trazia em sua sonoridade elementos do *rap* latino, além das batucadas e rimas dos efervescentes hinos das torcidas organizadas de futebol, uma das paixões da sociedade argentina.

No momento em que o governo de Maurício Macri resolveu se curvar aos interesses do mercado financeiro, provocando a insurreição desta agremiação juvenil, os territórios periféricos da Grande Buenos Aires estavam sendo invadidos por aparelhos de hegemonia financeira⁹ que atuavam de forma organizada na difusão de discursos que desqualificavam as formas de organização popular constituídas na sociedade argentina. Tal narrativa privilegiava a meritocracia, bem como os direitos individuais.

É preciso pontuar que, durante os governos kirchneristas, Nestor e Cristina optaram por abandonar as formas clássicas de participação social que os governos peronistas promoviam: seminários e reuniões com as massas para decidir como o orçamento e as políticas públicas seriam executadas. Ressalta-se que Cristina sempre teve extremas dificuldades de lidar com as centrais sindicais, uma base de sustentação fundamental de

radiofônicos em horário nobre e a capilaridade junto aos territórios periféricos como elementos centrais na constituição da ‘hegemonia neoconservadora’ (FREIRE; MURAD; SILVA, 2019). Para as pesquisadoras, a atuação conjunta dessas instituições religiosas foi decisiva tanto no pleito estadual, como nacional de 2018.

⁹ Tendo por base os escritos de Antônio Gramsci (1978; 1979), neste estudo, classifico as ONGs que atuam nas periferias por meio de financiamento dos bancos, como aparelhos de hegemonia que embasaram o processo de difusão da ideologia da classe dominante.

qualquer governo peronista. O kirchnerismo, seguindo outras experiências latino-americanas – Bolívia, Brasil e Venezuela – na tentativa equivocada de sanear a ‘política de gotejamento’ recomendada pelo Banco Mundial no processo de gestão da ‘pobretologia’ (FONTES, 2012), acabou corroborando para o surgimento de uma parcela populacional individualista e despolitizada, um terreno fértil para os novos aparelhos de hegemonia atuarem no processo de educação e propagação dos novos discursos do neoliberalismo financeirizado¹⁰. Essa divisão no eleitorado que, tradicionalmente, sempre votou nos candidatos peronistas, foi decisiva na vitória de Macri, no segundo turno das eleições presidenciais de 2015.

Diante desse quadro de polarização e disputas de narrativas instaurado na sociedade argentina, o movimento *La Cámpora* insurge nos territórios periféricos com o objetivo de colocar em curso uma pedagogia que oferecesse um diagnóstico claro e objetivo do atual estágio do sistema ‘capitalista financeirizado’. De acordo com as lideranças do movimento, naquele momento, era urgente desvendar para os oprimidos as ilusões não concretizadas do neoliberalismo, bem como a falta de perspectiva para o futuro no atual estágio de acumulação.

O trabalho de base, cujo objetivo era levar conscientização política a sujeitos oprimidos que viviam à margem do sistema, era uma forma de promover espaços de participação social, justiça social e democratização dos saberes. O movimento tinha como fonte de inspiração as experiências latino-americanas de educação popular desenvolvidas no continente entre as décadas de 1960 a 1990. É curioso observar que os idealizadores do movimento resgataram textos clássicos de ações educativas colocadas em curso de forma subversiva, em um momento em que a região era abalada por assombrosas intervenções militares.

Fica evidente que os líderes do movimento *La Cámpora* são adeptos da pedagogia freireana. É digno de registro que, como brasileiro, me impressionou muito encontrar a obra de Paulo Freire em estantes de destaque em todas as livrarias da Grande Buenos Aires. Mesmo nos shoppings e galerias, onde não se priorizam livros acadêmicos, a obra

¹⁰ Corroboram com esta análise os resultados da etnografia realizada pela antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2019) com os beneficiários do Bolsa Família, moradores do Morro da Cruz, maior periferia de Porto Alegre.

de Paulo Freire estava lá. Talvez a capital latino-americana com os melhores índices de educação, segundo os organismos multilaterais, tenha algo a nos ensinar.

O percurso etnográfico desta pesquisa, ao sair dos acervos historiográficos da cidade portenha para acompanhar também as sociabilidades juvenis nos espaços urbanos da Grande Buenos Aires, traz elementos antropológicos mais amplos para debater os movimentos sociais em tempos de devastação social, onde assistimos ao encolhimento do Estado na esfera pública em praticamente todos os países da América Latina, bem como à desregulamentação dos direitos sociais e à intensificação da exploração da classe trabalhadora em nível mundial. As perspectivas para o futuro constituem uma intensa *kamanchaka*.

Na língua indígena aimará, *kamanchaka* é a palavra utilizada para descrever um fenômeno climático muito comum nos países andinos – névoa escurecida, acompanhada de ventos e frio intenso. Em períodos de extremidade, o sistema de saúde local registra picos de angústia e depressão. Os sociólogos Fernando Calderón e Manuel Castells (2021) utilizam a *kamanchaka* como uma metáfora para analisar o mal-estar social, político e sanitário que se intensifica em nossa região. Observar as estratégias que a juventude coloca em curso para resistir ao atual momento são *feixes de luz* convidativos para a reflexão e ação no processo de *(re)existir*.

Todavia, devo advertir aos leitores que, diante da intensificação do neoliberalismo pós-industrial, da reestruturação produtiva do capital junto à inteligência artificial e à engenharia big data, essa articulação gestada no âmbito dos coletivos juvenis e movimentos sociais organizados terá maior efetividade caso estas organizações tenham capacidade de colocar em curso processos de mobilizações mais amplos. Para isso, é preciso dialogar, bem como desenvolver estratégias conjuntas com o movimento sindical e com a mídia independente.

Fernando Calderón e Manuel Castells, ao analisarem as insurreições juvenis recentes ocorridas na América Latina, identificaram quatro novos elementos decisivos no processo organizativo dos novos movimentos populares:

- 1) a ação em rede dos movimentos socioculturais com carga subjetiva, que buscam novas formas de existência; 2) as experiências locais e horizontais de tomada de decisão política; 3) a comunicação horizontal de massas que se produz nas redes sociais; 4) a ação comunicativa direta que se produz

sobretudo entre líderes carismáticos e sociedade no espaço público informacional (2021, p. 202).

No objeto problematizado neste artigo – movimento *La Cámpora* –, adiciono um quinto elemento: a capacidade de articulação com as mídias independentes. A construção da *Rede Nacional de Mídia Alternativa* é apenas um exemplo da capacidade destes coletivos de promoverem interação dialógica com a sociedade argentina.

Quando recorro à expressão ‘mídia independente’, estou me referindo a um tipo de comunicação gestada e difundida por movimentos associativos: sindicatos, coletivos juvenis, associações de classe. A popularização do uso de dispositivos móveis conectados à internet fez emergir uma sociabilidade reticular, “em que as possibilidades de expressão e disseminação ilimitada de mensagens são usadas para novas modalidades de interação, associação e mobilização política, que vão das mobilizações cívicas de protesto às terroristas” (BABO, 2017, p. 77).

É importante ressaltar que a comunicação sempre foi uma pauta prioritária dentro dos círculos de debate e formação na agremiação peronista. De Juan a Cristina, todos os governos peronistas argentinos tiveram embates com a mídia comercial e desenvolveram mídias participativas independentes para dialogar com as massas.

Considerações finais

A experiência problematizada neste artigo mostra que os movimentos sociais contemporâneos podem incorporar as suas táticas, formas de interações on line, para se fortalecer e, sucessivamente, ganharem espaços físicos. Diante do quadro alarmante de exclusão tecnológica nos territórios periféricos da América Latina apontado pelo relatório da UIT (2019), não se pode, porém, abandonar as formas clássicas de diálogo e mobilização das classes oprimidas. Considerando a ausência de uma política pública que garanta às populações vulneráveis acesso de qualidade à internet, faz-se necessário que os movimentos sociais estejam presentes nas redes, mas não abandonem o trabalho de base nas comunidades.

Com a volta do peronismo à Casa Rosada, em 2019, torna-se interessante continuarmos a observar como o movimento *La Cámpora* se comportará diante das diretrizes do novo governo. Alberto Fernández ganhou simpatia da classe média de

Buenos Aires – último estrato a aderir à chapa peronista na reta final da campanha – pelo seu desempenho durante o governo de Nestor Kirchner, aclamado pela opinião pública como o melhor presidente da história recente da nação. Todavia, herdou de Maurício Macri uma dívida estratosférica junto ao Fundo Monetário Internacional, situação que ficou ainda mais complexa com pandemia causada pela Covid-19.

Em meio às ações de emergência sanitária para conter a pandemia, o país também tem se deparado com pequenos protestos, sobretudo na cidade autônoma de Buenos Aires, liderados pelo militar aposentado Juan José Gómez Centurión. Candidato à presidência nas eleições de 2019, Centurión obteve aproximadamente um milhão de votos. O fato causou certa perplexidade, uma vez que o então candidato – nos debates televisivos – não perdia a oportunidade de exaltar o regime militar, bem como os torturadores responsáveis pelo desaparecimento de 22 mil argentinos presos durante o assombroso período. Na hipótese de Alberto Fernández fracassar em sua tentativa de tirar o país do colapso financeiro em que se encontra, em 2023, a ‘burguesia boêmia de Buenos Aires’, que esteve ao lado de Macri nos pleitos de 2015 e 2019, pode dar uma guinada ao radicalismo populista da extrema-direita.

Outro assunto que voltará ao debate político pós-pandemia diz respeito à posição do novo presente em relação à conturbada *lei dos meios*. A lei n. 26.522, promulgada pela presidenta Cristina Kirchner em 10 de outubro de 2009, após uma virulenta batalha política, visava regular e combater a formação de oligopólios da comunicação. Maurício Macri conseguiu cooptar toda a mídia tradicional desregulamentando vários artigos da referida lei. Alberto Fernández atenderá ao clamor popular do *La Cámpora* ou tentará um pacto com a burguesia boêmia de Buenos Aires? Uma questão que, neste momento pandêmico, fica em aberto.

Referências

- ARRUDA, Gisele Regina Paes de. **Movimentos sociais no ciberespaço**: uma investigação sobre o ciberativismo. 2011. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BANCO MUNDIAL. **World development report 2016**: Digital dividends. Washington: Banco Mundial, 2016.
- BABO, Isabel. Redes e ativismo. *In*: DI-FELICE, Massimo; PEREIRA, Eliete; ROZA, Erick. **Net-ativismo**: redes digitais e novas formas de participação. São Paulo: Papyrus, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: EdUNESP, 2003.
- BUCCI, Eugênio. **A forma bruta dos protestos**: das manifestações de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. **A nova América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- COLOMBO, Sylvia. Argentina: paciente com comorbidades. *In*: COLOMBO, Sylvia. **O ano da cólera**: protestos, tensão e pandemia em 5 países da América Latina. Rio de Janeiro: Rocco, 2021.
- Di MARCO, Graziela; PALOMINO, Héctor. **Reflexiones sobre los movimientos sociales en la Argentina**. Buenos Aires: EdUNANSAM, 2004.
- FAYT, Carlos. **La naturaleza del peronismo**. Buenos Aires: Viracocha, 1967.
- FERNANDES, Sabrina. **Sintomas mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. Belo Horizonte: Autonomia Literária, 2019.
- FONTES, Virginia Maria. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 3a. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/EdUFRJ, 2012.
- FREIRE, Silene de Moraes; MURAD, Larissa Costa; SILVA, Leticia Tavares da Silva e. Segurança pública, mídia e neoconservadorismo: a naturalização da barbarização das relações sociais. **Revista de Políticas Públicas da UFMA**, v. 23, n. 1, p. 212-231, 2019.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil**: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis: Vozes, 2019.
- GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. 2a. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

- GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- KAUFMAN, Dora. **A inteligência artificial irá suplantar a inteligência humana?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.
- KIRCHNER, Cristina Fernández. **Sinceramente**. 5a. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sudamericana, 2019.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: EdUSP, 2003.
- JAURETICHE, Arturo. **Política Nacional y Revisionismo Histórico**. Buenos Aires: Peña Lillo, 1959.
- LIEBERMAN, Robert; METTLER, Suzanne; PEPINSKY, Thomas; ROBERTS, Kenneth; VALELLY, Richard. Trumpism and American Democracy: History, Comparison, and the Predicament of Liberal Democracy in the United States. **Global Populisms, Freeman Spogli Institute at Stanford University**. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3028990> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3028990>.
- MAGALHÃES, Alexander. **Amigo da fé: estudo sobre religião e amizade entre jovens assembleianos na Baixada Fluminense**. 2016. 304f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- MARTÍNEZ, José Alberto Sánchez. Evocações do Zapatismo: Internet, Ativismo e Política. *In*: DI-FELICE, Massimo; PEREIRA, Eliete; ROZA, Erick. **Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação**. Campinas: Papirus, 2017.
- MELO, Patrícia Campos. Fatos alternativos e a ascensão de populistas no mundo. *In*: MELO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre Fake News e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NEIBURG, Federico. **Os intelectuais e a invenção do peronismo**. São Paulo: EdUSP, 1997. (Coleção Ensaio Latino-Americanos).
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

- REIS, Valdeci; SCHNELL, Roberta Fantin; SARTORI, Ademilde Silveira. Big data, Psicopolítica e Infoética: repercussões na cultura e na educação. **Percursos**, Florianópolis, v. 21, n. 45, p. 50-49, 2020.
- REIS, Valdeci. **Cenas juvenis na escola, na cidade e nas redes**: notas etnográficas na ilha de Florianópolis e tantos outros ilhéus. 2020. 223f. Tese (doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.
- SANCHO, Guiomar Rovira. Multidões conectadas e movimentos sociais: dos zapatistas e do hacktivismo à tomada das ruas e das redes. In: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas. **Tecnopolíticas da Vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018. (Coleção Estado de Sítio).
- SANTAELLA, Lúcia. **Temas e dilemas do pós-digital**: a voz da política. São Paulo: Paulus, 2016.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Soc. Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922006000100007>.
- TOURAINE, Alain. Los movimientos sociales. **Revista Colombiana de Sociología**, n. 27, p. 255-278, 2006.
- TOURAINE, Alain. **O que é a democracia?** 2a. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- TOURAINE, Alain. **O mundo das mulheres**. 3a. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **The State of Broadband 2018**. Genebra: UNESCO/ONU, 2019.
- VIRDEE, Satnam; MCGEEVER, Brendan. Racism, Crisis, Brexit. **Ethnic and Racial Studies**, 2017.
- ZIZEK, Slavoj. Problemas no paraíso. In: MARICATO, Ermínia. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 101-109. (Tinta Vermelha).
- ZUBOFF, Shoshana. **Big Other**: Capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas. **Tecnopolíticas da Vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018. (Coleção Estado de Sítio).

Recebido em 27 de junho de 2021 | Aceito em 08 de julho de 2021



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional

Dossiê: Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas

V 11 | n 20 | jan-jun 2022

Tecendo identidades abertas: a experiência do Laboratório de Comunicação Intercultural e suas redes na Panamazônia

Guilherme Gitahy de Figueiredo



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nau.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Tecendo identidades abertas: a experiência do Laboratório de Comunicação Intercultural e suas redes na Panamazônia. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 170-197, jan-jun 2022. Semestral.

Tecendo identidades abertas: a experiência do Laboratório de Comunicação Intercultural e suas redes na Panamazônia

Guilherme Gitahy de Figueiredo¹

Resumo

Em 2006, teve início o programa de extensão universitária Laboratório de Comunicação Intercultural em Tefé (AM) que, em parceria com o coletivo Centro de Mídia Independente de Tefé, tem o objetivo de promover a comunicação horizontal. Com o tempo, a colaboração em rede aumentou com outras instituições, movimentos e coletivos do Médio Solimões e de outras regiões do Brasil e da Panamazônia. Este texto analisa essas experiências e suas dificuldades, dialogando com referências heterodoxas e propondo o conceito de “identidades abertas” para pensar táticas de promoção da dialogicidade, interculturalidade e construção do bem viver.

Palavras-chave: comunicação popular; identidade aberta; interculturalidade; bem viver.

Abstract

In 2006, the university extension program Laboratório de Comunicação Intercultural began in Tefé (AM) which, in partnership with the Tefé Indymedia collective, aims to promote horizontal communication. Over time the network collaboration increased with other institutions, movements and collectives from the Middle Solimões and other regions of Brazil and Panamazonia. The text analyzes these experiences and their difficulties, dialoguing with heterodox references and proposing the concept of "open identities" to

¹ Professor do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas. Pós-doutor em Estudos Antrópicos da Amazônia pela UFPA e doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ. Os livros e textos do autor podem ser encontrados em: <https://amazonas.academia.edu/GuilhermeFigueiredo>. Acesso em: 02 de março de 2022. Email: gfigueiredo@uea.edu.br.

think about tactics for promoting dialogicity, interculturality and the construction of the well-living.

Keywords: popular communication; open identity; interculturality; well-living.

Introdução

Em 2006, começou o programa de extensão Laboratório de Comunicação Intercultural, no Centro de Estudos Superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas (CEST-UEA), com o objetivo de animar e apoiar iniciativas de coletivos e redes de comunicação livre, comunitária, popular e indígena, e promover a democratização da comunicação, sempre aliado a projetos de pesquisa e ao ensino. Atualmente, a principal referência teórica do programa é o conceito de “dialogicidade” de Paulo Freire (2005): “ação”, “reflexão” e “diálogo”, ou, em outras palavras, práxis dialógica ou “humanização”. Esta é realização, por parte de homens e mulheres, do potencial humano de se tornarem sujeitos coletivos da história. A “desumanização” ocorre quando parte da humanidade trata a outra como “objeto”, cerceando a participação na definição dos rumos da história. Como a práxis histórica (ação + reflexão) só é humana quando participativa (diálogo), o autor confere um papel central à comunicação horizontal na humanização. Por outro lado, alerta que a democratização da comunicação (diálogo) não humaniza se não estiver associada à práxis: é a comunicação que ocorre quando sujeitos se tornam coletivos ao partilhar a invenção da história. Por isso, quando Freire (2005; 1977) pensa a extensão universitária, propõe que seja comunicação entre saberes e projetos científicos e populares, dialogicidade e não o transporte unilateral de conhecimentos e técnicas.

Como afirma Walter Benjamin (1994), a socialização dos meios de produção (controle da economia por trabalhadores, gerando a distribuição mais justa das riquezas) só é possível quando somada à socialização dos meios de produção intelectual. Mais recentemente, e levando em consideração a diversidade cultural e das identidades, autores indígenas e não indígenas têm destacado o papel da “interculturalidade”: para Gersem Luciano (2013) e Florêncio Vaz (2019), trata-se do diálogo em que a diversidade e as

autonomias dos povos são reconhecidas e fortalecidas. É também meio para a construção do bem viver, conceito indígena de origem andina que tem inspirado movimentos sociais indígenas e não indígenas em toda a Amazônia e em outros lugares do mundo. Trata-se da imagem de um mundo em que a natureza e os povos se respeitam e são solidários, mas, ao contrário das utopias de origem europeia, não são apenas projeções dos valores do presente no futuro. O bem viver é passado, presente e futuro, pois remete a saberes e práticas ancestrais, é praticado e inventado hoje por diferentes caminhos, é construção partilhada de futuros comuns (ACOSTA, 2016).

Na prática, porém, há inúmeras dificuldades históricas para a dialogicidade e a interculturalidade em uma época dominada por um capitalismo colonialista e predador da humanidade e da natureza. Como afirma Freire (2005), a respeito do processo sempre incompleto da humanização, cada vez que uma nova reflexão aponta caminhos e a ação transforma o mundo, isso volta como problema para a continuidade da reflexão. Este artigo é parte da reflexão que acompanha a ação e o diálogo do Laboratório de Comunicação Intercultural e dos seus parceiros. Por isso, além de ser um balanço de quase duas décadas de trabalho coletivo, também produz teoria a incidir na continuidade das ações.

Tem como proposta a construção do conceito de “identidade aberta”, com base na teoria da “comunicação aberta” de Mario Kaplún (1996). Se nela o sujeito se envolve e estimula o envolvimento dos outros em processos históricos dialógicos, a identidade aberta é a que gera e é gerada através da empatia e da comunicação horizontal, combinando valores e interesses na formação de sujeitos coletivos ampliados. Como afirma Raymond Williams (2011), o avanço do projeto de sociedade solidária dos trabalhadores passa pela comunicação horizontal e ela depende não apenas da redução da desigualdade econômica, mas também da construção de uma “cultura em comum” em que todas e todos podem contribuir a partir das suas diferenças e criatividade.

Referências liminares e oportunidade histórica

Toda produção e extensão científicas precisam, atualmente, firmar-se a partir de referências teóricas consagradas como “clássicos”. Como afirma Peirano (2006), são obras canonizadas por uma ou mais disciplinas, cujo estudo e citação garantem a um iniciante o reconhecimento como interlocutor de cada campo científico. Segundo Said (2007), é também através das práticas de citação que tradições europeias são reproduzidas, e com elas os estereótipos que exotizam e reduzem a objetos os não europeus e, podemos acrescentar, as classes trabalhadoras. Por isso, sigo aqui o exemplo de acadêmicos indígenas como Luciano (2013), Vaz (2019a; 2019b), Duarte (2017) e Fontes (2020), que nos ensinam a construir referências a partir de histórias de vida individuais e coletivas, legitimando a produção de conhecimentos a partir da historicização do diálogo de saberes. Começo narrando três experiências que foram importantes para a minha forma de contribuir com o Laboratório: (1) a militância na solidariedade internacional ao Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e a pesquisa de mestrado sobre sua estratégia; (2) a participação na rádio Muda, rádio livre que ficava na Unicamp, e no Rizoma de Rádios Livres, que a unia com outras rádios libertárias através de encontros presenciais e redes *on line*; e (3) a colaboração na fundação do Centro de Mídia Independente de Campinas, ligado ao CMI-Brasil e à rede mundial *Indymedia*.

O EZLN tornou-se famoso a partir de 1994, quando deu início a um levante indígena no sul do México contra o neoliberalismo e em defesa da autonomia, tendo se tornado uma importante referência para os movimentos sociais de todo o mundo. A sua estratégia de transformação social calcada não na busca do poder do Estado, mas na ação direta para a construção da autonomia local e regional, e na invenção de laços de comunicação e solidariedade nacionais e internacionais, animou redes anticapitalistas e uma onda mundial de protestos que foi importante para impor limites ao neoliberalismo e abrir caminho para as vitórias eleitorais do progressismo. A narrativa do EZLN nasceu após a ida de militantes de esquerda para formar um foco guerrilheiro junto às comunidades indígenas maias. O objetivo era “conscientizar” para a revolução, mas acabou acontecendo o contrário: os indígenas ensinaram suas tradições e converteram os militantes urbanos à sua causa. O resultado foi um movimento social criativo, inovador,

que colocou a comunicação e a dialogicidade no centro da sua estratégia. Isso despertou meu interesse na comunicação, no valor dos saberes indígenas e populares e nos processos de descolonização.

A rádio Muda e o Rizoma de Rádios Livres passaram por um momento de grande efervescência no começo dos anos 2000, cultivando práticas de apropriação tecnológica experimental, liberdade de expressão e gestão coletiva e horizontal da mídia que estimularam o potencial criativo de muitos grupos de jovens e movimentos sociais. Criei e participei de inúmeros programas, a maioria dos quais voltados para o experimentalismo e a rebeldia. Comecei também a realizar oficinas de rádio livre, com o objetivo de “mostrar como é fácil, barato e gostoso fazer rádio livre”, e oficinas de rádio arte. A ampla liberdade de expressão e a proposta de gestão coletiva e horizontal animavam um debate permanente sobre comunicação, gestão coletiva e transformação social.

Pouco depois, em 2001, entrei no Centro de Mídia Independente do Brasil. A rede mundial do CMI ou *Indymedia* começou junto ao movimento juvenil anticapitalista, que se formou em torno do zapatismo e que eclodiu na Seattle de 1999, tendo se organizado através de coletivos autônomos e redes horizontais espalhados em todo o mundo. Os coletivos programavam e disponibilizavam sites de publicação aberta, ou seja, em que ativistas podiam publicar diretamente suas notícias, áudios e vídeos, derrubando o monopólio da informação das agências de notícias em uma época em que ainda não existiam as redes sociais corporativas. O site do CMI-Brasil chegou a ser o mais acessado da esquerda brasileira, com o diferencial de que ali era possível conhecer os discursos das mais variadas correntes de pensamento e ação, sobretudo das “bases” dos movimentos que até então não tinham meios próprios de expressão. Vale lembrar que foram os movimentos sociais de juventude daquela época, entre eles o CMI, que inventaram os mecanismos de participação e comunicação da internet que depois foram apropriados por redes sociais corporativas.

Figura 1- Mural pintado no Caracol zapatista de Oventic, Chiapas, México.



Fonte: Foto de Tim Russo.

A aprendizagem com o zapatismo levou ao engajamento nas rádios livres e mídias independentes e ajudou a romper com alguns aspectos da ideologia urbano-industrial. Afinal, o EZLN abalou o neoliberalismo logo em seu nascedouro e encantou toda uma geração de jovens em todo o mundo, mostrando que indígenas de uma das regiões mais pobres e rurais da América Latina poderiam ser exemplo na invenção de novas formas de se fazer política, usando as mais recentes tecnologias de comunicação e, ao mesmo tempo, lançando mão de sabedorias milenares não europeias. Essa empatia acabou por me levar, em 2004, a adiar a entrada no doutorado e me mudar para o interior do estado do Amazonas. Consegui uma bolsa para atuar como extensionista no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, em Tefé (AM) e, no ano seguinte, entrei para a Universidade do Estado do Amazonas. Filho de pai paraense, tive a sorte de ter decidido buscar a mim mesmo na Amazônia e me unir às suas lutas na mesma época em que começava a fase de expansão e interiorização da universidade.

Extensão como comunicação

Em 2006, teve início a primeira fase do programa de extensão Mídia e Cidadania, que logo mudou de nome para Laboratório de Comunicação Livre e, em 2019, Laboratório de Comunicação Intercultural. Antes disso, em 2004, colaborei na fundação do coletivo de rádio livre Curupira, que acabou se dispersando por falta de equipamento e porque, em 2005, o grupo passou boa parte do ano elaborando um projeto para o Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura que acabou não sendo contemplado com recursos. Em 2006, a estratégia foi diferente: já trabalhando como professor universitário desde 2005, passei a divulgar as experiências da rádio Muda, Rizoma de Rádios Livres e Centro de Mídia Independente, entre outras iniciativas de comunicação horizontal em aulas, oficinas e eventos abertos à população, esperando que a iniciativa de mobilizar um novo coletivo autônomo viesse dos estudantes e dos jovens. O objetivo era contornar a organização disciplinar da academia (FOUCAULT, 1983) e estimular a mobilização autônoma, para então criar projetos acadêmicos parceiros para dar apoio a esta e outras iniciativas (FIGUEIREDO, 2008).

Alguns estudantes tomaram a iniciativa de fundar o Centro de Mídia Independente de Tefé (CMI-Tefé), em 2006, e logo em seguida lançaram a rádio livre Xibé. O coletivo também produzia notícias, vídeos, fotos, criava sites de publicação aberta e divulgava o software livre e a metarreciclagem. Adotou criativamente uma mescla do modelo de gestão da rádio Muda, dos coletivos do CMI-Brasil e de formas regionais de organização coletiva. Não tinha diretoria e todos podiam participar dos debates, decisões e da divisão de tarefas através das reuniões do coletivo. Todos tinham o direito de participar das decisões por “consenso” da rede CMI-Brasil. Com o Rizoma de Rádios Livres, o coletivo se vinculou de modo menos orgânico, já que ele quase não tinha práticas de deliberação coletiva.

Os projetos de extensão, pesquisa e as atividades de ensino se aliaram a esta iniciativa, fornecendo recursos da universidade como espaço físico, equipamentos, bolsas de iniciação científica e tempo de trabalho acadêmico no ensino, pesquisa e extensão. Se a dialogicidade de Freire (2005) é diálogo, ação e reflexão, a aliança com a universidade permitiu dar início a um processo de apropriação da ciência para intensificar as três

dimensões, mas sobretudo a reflexão. Além disso, o prestígio da universidade ajudou a abrir espaços para a atuação do coletivo e a conferir um pouco de proteção. A rádio Xibé passou a transmitir de uma sala de aula e qualquer jovem ou morador da cidade podia ter o seu programa sem precisar passar no vestibular ou concursos, além de levar oficinas de rádio livre para escolas públicas, terras indígenas, assembleias do movimento indígena, bairros e comunidades em municípios do Médio Solimões e até de outros estados. Essas oficinas ajudavam a divulgar a proposta da rádio para além dos espaços da universidade, de modo que muitos adolescentes dos bairros começaram a participar e rapidamente a rádio passou a ter uma rica grade de programação. No começo de 2007, o coletivo perdeu a sala de aula e se tornou itinerante.

Figura 2 - Oficina de rádio livre na aldeia Marajaí, município de Alvarães (AM), realizada em 13 de dezembro de 2008.



Fonte: Guilherme Gitahy de Figueiredo

Até 2009, as oficinas de rádio livre eram simples, mas criativas: após a participação em uma reunião comunitária ou alguma outra forma de convite ou autorização, o equipamento da rádio era levado ao bairro, escola, comunidade ou aldeia e instalado diante dos participantes para que aprendessem e vissem como era fácil usar o equipamento. Parte do estúdio era montada com aparelhos dos moradores ou da escola, para não parecer inalcançável. Depois que a rádio ia ao ar, passávamos alguns minutos conversando ao vivo com as pessoas sobre o movimento de rádios livres e, em seguida, ensinávamos o básico para as pessoas presentes assumirem a programação. Como elas ficavam inibidas e tentadas a “devolver o microfone”, aos poucos nos afastávamos, dizendo que fizessem o que quisessem. Começava então uma bricolagem da proposta da rádio com o modo de ser e de se expressar dos participantes. A meta principal não era oferecer capacitação, mas desnaturalizar a verticalidade dos meios de comunicação de massa e estimular a superação da “cultura do silêncio” (FREIRE, 2005), semeando a democratização da comunicação.

Figura 3 - Flor do Rock na Rua, município de Tefé (AM), realizado em 7 de junho de 2009.



Fonte: Guilherme Gitahy de Figueiredo

Em 2006 o CMI-Tefé foi um dos coletivos que mais colaborou na formação da rede Flor da Palavra. Inspirada nas alianças horizontais de comunicação e solidariedade propostas pelo movimento zapatista, começou com a realização de eventos em várias regiões do Brasil e até no México para conectar movimentos sociais, tecnologias de comunicação, estilos de arte, conhecimento e linguagem, experimentando novas formas de se fazer política e alianças. Em 2009, por exemplo, aconteceu em Tefé o “Flor do Rock na Rua”, que uniu anarcopunks, skatistas, capoeiristas, midialivristas, *clowns*, grafiteiros e outros jovens, além de rádio livre, zine, audiovisual, mural e apresentações artísticas e de capoeira. Os eventos eram divulgados no site de publicação aberta da rede e em outras mídias livres – a simbologia comum ajudava a dar visibilidade maior para os movimentos locais.

Em 2009, aconteceu a mobilização dos vários coletivos da rede para criar um espaço cultural chamado “Caracol” na ilha de Outeiro, na periferia de Belém, aproveitando a viagem de vários integrantes da rede para o Fórum Social Mundial. O nome do espaço era uma referência aos centros políticos de comunicação e autogestão regional do movimento zapatista, a ideia era que servisse para a integração entre movimentos sociais, culturais, artísticos e a população do bairro, podendo ainda receber viajantes voluntários que quisessem aprender com a população local e partilhar processos de luta. Infelizmente, a rede acabou abruptamente por brigas internas: as diferenças acabaram sendo convertidas em fraquezas.

A partir do final da década, começou um lento esvaziamento das redes CMI-Brasil, Rizoma de Rádios Livres e de outros movimentos que usavam estruturas digitais próprias construídas com servidores e software livre. O principal motivo foi a apropriação dos mecanismos de interação *on line* por grandes corporações de mídia que criaram o modelo de negócios e de controle político das redes sociais. Quando vieram movimentos como a Primavera Árabe, a partir de 2010, os Indignados da Espanha e *Ocuppy Wall Street*, nos EUA, em 2011, e o Junho de 2013, no Brasil, já não era mais possível participar das mobilizações da juventude sem a criação de contas nas redes sociais corporativas. Por um lado, isso trouxe a vantagem da oportunidade de comunicação com camadas mais amplas da população, já que a internet seguia a sua expansão, mas, ao mesmo tempo, expôs esses movimentos a estratégias de vigilância, censura e guerra híbrida. Com a perda do poder de comunicação das tecnologias livres, o CMI-Tefé começou a ficar novamente isolado: na rede social corporativa, a visibilidade e a capacidade de conexão dependem mais dos algoritmos do que da capacidade de organização local e diálogo (FIGUEIREDO, 2014).

Em 2010, começou a segunda fase do Laboratório e do CMI-Tefé, mesmo ano da minha saída para cursar doutorado em Antropologia Social com o projeto “Inventando autonomias no Médio Solimões: uma etnografia dialógica da rádio Xibé e suas redes”. Aproveitando que em 2009 a UEA ganhou o segundo lugar do Prêmio FINEP de Inovação da região Norte com o Laboratório, o coletivo instalou novamente a rádio Xibé na universidade para uma programação regular. Dessa vez a iniciativa contou com a parceria de vários movimentos sociais da cidade, especialmente o Diretório Regional dos Estudantes (DRE) que também disponibilizou a sua sala. Ao mesmo tempo, uma parte

dos jovens saiu para criar a rádio livre Voz da Ilha no bairro do Abial. O novo coletivo participou de um edital da ONG Descentro para conseguir o transmissor, que foi levado pela rádio Amnésia de Pernambuco. Ele foi instalado na Escola Estadual Getúlio Vargas e a rádio foi ao ar em 4 de agosto de 2010. Durante cerca de 2 meses, Tefé contou com as transmissões contínuas de duas rádios livres, fazendo cair a audiência das duas rádios comerciais da cidade. Uma destas acionou a ANATEL, levando ao fim das transmissões em 21 de setembro. A Xibé voltou à itinerância, e a Voz da Ilha passou a combinar oficinas com transmissões esporádicas nas casas de integrantes do coletivo. Em 2011, o coletivo Voz da Ilha passou também a integrar o CMI-Tefé.

Outra experiência importante foi o convite da Igreja Católica para a realização de um programa de rádio livre da Rádio Educação Rural de Tefé, que na época transmitia em AM e Ondas Tropicais. Foram ao ar o “Programa Xibé”, em 2011, e o “Juventude em Ação”, em 2013. O maior desafio foi pensar uma tática de produção coletiva e horizontal em uma hora de programa semanal, voltada a debates e entrevistas. Para aumentar a participação, os ouvintes eram convidados a ir ao estúdio, mas o que animou o programa foi o “boca a boca”: quem já participava trazia à rádio novos participantes e estes logo no primeiro dia se tornavam entrevistados. Se a pessoa voltasse na semana seguinte, era convidada a ser entrevistadora e a convidar mais gente (SANTOS; FIGUEIREDO, 2018). Essa linha editorial ajudou a desnaturalizar a ideia de que apenas autoridades podem ser entrevistadas no rádio e fez das histórias de vida e relatos de experiência o ponto de partida para debates sobre questões sociais. As reuniões do CMI-Tefé eram logo depois do programa, facilitando o acesso ao planejamento coletivo.

Depois da experiência na Rádio Rural, começou uma nova fase de oficinas mais elaboradas e cursos de extensão com a rádio Xibé. Em 2013, por exemplo, aconteceu o minicurso “Cultura, Comunicação e Resistência”, na Escola Santo Antônio, em Santo Antônio do Iça (AM), onde nasceu a rádio livre escolar Na Tora. O que tornou isso possível foi a ida de um dos estudantes fundadores do CMI-Tefé para trabalhar nessa escola. Em Tefé, a participação nos protestos de juventude iniciados em 2013 com a transmissão ao vivo de assembleias, tornou possível a parceria com a Pastoral da Juventude para a realização da segunda edição do minicurso, em 2014. Durante três dias, os jovens católicos aprenderam sobre a história do rádio, ondas sonoras e

eletromagnetismo, debateram filmes sobre rádios livres e comunitárias, construíram minitransmissores de 1 watt e aprenderam a montar e usar os equipamentos da rádio Xibé (FIGUEIREDO, 2017).

No ano de 2015, teve início a terceira fase dessa trajetória, em que o Laboratório e o CMI-Tefé passaram a tecer alianças mais orgânicas com movimentos sociais da região e da Panamazônia. O “projeto construção de minitransmissores da Escola Estadual Nazira Litaiff Moriz” foi uma experiência bastante criativa de colaboração entre universidade, escola pública e movimentos sociais que durou o segundo semestre do ano. Elaborado por uma professora de física da escola para o edital do Programa Ciência na Escola (PCE), em parceria com a UEA e ativistas de rádio livre, do movimento estudantil e do movimento indígena, a experiência levou à invenção da metodologia “Ajuri de Projetos”. Na linguagem regional, “ajuri” significa “mutirão”: professores, estudantes e militantes passaram a partilhar saberes e a auxiliar nos projetos uns dos outros, o que envolveu o apoio mútuo na realização de estudos, pesquisas e oficinas (FIGUEIREDO, 2016).

Figura 4 - Rádio Xibé, no encontro realizado em 20 e 21 de agosto de 2016, na comunidade Morada Nova da FLONA-Tefé.



Fonte: Guilherme Gitahy de Figueiredo

No mesmo ano, teve início também a aliança com os jovens extrativistas da Floresta Nacional de Tefé (FLONA-Tefé), através do Projeto Jovens Protagonistas de educação ambiental, que tinha sido iniciado por lideranças comunitárias em parceria com o ICM-Bio e a UEA em 2011 (RODRIGUES; ANCIÃES, 2015). Em 2015, ele passou a ser coordenado por um jovem da FLONA que já tinha participado do programa de rádio livre “Juventude em Ação”, e que passou a convidar integrantes do CMI-Tefé para as atividades do projeto: encontros de jovens nas comunidades, em que ocorriam cursos e oficinas a partir de suas próprias demandas. O jovem coordenador facilitou um planejamento coletivo e horizontal que começava nas assembleias com a juventude, no final de cada encontro, e terminava em reuniões com voluntários parceiros que ajudavam a finalizar a organização do encontro seguinte. Para facilitar essa dinâmica, em 2016 foi

criado o grupo “Amigos da Flona” no whatsapp, usado para manter o contato com quem já tinha participado e marcar novas viagens e reuniões.

Finalmente, em 2014, o CMI-Tefé começou a participar do planejamento e organização do projeto La Nave Va. O convite partiu da Associação Mundial de Rádios Comunitárias do Brasil (AMARC-Brasil), e envolvia ainda a ONG Radialistas Apasionadas y Apasionados do Equador, que era a proponente original, o Instituto de Defensoria Legal (IDL) e a Rádio Ucamara, do Peru, e o financiamento da Pão Para o Mundo. Em 17 de maio de 2015, 12 jovens de 19 a 39 anos, comunicadoras e comunicadores amazônidas do Equador, Brasil e Peru, em sua maioria indígenas, se reuniram em Quito, no Equador, e começaram uma viagem de 12 semanas por terra e rio até chegarem a Tefé. Durante o percurso, foram conhecendo as regiões de cada um deles, os desafios socioambientais como os megaprojetos que ameaçam terras indígenas e as bacias amazônicas, e as diferentes experiências de comunicação indígena e comunitária. Além disso, durante a viagem também houve oficinas e a publicação de reportagens no site <http://pororoca.red>. Um dos objetivos era criar laços de cooperação a longo prazo, com a formação da rede Pororoca.

A rede Pororoca cresceu bastante em 2017, quando foi possível reunir 35 comunicadoras e comunicadores, em sua maioria indígenas, para a realização da cobertura do Fórum Social Panamazônico, de 28 de abril e 1º de maio em Tarapoto, no Peru. Dessa vez, além do Brasil, Equador e Peru, participaram também jovens da Colômbia e havia mais coletivos, ONGs e fontes de financiamento. Como a AMARC-Brasil mobilizou para o encontro participantes do seu projeto Mídia dos Povos, foi possível levar do Brasil não apenas participantes do Amazonas, mas também do Pará e Amapá, e quilombolas começaram a participar. O grupo se reuniu em Tarapoto dias antes do FOSPA para realizar apresentações e oficinas preparatórias, entre as quais foi marcante a exposição de teorias indígenas da comunicação do Peru e Colômbia (MUÑOZ; TELLO; FIGUEIREDO, 2020). Nas assembleias para o planejamento colaborativo, formularam-se os seguintes princípios:

descolonizar; dialogar; exigir e ser críticos; um olhar intercultural e respeito à diversidade; espiritualidade; gerar empatia; fortalecer as identidades dos povos; possuir estética própria e profissional; estar a serviço da comunidade; gerar

laços, solidariedade, redes, articulação entre os povos; favorecer o encontro entre os povos, seus processos e lutas; visibilizar as vozes dos povos; visibilizar alternativas ou propostas de “desenvolvimento” que estão praticando os povos amazônicos; fazer um chamado à criatividade. (NOTAS DE CAMPO, 2017).

Figura 5 - A Nave Rádio, transmitindo ao vivo do Fórum Social Panamazônico, em 2017, no Peru



. Fonte: Guilherme Gitahy de Figueiredo

A cobertura do Fórum Social Panamazônico foi realizada com uma web rádio, cujo estúdio foi montado em um lugar de passagem central, mas também através de *performances*, vídeos, fotografias, reportagens para o site e a pintura de um mural. Além de fortalecer a rede Pororoca, esta ação teve como objetivo a criação da rede Ciberamazonas, voltada ao protagonismo das mulheres comunicadoras.

Em 2015, o CMI-Tefé também foi convidado a participar do planejamento da segunda edição do projeto Mídia dos Povos da AMARC-Brasil. A execução começou em 2016, quando foram realizados encontros de comunicadoras e comunicadores no quilombo do Curiaú em Macapá (AP), Alter do Chão (PA) e aldeia Sawré Muybu do povo

Munduruku (PA). Vários integrantes do CMI-Tefé participaram desses encontros, realizando oficinas e aprendendo com experiências diversas. Uma das ideias do projeto era que os comunicadores das populações tradicionais pudessem partilhar entre si experiências, saberes, além de conhecer as regiões uns dos outros. Tinha oficinas de pessoas de outras regiões do País, mas a ênfase era na partilha entre as diferentes regiões da Amazônia e o fortalecimento das redes Pororoca e Ciberamazonas.

Em 2017, logo após o encontro em Tarapoto, foi a vez do CMI-Tefé e da sua parceira, a aldeia Marajaí, serem anfitriões de um dos encontros do Mídia dos Povos. O processo de organização do evento levou cerca de um ano desde a primeira assembleia realizada na aldeia para a apresentação da proposta, passando por diversas reuniões do CMI em Tefé e com os demais organizadores no Marajaí. Além disso, foram realizados dois pré-encontros para animar o debate sobre comunicação e convidar jovens da região para fortalecer as redes locais e regionais: um junto ao Projeto Jovens Protagonistas da FLONA-Tefé, e outro na Terra Indígena Barreira da Missão, onde o CMI-Tefé realizou várias oficinas durante a sua primeira fase. Graças à participação no projeto La Nave Va, foi possível convidar comunicadores do Peru e Colômbia, embora este último não tenha conseguido vir. O encontro aconteceu de 24 a 28 de julho de 2017 e participaram comunicadoras e comunicadores indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e de organizações urbanas do Peru, Amapá, Pará, Rio de Janeiro e do Médio Solimões.

Pouco antes do encontro, houve uma substituição das pessoas responsáveis pela coordenação do projeto Mídia dos Povos na AMARC-Brasil e o planejamento foi centralizado e alterado. A nova coordenação desconsiderou o que vinha sendo construído desde a escrita do projeto, quando se priorizou a partilha de saberes entre comunicadoras e comunicadores amazônidas e nas reuniões e assembleias locais em que todo um cronograma havia sido montado. A programação de partilha de saberes, que deveria acontecer durante toda a semana, ficou reduzida a uma manhã e os demais dias ficaram para os cursos definidos e pagos pela coordenação, em sua maioria ministrados por comunicadores do Sudeste. O intercâmbio com outras regiões do País é importante, mas poderia ter sido construído de modo colaborativo e se conectando aos processos que já estavam em andamento. Depois disso, a AMARC-Brasil não renovou o projeto Mídia dos Povos e se afastou das redes Pororoca e Ciberamazonas.

Também no projeto La Nave Va houve conflitos e dispersão. Várias organizações que participaram da cobertura do FOSPA em 2017 se afastaram por discordâncias em relação aos métodos de trabalho e a ação seguinte contou com uma equipe reduzida pela metade. Em junho de 2018, em Macapá, aconteceu a cobertura da 4ª Cúpula Indígena Amazônica, do 2º Congresso de Mulheres Indígenas da Bacia Amazônica e do 10º Congresso Geral da Coica – Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica, e novamente houve discordâncias desgastantes a respeito dos métodos.

Apesar do refluxo, as redes Pororoça e Cíberamazonas animaram vínculos de afeto, solidariedade, apoio mútuo e partilha de saberes que puderam ter continuidade à distância ou através de outras iniciativas. Foi com base nessas experiências, e sentindo a minha identidade abrindo-se para a tecedura de laços mais fortes com outras regiões da Panamazônia que, a partir de 2019, dei início a um pós-doutorado com o projeto “Tecendo redes interculturais na(s) Amazônia(s)”, que depois oficializei como projeto do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da UEA. O objetivo geral é pesquisar as experiências de comunicação indígena, quilombola, popular etc. das várias regiões da Amazônia não de modo direto, mas através do diálogo com os saberes das comunicadoras e comunicadores sobre as suas próprias práticas, e da produção colaborativa de novas reflexões em coautoria, em que a ciência entra como parceira, colaboradora e pode ser apropriada por esses sujeitos (FIGUEIREDO; SANTOS, 2021). Foi também nesse momento que o nome do programa de extensão passou a ser Laboratório de Comunicação Intercultural, incorporando o conceito de interculturalidade dos movimentos sociais panamazônicos.

Um fruto direto da pesquisa de campo realizada em 2019 foi o convite para entrar na Rede de Notícias da Amazônia que é, atualmente, a mais ampla iniciativa de construção da comunicação horizontal entre as regiões da Amazônia brasileira. Ela tem sua sede em Santarém (PA) e produz noticiários e programas de educação ambiental que são transmitidos por 24 rádios, em sua grande maioria ligadas à Igreja Católica. Outra oportunidade foi o convite, em 2021, para participar da construção da Escola de Redes Comunitárias da Amazônia, uma iniciativa do Projeto Saúde e Alegria (PSA), com sede em Santarém (PA), a partir do projeto Conectando os Desconectados da rede Associação para o Progresso das Comunicações (APC) em parceria com a ONG Rhizomatica. A

escola está sendo criada de modo colaborativo, com especialistas de várias regiões do Brasil e também com comunicadoras e comunicadores de diferentes regiões da Amazônia.

Em 2018, aconteceram as últimas reuniões do CMI-Tefé e, por isso, o método Ajuri de Projetos desenvolvido em 2015 (FIGUEIREDO, 2016) foi retomado em 2022 (após a fase mais intensa do distanciamento social da pandemia) para o cultivo da horizontalidade na mobilização de projetos acadêmicos e não acadêmicos. O primeiro encontro foi em 16 de fevereiro e reuniu pessoas de antigos projetos ou que estão começando a planejar os novos. A ideia é a realização de encontros a cada duas semanas para a partilha de conhecimentos, experiências e ações comuns como oficinas, cursos, entre outras iniciativas. Um dos desafios será a estruturação de um espaço físico que o laboratório recebeu na universidade para criar uma web rádio, ilhas de edição e outras ferramentas de apoio aos projetos de pesquisa, ensino e extensão da academia e dos seus parceiros. A mobilização por meio do Ajuri ganhou o nome Tecedores de Paneiros, em referência às cestas feitas de cipós que se entrelaçam, sustentando uns aos outros. A música Paneiro, do grupo Raízes Caboclas, associa-o ao Ajuri:

“Paneiro é coisa comum
Em todo barraco tem
Não custa muito dinheiro
Nem custa fazer também

Mas quero guardar comigo
Pra sempre no coração
A lição que o paneiro ensina
Como é bela a união

As talas viviam à ufa
Nas matas, sem serventia
Mas agora, de mãos dadas
Todas têm força e valia”

Entre o gregarismo e a união

Na pesquisa de doutorado realizada entre 2010 e 2015, uma das técnicas foi entrevistar pessoas que passaram anos convivendo com o coletivo de Tefé nas mesmas redes com o objetivo de conhecer melhor essa interação. Como as redes parceiras da primeira fase do CMI-Tefé (CMI-Brasil, Rizoma de Rádios Livres e Flor da Palavra) não trabalhavam com editais e evitavam vínculos com agências de financiamento, tinham poucos recursos e raras foram as vezes que voluntários de Tefé puderam viajar para conhecer de perto outros coletivos ou participar de encontros. Ainda assim, havia a interação por listas de e-mail, reuniões em chats e a partilha de sites comuns, vídeos, notícias, músicas etc. O resultado surpreendeu: vários entrevistados passaram anos convivendo nas mesmas redes, mas sabiam quase nada sobre o CMI-Tefé e seus integrantes. Projetavam neste coletivo o mesmo ideal que faziam de si mesmos enquanto mídia independente ou rádio livre, alterando apenas o cenário que seria a floresta exótica da Amazônia. Aqueles que assistiram aos audiovisuais de Tefé revelaram um conhecimento um pouco mais matizado, indicador de que é uma linguagem fecunda para relações à distância. Mas as duas práticas que se revelaram mais poderosas para a criação de vínculos afetivos, de confiança e colaboração, gerando um conhecimento mútuo mais elaborado, foram a partilha de ações comuns e o encontro presencial através de viagens (FIGUEIREDO, 2015).

Esses resultados foram importantes para o engajamento, a partir de 2014, nos projetos com financiamento La Nave Va, Mídia dos Povos, e na tecedura das redes Pororoça e Ciberamazonas. Afinal, essas iniciativas tinham o potencial de promover a dialogicidade à distância através de viagens e ações conjuntas. A experiência do encontro itinerante de 2015 revelou-se ainda mais promissora, pois viajar juntos para fazer a cobertura de várias lutas regionais produziu vínculos ainda mais intensos e duradouros. No caso da cobertura do Fórum Social Panamazônico, de 2017, o ingrediente especial foi a construção coletiva da reflexão sobre os princípios e as táticas. O grupo era bem maior, reunindo tecnologias e experiências de comunicação livre, popular, comunitária, indígena e quilombola diversas de quatro países, o que tornou possível uma bricolagem de estilos de organização e comunicação que revelou-se bastante equilibrada e rica. Por outro lado,

surgiram conflitos que levaram a um refluxo posterior. Durante a cobertura do FOSPA entrevistei mais da metade das comunicadoras e comunicadores e foi possível notar que, embora a maioria tenha se sentido bastante motivada e satisfeita com a experiência, também foram frequentes as insatisfações com estilos diferentes de organização e comunicação. Como as insatisfações relatadas eram moderadas e bem distribuídas entre os grupos, concluí que o coletivo ampliado formado durante o evento tinha um pouco da contribuição de cada um. Lamentavelmente, porém, para vários dos participantes as insatisfações foram maiores do que as motivações para seguir com a aliança.

A explicação de Williams (2011, p. 359-360) para esse tipo de conflito é que o medo do autoritarismo leva os sujeitos a tentarem reassumir o controle, mas, ao fazê-lo, acabam reproduzindo o autoritarismo ao presumir como superiores as suas próprias imagens de como deve ser a solidariedade democrática. “É como se, por medo ou visão, estivéssemos todos decididos a botar as mãos na vida e forçá-la a adotar nossa própria imagem; e então de nada adianta discutir os méritos das imagens rivais”. Trata-se de uma “barreira mental”, que acaba por se tornar uma recusa dos processos criativos da vida. “Temos de viver por nossas próprias conexões, mas só podemos viver plenamente, em comum, se aceitarmos as conexões dos outros”. A teoria da dualidade, de Freire (2005, p. 34), pode ser útil para se pensar essa dificuldade: é impossível para os oprimidos participarem da dialogicidade “enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor”. Educado em uma sociedade injusta, o ideal do oprimido é ser como os que dominam, vestindo esse ideal como se fosse uma máscara. Querendo acreditar na máscara, passa a ter vergonha de si e a odiar o seu semelhante que é como um espelho onde projeta aquilo que rejeita em si mesmo. Daí a importância que Freire (2005) dá à “incompletude”. Aceitar-se incompleto, abrir-se para tudo aquilo que rejeitou ao vestir máscaras das ideologias hegemônicas é o ponto de partida que torna possível o acolhimento de si e do próximo a partir do qual tem início a dialogicidade entre ambos.

A análise dos conflitos em que movimentos sociais e redes se dispersam indica a presença de processos análogos a este na forma como se lida com consensos contra-hegemônicos. Em um grupo que adota o feminismo como valor, por exemplo, um ativista homem pode vestir esse feminismo como ideal e máscara. Tendo vergonha de comportamentos machistas que não superou, passa a odiar outros homens que acusa de

machistas, estabelecendo uma barreira mental que congela o machismo de ambos. Apenas a tolerância consigo e com os demais ativaria a dialogicidade necessária para novas transformações. Segundo Freire (2005), a não aceitação da incompletude leva ao “gregarismo”, enquanto a dialogicidade é processo de “união” autêntica na qual sujeitos diversos aprendem a partilhar a transformação de si e a construção da história.

Identidades fechadas e abertas

Uma das características da colonialidade é que ela promove a comunicação vertical entre ex-colônia e metrópole e limita tanto quanto possível a comunicação horizontal. Na pesquisa de campo de pós-doutorado (FIGUEIREDO; SANTOS, 2021), realizada no Pará, Maranhão, Amapá e Peru, foi possível constatar que em todas as regiões havia experiências maduras de comunicação indígena, quilombola, popular etc. e também a formação de redes regionais. Há o envolvimento com redes mais amplas, mas estas geralmente são articuladas a partir das metrópoles. O projeto mais consistente que encontrei de rede ligando as várias regiões entre si foi a Rede de Notícias da Amazônia (RNA), que tem como objetivo a produção descentralizada de notícias, priorizando a voz das lideranças comunitárias e valorizando o sotaque das diferentes regiões. No entanto, esta rede tem tido dificuldade em descentralizar a produção de notícias. Embora o espaço esteja estruturado e disponível, e tenha havido investimento em cursos de capacitação nas regiões, parece haver uma barreira de desinteresse na comunicação entre as regiões da Amazônia.

A experiência do CMI-Tefé corrobora com essa hipótese, pois nas suas duas primeiras fases, de 2006 a 2014, realizou poucas ações que gerassem envolvimento e comunicação para além do Médio Solimões. As principais redes com as quais se ligou geraram mais laços com ativistas de metrópoles de outras regiões do Brasil do que da Amazônia. Foi apenas com os projetos La Nave Va, Mídia dos Povos e, mais recentemente, no envolvimento com a Rede de Notícias da Amazônia e a Escola de Redes Comunitárias que passou a ocorrer o cultivo mais significativo de vínculos afetivos, intelectuais e políticos com outras regiões. Na posição de mediador nesses processos, pude perceber, também, uma transformação em minha identidade amazônica: se antes era

mais ligada ao Médio Solimões e à sua relação com as metrópoles, as novas conexões a tornaram progressivamente mais ampla, heterogênea e aberta ao cultivo de novos vínculos com a vizinhança amazônida. Foi essa transformação que me levou a elaborar a consciência do caráter mais fechado da identidade amazônida que eu reproduzia antes.

O morador da Amazônia se recente dos estereótipos de uma natureza virgem demograficamente vazia ou com a presença de povos exóticos e primitivos. Mas, ao mesmo tempo, se apropria e romantiza parte dessas imagens para construir a identidade regional da qual se orgulha. Afinal, afirma-se em uma situação comunicativa em que prevalece a verticalidade. É muito mais comum assistir a um filme ou viajar para as principais metrópoles do que para a vizinhança. Além disso, trata-se de uma identidade fragmentada. A maioria se considera “amazônida”, mas, quando fala em “Amazônia”, tem em mente apenas a sua região: o “Alto Solimões”, “Alto Rio Negro”, “Oeste do Pará”, “Sul do Maranhão” e assim por diante. Em cada uma delas, por exemplo, há orgulho em se falar de certos alimentos da região que seriam tipicamente amazônidas. Em alguns casos, há rivalidade a respeito da qualidade de alimentos produzidos ou consumidos em regiões próximas, mas na maior parte das vezes os vizinhos sequer são lembrados. Quando se trata de uma capital, como Belém ou Manaus, a identidade abarca o estado inteiro, mas as referências dessa identidade são apenas as da metrópole. É comum que se encontrem trabalhos acadêmicos que estudam apenas Manaus, mas que colocam o “Amazonas” no título. Algo análogo aos livros de “história do Brasil” que estudam quase nada sobre a Amazônia.

Kaplún (1996), para analisar as práticas de comunicação verticais e horizontais, elabora os conceitos de “comunicação fechada” e “comunicação aberta”. A primeira é a do “puro emissor”, que não existe de modo absoluto, mas tende a preocupar-se mais com o conteúdo da mensagem do que com o destinatário. Não tece um diálogo, não constrói uma relação. Por outro lado, a comunicação aberta é a que prioriza a escuta, o conhecimento a respeito do interlocutor e dos assuntos que despertam o seu interesse, de modo a estabelecer uma comunicação em que “o interlocutor se reconheça na mensagem e se identifique com ela”. O autor destaca a importância da “empatia”: se a “simpatia” é espontânea, a empatia é deliberada, voluntária, um esforço consciente de se colocar no

lugar do outro para partilhar a “uma corrente de comunicação”, entrando em “sintonia” com ele.

Como destreza, a empatia é uma condição que podemos cultivar, desenvolver. Todos podemos incrementar nossa capacidade para “empatizar”, tratando de nos colocar na situação, no lugar daqueles com quem queremos nos comunicar; de nos localizarmos em sua realidade, de sentir com seus valores e de pensar com suas categorias.

Na medida em que cultivemos em nós essa capacidade, nessa medida seremos comunicadores.

Mas essa capacidade não é só intelectual, racional; não é uma mera estratégia. Significa QUERER, VALORIZAR aqueles com quem tratamos de estabelecer a comunicação. Implica compreensão, paciência, respeito profundo por eles, carinho, ainda que sua visão e percepção do mundo não sejam, todavia, a que nós almejamos. Significa estar pessoalmente comprometido com eles (KAPLÚN, 1996, p. 125).

Esse é o ponto de partida para o conceito de “comunicação popular” de Kaplún (1999) que, de modo análogo ao conceito de “dialogicidade” de Freire (2005), tem três dimensões principais: é um processo educativo que forma a comunidade e se forma com ela (reflexão coletiva), gera e é gerado pela organização popular (ação coletiva) e tem como meta o diálogo e a participação.

De modo análogo aos conceitos de comunicação fechada e aberta, propomos aqui que a predominância da comunicação vertical gera e é gerada por “identidades fechadas”, em que há mais vínculos afetivos, culturais, econômicos e políticos com as metrópoles do que com a vizinhança. Elas correspondem também ao “identitarismo”: políticas de defesa de identidades congeladas, essencialistas, ou que então negam a importância das identidades para as transformações históricas, levando ao mesmo resultado conservador (ALMEIDA; HAIDER, 2019). Por outro lado, o acolhimento das incompletudes e processos em que o uso de tecnologias é combinado com viagens e a partilha de ações e reflexões geram e são gerados por identidades abertas, empáticas, dando consistência para a comunicação horizontal, a tecedura da interculturalidade e do bem viver. As identidades se reinventam e se abrem, pois já não se afirmam tanto na relação com as metrópoles, passando a intensificar a apropriação de valores, códigos e saberes da vizinhança. Pouco a pouco a imagem da “Amazônia” homogênea e exótica vai dando lugar à riqueza da sua heterogeneidade: uma Amazônia que faz da diversidade a fonte de uma força unificada crescente.

Universidade e bem viver

Não tem sido fácil avançar em projetos interculturais. Além das barreiras analisadas neste texto, forças econômicas e políticas estão se empenhando na reinvenção da colonialidade: está em curso a coleta massiva de dados digitais para a formulação de estratégias cada vez mais eficazes de comunicação vertical, exploração econômica e controle político. Historicamente, a ciência ocidental nasceu alimentada e produzindo instrumentos ao capitalismo colonialista. No Brasil, a universidade nasceu no começo do século XX para fornecer mão de obra qualificada para um modelo de industrialização dependente. Segundo Florêncio Vaz (2019, p. 85), a universidade é um espaço de “reprodução de um modo de ser e de uma cultura hegemônica”, em que são vividas situações de exclusão e racismo, e no qual o projeto de interculturalidade dos povos indígenas tem avançado com dificuldade. Por outro lado, também com a universidade nasceram projetos para a apropriação dos métodos científicos para a construção de uma ciência aliada aos interesses nacionais e, uma geração depois, capaz de estabelecer diálogos com os saberes populares, facilitando a sua apropriação popular e fortalecendo trabalhadoras e trabalhadores enquanto sujeitos da história (RIBEIRO, 1969; TEIXEIRA, 1954).

O programa de extensão Laboratório de Comunicação Intercultural, aliado atualmente ao projeto de pesquisa Tecendo Redes Interculturais na(s) Amazônia(s) (FIGUEIREDO; SANTOS, 2021), tem dado continuidade à estratégia de buscar a construção de condições para que sujeitos coletivos possam se apropriar e reinventar a ciência, descolonizando a universidade e produzindo ferramentas para promover a interculturalidade. Estes projetos e os parceiros de dentro e fora da universidade têm mostrado que é possível avançar em táticas de dialogicidade que contribuem para transformar as diferenças em elos, por meio do acolhimento das incompletudes e da construção de identidades abertas, construindo frentes para enfrentar a dominação e tecendo redes que dão passo à invenção comum do bem viver.

Referências

- ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Prefácio à edição brasileira. In: HAIDER, Asad. *A armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo: Vêneta, 2019.
- BENJAMIN, Walter. O autor como produtor [1930]. In: _____. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DUARTE, Nelly. Minha vida no mundo dos brancos. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 60, n. 1, p. 35-46, 2017.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de; PAULA JÚNIOR, Pedro Pontes de. A Rádio Xibé entre o colonialismo tecnológico e a tecedura de relações de escuta. In: FIGUEIREDO, Guilherme; COELHO, Leni; SCHWAMBORN, Núbia. *Reinvenções do rádio: tecnologia, educação e participação*. São Paulo: Alexa Cultural, 2018.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Como fazer um curso aberto? Inovações pedagógicas a partir de uma bricolagem com humanos, ciência e rádio livre. In: Machado, Rita; Castro, Amanda. *Educação popular em debate*. Jundiaí: Paco, 2017.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. *Inventando autonomias no Médio Solimões: uma etnografia dialógica da rádio Xibé e suas redes*. 2015. Tese (doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. O que a floresta da mídia esconde? “Junho” em Tefé. In: BRANCALEONE, Cássio & BEM, Daniel de. *As rebeliões da tarifa e as jornadas de junho no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Deriva/GPASE, 2014.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Rádio rompendo barreiras: um Ajuri de projetos envolvendo escola, universidade e movimentos sociais. In: COELHO, Leni; SILVEIRA, Cristiane; BEZERRA, Rita. *Formação docente, estágio supervisionado e práticas pedagógicas*. Jundiaí: Paco, 2016.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Um laboratório de comunicação livre no médio Solimões. In: FUSER, Bruno. *Comunicação para a cidadania: caminhos e impasses*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de; SANTOS, Joelma Viana dos. “Vizinhar” e descolonizar a comunicação na(s) Amazônia(s): entrevista de Joelma Viana dos Santos com Guilherme Gitahy de Figueiredo. *Revista Docência e Cibercultura*, UERJ, v. 5, n. 1, p. 238-249, 2021.
- FONTES, Francinéia Bitencourt. Minha escrivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do Rio Negro – Amazonas/Brasil. *Cadernos de campo*, USP, v. 29, n. 1, p. 179-186, 2020.
- FREIRE, Paulo. *Comunicação ou extensão?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- HAIDER, Asad. *A armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo: Vêneta, 2019.
- KAPLÚN, Mario. *El comunicador popular*. Buenos Aires: Lumen-Humanitas, 1996.
- LUCIANO, Gersém José dos Santos. *Educação para manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Laced, 2013.
- MUÑOZ Atillo, Dora Estella; TELLO Imaina, Leonardo; FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Para enfrentar o colonialismo: duas teorias indígenas da comunicação. In: NAVA Morales, Elena; FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. *Tejiendo desde la contrahegemonía: medios, redes y TIC en la América Latina*. México: IIS-UNAM, 2020.
- PAULA Júnior, Pedro Pontes de; FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Transformação e reprodução social na experiência do Centro de Mídia Independente de Tefé. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro (BA). Disponível em: http://201.48.149.88/abant/arquivos/24_5_2008_17_57_41.pdf. Consultado em: 29/3/2009.
- PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. São Paulo: Paz e Terra, 1969.
- RODRIGUES, Leonardo; ANCIÃES, Marina. *Verde perto*. Manaus: Ed. Inpa, 2015.
- SANTOS, Rosa Maria Ferreira dos; FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Encontro no ar: a dialogicidade no programa Juventude em Ação. In: SOUZA, Antônio; JUSTAMAND, Michel; CRUZ, Tharcísio. *Fazendo Antropologia no Alto Solimões 13*. São Paulo: Alexa Cultural, 2018.
- TEIXEIRA, Anísio. *A universidade e a liberdade humana*. Ministério da Educação e Cultura: Dep. de Imprensa Nacional, 1954.
- VAZ FILHO, Florêncio Almeida. O nativo revestido das armas da antropologia. *Revista Novos Olhares Sociais*, PPGCS (UFRB), v. 2, n. 1, p. 79-98, 2019.
- VAZ FILHO, Florêncio Almeida. A rebelião indígena na UFOPA e os desafios da interculturalidade no ensino superior. *Revista Novos Olhares Sociais*, PPGCS (UFRB), v. 2, n. 1, p. 79-98, 2019.

Recebido em 01 de setembro de 2021 | Aceito em 08 de setembro de 2021



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas

V 11 | n 20 | jan-jun 2022

A questão do crédito no trabalho de arranjos alternativos às corporações de mídia

Dairan Paul



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

PAUL, Dairan. A questão do crédito no trabalho de arranjos alternativos às corporações de mídia. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 199-214, jan-jun 2022. Semestral.

© NAUI

A questão do crédito no trabalho de arranjos alternativos às corporações de mídia

Dairan Paul ¹

Resumo

Arranjos jornalísticos alternativos aos conglomerados midiáticos nem sempre recebem o crédito pelo trabalho que produzem. A partir de seis casos, discuto como essa problemática estrutura o campo jornalístico e afeta sobretudo as iniciativas que se autodenominam “independentes” ou “alternativas”. Os exemplos demonstram que veículos da chamada “grande imprensa” acabam, por vezes, apropriando-se de apurações feitas pelos arranjos e evitam creditá-los, seja por orientação editorial, pela ausência de reconhecimento simbólico ou pelo reforço a uma lógica de mercado que se sobrepõe aos preceitos da ética jornalística. Arranjos, por sua vez, apostam em valores como transparência e colaboração, formando redes de trabalho em conjunto para ampliar a circulação de seus conteúdos.

Palavras-chave: arranjos jornalísticos; créditos; ética jornalística.

Abstract

Alternative journalistic arrangements to media conglomerates do not always get credit for the work they produce. Based on six cases, I discuss how this problem structures the journalistic field and mainly affects initiatives that call themselves “independent” or “alternative”. The examples demonstrate that vehicles of the so-called “big press” sometimes end up appropriating the news gathering made by the arrangements and avoid crediting them, either through editorial guidance, the lack of symbolic recognition or the reinforcement of an overlapping market logic to the precepts of journalistic ethics.

¹ Doutorando em Jornalismo no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC). Bolsista Capes. Pesquisador do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS – objethos.wordpress.com). E-mail: dairanpaul@gmail.com.

Arrangements, in turn, bet on values such as transparency and collaboration, forming networks to work together and expand the circulation of their content.

Keywords: journalistic arrangements; credits; journalism ethics.

À margem das corporações jornalísticas

Neste artigo, exploro seis casos nos quais arranjos alternativos às corporações de mídia não receberam os devidos créditos pelo trabalho que realizaram, a fim de refletir sobre a ética no jornalismo. Argumento, ao fim, que a ausência de reconhecimento simbólico desses veículos dificilmente se justifica por questões meramente técnicas; ela opera, antes, por estratégias de invisibilidade que objetivam legitimar o jornalismo hegemônico ou *mainstream*.

Os *insights* deste texto resultam de uma pesquisa mais ampla e em andamento, desenvolvida no âmbito do doutorado², no qual investigo iniciativas jornalísticas distintas das grandes redações – estas, pertencentes a conglomerados midiáticos, em grande parte dos casos. Na etapa exploratória do estudo, realizei um mapeamento de veículos que ora se autodeclaram “alternativos”, “independentes”, “comunitários”, “periféricos”, “contra-hegemônicos” ou simplesmente como “jornalismo”, sem rótulos. Optarei, adiante, pelo conceito de “arranjos econômicos alternativos” (FIGARO, 2018) como chave de leitura para denominar tais experiências.

Ainda que de modo bastante inicial, pude perceber, na fase exploratória da pesquisa, um comportamento algo recorrente entre os jornalistas dessas mídias: a reivindicação pelo crédito autoral. Os relatos tinham em comum a apropriação por parte da mídia “tradicional” da apuração jornalística feita pelos veículos.

Das seis iniciativas que compõem o conjunto de casos, metade se autodeclara como “jornalismo independente” (*The Intercept Brasil, Ponte Jornalismo, Agência Pública*) nas suas descrições³, enquanto que os três restantes preferem o termo “jornalismo

² O título provisório da tese é “O avesso do romântico: arranjos jornalísticos como resposta à crise normativa do jornalismo”, sob orientação do prof. dr. Rogério Christofoletti, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR/UFSC).

³ Textos de apresentação presentes em abas dos sites (como o “quem somos”) e campanhas de financiamento, acrescidos das informações contidas nas redes sociais dos arranjos.

investigativo” (*Blog do Berta, Observatório da Mineração e Agência Sportlight*). No entanto, como característica em comum, todos atuam ao largo da chamada “grande imprensa” ou “imprensa tradicional”, *mainstream*. Isto é, não pertencem a grandes grupos de comunicação e conglomerados midiáticos, mesmo que não se autodeclarem “independentes” ou “alternativas” a eles.

Nesse sentido, o conceito de “arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia” se mostra frutífero para uma compreensão inicial de quem são estes veículos, posto que o termo “alternativo”, aqui, refere-se apenas à forma de organização da iniciativa (distinta de conglomerados midiáticos), e não à sua autodenominação como “jornalismo alternativo”, por exemplo. Nesse sentido, os arranjos abarcam as mais diversas autodenominações (independente, comunitário, periférico, contra-hegemônico). São “micro e pequenas empresas, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil, coletivos”, cuja finalidade busca “representar efetiva alternativa de trabalho (empregabilidade) e de produção de um serviço de qualidade por seus vínculos e compromissos com a democratização dos meios de comunicação e com a sociedade” (FIGARO, 2018, p. 19-20).

Ao mapear arranjos da Grande São Paulo, Figaro (2018) identificou uma série de características comuns às iniciativas⁴. São organizações cujo trabalho nasce nos meios digitais, feito por jornalistas jovens (entre 20 e 35 anos), com parcela menor de profissionais que já passaram por veículos da chamada “grande imprensa”. Rejeitam ideologias manifestadas nas linhas editoriais dominantes da mídia tradicional e estão próximos de valores progressistas (mesmo que a adesão não seja necessariamente homogênea). A maioria das iniciativas é composta por trabalho voluntário, com baixa ou nenhuma remuneração aos jornalistas. As condições laborais instáveis tendem a ser compensadas por certo senso de solidariedade entre os arranjos, que formam redes de colaboração para produzir reportagens em conjunto, por exemplo.

Apesar de recente, o estudo de Figaro (2018) não se debruça sobre um objeto novo para o campo do jornalismo e da comunicação. Pelo contrário: ele se inscreve numa larga

⁴ O estudo original de Figaro (2018) foi replicado por equipes de pesquisadores de outros estados, como Goiás e Tocantins (ZACARIOTTI; LEMES; PAZ; COSTA, 2020), Ceará (COSTA; SILVA; ARAÚJO, LIMA, 2020), Amapá (LIMA; PIRES, 2020), Minas Gerais (BARROS; FILHO, 2020) e Santa Catarina (KIKUTI; MICK; PAUL; LUZ; SOUSA; RAMOS, 2021). Guardadas as particularidades de cada região, todos identificam a fragilidade econômica dos arranjos e a tendência ao trabalho voluntário.

tradição de pesquisas sobre comunicação popular e alternativa, do jornalismo independente e contra-hegemônico (ASSIS; CAMASÃO; SILVA; CHRISTOFOLETTI, 2017; CARVALHO; BRONOSKY, 2017; PACHI FILHO; SOUZA; MOLIANI, 2018; PEIXOTO, 2019). Essa corrente teórica já chamava a atenção para a existência de iniciativas jornalísticas distintas às organizações tradicionais da indústria jornalística pelo menos desde a ditadura militar (KUCINSKI, 2011), passando pelo crescimento dos veículos comunitários nas décadas de 1970 e 1980 (PERUZZO, 2009), os blogs surgidos nos anos 1990 e 2000 (LIMA, 2015) e, mais recentemente, a eclosão de coletivos midiativistas (BRAIGHI; LESSA; CÂMARA, 2018) especialmente após as Jornadas de Junho, em 2013. Como o conceito de arranjo diz respeito à forma de organização, são várias as iniciativas que podem ser incluídas a partir dessa premissa, *startups* e veículos autodenominados empreendedores (MAURÍCIO; ALMEIDA, 2019; DEUZE; WITSCHGE, 2020), cujas finalidades podem eventualmente divergir da imprensa alternativa e contra-hegemônica, mas também se alinhar a “instâncias progressistas” (CARVALHO, 2018).

É a partir desse quadro geral que situamos o contexto de produção jornalística dos seis arranjos a seguir. Ainda que preservem particularidades quanto a variáveis como fontes de receita (via editais, financiamento de *big techs*, publicidade ou mesmo trabalho puramente voluntário), composição individual ou coletiva (formado apenas por um único jornalista ou por uma equipe) e alcance de público, as iniciativas comungam de uma característica básica: são formas de organização distinta das redações tradicionais, pois não pertencem a conglomerados midiáticos, e pretendem ser um contraponto crítico à “grande imprensa”. Talvez por isso não compartilhem da mesma legitimidade atribuída historicamente às instituições jornalísticas de trajetória mais consolidada, o que contribuiria para o descrédito do seu trabalho por parte dos colegas da mídia tradicional.

Antes de passar aos casos, sintetizo a seguir quem são as seis iniciativas jornalísticas mencionadas. A sucursal brasileira do *The Intercept* chegou ao País em 2016, com foco na produção de reportagens investigativas sobre política, e ganhou notoriedade a partir da série Vaza Jato⁵, que trouxe à tona as relações promíscuas do Ministério Público Federal com o ex-juiz Sergio Moro. Mais antiga, a *Agência Pública* atua desde

⁵ Disponível em: <https://apublica.org/quem-somos/>. Acesso em: 30 set. 2021.

2011 e já conquistou 52 prêmios⁶ por suas reportagens especializadas na cobertura de direitos humanos. *Ponte Jornalismo* surgiu em 2014, preocupada em dar visibilidade ao tema da segurança pública. É republicada em sites como *UOL*, *El País* e *Yahoo News*, além de ser mencionada por veículos estrangeiros de diversos países⁷.

Os outros três arranjos são todos formados apenas por um jornalista. *Agência Sportlight* produz investigações sobre esportes e é comandada desde 2016 por Lúcio de Castro, profissional com passagem por veículos como *TV Globo* e *ESPN Brasil*⁸. Mesmo caso do experiente repórter Ruben Berta, que trabalhou por 17 anos no jornal *O Globo* e fundou seu blog em 2017⁹. Por fim, Maurício Angelo, jornalista com mais de 15 anos de carreira, está à frente do *Observatório da Mineração*. O site cobre o setor extrativo desde 2015 e já foi reconhecido internacionalmente por sua relevância na área¹⁰.

Como dito anteriormente, em que pese não terem as mesmas condições econômicas dos jornais tradicionais, os seis arranjos deste artigo são formados por profissionais experientes. São, sobretudo, iniciativas premiadas, o que sinaliza para certo nível de reconhecimento simbólico no campo jornalístico, ao menos entre os pares. A despeito disso, persiste alguma apropriação indevida de suas apurações por outros jornais, como discutiremos a seguir.

Seis exemplos e nenhum crédito

Apresento neste subcapítulo situações que ilustram diferentes formas de descrédito dos arranjos jornalísticos por outros veículos. Os casos ganham notoriedade especialmente porque os próprios jornalistas responsáveis pelas matérias “cooptadas” sentem necessidade de vir a público, por meio de redes sociais (notadamente, o Twitter), e cobrar crédito pelo trabalho realizado.

No primeiro exemplo, George Marques, à época jornalista do *Intercept Brasil*, questionou por qual razão o jornal *O Globo* deixou de mencionar uma entrevista exclusiva cedida por Magno Malta à repórter Amanda Audi. “A mídia brasileira que se diz

⁶ Disponível em: <https://apublica.org/quem-somos/>. Acesso em: 30 set. 2021.

⁷ Disponível em: <https://ponte.org/sobre/impactos/>. Acesso em: 30 set. 2021.

⁸ Disponível em: <https://agenciasportlight.com.br/index.php/sobre-o-autor/>. Acesso em: 30 set. 2021.

⁹ Disponível em: <https://blogdoberta.com/sobre/>. Acesso em: 30 set. 2021.

¹⁰ Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/sobre/>. Acesso em: 30 set. 2021.

hegemonia é uma vergonha”, escreveu. “Qual o problema de citar o veículo?”¹¹. O furo obtido pelo *Intercept* em dezembro de 2018¹² revelou as mágoas do ex-senador com o presidente Jair Bolsonaro, outrora seu braço direito no governo. Noticiado horas depois¹³, *O Globo* trouxe as mesmas informações, mas sinalizando que Malta as revelou diretamente para o veículo. No Twitter, o editor-executivo do *Intercept*, Leandro Demori, comentou que o comportamento é recorrente: “*O Globo* faz isso direto. Em dois dias se apropriam da narrativa de outro veículo e começam a dar notícias ‘segundo *O Globo*’. É patético e vou seguir reclamando”.

De fato, o editor persistiu nas cobranças públicas. Em agosto de 2021, a edição 2690 da revista semanal *IstoÉ* publicou reportagem sobre a descoberta de uma antropóloga envolvendo cartas de Jair Bolsonaro endereças a grupos neonazistas¹⁴. Uma semana antes, ainda no final de julho, o próprio Demori assinou matéria que contava a mesma história. Nenhuma menção foi feita pela revista. No Twitter, o jornalista chegou a afirmar que *IstoÉ* “praticamente plagia o Intercept”¹⁵.

Já no caso de *Agência Pública*, o descrédito se deu em função de uma reportagem veiculada pelo programa Fantástico, da *Rede Globo*. A matéria trazia os desdobramentos do réveillon que Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flavio Bolsonaro, passou em Atibaia, na casa do advogado da família Frederick Wasseff¹⁶. Essa informação inicial, no entanto, foi apurada pela *Agência* em reportagem exclusiva¹⁷. Fantástico apenas creditou as imagens de Queiroz cedidas por *Pública*, sem deixar claro para o telespectador que o furo original envolvia um trabalho de apuração mais complexo do que apenas as fotos. Natalia Viana, cofundadora da *Agência*, se mostrou cansada do comportamento, sugerindo ser

¹¹ Disponível em: <https://twitter.com/GeorgMarques/status/1070408521576079363>. Acesso em: 1 out. 2021.

¹² Disponível em: <https://theintercept.com/2018/12/04/entrevista-magno-malta-dispensado-ministro/>. Acesso em: 1 out. 2021.

¹³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/minha-vida-nao-depende-de-bolsonaro-diz-magno-malta-sobre-cargo-no-governo-23282441>. Acesso em: 1 out. 2021.

¹⁴ Disponível em: <https://istoe.com.br/mensagens-nazistas-de-bolsonaro/>. Acesso em: 1 out. 2021.

¹⁵ Disponível em: <https://twitter.com/demori/status/1423685982004592642>. Acesso em: 1 out. 2021.

¹⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/06/21/festas-churrascos-e-consultas-medicas-a-rotina-de-queiroz-em-atibaia.ghtml>. Acesso em: 1 out. 2021.

¹⁷ Disponível em: <https://apublica.org/2020/06/exclusivo-foto-indica-que-queiroz-passou-o-reveillon-em-atibaia/>. Acesso em: 1 out. 2021.

algo recorrente: “como sempre o Grupo Globo usa apuração alheia e não dá o devido crédito. E a gente sempre tem a esperança que eles vão melhorar”¹⁸.

Outro exemplo trazido pela editora é a reportagem “A desastrosa Operação do Exército que levou à morte de Evaldo Rosa”¹⁹, publicada em 29 de abril, à 1h, sobre os meandros ilegais que cercaram a ação militar. No mesmo dia, às 20h37, *GI* publicou “Exército ocupava favela do Muquição, na Zona Oeste do Rio, quando fuzilou o músico e catador de lixo, atestam documentos”²⁰, matéria que partiu da apuração feita pela *Agência*. O texto, contudo, omite essa informação e utiliza o eufemismo “atestam documentos” para não mencionar o nome do site de jornalismo independente. Viana novamente foi às redes para explicar que a expressão, na verdade, é sinônimo de seis meses de investigação da *Pública*²¹.

Ponte Jornalismo exemplifica como jornais podem reaproveitar pautas já trabalhadas pelos arranjos, mas deixando de citar o que havia sido apurado por eles. A repórter Jennifer Mendonça questionou matéria publicada por *Folha de S. Paulo*²² sobre a mobilização de estudantes da USP para alterar o nome da avenida Dr. Arnaldo, que homenageava um professor com participação em movimento racista. A notícia descreve um acontecimento factual de agosto de 2021, quando alunos trocaram as placas da avenida para o nome de uma biomédica. Em seguida, desdobra o fato, ligando-o a outro caso de nome de rua que havia sido modificado, em abril do mesmo ano. Foi neste mês que *Ponte Jornalismo* produziu duas reportagens sobre o tema: “Como a principal faculdade de direito do País violou o corpo de uma mulher negra por 30 anos”²³ e “Após reportagem da Ponte, alunos da USP se mobilizam contra homenagens a professor

¹⁸ Disponível em: <https://twitter.com/VianaNatalia/status/1274875518438060032>. Acesso em: 1 out. 2021.

¹⁹ Disponível em: <https://apublica.org/2020/04/exclusivo-a-desastrosa-operacao-do-exercito-que-levou-a-morte-de-evaldo-rosa/>. Acesso em: 1 out. 2021.

²⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/29/exercito-ocupava-favela-do-muquico-na-zona-oeste-do-rio-quando-fuzilou-musico-e-catador-de-lixo-atestam-documentos.ghtml>. Acesso em: 1 out. 2021.

²¹ Disponível em: <https://twitter.com/VianaNatalia/status/1274877150647246848>. Acesso em: 1 out. 2021.

²² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/08/alunos-da-usp-trocaram-placas-de-rua-que-homenageiam-pessoas-com-historico-racista.shtml>. Acesso em: 2 out. 2021.

²³ Disponível em: <https://ponte.org/principal-faculdade-direito-pais-usp-sao-francisco-violou-corpo-mulher-negra-30-anos-jacinta/>. Acesso em: 2 out. 2021.

racista”²⁴. “A *Folha* poderia ter citado que a mudança do nome da sala da SanFran, que homenageia Amâncio de Carvalho, veio depois que a *Ponte Jornalismo* deu visibilidade à pesquisa de Suzane Jardim e explicou em quadrinhos quem era Jacinta”, escreveu a jornalista da *Ponte* em sua conta pessoal no Twitter²⁵.

Noutra ocasião, políticos compartilharam uma filmagem do fotojornalista Daniel Arroyo sem creditá-lo²⁶. Mesmo que o exemplo ultrapasse a discussão deste artigo, limitado aos veículos de jornalismo, destaco o argumento do editor-chefe da *Ponte*, Amauri Gonzo, em defesa da importância de atribuir crédito: “para conseguirmos fazer o nosso trabalho de maneira independente, questionando a polícia e o Estado, precisamos de apoiadores, que antes de tudo, são leitores. Sem crédito, ninguém fica conhecendo a *Ponte* e perdemos mais uma chance de ampliar nossa cobertura”²⁷. Em outras palavras, o reconhecimento não é meramente simbólico, mas de implicações materiais – especialmente para os arranjos, cuja visibilidade e poder de alcance diferem de instituições jornalísticas mais robustas e estabilizadas, do ponto de vista financeiro.

Esse prejuízo pode ser potencialmente maior para arranjos formados apenas por um único jornalista, como a *Agência Sportlight* e o *Blog do Berta*. No primeiro caso, o site de jornalismo investigativo publicou reportagem sobre uma disputa judicial nos Estados Unidos do produtor de cinema Rodrigo Teixeira contra Luiz Mussnich, investidor do mercado financeiro²⁸. Publicada quatro e dez dias depois em *O Globo*²⁹ e *Folha de S. Paulo*³⁰, respectivamente, as matérias chamaram a atenção de Lúcio de Castro. O jornalista responsável pela *Agência* não recebeu créditos por sua reportagem e levantou suspeita sobre a origem da pauta trabalhada pelos jornais, já que o tema era bastante específico. “É uma questão do ofício. Não é admissível. Acredito mesmo até que pode

²⁴ Disponível em: <https://ponte.org/apos-reportagem-da-ponte-alunos-da-usp-se-mobilizam-contras-homenagens-a-professor-racista/>. Acesso em: 2 out. 2021.

²⁵ Disponível em: <https://twitter.com/mendoncjeniffer/status/1426257854848249862>. Acesso em: 2 out. 2021.

²⁶ Disponível em: <https://twitter.com/amaurigonzo/status/1435301791231614976>. Acesso em: 2 out. 2021.

²⁷ Disponível em: <https://twitter.com/amaurigonzo/status/1435337435626475528>. Acesso em: 2 out. 2021.

²⁸ Disponível em: <https://agenciasportlight.com.br/index.php/2020/11/09/tribunal-americano-e-palco-de-disputa-que-envolve-peso-pesado-do-cinema-brasileiro-e-conhecido-investidor/>. Acesso em: 2 out. 2021.

²⁹ Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/capital/post/investidores-questionam-produtor-rodri-go-teixeira-na-justica.html>. Acesso em: 2 out. 2021.

³⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/11/produtor-rodri-go-teixeira-e-investidores-travam-batalhas-na-justica-dos-eua-e-brasil.shtml>. Acesso em: 2 out. 2021.

acontecer de se fazer uma reportagem sobre algo sem ter lido alguma outra publicada antes. E dar azar”, escreveu no seu perfil do Twitter³¹. “Mas quando é na mesma semana, um tema tão específico, uma ação nos EUA, só saiu em um lugar, fica difícil. E não falo só de autores. Num jornal grande nenhum editor ter visto...”.

Em abril de 2020, as sucessivas denúncias do jornalista Ruben Berta desencadearam a prisão de Gabriell Neves, ex-subsecretário de Saúde do Rio de Janeiro, por suspeita de fraude. No dia 3, Berta publicou reportagem sobre gastos da pasta com dispensa de licitação e pesquisa de preço³². O caso repercutiu no telejornal RJ TV, mas sem nenhum crédito ao jornalista, que lamentou o ocorrido (“o blog parece que simplesmente não existe”, escreveu³³). No dia 6, outro furo envolvendo a secretaria do estado: a compra de respiradores pelo dobro do preço com uma empresa de informática³⁴. Dessa vez, *Estadão*, *UOL* e *O Globo* atribuíram a autoria da apuração exclusiva ao jornalista. Berta comemorou o gesto nas redes sociais³⁵ – de tão incomum, o crédito aos independentes parece ser exceção à regra, a ponto de ser celebrado quando ocorre.

O último exemplo ilustra como a prática de não creditar arranjos também ocorre entre a própria imprensa independente, não se restringindo, portanto, apenas aos veículos da chamada “grande imprensa”. Foi o caso das sucessivas denúncias feitas pelo *Observatório da Mineração* contra a revista *CartaCapital*, veículo de “viés progressista” e que se pretende “um contraponto necessário neste e em todos os momentos políticos, assim como o fazem nos casos estrangeiros de *El Diario* (Espanha), *The Guardian* (Reino Unido), dentre outros”³⁶. Segundo o *Observatório*, *CartaCapital* teria se “apropriado de trabalho alheio” e “vendido como exclusivo”³⁷ pelo menos quatro reportagens: “‘Sergio Moro’ do Meio Ambiente: força-tarefa pede a saída de juiz do caso Samarco”³⁸, “Disputa

³¹ Disponível em: <https://twitter.com/agsportlight/status/1327718319441534979>. Acesso em: 2 out. 2021.

³² Disponível em: <https://blogdoberta.com/2020/04/03/coronavirus-estado-do-rj-comprar-ate-sabonete-sem-pesquisar-precos/>. Acesso em: 2 out. 2021.

³³ Disponível em: https://twitter.com/ruben_berta/status/1246576851360899085. Acesso em: 2 out. 2021.

³⁴ Disponível em: <https://blogdoberta.com/2020/04/06/rj-compra-respiradores-dobro-preco-empresa-informatica/>. Acesso em: 2 out. 2021.

³⁵ Disponível em: https://twitter.com/ruben_berta/status/1381656465220468741. Acesso em: 3 out. 2021.

³⁶ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2019/04/midia-kit2019.pdf>. Acesso em: 3 out. 2021.

³⁷ Disponível em: <https://twitter.com/obsmineracao/status/1386736006972444677>. Acesso em: 3 out. 2021.

³⁸ Disponível em: <https://twitter.com/obsmineracao/status/137724675888214528>. Acesso em: 3 out. 2021.

por indenizações da Samarco tem ameaças, honorários milionários e ‘caça’ a atingidos”³⁹, “Mourão estende o tapete a acusados de crimes ambientais”⁴⁰ e “Garimpeiros ilegais circulam livremente pelos gabinetes de Brasília”⁴¹. Os textos utilizam informações apuradas pelo *Observatório* há meses, mas sem qualquer crédito – uma das reportagens até mesmo contém a expressão “levantamento exclusivo obtido por *CartaCapital*”⁴².

“A base principal da matéria da *Carta* é a nossa matéria de março (...). Toda a apuração do caso é nossa. (...) Fomos os primeiros a detalhar o caso. De novo, nenhuma menção. Os editores ignoraram nossos e-mails”⁴³, informou o perfil do *Observatório* no Twitter, em alusão a um dos textos. “Os seus editores e alguns repórteres não ligam para a ética jornalística. Tem sistematicamente se apropriado de trabalho duro dos outros sem dar o crédito (e lucrado com isso). Faremos quantos alertas forem necessários”⁴⁴, afirmaram.

Transparência, colaboração e solidariedade

Os seis exemplos que trouxe não são generalizáveis a ponto de compor um estudo sistematizado sobre a falta de crédito para a mídia independente. No entanto, sugerem possíveis chaves de leitura para a compreensão desse fenômeno algo recorrente no campo jornalístico.

De início, cabe salientar que dificilmente se pode buscar em justificativas técnicas a explicação para o descrédito dos arranjos. A ausência de *links* contraria o que pesquisas na área de jornalismo digital demonstram há pelo menos quase duas décadas (MIELNICZUK, 2003): o potencial da web para gerar conhecimento se multiplica quando mais caminhos hipertextuais são oferecidos ao leitor. Além disso, data de 1995 o surgimento do primeiro site jornalístico no País a partir de um veículo, o *Jornal do Brasil*

³⁹ Disponível em: <https://twitter.com/obsmineracao/status/1386736006972444677>. Acesso em: 3 out. 2021.

⁴⁰ Disponível em: <https://twitter.com/obsmineracao/status/1383050589341372417>. Acesso em: 3 out. 2021.

⁴¹ Disponível em: <https://twitter.com/obsmineracao/status/1404484743245320196>. Acesso em: 3 out. 2021.

⁴² Disponível em: <https://twitter.com/obsmineracao/status/1383785498846515200>. Acesso em: 3 out. 2021.

⁴³ Disponível em: <https://twitter.com/obsmineracao/status/1404486687225438217>. Acesso em: 3 out. 2021.

⁴⁴ Disponível em: <https://twitter.com/obsmineracao/status/1404489922774450180>. Acesso em: 3 out. 2021.

(SPANNENBERG; BARROS, 2016) – não é como se a imprensa brasileira fosse inexperiente quanto às boas práticas do ambiente digital, portanto.

Links são ainda um gesto de transparência porque tornam visíveis as fontes de informação utilizadas pelo jornalista. A centralidade desse valor ganha corpo à medida que práticas transparentes catalisam processos de inovação no jornalismo, como uma relação de maior abertura com as audiências (CHRISTOFOLETTI, 2021). No contexto de crise da profissão, a transparência é um valor que pode estabelecer algum nível de confiança entre veículo e leitor, podendo até mesmo reforçar a credibilidade da imprensa (CHRISTOFOLETTI, 2020). Em outras palavras, fornecer crédito e ser transparente quanto às fontes não apenas é um sinal de respeito com os pares, mas com o próprio leitor.

Na contramão da opacidade, arranjos parecem apostar justamente na transparência como valor relevante para as suas práticas jornalísticas. Soma-se a ela a colaboração e a solidariedade entre os próprios veículos, resultando em produções conjuntas, como a série de reportagens “Um vírus e duas guerras”⁴⁵, que reúne investigações dos veículos *AzMina*, *Amazônia Real*, *Agência Eco Nordeste*, *#Colabora*, *Portal Catarinas*, *Ponte Jornalismo* e *Marco Zero Conteúdo*. Arranjos formam redes para fortalecer e ampliar seu trabalho, fazendo com que circule por públicos mais amplos. Figaro (2018, p. 229) identifica que essa postura também é uma estratégia para enfrentar as adversidades econômicas às quais os arranjos estão submetidos: “relações mais horizontais são necessárias para o desempenho na atividade jornalística, para a solidariedade entre profissionais porque o trabalho é extenuante e a cooperação economiza força física, intelectual, tempo e recursos”. Normalmente com equipes mais enxutas do que aquelas da “grande imprensa”, arranjos eventualmente apostam no trabalho em conjunto para realizar apurações complexas que talvez não pudessem ser realizadas sozinhas.

Dado esse contexto, é possível apresentar pelo menos duas linhas de argumentação sobre o descrédito dos arranjos. A primeira delas justificaria esse apagamento porque seria uma estratégia de invisibilidade e silenciamento das mídias independentes. Sob a lógica do mercado, por qual motivo um grande jornal forneceria *link* à concorrência, mesmo que seja um veículo de alcance menor? Nessa perspectiva, a ética jornalística – que destaca no artigo sexto, inciso nono do Código brasileiro o “respeito ao direito autoral

⁴⁵ Disponível em: <https://azmina.com.br/projetos/um-virus-duas-guerras/>. Acesso em: 4 out. 2021.

e intelectual do jornalista em todas as suas formas” (FENAJ, 2009) – é uma questão menor. Interessa mais o acúmulo de *pageviews* e cliques em torno do próprio veículo (os *links* internos), sem remeter a fontes externas. Um exemplo dessa prática é a reportagem “Ex-subscriteerário de Saúde do RJ é preso por suspeita de fraude na compra de respiradores”⁴⁶, do G1. Em gesto incomum, o texto atribui crédito ao jornalista Ruben Berta pela informação exclusiva que apurou um mês antes e que contribuiu para a prisão de Gabriell Neves. Mas evita fornecer o *link* para o blog do repórter, onde a reportagem havia sido publicada. Ao contrário das demais informações contidas na matéria, com *links* remetendo a reportagens do próprio G1 – resultado provável de uma orientação editorial para evitar conteúdos externos e priorizar matérias publicadas pelo site.

Essa prática me leva à segunda explicação para o descrédito dos arranjos, em complemento à primeira chave de leitura. A falta de *links* para veículos independentes pode obedecer a normas editoriais e ser um problema estrutural da profissão, afetando não apenas os arranjos. Sugiro, assim, que haveria uma indisposição mais generalizada à *linkagem* de conteúdo externo aos jornais, a despeito de remeter para um site da imprensa independente ou a outro veículo. O exemplo de *CartaCapital* demonstrou que mesmo as iniciativas que se pretendem um contraponto à “grande imprensa” também podem cooptar apurações alheias – isto é, o problema ultrapassaria a disputa entre “mídia tradicional” e “mídia independente”. No Twitter, o jornalista Sérgio Spagnuolo, fundador do site *Núcleo Jornalismo*, já havia identificado a falta de *links* em matérias que mencionavam estudos científicos, mas não forneciam a íntegra das pesquisas. “Essa pandemia pode ser um bom momento para o jornalismo mais ‘tradicional’ melhorar suas práticas: é inacreditável que nenhum dos três maiores jornais (*Folha*, *Globo*, *Estadão*) tenha colocado link em reportagens sobre o estudo do Imperial College de Londres”, escreveu⁴⁷.

Tendo em vista as duas interpretações apresentadas, é possível avançar na argumentação de que a falta de créditos é um problema estrutural do jornalismo, mas que afeta mais gravemente as iniciativas independentes. A problemática não se reduz a um binarismo da “grande imprensa” contra arranjos, embora tampouco a tensão deixe de existir. Pelo contrário: se o desrespeito à propriedade autoral das apurações alheias é

⁴⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/07/mprj-realiza-operacao-nesta-quinta-feira.ghml>. Acesso em: 4 out. 2021.

⁴⁷ Disponível em: <https://twitter.com/sergiospagnuolo/status/1243657572646879232>. Acesso em: 4 out. 2021.

relativamente comum na profissão, isso se daria de forma mais acirrada com as iniciativas de público mais restrito, menos robustas do ponto de vista financeiro e com menor poder de visibilidade. Ironicamente, contudo, todos os seis veículos elencados neste texto já receberam premiações da área, o que aponta para algum reconhecimento e prestígio entre os pares profissionais.

A despeito disso, uma parcela de jornalistas destes arranjos tem a percepção de que a imprensa “hegemônica” é arrogante e os trata como se fossem iniciativas jornalísticas menos legítimas. Spagnuolo, por exemplo, comentou que a baixa repercussão de informações exclusivas apuradas pelos independentes parece, por parte das empresas de mídia mais consolidadas, uma atitude “territorialista e diminutiva ao mesmo tempo”⁴⁸. Andrea Dip, jornalista da *Agência Pública*, questionou se a falta de crédito seria um problema de ego ou “só um total desrespeito ao jornalismo independente”⁴⁹. Ruben Berta argumentou que reivindicar crédito não seria uma postura vaidosa por parte de quem é prejudicado. Projetos individuais, como o blog mantido pelo jornalista, não tem o mesmo poder de visibilidade e o investimento financeiro por trás de grandes empresas de comunicação. Daí a sua justificativa: “cada leitor a mais é uma conquista. Acho importante quando a gente tem o reconhecimento do trabalho. E consegue ir, aos poucos, chegando a mais gente”⁵⁰.

É nesse sentido que o problema da falta de créditos no jornalismo afeta mais gravemente os arranjos que estão às margens de conglomerados midiáticos. A ausência de reconhecimento simbólico – como se eles não fossem atores relevantes no campo jornalístico e, portanto, desmerecedores de crédito por parte da imprensa hegemônica – se soma à incorporação de uma lógica de mercado, cuja orientação editorial prefere antes a invisibilidade da concorrência do que o respeito pelos colegas de profissão e, sobretudo, pelos preceitos éticos do jornalismo. Embora a adesão não seja homogênea – há exemplos pontuais de créditos da grande imprensa aos independentes – e tampouco os casos deste artigo sejam generalizáveis – pois mereceriam uma sistematização mais aprofundada –, temos indícios que revelam a percepção de empresas pertencentes ao circuito hegemônico do jornalismo sobre arranjos às margens das corporações.

⁴⁸ Disponível em: <https://twitter.com/sergiospagnuolo/status/1382695532242554880>. Acesso em: 4 out. 2021.

⁴⁹ Disponível em: <https://twitter.com/AndreaDip/status/1400590935336095746>. Acesso em: 4 out. 2021.

⁵⁰ Disponível em: https://twitter.com/ruben_berta/status/1247944361792409600. Acesso em: 4 out. 2021.

Referências

- ASSIS, Evandro de; CAMASÃO, Leonel; SILVA, Mariana Rosa; CHRISTOFOLETTI, Rogério. Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea. **Pauta Geral**, v. 4, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/9899>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- BARROS, Janaina Visibeli; FILHO, Gilson Soares Raslan. Arranjos de jornalismo on line independente no interior de Minas Gerais. In: 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XIVIII., 2020, Virtual. **Anais...**, Virtual: Intercom, 2020. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-0685-1.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2021.
- BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (Orgs.). **Interfaces do midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018.
- CARVALHO, Guilherme; BRONOSKY, Marcelo. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. **Pauta Geral**, v. 4, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/10007>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. Transparency, innovation, and journalism. In: LUENGO, María; HERRERA, Susana (Eds.). **News media innovation reconsidered: ethics and values in a creative reconstruction of journalism**. Hoboken: Wiley Blackwell, 2021.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A crise do jornalismo tem solução?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.
- COSTA, Rafael; SILVA, Naiana; ARAÚJO, Mayara; LIMA, Raphaelle. **Arranjos alternativos de trabalho em jornalismo no Ceará: relações de comunicação e condições de trabalho**. Fortaleza: PRAXISJOR-UFC, 2020. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/54543/1/2020_rel_praxisjor.pdf. Acesso em: 30 mai. 2021.
- DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. **Beyond journalism**. Cambridge: Polity Press, 2020.
- CARVALHO, Eleonora de Magalhães. Jornalistas empreendedores: o segmento progressista brasileiro como nicho de mercado na web. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, v. 11, n. 32, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/37880>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 4 out. 2021.
- FIGARO, Roseli (Org.). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECA-USP, 2018.
- GUERREIRO NETO, Guilherme. Institucionalização do jornalismo e movimentos em cenários de crise. **Leituras do jornalismo**, v. 2, n. 4, 2015. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/leiturasdojornalismo/index.php/leiturasdojornalismo/article/view/68>. Acesso em: 27 jun. 2021.

KIKUTI, Andressa; MICK, Jacques; PAUL, Dairan; LUZ, Suelyn; SOUSA, Jefferson; RAMOS, Alessandra Natasha. A serviço da comunidade, da causa ou do capital: os arranjos econômicos jornalísticos alternativos às grandes corporações de mídia em Santa Catarina.

Brazilian Journalism Research, v. 17, n. 2, 2021. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1382/0>. Acesso em: 29 set. 2021.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 2011.

LIMA, Anézia; PIRES, Paulo Vitor. Jornalismo alternativo na Amazônia amapaense: o empreendedorismo digital na pandemia da Covid-19. *In*: OLIVEIRA, Hebe Maria; GADINI, Sérgio (Orgs.). **Jornalismo em tempos da pandemia do novo coronavírus**. Aveiro: Ria Editorial, 2020. Disponível em: https://adobeindd.com/view/publications/29aea747-ac50-4705-b874-2f5859d12632/emqw/publication-web-resources/pdf/Jornalismo_em_tempos_da_pandemia_novo_coronavirus.pdf. Acesso em: 30 mai. 2021.

LIMA, Cláudia do Carmo Nonato. **Jornalistas, blogueiros, migrantes da comunicação**: em busca de novos arranjos econômicos para o trabalho jornalístico com maior autonomia e liberdade de expressão. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MAURÍCIO, Patrícia; ALMEIDA, Raquel. Empreendimentos jornalísticos digitais e o interesse público no Brasil. **Chasqui**: Revista Latinoamericana de Comunicación, n. 142, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7713712>. Acesso em: 7 jun. 2021.

MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo na web**: uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual. Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6057>. Acesso em: 4 out. 2021.

PACHI FILHO, Fernando Felício; SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de; MOLIANI, João Augusto. Os conceitos diferenciados de comunicação e jornalismo alternativo e o mapeamento da produção acadêmica brasileira recente. **Comunicação & Sociedade**, v. 41, n. 2, 2019.

PEIXOTO, Clarissa do Nascimento. **Hegemonia, jornalismo e conhecimento**: possíveis leituras sobre práxis contra-hegemônica. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

PERUZZO, Cicilia. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Galáxia**, n. 17, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3996/399641243011.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

SPANNEBERG, Ana Cristina; BARROS, Cindhi Vieira. Do impresso ao digital: a história do Jornal do Brasil. **Observatório**, v. 2, n. 1, 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/1693/8713>. Acesso em: 4 out. 2021.

ZACARIOTTI, Marluce; MOREIRA, Maria Tereza; PAZ, Diogo; COSTA, José Uendel. O trabalho dos jornalistas em arranjos econômicos independentes de corporações de mídia em Palmas/TO e Goiânia/GO: primeiras impressões. *In*: 19º ENCONTRO NACIONAL DE

PROFESSORES DE JORNALISMO, XIX., 2020, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: ABEJ, 2020.

Disponível em:

<http://soac.abejor.org.br/?conference=19enpj&schedConf=encontrodeprofessores&page=paper&op=viewFile&path%5B%5D=354&path%5B%5D=192>. Acesso em: 30 mai. 2021.

Recebido em 06 de outubro de 2021 | Aceito em 13 de outubro de 2021



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional

Dossiê: Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas

V 11 | n 20 | jan-jun 2022

Entrevista: De uma Antropologia dos inundados a uma Antropologia dos processos sociais, econômicos e culturais de amplo alcance

Alejandro Balazote Oliver

Ana Cristina Rodrigues Guimarães



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

OLIVER, Alejandro Balazote. De uma Antropologia dos inundados a uma Antropologia dos processos sociais, econômicos e culturais de amplo alcance. Entrevista concedida a Ana Cristina Rodrigues Guimarães. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 216-233, jan-jun 2022. Semestral.

Entrevista:

De uma Antropologia dos inundados a uma Antropologia dos processos sociais, econômicos e culturais de amplo alcance

Alejandro Balazote Oliver

Entrevistadora: Ana Cristina Rodrigues Guimarães

Alejandro Balazote Oliver é antropólogo argentino, professor da Universidade de Buenos Aires na área de Antropologia Econômica.

Esta entrevista com concedida em julho de 2018, durante visita a Florianópolis por ocasião do 18º Congresso Mundial IUAES. Com uma fala bem-humorada, Alejandro analisa parte da história da Antropologia em Argentina percebida como estudante universitário durante o período da ditadura política até a atualidade como professor, pesquisador e gestor universitário. Neste percurso, avalia os reflexos da política na construção de uma identidade para a disciplina. Expõe sua compreensão sobre o papel da Antropologia frente à realidade social, enfrentando problemas centrais da sociedade contemporânea desde uma perspectiva de processos de amplo alcance.

ACRG – Professor, poderia se apresentar nos contando um pouco de sua trajetória acadêmica e profissional?

Alejandro Balazote - Si como no. Yo empecé a estudiar antropología sin saber que era antropología. Estaba estudiando sociología en la etapa final del período democrático anterior, o sea, el previo a la dictadura, y cerró la universidad, un año antes de la dictadura. Cerró la universidad y comenzó una gestión fascista en el gobierno, el último periodo de Isabel Perón. Cuando la reabre al año siguiente (1975) no nos reconocían como alumnos de la universidad – a los que habíamos iniciado el año anterior – y habían cerrado las carreras de sociología y psicología. Entonces, nos reunimos un grupo de estudiantes y un compañero que tenía más idea que nosotros de lo que era, dijo: “lo más parecido a

sociología es antropología” y en grupo nos anotamos todos en antropología. Así que estudié antropología durante el proceso militar, durante la dictadura militar así que cuando se impone la variable más omnipotente de mi personalidad digo que soy absolutamente autodidacta, porque en realidad no tuve una formación profesional sino una deformación profesional, podría decir que nada de lo que enseñaron en ese momento servía.¹

ACRG – Por que eles fecharam o curso de sociologia e psicologia e mantiveram o de antropologia?

Alejandro Balazote – Porque, desde la ideología de ese proyecto político tan autoritario, en realidad, la sociología y la psicología eran pensadas como una vertiente subversiva del orden establecido. Estábamos en un momento muy crítico, con actividades de algunas agrupaciones de lucha armada en Argentina. Fue un período muy crítico donde había grupos paramilitares, es decir, un momento de alto enfrentamiento, y la respuesta de grupos fascistas era esa. Yo recuerdo una inscripción a las materias en la Facultad de Filosofía y Letras en la que algunos comenzábamos a protestar y grupo paramilitares armados empezaban a tirar con armas.

Ese era el escenario en el cual se desarrollaba todo. Posteriormente cuando termina el gobierno de Isabel Perón, elegido democráticamente, y se inicia directamente la dictadura militar, las condiciones estuvieron terribles porque para ingresar uno tenía que mostrar los documentos, la libreta universitaria a la policía en la puerta de la universidad, la puerta de la facultad donde yo estudiaba y ahí se realizaba el ingreso a la clase. Había rondas de policías por los pasillos para ver si algún estudiante hacia alguna manifestación de tipo política. Firmar un petitorio era algo de mucho riesgo, porque podía ser entendido como que uno era, “subversivo”.

ACRG – E o curso de Antropología?

Alejandro Balazote – El curso de antropología era uno de los más reaccionarios. El director de aquel entonces se llamaba Marcelo Bórmida que fue discípulo de Menghin², un arqueólogo que fue ministro de la Austria anexada durante el Tercer Reich y que tuvo el honor de firmar la expulsión de Sigmund Freud de la Universidad de Viena. Digo esto para que tengamos una idea de cual era la enseñanza que nos estaban dando. Cuando

¹ Transcrição: Marcelo Balvoa

² Oswald Menghin

muere Marcelo Bórmida, quien lo sigue, que es Mario Califano, solamente con decir el nombre de su hijo da cuenta de su ideología, el hijo se llama Benito Adolfo, por Benito Mussolini y Adolfo Hitler.

Estábamos en una situación muy crítica. Yo estudié a Radcliffe-Brown que en general es pensado (linealmente) como un “agente del colonialismo” financiado por el Foreign Office. Esto es para decirlo coloquialmente es “una corrida por izquierda a Radcliffe-Brown”. Bueno, yo lo estudié “corriéndolo por derecha” porque se lo criticaba como un cultor del positivismo. Quiero decir que la antropología argentina de la dictadura estaba mucho más a la derecha de Radcliffe-Brown y de toda la Antropología Social Británica. Por eso digo que eran condiciones de estudio muy duras. Se estudiaban los textos de los profesores que iban desde lo histórico-cultural a la fenomenología. No veíamos las corrientes fundamentales de la antropología. No leímos nunca Levi-Strauss. No se podía leer Levi-Strauss. Estaba prohibido. Nosotros leíamos a Lévy-Bruhl y los profesores que no daban clases decían: “el Levi que se puede nombrar”.

Pero cuando uno se despoja de ese componente omnipotente que puede tener, reconoce que realidad uno comenzó a formarse cuando empezó la democracia con compañeros que se habían llegado del exilio. Ellos habían leído cosas que uno no habían leído, nos formamos con los grupos de estudio que se empezaron a surgir en ese momento.

En la época de la dictadura había algo que se llamó “universidad paralela” esos cursos donde uno podía ver los autores que no podía ver adentro de la universidad, dentro de la academia.

ACRG – E algum professor apresentava textos que eram proibidos? Dentro da universidade?

Alejandro Balazote – Prácticamente no, quizás el último año un profesor que dio algo distinto, pero ya estaba relajada intervención de la dictadura, ya había pasado la guerra de Malvinas. Se aproximaba rápidamente el inicio del proceso de democratización. Fue una cierta apertura, pero no hace al sentido general de lo que fue ese proceso político.

ACRG – Cursar antropologia durante o regime ditatorial argentino foi uma experiência minimamente desafiadora. E como isso agregou a sua prática profissional? Como essa experiência repercutiu na sua visão da antropologia?

Alejandro Balazote – Algún filósofo dijo que no iba a leer más nada para no contaminarse y yo (siguiendolo), en ese sentido, era un pésimo alumno. Sacaba notas muy bajas porque leía lo menos posible, porque sabía que eso no era lo quería estudiar, no era lo que debía aprender realmente, lo que realmente me interesaba aprender. Después volví a esos textos. Volví a leer esos textos que había estudiado, de esos profesores que había estudiado, para hacer algunas críticas y publiqué un par de artículos (en colaboración con Mónica Rotman) acerca de su concepción política, socioeconómica y cultural. Escribí, volví a leerlos y creo que no es casual, que mi primer orientación fuerte (hacia donde yo me especializo) sea la antropología económica. La economía era algo que estaba totalmente negado, porque cualquier cosa que tenía que ver con lo económico era pensado como un reduccionismo marxista, un reduccionismo economicista. Ellos (los fenomenólogos bormidianos) decían que para el marxismo la cultura era un epifenómeno de la economía. Hay que leer muy mal a toda la vertiente marxista para afirmar eso, pensemos Gramsci que realmente no dice eso y otros autores también. Tomaban los autores marxistas más lineales, más cuadrados y sobre esos hacían las críticas, pensando en todas líneas que hay dentro del marxismo era una simplificación brutal y de brutos.

ACRG – E pensar nos reflexos desta formação deturpada nos jovens.

Alejandro Balazote – Yo creo que más allá del drama que pudo significar la dictadura, me parece que en Argentina hubo ciertos procesos de aprendizaje de los sectores populares que en realidad los fortalecieron. Yo veo las reacciones políticas que puede tener el pueblo argentino y no sé si se hubiesen dado si no hubiese pasado ese proceso militar tan duro, tan represivo, tan dramático. Fue un aprendizaje que dejó muy claro que a eso nadie quiere volver. Eso me parece muy positivo. Y por otro lado también, el hecho de tener tantas constricciones en cuanto a la antropología dio inicio en el período democrático una apertura mucho más grande, más interesada, con más ganas, con más potencia, con mas compromiso por parte de la antropología argentina.

Y también confirmar que uno no quiere una antropología *light*. Uno quiere una antropología con determinadas características, con determinados formatos, con determinada visión de lo social y compromiso académico. Un compromiso político. No estoy diciendo partidario, pero si un compromiso político.

ACRG – Como pesquisador, o senhor se dedica desde o início de sua carreira à problemática indígena na Argentina e esse tema, por sua complexidade, vem permeando os estudos posteriores. Primeiramente, gostaria que o senhor nos contasse o que inicialmente lhe despertou o interesse (o que lhe motivou) a trabalhar com o tema e como foi essa aproximação entre o antropólogo (urbano/portenho) e as comunidades rurais principalmente indígenas (salvo engano, um dos seus primeiros estudos foi com os Mapuche de Pilquiniyeu).

Alejandro Balazote – Una vez recibido, me recibo justo cuando termina la dictadura y al año siguiente...o a los dos años... se produce una oportunidad de trabajar en antropología. Se estaba construyendo la represa de Piedra del Águila y había un convenio entre la empresa que la construía. Un convenio (firmado en la dictadura justamente), para hacer investigaciones arqueológicas, no de antropología social. Pero ese convenio habilitaba a que la empresa que construía la represa que - era Hidronor – a solicitar asesoramiento a la universidad. Entonces el director del Departamento de Antropología nos contactó a Juan Carlos Radovich. ¿Para qué? Para diseñar junto con la empresa y con la provincia de Río Negro el estudio de impacto sociocultural sobre la construcción de la represa. Y así lo hicimos. Empezamos la investigación en comunidades del pueblo Mapuche en la Provincia de Río Negro. Ese fue el tema de mi tesis doctoral. Yo inicié la investigación en el año 86, e hice mucha investigación de campo.

Era una situación muy particular como antropólogo, por un lado, tenía una visión académica, un compromiso, proyectos de investigación que se vinculaban a eso. Y al mismo tiempo estaba vinculado a la gestión, involucrado en planificar como se iba hacer el proceso de relocalización. Entonces esa idea de ir desde la academia a la gestión y de la gestión a la academia me permite, en algún lado, romper ese estigma de: piensan, pero no hacen y hacen, pero no piensan. Que está en ambos lados y que es muy nefasto. Yo creo que obviamente hay que hacer y reflexionar al mismo tiempo. Eso me facilitó mucho. Tener, desde acceso a la información hasta pensar críticamente como iba hacer la investigación y como eran los procesos que se estaban desarrollando en el campo disciplinar. Y por otro lado ver la inadecuación entre lo que uno piensa que es la investigación y lo que piensan las empresas o las instituciones estatales de lo que es la investigación. Hay una clara diferencia entre ambas cosas. Para la empresa, por ejemplo, la investigación era el estudio que se hacía con los que iban a ser inundados.

Hay una frase que pongo en la metodología de la tesis, que me parece que es la que mejor resume esta cuestión. Concretamente digo: mi campo de estudio no se puede limitar por la cota de inundación, porque excedía eso, había otros afectados que no eran inundados. No me interesaban solamente los afectados, me interesaba la lógica de la empresa, me interesaba la lógica de los procesos de inversión de capital. ¿Que hace la empresa para obtener la financiación internacional? ¿Cuál es la ideología de la empresa? Cuales son las tensiones entre distintas reparticiones de la empresa (Bourdieu habla de la “mano izquierda y la mano derecha” del Estado). En las empresas también sucede eso: la mano derecha son l “finanzas” y lo “ingenieril” y la mano izquierda, en una empresa de ese tipo, es “recursos humanos”, “vinculaciones con la comunidad” etc. Hay tensiones entre esas reparticiones. Entonces es muy interesante indagar las tensiones que hay dentro los distintos grupos corporativos. ¿Cuál es la lógica con la que acceden a la financiación? ¿Cuál es la lógica con la que vinculan al Estado? Es muy interesante indagar sobre estos temas y eso me parecía que superaba ampliamente lo limitado de una “antropología de los inundados”.

ACRG – E como foi a experiência de viver a dualidade profissional de, por um lado, atender as demandas do convênio e, por outro, analisar criticamente essa realidade bastante complexa?

Alejandro Balazote – Para mi fue muy interesante porque, en realidad, es en el conflicto en donde uno puede aprender – no en la adecuación y en la funcionalidad. Y el escenario donde desarrolle mi actividad era un permanente campo de disputa entre la empresa, con muchas presiones y tensiones con la provincia de Río Negro. Con tensiones con el estado nacional, con tensiones con la comunidad afectada, inundada. La comunidad también mantenía conflictos con la provincia. Es decir, se conformó un campo interdisciplinario, porque había otros profesionales de múltiples instituciones. Y ese era un campo de disputas muy rico en el cual uno tiene posibilidades de desarrollar procesos acelerados de aprendizaje muy significativos.

ACRG – As grandes obras de infraestrutura bastante comuns nas décadas de 80 e 90 foram gatilhos para um processo de realocação de comunidades indígenas e campesinas. Nos seus estudos sobre o tema como esse processo se desenvolveu? Como as negociações foram estabelecidas? Quais eram as principais tensões?

Alejandro Balazote – La comunidad mapuche de Pilquiniyeu no era la única que se inundaba por esa represa. Se inundaba otra comunidad mapuche de otra provincia limítrofe, porque el río represaba separaba ambas provincias, una Río Negro, la otra Neuquén. También inundaba dos estancias. Inundaba el emprendimiento de un grupo de alemanes que se habían asentado sobre ese río que se llama Limay. Ellos eran un grupo religioso, que vivía en comunidad y tenían unos criterios ecológicos muy particulares. Vivían en comunidad, comían todos juntos. Lo que tenían por separado era la vivienda, no utilizaban heladeras, sino que tenían un sistema de cámaras para enfriar, ecológicamente reciclaban la basura. Te estoy hablando de los años 80 cuando no sucedía con la ecología lo que sucede ahora. Y ahí percibí la más brutal división del trabajo intelectual porque estábamos recorriendo las áreas afectadas con una socióloga de la empresa de Hidronor y cuando llegamos a ver a estos alemanes, nos dice antes de bajar de la camioneta: “bueno, los indios para los antropólogos, los alemanes para los sociólogos”.

ACRG – E como foi a relação com essa profissional?

Alejandro Balazote – La verdad, con tensión por supuesto, porque los intereses eran contrapuestos, porque el compromiso era distinto. Porque obviamente nosotros, por una cuestión ideológica, íbamos a propiciar los mayores gastos de la empresa en beneficio de los afectados directos, los inundados. Y ella (la socióloga) iba propiciar los menores gastos de la empresa. Pero dentro de eso, era una relación que tenía que ser cordial, íbamos a trabajar conjuntamente un tiempo largo. Con mucha autonomía, no permitimos que nos guionaran los temas a investigar. Recuerdo un tema que nos pidió la empresa en los términos de referencia que era analizar la “actitud y aptitud al cambio” de los inundados. Ideológicamente, nosotros estábamos muy en contra de esa concepción, ¿por qué?, porque presumía que tienen resistencia al cambio. Escribimos ese punto en nuestro informe y lo encomillamos (poner entre comillas) diciendo que no tenía sustento teórico lo que nos pedían. Entonces, fue una relación con las tensiones lógicas de un proceso de relocalización. La mayor tensión estaba entre la provincia y la empresa que construía. Porque la provincia quería impulsar una línea de desarrollo de toda la región cercana a la represa, y la empresa lo único que quería era financiar los costos del traslado de la población inundada. Entre esas posiciones polares, se daban las disputas entre la provincia y la empresa. Tanto es así que nuestra posición fue cambiando, si bien empezamos con la

empresa, después es la provincia la que termina apoyándonos e incluyéndonos en el proyecto, porque teníamos más puntos en común.

ACRG – E qual foi a conclusão desse trabalho em termos de visão de mundo?

Alejandro Balazote – Yo percibía que en realidad las represas eran una forma de producir, una forma de producción a término, eso lo dice Gustavo Luis Ribeiro, pero que además que el acontecer de esa forma de producción a término no es exclusiva de las represas, sino que había otras formas de producción a término que tenían características similares y lo que unía esas formas, tanto las represas como las otras formas, es que se daban violentos procesos de inversión de capital, que impactaban fuertemente, en términos regionales y en términos locales. Después, cuando finalizaban, porque eran a término (el cronograma de obra en el caso de las represas), hay un cambio de flujo de capital, hay una interrupción brusca de los procesos de inversión de capital y se inicia un proceso de desinversión, que es un concepto que yo trabajo.

Creo que la desinversión de capital produce efectos que algún punto, son, “análogos” a los procesos de inversión en cuanto a las poblaciones locales. Porque en realidad los procesos de inversión generan toda una serie de expectativas, una serie de inversiones pequeñas de la población local pensando que eso va a traer un beneficio económico, que van a abastecer a los trabajadores de las empresas. Y después cuando se retiran queda una infraestructura diseñada para una población de seis, ocho mil personas que viven en la villa temporaria que resulta absolutamente sobredimensionada para la economía local. Pero el costo de mantenimiento de toda esta infraestructura continua a cargo de las administraciones locales o provinciales una vez que la empresa constructora ya se retiró.

Es un impacto que no termina cuando se termina la obra. El impacto continúa por los efectos socioeconómicos que tiene la desinversión de capital. Y decía, eso me hizo pensar en estudiar otras formas de producción a término. Entonces pasé a trabajar en el impacto de los procesos de inversión en áreas gasíferas y petrolíferas muy cercanas.

Los resultados de esta nueva línea de investigación guardaban similitudes con lo que ya había estudiado. En la represa, la inversión termina con el cronograma de obra, en la explotación de gas y petróleo, termina cuando se agotan las reservas. ¿Qué pasa cuando un pozo no da más petróleo, cuando una cuenca se agotó? En ambos casos la gente local tenía un tipo de vida que se estructuraba acomodándose con los grandes ingresos de

dinero, de capital, de inversiones que habia por la actividad económica. Cuando termina lo que queda es la perdida de trabajo, la perdida de ingresos por una drástica reducción de la actividad económica.

ACRG – A crises local se instaura.

Alejandro Balazote – La crisis se vio en la cuenca neuquina con un agravante: las cuencas son potencialmente explotables de acuerdo al precio internacional del petróleo. Una cuenca puede explotarse si el barril supera los cien dólares, pero si baja de los cien dólares, esa cuenca ya no es rentable. Quizás una cuenca de Angola es rentable y ese capital que podía invertirse en una cuenca argentina va a ir a Angola. Entonces el flujo de la inversión varía de acuerdo a una serie de variables exógenas.

En los pueblos vinculados al petróleo todo el mundo sabe cuál es el precio del barril del día... a mí me pasó llegar a hacer trabajo de campo, en un pueblo de esos y un compañero mío se va a cortarse el pelo y entonces la peluquera que hablaba con una amiga y le decía a cuanto había cerrado el precio del barril de petróleo el día anterior lo cual nos está dando una idea de cómo se vive en esos pueblos.

Y finalmente ultimamente comencé a estudiar los procesos de inversión y desinversión de capital en áreas turísticas. Esta es la investigación que desarrollo desde hace unos años en norpatagonia, en la zona de los lagos, específicamente en la región de San Martin de los Andes, Villa la Angostura y Bariloche.

ACRG – Parece-me que a lógica do turismo é um pouco diversa, porque há certa continuidade.

Alejandro Balazote – Es verdad, es más constante el impacto de las inversiones, pero el turismo tiene cuestiones parecidas. En cuanto a la inversión, es decir, se desarrolla un mercado inmobiliario que una vez que satura, las inversiones se retiran, porque ya están construídas las viviendas, los hoteles, los resorts cierta infraestructura. Y al mismo tiempo lo que tienen muy de parecido es que distorsionan fuertemente los mercados laborales de las localidades y el mercado inmobiliario porque la tierra comienza a valer una enormidad. Porque todo el mundo quiere acceder a esa tierra porque está muy próxima a los espacios turisticos, entonces la tierra comienza a dispararse muy fuerte y el mercado de la vivienda, el mercado inmobiliario resulta fuertemente distorsionado. Y está distorsionado también teniendo en cuenta la variable internacional porque de acuerdo al

precio del dólar, va a predominar un turismo interno, que tiene unas características o un turismo externo que tiene otras. O sea, la variable macroeconómica de la cotización del dólar y la política cambiaria, concretamente afecta al nivel de actividad. En Argentina estamos ahora en una crisis muy fuerte y el director de una de las empresas más importantes del país, Fiat, dice “es tiempo de dejar de viajar a Miami”, el dólar ahora está caro “es hora de empezar a viajar a Bariloche”.

ACRG – Além de pensar o processo de inversão e desinversão do capital, quais outras contribuições para o campo da antropologia econômica, que esses estudos lhe permitiram vislumbrar?

Alejandro Balazote – Yo presenté un trabajo muy crítico que acaba de publicarse y decía que debemos dejar de hacer una antropología de los inundados (en el caso de las represas) para ir hacia una antropología que dé cuenta de procesos sociales económicos y culturales de amplio rango.

El diseño metodológico que nos permita analizar la producción de represas debe considerar las necesidades de abastecimiento energético y las diferentes variables macroeconómicas que viabilizan su construcción.

Yo decía en el trabajo que junto con muchos colegas - hemos desarrollado una narrativa anti-represas. Que está muy bien porque se señalan las cuestiones negativas de la construcción de represas, pero creo que faltaba un compromiso por parte de la antropología de decir si no queremos represas ¿cuál es el remplazo energético que vamos a tener? ¿cuál es la matriz energética nacional que va a ver que sea competitiva con el resto de la producción mundial que compite con nuestras mercancías? Y ¿cuál es la energía limpia? la nuclear? ¿Quemamos petróleo y contaminamos, y es un recurso no renovable? ¿vamos hacia una producción eólica, que es carísima en relación la hidroelectricidad? y la segunda pregunta: si tenemos que pensar el remplazo energético, si decimos represas no (no estoy diciendo ni sí ni no), pero digo, si no se hacen represas ¿cómo producimos energía? Y ¿cuál es el rol del estado en el control de esa energía? Concretamente debemos preguntarnos ¿Una energía para qué? y ¿Una energía para quién?

Bueno, fue interesante compartir con los colegas esas cuestiones, escuchar. Hay un campo de disputa en términos discursivos. En realidad, hay una lucha por imponer sentido, reconocer que hay una razón técnico-ingenieril, una razón economicista y

también una razón histórica que confrontan. Hay claramente intereses diversos, cualquiera que es perjudicado por una represa tiene todo el derecho y esta habilitado a producir una narrativa que confronte aquello que lo está perjudicando. Pero hay que ver el campo de disputa que se da entre las distintas construcciones discursivas.

ACRG – Como a antropologia na Argentina está sendo pensada, em relação a essa temática? Em que medida ela está comprometida, justamente com as articulações com processos sociais de amplo alcance?

Alejandro Balazote – Entonces, quizás un poco accidentalmente comencé a trabajar represas, pero vinculadas a pueblos originarios. A mí no me interesaba centrarme exclusivamente en pueblos originarios. Me parecía que era artificial el corte entre pueblos originales y otros colectivos sociales. Pero que en realidad hay una lógica (una división del trabajo intelectual) cuando esta socióloga dice “los indios para los antropólogos, los alemanes para los sociólogos”. Está mostrando, de una manera brutal, ciertos estigmas disciplinares. Es decir, la modernidad, aquello que está asociado a cierta modernidad es de la sociología, lo arcaico es para la antropología. Encomillo modernidad y encomillo arcaico.

Es pensar que los indios, en realidad, las poblaciones indígenas, son externalidades del sistema del mercado, del sistema capitalista, de lo político. Es pensar que son relictos del pasado, aquello que todavía no llegó a la modernidad y que quizás podría llegar. Aunque nadie reconoce la matriz evolucionista de ese discurso. Son relictos del pasado cuando dicen “integrar a los indios”, en realidad están diciendo que se incluyan dentro de la modernidad que en realidad se usa como un eufemismo de capitalismo. ¿Qué es la civilización para ciertas concepciones? La civilización está asociada fuertemente a un sistema económico particular. ¿Se piensa una civilización, hoy por hoy, distinta a ese sistema socioeconómico? Y yo tengo muchas dudas de que sea así.

Se piensa esa modernidad como una profundización de ciertas relaciones socioeconómicas y la antropología tiene mucho por decir porque debe luchar contra eso porque debe pensar distinto. No es posible pensar a los pueblos originarios sin clase social, sin historia, aislados y decir que las condiciones socioeconómicas son el contexto, es un grave error. No es el contexto, las condiciones socioeconómicas son estructurantes. No es contexto al cual yo debo pintar para dar una idea de lo que voy a trabajar.

Lo que yo debo trabajar, es justamente como esas condiciones estructurantes afectan e impactan a distintos actores y cuáles son las estrategias que van a desarrollar esos actores frente a esas condiciones. Por eso que yo critico fuertemente a cierta antropología que aísla y esencializa a los pueblos originarios. Me parece que el Estado, el mercado, la economía, la política no son un contexto, sino que son constitutivos, que son estructurantes inmediatos, violentos, directos, que hay que trabajar para entender procesos sociales. Por eso que para mí la antropología, el desafío antropológico, consiste en articular la riqueza de la experiencia etnográfica, con el análisis que supere la perspectiva micro analítica, es decir, poder lograr un diseño analítico que dé cuenta de procesos sociales de amplio rango.

ACRG – Para esta visão sobre a análise antropológica quais foram as principais influências teóricas e em que elas agregaram a sua prática profissional?

Alejandro Balazote – Los autores que uno leía eran, por un lado, los autores marxistas que no se habían podían leer en la dictadura. Leía autores mejicanos como Armando Bartra, de campesinado, Diaz Polanco; autores brasileños como Cardoso de Oliveira, leía a Silvio Coelho a Alicia Cigoli, autores em que realmente había una antropología distinta que esa que nos enseñado y en ese sentido uno inicia un tránsito que por ahí en la primeras etapas tiene mucho que ver con el estructuralismo marxista Althusser, Godelier para después ver que la perspectiva estructuralista en algún lado había una pérdida del sujeto y esa pérdida del sujeto me parece que es recuperado desde una perspectiva como es la economía política. La economía política, entonces los autores como Wolf, como Roseberry, como Sidney Mintz son autores que realmente uno empieza a leer y ver que son aportes que se alejan de la linealidad de ciertas concepciones marxistas para recuperar, por un lado, toda la experiencia etnográfica, pero, por otro lado, también la historia. Esas fueron mis influencias, influencias importantes en términos de teoría antropológica. En cuanto a la investigación quiero mencionar a nuestros hermanos mayores. Leopoldo y Silvio siempre fueron referentes, porque iniciaron el camino antes, porque aprovechamos su experiencia y además no solamente reconocemos su experiencia sino el compromiso que tenían.

ACRG – Professor, você vê esse comprometimento na Argentina ainda hoje, na antropologia argentina?

Alejandro Balazote – En argentina no asusta el termino política, no hay problema en decir lo que se piensa, pero también hay diferencias, hay gente que puede trabajar a partir de ciertas reivindicaciones de género, de reivindicaciones étnicas y apoyar las demandas específicas de ciertos colectivos, pero de ahí a pasar a vincular y a entender que esas reivindicaciones tienen una clara relación con un proceso político general, es que hay un paso. No todos dan ese paso. No todos lo tienen claro o no todos se sienten cómodos con dar ese paso. Ese paso permite comprender que las condiciones de vida de los pueblos originarios tienen que ver con cómo se va desarrollando la economía y la política del país. En estos momentos de restauración neoliberal, no es lo mismo para los pueblos originarios obtener derechos y lograr reivindicaciones que en otros momentos donde en América Latina se desarrollaban procesos más inclusivos, más democratizadores, mas redistribucionistas. No es lo mismo. Hoy en Argentina el gobierno no utiliza la palabra derechos, lo que dice es “vamos a ayudar a estas personas” (solo lo dice y nunca ayuda). No utiliza la palabra derecho. Porque no reconoce como sujeto de derecho a ningún actor político, actor social, actor económico que integre el campo popular. En el peronismo alguien dijo “donde hay una necesidad, hay un derecho”. Pero para la restauración neoliberal “donde hay una necesidad, hay un negocio”. Porque si estas necesitado puedo hacer negocios con tu necesidad.

ACRG – É notório que o cenário político da Argentina não tem contribuído para o desenvolvimento de uma política educacional fomentadora da pesquisa universitária com o corte de bolsas de estudo e verbas para as instituições públicas. Atualmente, o senhor exerce um cargo de gestão na Universidade de Buenos Aires justamente na pós-graduação. Na sua perspectiva, privilegiada pela inserção administrativa, como se tem apresentado o momento atual do país? Quais as principais preocupações tanto para a estrutura universitária como para as pesquisas acadêmicas? Os movimentos sindicais têm obtido alguma conquista relevante? Neste campo de disputas, como o cenário se apresenta e qual o prognóstico a curto e médio prazo dentro das configurações atuais?

Alejandro Balazote – Em primer lugar hay un reclamo del Consejo Interuniversitario Nacional, del CIN, a la Secretaria de Políticas Universitarias porque están paralizadas las obras en las universidades. Esto se inscribe en la reciente resolución

del gobierno nacional³ de bajar el déficit fiscal y de esa manera interrumpir la financiación de las obras. El peligro es que no solamente no se van a iniciar obras, que no se va a realizar el mantenimiento de las obras que ya están terminadas, sino que las que están en curso no van a tener las partidas necesarias para culminar. Con un agravante, porque las partidas generalmente que financian ciertas obras de la universidad vienen de la Corporación Andina de Fomento, es decir es un crédito ya otorgado, en dólares, que fue otorgado con presupuesto de dólar a 17 pesos y que ahora el dólar está a 28. Es decir, por cada dólar recibe el estado nacional, en lugar de 17 pesos, tiene 28 pesos por lo tanto sobran pesos para hacer las obras. Lo concreto es que, en ese flujo de ingresos de dinero, ese dinero no va a las universidades, ese es el reclamo de los rectores, dado que se han interrumpido, o bien ralentizado el ritmo de trabajo de las obras que están en curso y no quiero pensar que va a suceder con las obras de infraestructura que están planificadas. Esa es una parte, por otro lado. Los gastos de funcionamiento son ínfimos en relación al presupuesto global. Casi el 90% del presupuesto se va en sueldos, por lo tanto, lo que queda para investigación, lo que queda para el mantenimiento, lo que queda para becas de estudiantes, lo que queda para extensión universitaria son muy reducidos es ínfimo, es muy menor. Si uno hace una cuenta en la Universidad de Buenos Aires, el presupuesto total y lo divide por la cantidad de alumnos, pensemos que puede variar entre 280 y 300 mil alumnos, la cifra es bajísima. Por lo tanto, la política universitaria es cuestionada.

Una gobernadora, la gobernadora de la provincia de Buenos Aires, cuestionó la creación de universidades en el conurbano, o sea, en la zona periférica a la Capital Federal de Argentina. En la década pasada se crearon arriba de diez universidades, no podría recordar el número exacto pero se crearon en la zona del conurbano de Buenos Aires que es donde residen mayoritariamente sectores pobres. En esas universidades arriba del 98% de los estudiantes es primera generación de universitarios, o sea, son sectores medios, medios bajos y bajos que tienen acceso a la universidad porque está cerca, porque no tienen que gastar en viajes, porque no tienen que comer afuera, porque esas universidades además tienen una estructura de becas que les paga, poco, pero les paga para que vayan a la universidad. Y la gobernadora lo que dice es “para que hacer tantas universidades si sabemos que los pobres son van a la universidad”. Y esa frase es terrible, es muy desafortunada. Se puede cuestionar desde muchos ángulos lo que fue la política

³ O Presidente da Argentina em 2018 – época da entrevista – era Mauricio Macri (Nota da entrevistadora).

universitaria en la, pero lo interesante es ver que distinto fue la universidad argentina pero no cabe duda que permitió la movilidad social. Hace tres meses fui a una cena, donde estaba la Decana, el vice decano de mi facultad y éramos los secretarios y algún subsecretario. Éramos diez personas, comenzamos a charlar y hablar de las historias familiares, entonces empecé a preguntar como eran nuestros papás, si eran universitarios. Nueve de diez éramos primera generación de universitarios, nueve de los diez. Eso es muy interesante porque contrasta con cierto proyecto académico que es la destrucción de la universidad, de la investigación, el desfinanciamiento general de ciencia y tecnología. La reducción de becas y de proyectos de investigación y de los montos de los subsidios que tiene el CONICET han sido brutales. No se concibe una política de ciencia y técnica que esté incluida dentro de un proyecto nacional que permita producir soberanía en términos académicos, en términos políticos, en términos económicos. En realidad, la idea de vincularse al mundo (en los términos que plantea la restauración neoliberal) es depender del mundo, vincularse al mundo es una cosa buena, pero cuando se lo dice desde las concepciones del gobierno actual, es depender de las matrices, de la tecnología, de todo lo que pueden brindar países desarrollados y pasar de pensarse en Argentina como el granero del mundo (en términos del presidente actual, pensar en “ser el supermercado del mundo”). Una economía especializada en producir ciertos commodities, como pueden ser la soja, ciertos cereales, el litio ahora, algunas actividades de minería y ya está, es eso, es un país para pocos. Es un país para pocos sin industria y sin desarrollo tecnológico. Y por lo tanto la investigación, ciencia y técnica no es un interés nacional.

ACRG – E tem conseguido algumas vitórias? Esse movimento de questionamento dos reitores e outros tem conseguido barrar essa política atual?

Alejandro Balazote – Si, hay movimientos y cada uno de ellos tiene sus características y limitaciones, es decir: los rectores pueden hablar de determinada manera y los gremios de otra manera y los profesores podemos hablar de otra manera distinta a los que pueden decir los centros de estudiantes. Si me parece que hay un espacio que, es muy heterogéneo pero en ciertos lugares hay movimientos de mucha resistencia al modelo actual. Las movilizaciones en la Argentina son muy grandes. Detalles como un fallo de la Corte que habilitaba contabilizar dos días de cárcel por uno para los represores genocidas de la dictadura militar y que por lo tanto les permitía salir en libertad, fue un escándalo y casi inmediatamente se juntó medio millón de personas en Buenos Aires

marchando contra eso y tuvieron que volver para atrás. Las movilizaciones en contra del ajuste económico que plantea el gobierno nacional son de similares magnitudes. Son muy fuertes las movilizaciones.

ACRG – E como tem repercutido nas decisões do governo?

Alejandro Balazote – Bueno en el caso del “dos por uno” hizo que fuera para atrás. No ha sido lo mismo en otros temas, pero siempre con un costo político importante para el gobierno. Recientemente en diciembre se realizó una reforma previsional, que disminuía los salarios del estipendio, los haberes de los jubilados. Fueron tres días de muchísima gente en la Plaza, estamos hablando de cientos de miles de personas, de una violenta represión, de cacerolazos a la noche protestando, tuvo un fuerte costo político. Finalmente salió con los votos en el congreso nacional, pero con un costo político que fue una victoria pírrica del gobierno. Y no lo digo desde la ingenuidad, ni desde el voluntarismo; implicó un fuerte descenso en la imagen del gobierno y pensemos que un mes antes había ganado cómodamente las elecciones. Entró en crisis y finalmente se judicializó el tema y recientemente, antes de venir para aquí, hubo un fallo que ya comenzaba a plantear que no podía haber una ley retroactiva por lo tanto debían actualizar con el índice anterior, los haberes de los jubilados. O sea, está muy abierto, yo pensaba en la entrevista, y digo cual es la figura que reflejaría cual es la situación en la Argentina en términos de esta disputa me acordaba de la película de Woody Allen “Match Point”. Hay un asesinato que se cubre y hay una serie de situaciones fortuitas donde no esta claro si va a ser descubierto o no. Paradógicamente la película se inicia con un juego de tenis, creo que es Wimbledon donde la pelota pica varias veces en la red y surge la duda ¿para que lado va a caer? Y en la verdad que sentía que estábamos en esa situación. Como que la pelota está picando en la red y puede caer para cualquier lado porque está todo bastante parejo, por un lado, toda la consolidación neoliberal, la restauración neoliberal con mucho apoyo y un bloque muy consolidado. Y por otro lado una resistencia desarticulada pero muy potente también.

Hay una dispersión de grupos opositores, básicamente dispersión del peronismo. Si uno toma las encuestas y dice: ¿quién votaría al oficialismo y quién votaría a la oposición? Está menos de cuarenta el oficialismo, mas de sesenta, un poquito mas de sesenta la oposición. El punto es si van a ir divididos o si hay un candidato de unidad para enfrentar. Y si hay un candidato de unidad para enfrentar, ¿cuál es y con qué programa? Porque

tampoco sirve cambiar a uno para que otro haga lo mismo. Pero está muy abierto, en diciembre del año pasado, después de las elecciones, el 99% de la gente apostaba a que fácilmente Macri iba a ser reelecto. Hoy está totalmente en duda⁴.

Pero esta incertidumbre no es exclusiva de los que podemos tener una intencionalidad política. Se expresa económicamente en el riesgo país. Argentina paga seiscientos puntos básicos más que la tasa de Estados Unidos para obtener crédito (y en la practica nadie le presta). Sin embargo, hace quince días aproximadamente fue declarado mercado emergente es decir, subió en la escala de aprobación de los países calificados para obtener créditos. Ahora pese a ser un país emergente, esos seiscientos puntos básicos se pagan por la incertidumbre política. ¿Por qué? Porque puede volver, lo que se denomina, para ese sector, el populismo. Es decir no es solamente uno que piensa que puede cambiar sino que también grupos muy interesados y muy afinados en términos de analizar perspectivas políticas y económicas ven que está en riesgo la continuidad de ese proceso de restauración neoliberal.

Yo creo que en toda América Latina hay movimientos interesantes y hay ciertas perspectivas distintas. López Obrador en Méjico no es una casualidad, Piñeira bajó seis puntos en la imagen positiva en un mes, en Chile, no voy a hablar de Brasil porque ya es conocido y sabemos cuales son las expectativas y la intención de votos de los candidatos que no están presos.

Así me parece que está muy abierto. No soy particularmente pesimista, tampoco es un optimismo ingenuo, sino que me parece que está abierto.

ACRG – Diante deste contexto político e acadêmico e dentro da sua concepção de abordagem antropológica, quais linhas de pesquisa, temáticas que parecem interessantes para ser desenvolvidas? O que atualmente percebe como interessante a ser estudado?

Alejandro Balazote –Creo que es importante abordar los nuevos formatos de organización política en términos étnicos, las estrategias de visualización de los conflictos particularmente y profundizar el análisis de la dimensión mediática. La dimensión jurídica me parece que es central abordarla. La mediatización y la judicializacion de los conflictos es una práctica recurrente. A los actores en conflicto les interesa mostrar el conflicto de distintos lados. Los medios son requeridos y utilizados estratégicamente. En

⁴ Nas eleições de 2019 em Argentina venceu o candidato peronista Alberto Fernandez, que derrotou Mauricio Macri (Nota da entrevistadora).

ellos se dirime con frecuencia el derrotero a seguir. La judicialización del conflicto es un paso posterior.

Con respecto a los pueblos originarios, estamos trabajando con un grupo de colegas focaliarnos en los ámbitos urbanos. Porque en Argentina, aunque no parezca, dos de cada tres indígenas viven en ciudades y no se sabe. Están invisibilizados, pareciera que en la medida que hacen ese tránsito a la ciudad dejan de ser indígenas. Entonces, ahí se diluyen sus identidades para reconfigurarse con otras (trabajador, estudiante, etc.). Los relevamientos demográficos tampoco facilitan la visibilización de los indígenas urbanos. Tenemos un Proyecto de Desarrollo Tecnológico Social (PDTs) financiado por CONICET y el CIN (Consejo Interuniversitario Nacional) en el que justamente analizamos las condiciones de vida de los pueblos originarios en Buenos Aires.

ACRG – Eu percebi isso em Jujuy, em San Salvador de Jujuy. Na capital é visível este trânsito dos povos originários. Há um claro marcador étnico.

Alejandro Balazote – Lo que dices es muy cierto porque en Jujuy, los diacríticos están mucho mas expuestos como bien vos lo marcaste, el uso determinada ropa, de determinada vestimenta, de ciertos lugares donde trabajan y viven. En Buenos Aires no sucede eso, en Buenos Aires la vestimenta va ser similar. Esto, entonces contribuye a un discurso muy negativo que afirma que “los argentinos venimos de los barcos” pareciera que fuéramos inmigrantes en nuestro propio país. Mas europeos que americanos. Por eso afirman en Argentina no hay indios, cuando en realidad hay muchos indios.

ACRG – Professor, gostaria de agradecer a sua disponibilidade e os ensinamentos compartilhados. Foi um grande prazer! Muito obrigada.

Alejandro Balazote - Soy yo quien quiere agradecerte por la calidez de tu trato y la inteligencia de tus preguntas.